

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 57

Año XXVI - Nº 57 - janeiro de 2016

As lutas sociais ante
a agenda do capital



**O GOVERNO QUER PRIVATIZAR A OFERTA
DA EDUCAÇÃO NA INSTITUIÇÃO PÚBLICA!**

EM DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DA EDUCAÇÃO!



UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 57

Ano XXVI - Nº 57 - janeiro de 2016

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 6 Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais:**
notas de leituras sobre o debate atual da terceirização
Cleusa Santos
- 16 Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais**
nos governos Lula e Dilma (2003-2014)
Luiz Fernando Reis
- 36 Fragmentação dos movimentos sociais**
nas universidades da América Latina: 1990-2015
Otacílio Antunes Santana
- 46 Universidade, trabalho e movimentos sociais:**
alternativas para a formação do trabalhador
*João Batista do Carmo Silva, Ronaldo Marcos de Lima Araujo
e Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães*
- 58 21 anos de Plano Real,** sistema da dívida e ajuste fiscal
José Menezes Gomes
- 66 Educação e emancipação humana** na greve dos docentes federais em 2015
André Mayer
- 70 A marcha de 18 de setembro** e a luta de classes no Brasil
Fábio José de Queiroz
- 78 Quando as massas no Brasil resolveram sonhar perigosamente:**
as jornadas de junho na perspectiva de Slavoj Žižek
José Alex Soares Santos
- 92 Elementos do sindicalismo universitário mexicano**
- Da resistência ao processo de precarização do trabalho docente (1990-2010)
Luís Roberto Beserra de Paiva e Carlos Bauer
- 104 O ensino superior** e o seu papel na formação espacial amapaense (2000-2010)
Allan Jasper Rocha Mendes e Norma-Iracema de Barros Ferreira

Debates

- 116 Estruturas oligárquicas e aspirações democráticas**
no complexo mundo das universidades brasileiras
Rodrigo Medina Zagni
- 126 Desempenho acadêmico dos alunos cotistas**
da universidade de Pernambuco – *campus* Santo Amaro
Maria Bernadete Leal Campos e Aline Renata de Farias Fragoso
- 136 As contribuições e os entraves das organizações políticas**
no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social
João Paulo da Silva Valdo, Rafael Vieira Teixeira e Sócrates Pereira Silva

Homenagem

- 148 Ariano Suassuna**

Entrevista

- 152 O regime da burla ou o futuro das relações de trabalho no Brasil**
Entrevista com Ricardo Antunes concedida a Liliane Machado

Atualidade em foco

- 164 As marcas do movimento grevista em 2015**

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos,
mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição, ver página 173.

Conselho Editorial

Antônio Candido, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (*in memoriam*), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Marinalva Silva Oliveira

Coordenação GTCA

Antônio José Vale da Costa, Liliane Maria Macedo Machado, Marinalva Silva Oliveira e Tiago Leandro da Cruz Neto

Editoria Executiva deste Número

Antônio José Vale da Costa, Daniel de Oliveira Franco, Liliane Maria Macedo Machado, Marlon Leal Rodrigues e Tiago Leandro da Cruz Neto

Pareceristas Ad Hoc

Ana Cristina Fernandes Martins, Antônio de Pádua Bosi, Carmen Lucia de Sousa Lima, Deodato Ferreira da Costa, Edna Maria Magalhães do Nascimento, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Lúcia Helena Bezerra Ferreira, Odailton Aragão Aguiar, Patrícia Maria Melo Sampaio e Raquel de Almeida Moraes

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Gabi Caspary

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Gráfica Coronário

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2016 - Ano XXVI Nº 57

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.

I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
E-mail: secretaria@andes.org.br / revista.andes@andes.org.br

57

A conformação que o capital está tomando neste momento histórico impõe sobre os trabalhadores brasileiros a perda/retirada importante de direitos sociais que vão da garantia de empregabilidade (agravada com a volta da inflação elevada) às regras de aposentadoria. A crise política e econômica forjada nos marcos dos interesses do capital desencadeou em 2015 um processo autofágico e fraticida da elite dirigente do país pelo controle central do poder, atingindo e envolvendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário com enormes prejuízos para os trabalhadores. Os desafios estão postos e a luta dos trabalhadores deve se intensificar. Isto nos levou a definir o tema deste número – **As lutas sociais ante a agenda do capital** – na perspectiva de apresentar reflexões, estudos e comentários sobre o tema em artigos analíticos.

Cleusa Santos aborda a terceirização da mão de obra no Brasil em **Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leituras sobre o debate atual da terceirização**. Luiz Fernando Reis, em **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**, busca compreender o papel da política econômica, implementada pelo Ministério da Fazenda, na definição das prioridades para a destinação dos recursos orçamentários da União no período delimitado.

A tentativa de fragmentação dos movimentos sociais nas universidades latino-americanas é analisada por Otacilio Antunes Santana em **Fragmentação dos movimentos sociais nas universidades da América Latina: 1990-2015**. Em **Universidade, trabalho e movimentos sociais: alternativas para a formação do trabalhador**, os docentes João Batista do Carmo Silva e Ronaldo Marcos de Lima Araújo, mais a técnica em assuntos educacionais Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães, debatem sobre a relação universidade e trabalho, analisando as contribuições dessa instituição na formação do trabalhador por meio dos seus diversos modelos institucionais. No artigo **21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal**, José Menezes Gomes analisa os 21 anos do Plano no Brasil, bem como experiências semelhantes na América Latina.

André Mayer, em **Educação e emancipação humana na greve dos docentes federais em 2015**, polemiza sobre a relação entre educação e emancipação humana e Fábio José de Queiroz, em **A marcha de 18 de setembro e a luta de classes no Brasil**, expressa que a luta de classes constitui o pano de fundo de interpretação da marcha dos trabalhadores ocorrida naquele dia, em São Paulo. No artigo **Quando as massas no Brasil resolveram sonhar perigosamente: as jornadas de junho na perspectiva de Slavoj Žižek**, José Alex Soares

Santos busca compreender o significado político-ideológico das “jornadas de junho” no Brasil, com foco na abordagem filosófico-política de Slavoj Žižek.

Luís Roberto Beserra de Paiva e Carlos Bauer procuram destacar no texto **Elementos do sindicalismo universitário mexicano - Da resistência ao processo de precarização do trabalho docente (1990-2010)** os aspectos mais gerais da estrutura do sindicalismo docente universitário mexicano. Para Allan Jasper Rocha Mendes e Norma-Iracema de Barros Ferreira, numa análise macro da realidade do Amapá realizada em **O ensino superior e o seu papel na formação espacial amapaense (2000-2010)**, esse ensino vem transformando o espaço amapaense.

A seção Debates apresenta o artigo **Estruturas oligárquicas e aspirações democráticas no complexo mundo das universidades brasileiras**, de Rodrigo Medina Zagni, que trata das características conflituosas que marcam as universidades brasileiras. Maria Bernadete Leal Campos e Aline Renata de Farias Fragoço, em **Desempenho acadêmico dos alunos cotistas da universidade de Pernambuco - campus Santo Amaro**, avaliam o desempenho acadêmico dos alunos cotistas e não cotistas daquele *campus*. E o artigo **As contribuições e os entraves das organizações políticas no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social**, do docente Rafael Vieira Teixeira e dos graduados em Serviço Social João Paulo da Silva Valdo e Sócrates Pereira Silva, analisa as contribuições e os entraves da participação das organizações políticas no interior do movimento estudantil no período 2003-2009.

Entrevistamos neste número um dos maiores pesquisadores brasileiros das relações de trabalho na sociedade contemporânea: **Ricardo Antunes**. Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas, Ricardo Antunes trata aqui de temas da sua especialidade, mas também sobre os rumos da esquerda brasileira, a crise das instituições públicas e da derrocada do Partido dos Trabalhadores. Trazemos também uma homenagem a **Ariano Suassuna**, uma das grandes figuras da literatura nacional e defensora da cultura popular, falecido em meados de 2014. Suassuna se destaca como crítico da sociedade e do sistema econômico vigente.

Por último, apresentamos o ensaio fotográfico que foca nos bastidores dos movimentos grevistas em 2015, tanto de levantes nas universidades estaduais como na mais longa das greves dos docentes das universidades federais brasileiras.

Estes são os componentes que você encontra nesta edição. Confira.

Boa leitura.

Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leituras sobre o debate atual da terceirização¹

Cleusa Santos

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: cleusasantos@uol.com.br

Resumo: A terceirização da mão de obra no Brasil vem trazendo reflexões teórico-políticas acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso. O nosso objetivo neste artigo foi, a partir deste contexto, pensar a terceirização como uma das formas contemporâneas de gestão empresarial para a exploração do trabalho. Temos a pretensão de lançar luzes ao debate sobre a definição conceitual do termo e sua relação histórica com a base econômica da sociedade.

Palavras-chave: Terceirização. Estado. Políticas Sociais. Proteção Social. Direitos Sociais.

Terceirização: renovação das formas de gestão da força de trabalho e reprodução do capital

O debate em torno da terceirização tem mobilizado vários setores organizados da sociedade brasileira, convocando-os a se posicionarem sobre a proposta da antiga forma capitalista de organização empresarial, que, como lembra o jurista Souto Maior (2015), nada mais é do que um retrocesso ao início da Revolução Industrial nas formas de intermediação de mão de obra. Observa-se que o avanço da Revolução Industrial intensificou a exploração do trabalho, tornando claramente perceptíveis as expressões da

questão social, tais como o aumento gradativo da miséria, a pauperização e a contínua exploração dos trabalhadores.

É certo que tal processo tornou imperativo o surgimento do Direito do Trabalho, uma vez que ele é fruto da reação conservadora da segunda metade do século XIX. Assim, o direito ao trabalho² foi uma forma de “garantir e preservar a dignidade do ser humano ocupado no trabalho das indústrias, sob injustas e degradantes condições impostas pelos empregadores” (CAMPOS, 2006), ou seja, de reconhecer as expressões da questão social. Em síntese, “a própria expressão da questão social significa o olhar conservador sobre a problemática da exploração, cortada de suas causalidades econômicas e tornada como objeto



de intervenção técnica” (SANTOS, 1998, p. 32).

Vale lembrar que, do ponto de vista jurídico, a garantia do direito ao trabalho, conquistado nas jornadas de 1848-1851, não está desvinculada do direito histórico do capitalista de acumular. Afinal, é a constatação da concentração econômica e política nas mãos de poucos que nos ajuda a explicar como se opera a apropriação da propriedade privada dos meios de produção³ e sua consequente acumulação, por um lado, e a exploração dos trabalhadores, por outro.

O *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, s/d) é a expressão histórica da tomada de consciência de classe dos trabalhadores que, ao perceberem que seu trabalho gera valor à mercadoria, passam a lutar por melhores condições de vida e trabalho. Base para a luta operária, ele é uma programática político-ideológica que contribuiu para o processo de auto-organização dos trabalhadores, resultando em importantes conquistas nas décadas subsequentes, como reconhecimento da *Lei Chapelier* (1791)⁴ nos anos

de 1870, que concedeu aos trabalhadores o direito de organização e de greve.

Portanto, a luta por melhores salários e a redução da jornada diária de trabalho são expressões do avanço da consciência de classe assinalada. Aliás, tal consciência também se expressa no reconhecimento dos limites desse direito ou, se se quiser, dos limites do Estado burguês. Afinal, foi o levante insurrecional de 1871, a Comuna de Paris – uma expressão da auto-organização dos trabalhadores parisienses, o primeiro confronto dos trabalhadores depois de 1848 para a tomada do Estado. Ademais, quando se considera a influência da Comuna de Paris⁵ tanto para o surgimento e fortalecimento de movimentos revolucionários na França quanto para a criação do sistema previdenciário (acidentes de trabalho) na Alemanha no governo de Bismarck (1878-1890)⁶, constata-se que foi a partir dessas lutas e do reconhecimento dessas reivindicações dos trabalhadores que o Estado, em face do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, ampliou suas funções para

incorporar as demandas do trabalho. Com efeito, a criação das políticas sociais é resultante de reformas que não prescindiram da ampliação da democracia. Conforme demonstrou Coutinho (2008), a democracia “implica choques permanentes com a lógica privatista do capital”. Decorre daí o entendimento de que a materialização dos direitos sociais, expressos nas políticas sociais – instrumentos de disputas entre as classes por parcelas do excedente econômico – é a base objetiva que conduz não só à compreensão/interpretação das leis do movimento do mundo objetivo, mas, sobretudo, ao conhecimento dessas leis para transformar a realidade através da práxis humana⁷.

Assim, quando nos dispomos hoje a relacionar as funções do Estado na lógica do capitalismo monopolista para refletir sobre o processo de terceirização em curso como uma das formas contemporâneas de gestão empresarial para a exploração do trabalho, temos consciência de que foi a partir da fusão entre o setor público e privado que a função primordial atribuída às políticas sociais dispõe de uma racionalidade instrumental para embutir a lógica do capital de forma consensual, escamoteando as contradições inerentes ao processo produtivo, uma vez que “uma das cau-

seus impactos nas novas formas de gestão da força de trabalho⁸ que aprofundam “as formas de controle e administração do inadmissível sistema do capital” (BRAZ, 2012).

Daí decorreu a hipótese de que a terceirização, que vem sendo liberalizada a partir da generalização das atividades-fim das empresas, caracteriza-se como uma das formas de ampliação da exploração do trabalho e a acumulação do capital. Reconhecer a presença de fundamentos ideopolíticos que dão legitimidade às requisições das entidades empresariais para o aprofundamento da relação público-privado no país através da ampliação da terceirização poderá contribuir para o debate público e coletivo acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso.

Tais reflexões permitem desmistificar os argumentos que justificam as principais teses contrarreformistas, revelando que “é também de enorme relevância aumentar a fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade coletiva que florescem no espaço produtivo” (ANTUNES; DRUCK, 2013). Neste caso, as consequências para as conquistas sociais do trabalho e a viabilização do conjunto de direitos sociais serão nefastas, tanto para o trabalho como para as instituições protetivas. Segundo os especialistas, haverá a extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o achatamento das aposentadorias – dada a licitude de pagamento das contribuições previdenciárias com base no salário mínimo do pró-labore dos sócios das empresas terceirizadas ou quarteirizadas, os próprios trabalhadores, prejudicando direitos como o aviso prévio, aposentadoria e férias. A violação de tais direitos pode resultar, inclusive, em dano existencial por retirar do trabalhador o protagonismo de seu projeto de vida (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015; GNATA, 2015).

O combate ideológico e político contra as teses centrais da contrarreforma (que inclui a liberdade de contratação e garantia da ausência de lei vedando o trabalho subcontratado na atividade fim) deu-se pela defesa da valorização do trabalho como princípio fundante da República⁹. Na lúcida defesa dos princípios que orientam o Direito do Trabalho, Coutinho

Daí decorreu a hipótese de que a terceirização, que vem sendo liberalizada a partir da generalização das atividades-fim das empresas, caracteriza-se como uma das formas de ampliação da exploração do trabalho e a acumulação do capital. Reconhecer a presença de fundamentos ideopolíticos que dão legitimidade às requisições das entidades empresariais para o aprofundamento da relação público-privado no país através da ampliação da terceirização poderá contribuir para o debate público e coletivo acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso.

sas estruturais mais importantes da intervenção do Estado consiste em assumir os custos provocados pela desvalorização social do capital” (CASTELLS, 1979:91). Tal entendimento levou-nos a aprofundar uma série de questões e alargar os nossos horizontes em relação à problemática da terceirização, particularmente sobre o papel que as novas tecnologias desempenham no processo produtivo, observando

(2015) destaca a necessidade de assegurar os princípios constitucionais que dizem respeito à: dignidade humana do trabalhador; necessidade da existência de ambiente saudável do trabalho; combate a qualquer tipo de trabalho degradante; função social da propriedade; e livre iniciativa respeitando o primado do trabalho; entre tantos outros princípios e dispositivos previstos na Constituição Federal de 1988.

Registramos ainda o importante apoio das instituições que congregam os operadores do Direito do Trabalho no Brasil¹⁰ e que se manifestaram contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, denunciando os riscos ao Estado Democrático de Direito. Advertem que perderão sua capacidade decisória de aplicar os princípios republicanos que dão substrato social à concepção de Estado Democrático de Direito. Isto, segundo Coutinho (2015), abrirá uma vaga para a entrada do Estado Democrático de Direito do Capital. Tais considerações jurídicas tornam ainda mais evidente que a tão invocada liberdade de contratação, fundada no inciso II do artigo 5º da Constituição, é, sem dúvida, uma das mistificações mais arcaicas das estratégias do capital para a exploração do trabalho e, por isso, o autor é enfático ao afirmar que a História mostra que em seu nome, no século XVIII e XIX,

[...] crianças foram submetidas ao terror das condições degradantes geradoras de suicídios, acidentes graves e mortes ao lado das máquinas. Mulheres e homens trabalhadores sofreram maus tratos diversos no ambiente laboral como vítimas de crimes praticados em nome do lucro máximo, embora pouco pudessem fazer, do ponto de vista jurídico, porque a liberdade de contratação assegurava aos patrões arrancar-lhes até a última gota de sangue, em contraste com a opulência dos donos das máquinas (COUTINHO, 2015).

Há muito, os estudiosos da tradição marxista vêm demonstrando em suas análises que, no capitalismo monopolista, a busca de maximização dos lucros pelo controle do mercado, objetivo e fundamento da ordem monopólica, direciona a ação do Estado burguês, que, tensionado e condicionado pelo embate das forças sócio-históricas em conflito, acata as demandas das classes subalternas, refuncionalizando-as em conformidade com

o interesse direto ou indireto de maximização dos lucros¹¹.

A captura do Estado pela burguesia monopolista significa que o poder de Estado opera em seu favor, uma vez que a execução dos papéis e funções ligadas à lógica da ordem monopólica impõe ao Estado a necessidade de legitimar-se politicamente, o que se dá pela via da incorporação de outros protagonistas sociopolíticos. Nestes termos, e influenciada por estas análises, Neves (2013), ao referir-se à intervenção do Estado nas expressões da questão social através das políticas sociais¹², destaca que esta intervenção torna-se “permeável a algumas demandas das classes trabalhadoras, fazendo incidir nele alguns de seus interesses e suas reivindicações imediatas” (2013, p. 40). Trata-se de reconhecer que na própria lógica do sistema residem os limites de interferência da democracia na base econômica da sociedade burguesa. E, nesse ponto, a autora argumenta que “os problemas que são postos para a democracia, e para os democratas, giram em torno do ordenamento estritamente político e das modalidades de gestão, ou seja, do procedimentalismo: o tamanho do Estado, considerações jurídicas acerca da cidadania e os direitos políticos, civis e sociais” (2013, p. 82). De acordo com ela,

A captura do Estado pela burguesia monopolista significa que o poder de Estado opera em seu favor, uma vez que a execução dos papéis e funções ligadas à lógica da ordem monopólica impõe ao Estado a necessidade de legitimar-se politicamente, o que se dá pela via da incorporação de outros protagonistas sociopolíticos.

[...] a interferência da democracia na base socioeconômica não é limitada porque nasce limitada: é assim porque liberdade e igualdade nascem sob o signo de configurações históricas determinadas pela ordem burguesa e são a expressão contraditória da liberdade e igualdade possíveis no capitalismo, porque nelas assenta a legitimação da realização factual das relações de produção social dessa sociedade (NEVES, 2013, p. 82).

Nossa concordância com esta leitura leva-nos a concluir que, apesar dos limites impostos pela lógica

do sistema, a ampliação dos mecanismos de democratização da sociedade é resultante das lutas e pressões empreendidas pelos trabalhadores organizados. Apreender teoricamente este movimento é tarefa do pensamento crítico que busca o desvelamento do real através do conhecimento. Deste modo, insistimos em destacar formas renovadas de exploração do trabalho que, ao ampliar os espaços de valorização do capital para recompor suas taxas de lucro, redefiniram as funções do Estado por meio de contrarreformas que solapam os direitos do trabalho. Sendo novas, talvez careçam de interpretações da realidade social, assentadas numa perspectiva crítica, que possibilitem repor os conteúdos político e ideológico presentes na práxis social dos homens e apreender as múltiplas determinações numa perspectiva de totalidade da vida social, visando superar a imediatividade da racionalidade capitalista presente nas várias interpretações que vêm produzindo reflexões sobre a terceirização como uma das formas de precarização do trabalho sem, contudo, vinculá-la ao processo de reprodução da acumulação capitalista.

Reestruturação produtiva e a precarização do trabalho

A economia capitalista imerge em nova crise na década de 1970 com a queda tendencial na taxa de lucro e a predominância da financeirização. O grande capital migra então para países de mão de obra barata, de poucas restrições ambientais e com incentivos fiscais alentadores e exige a total abertura dos mercados, a financeirização da economia e a precarização das relações trabalhistas para quebrar o eixo organizacional dos trabalhadores. O resultado é um golpe no sistema de proteção social, aumento do desemprego e uma absurda concentração de renda (40% das riquezas do planeta nas mãos de 1% da população mundial), conforme revelou o Relatório Humanidade Dividida: Confrontando a Desigualdade nos Países em Desenvolvimento (PNUD, 2014)¹³. Assim, como se pode observar, além de alterar o padrão de desenvolvimento das forças produtivas, a globalização também modifica o padrão de intervenção do Estado e, conseqüentemente, suas funções¹⁴.

É fato que, decorrente desse processo, a reestru-

turação produtiva tem acentuado gradativamente o afastamento da concepção marxiana do trabalho como um valor, um ato que atravessa as relações sociais cuja base foi a produção necessária para a existência humana. Ela consolidou o reordenamento das estratégias do capital em direção à precarização das garantias do trabalho (vínculos empregatícios, redução das garantias salariais e aumento do desemprego¹⁵), impactando o sistema de proteção social, impulsionando os trabalhadores a demandarem por serviços públicos ao mesmo tempo em que estes estão sendo privatizados. Exemplo disso é a Saúde. Setores que apoiam a contrarreforma criticam o SUS, mas ignoram o baixo nível de investimentos públicos¹⁶ e a conseqüente terceirização dos serviços nos planos federal, estadual e municipal¹⁷. Essa política privatizante impõe modelos flexíveis e paliativos comprometidos primordialmente com os lucros, como no caso das UPAs, entregues a Organizações Sociais¹⁸.

A terceirização está associada ao aumento das taxas de produtividade das empresas. Segundo alguns estudiosos, sua origem são as demandas por armamentos do setor bélico durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que exigiu das fábricas a transferência de atividades secundárias (não essenciais) para outras empresas (CASTRO, 2000; MARTINS, 2001).

No entanto, a partir do novo modelo de produção toyotista (finais dos anos 1960 e início dos anos 1970), a terceirização ressurgiu como a horizontalização da atividade econômica com a transferência de parte das funções exercidas diretamente pelas empresas. Talvez seja por isso que, para os teóricos da administração, as empresas deveriam priorizar as atividades-fim e delegar tarefas e processos acessórios (“atividades-meio”) a outras empresas especializadas (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012).

Como se sabe, a terceirização está associada ao aumento das taxas de produtividade das empresas. Sua noção teórica foi introduzida pelas multinacionais nos anos 1950 e, ganhando espaço no Brasil, foi regulamentada na década de 1960 através dos Decretos-Leis nº 1.212 e nº 1.216, de 1966, mas é em finais da década de 1980 e início dos anos de 1990 que ela avança fortemente.

Esse impulso é resultado da consolidação das re-

estruturas no país, que, através da introdução das políticas neoliberais, promoveu a flexibilização da contratação no Brasil. Assim, ao longo dos anos 1980 e 1990, a liberalização da terceirização das atividades-meio franqueou ao capital privado a liberdade sem limites para impor as condições de uso da força de trabalho, resultando em baixos salários, direitos desrespeitados, alto índice de acidentes do trabalho, discriminação, assédio e invisibilidade. Com a liberalização atual, milhões de trabalhadores estão sendo precarizados porque, na reestruturação produtiva, a horizontalização pressupõe a fragmentação do processo produtivo e a descentralização do controle das atividades-meio. O fato é que “a essência do controle de fato do processo produtivo das atividades terceirizadas não muda, continua sendo da empresa contratante” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015).

Observa ainda o autor: “esse controle pode ser feito por diferentes métodos (até insidiosamente), mas invariavelmente inclui a detenção do *know-how* da atividade e a gestão da força de trabalho empregada” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015).

Ora, se o elemento central do que seja a terceirização “é a contratação de trabalhadores por empresa interposta cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e (ou) a externalização dos conflitos trabalhistas” (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012), a reivindicação tanto da externalização

das atividades quanto da radicalização da divisão social do trabalho das empresas capitalistas, conforme apontam Filgueiras e Cavalcante (2015), é, na verdade, uma mistificação. Isto explica porque, além de se constituir numa estratégia de gestão da força de trabalho por um tomador de serviços, a terceirização também consiste no uso de um ente interposto como instrumento de gestão da sua própria força de trabalho.

Diversos autores apontaram que a terceirização é a principal forma de precarização do trabalho (BRAGA, 2014, DRUCK; FRANCO, 2011, ALVES, 2000) e a consequência mais abrangente deste fenômeno é a superexploração do trabalhador, que pode resultar em formas de escravidão. Essa estreita relação entre terceirização e trabalho escravo tem ocupado o debate brasileiro em torno das formas de trabalho análogas à escravidão, uma vez que, no Brasil, o “conceito de trabalho análogo ao escravo, constante no Código Penal, é justamente o limite externo prescrito pelo Estado à exploração do trabalho” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015), ou seja, são os limites previstos na relação de assalariamento. A interpretação de que o uso de trabalho em condições degradantes ou a prática de jornadas exaustivas (como expressamente previsto na lei) são, segundo este mesmo autor, formas de trabalho análogas à escravidão.



Segundo Souto Maior, foi este cenário que propiciou a enunciação do princípio básico do Direito do Trabalho, ou seja, a compreensão de “o trabalho não deve ser considerado como simples mercadoria ou artigo de comércio (Tratado de Versalhes, 1919), do qual adveio, inclusive, a criminalização, em alguns países como a França, da ‘*marchandage*’, ou seja, da intermediação da mão de obra com o objetivo de lucro” (MAIOR, 2015). Registram-se algumas importantes contribuições que denunciam a omissão e conivência do Estado no que diz respeito à violação dos direitos do trabalho, sugerindo que a aprovação do Projeto de Lei nº. 4.330, de 2004¹⁹, constitui-se na síntese da primazia dos interesses privados, em detrimento dos interesses coletivos dos trabalhadores. Entendem que a terceirização, baseada na precarização das condições de trabalho, “fragiliza o vínculo de trabalho, dispersa a organização dos trabalhadores, aumenta os níveis de adoecimentos e acidentes de trabalho e baixa profundamente os níveis de efetividade dos direitos dos trabalhadores, seja no setor público ou privado” (UNB, 2013)²⁰. Ou seja, como sintetizou Druck (2015), “a terceirização tem levado a um elevado grau de precarização dos direitos sociais e trabalhistas e das lutas sindicais”.

Notas finais

O debate sobre a terceirização no Brasil permite desvelar sua relação intrínseca com a luta econômica. De um lado, os trabalhadores organizados em defesa dos serviços públicos apontam que sua generalização, para todas as políticas sociais, através das OS, faz parte dos desdobramentos do receituário neoliberal. De outro, os empresários e representantes do patronato – como é o caso do presidente do Comitê de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de representantes de partidos da ordem²¹ – apontam para inexorabilidade da terceirização. Defendem sua expansão para além dos 12,7 milhões de trabalhadores que já estão submetidos ao sistema, dos quais 73% ganham até dois salários mínimos. Ao contrário dos dados e equações apresentadas pelo setor patronal,

as medidas propostas não atingem apenas esses 12,7 trabalhadores, mas sim, mais de 98 milhões de brasileiros contratados²². São dados que vêm revelando também a falsa oposição entre privatização e publicização dos setores do estado. Nela, encontra-se a base da proposta de flexibilização dos direitos do trabalho, indicando para o caráter episódico das políticas sociais e de seus limites de, nesta ordem social, universalizar direitos.

A apreensão do fenômeno da terceirização, no contexto das transformações da sociedade contemporânea, acompanhadas das alterações no mundo do trabalho, mostrou-nos que ela vem promovendo celeremente a retirada de direitos dos trabalhadores, tornando-se uma das formas contemporâneas de gestão empresarial para ampliar a exploração do trabalho e a acumulação do capital.

Neste sentido, a compreensão do processo histórico da precarização do trabalho permitiu-nos identificar desafios para a classe trabalhadora, particularmente no que diz respeito à definição conceitual do termo e sua relação com os processos históricos de constituição da base econômica da sociedade. Além disso, permite-nos identificar a inviabilidade de suas fórmulas jurídico-políticas para promover a justiça social e finalmente apontar para a necessidade de romper com as ilusões quanto à capacidade do Estado promover, dentro da atual ordem social, a igualdade jurídico-formal para todos os cidadãos. **US**

notas

1. Este texto sintetiza um conjunto de reflexões desenvolvidas em comunicações encaminhadas a eventos acadêmico-científicos realizados no decorrer de 2015.
2. Sobre este processo, Coutinho (2015) observa que “a terceirização é conduta absolutamente excepcional, estranha e repudiada historicamente pelo Direito do Trabalho”.
3. Parte destas reflexões foi desenvolvida na palestra “Em defesa da Seguridade Social”, no Seminário Seguridade Social, promovido pelo Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná (SindSaúde) e reproduzida em publicação (SANTOS, 2006).
4. Lembra Cerroni (1982:15) que a *Lei Chapelier*, que vigorou por um século na França, sancionou “a supressão de toda forma de associação política” e marginalizou os trabalhadores franceses, até os anos 70 do século XIX, de “toda e qualquer forma de associacionismo”.
5. Sobre esta influência, ver especialmente o ensaio de Steimberg in: Hobsbawn, org. (1985) e as obras de Joll (1976), Cole (1975) e Vranicki (1970). Está claro que, com a derrota da Comuna, supôs-se que o proletariado combativo estivesse definitivamente enterrado, mas, ao contrário, a experiência do governo comunal e a Guerra Franco-Alemã estão na base da transferência, da França para a Alemanha, do “centro de gravidade do movimento operário europeu” e do surgimento dos partidos socialdemocratas.
6. Por isso, Vieira irá afirmar que “a política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX” (1992, p. 19).
7. Tal como Marx, cujo legado teórico compreende o trabalho como atividade fundante do homem, o método dialético e a perspectiva da revolução.
8. Por razões de espaço, a reflexão sobre este processo não comparece neste texto.
9. Desenvolveremos o debate sobre a terceirização no item 2.
10. A leitura do texto de ANTUNES E DRUCK (2013) oferece um quadro preciso dessas instituições.
11. Os fundamentos para a análise desta refuncionalização do Estado no capitalismo tardio foram tratados por Mandel (1982) e a sua relação com a questão social no capitalismo monopolista foi exaustivamente analisada por Netto (1992).
12. Por razões de espaço, não aprofundaremos os aspectos teóricos que explicam este processo, suficientemente tratado na bibliografia arrolada. Contudo, aqui elas serão retomadas, rapidamente, no último item deste texto, no qual nos propusemos a identificar nas organizações sociais e fundações estatais de direito privado exemplos estratégicos do capital para privatizar os serviços constitutivos das políticas sociais do Estado e precarizar as relações de trabalho. São, portanto, funções que se relacionam com a relação público e privado.
13. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/poverty-reduction/humanity-divided--confronting-inequality-in-developing-countries/>.
14. Aprofundei esse tema em texto recentemente publicado. Cf. Santos (2013).
15. O desemprego tem crescido no Brasil nos últimos anos. Apenas no primeiro trimestre de 2015, a taxa de desemprego atingiu 7,4%, sendo que no mesmo período de 2014 era de 6,8%. Da mesma forma, a população desempregada aumentou 14,7% em relação ao fim do ano de 2014, passando de 6,45 milhões de pessoas para 7,4 milhões de pessoas. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3998708/taxa-de-desemprego-no-brasil-sobe-para-74-no-trimestre>>. Acesso em: mai. 2015.
16. Podemos dizer que os gastos com saúde no Brasil, apesar do aumento real nos últimos 20 anos, ainda são muito baixos em relação aos países do mesmo porte. O gasto total em saúde per capita mostra esse crescimento, que, em 1995, estava em torno de 420 dólares e, em 2010, atingiu pouco mais de 1.000 dólares per capita. Entretanto, dentro desse montante, o gasto governamental não chega a representar a metade do que é gasto em saúde no país. Informações estatísticas sobre o perfil de gastos do Brasil são fornecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e estão disponíveis para acesso livre na plataforma da organização: <http://apps.who.int/gho/data/node.main.686?lang=en>>. Acesso em: mai. 2015.
17. A título de ilustração, somente no ano de 2014, o Estado de São Paulo, um dos primeiros estados a contratar OSS, pagou às Organizações Sociais de Saúde um montante de mais de R\$ 264 milhões. Disponível em: <https://www.sigeo.fazenda.sp.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: mai. 2015.

18. Este parágrafo contém uma síntese do processo de terceirização na saúde abordado por Ana Cássia Cople Ferreira em uma comunicação que apresentamos no IX Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca – “Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores” e no VIII Seminário “O Trabalho em Debate” – UNESP/USP/STICF/UFSC/UNIFESP, 2015.

19. No momento em que escrevemos este texto, tramita no senado Federal o projeto que regulamenta a terceirização, agora denominado de Projeto de Lei da Câmara (PLC) Nº 30 de 2015.

20. Manifesto contra projeto de terceirização: NÃO ao PL 4.330/2004

21. No sentido atribuído por Florestan Fernandes à política que se limita à disputa eleitoral e parlamentar nos marcos da legalidade burguesa, abandonando, assim, sua função educativa e mobilizadora.

22. Conforme informação publicada no editorial do sítio da Agência Carta Maior, de 19 de maio de 2015. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Posicoes-antagonicas-marcam-debate-sobre-terceirizacao-no-Senado/4/33527>>. Acesso em: mai. 2015.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. DRUCK, M. G. A terceirização como regra? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 79, p. 214-231, 2013.

BRAGA, R. Quem é o precariado? **Marxismo & Ciência**, 07 dez. 2014. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2731> - 2014>. Acesso em: mai. 2015.

_____. et alii. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

BRAZ, M. Capitalismo, Crise e Lutas de Classes Contemporâneas: Questões e Polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

CAMPOS, L. A. Terceirização de serviços públicos. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 4, 190, 05 ago. 2006. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1470>>. Acesso em: mai. 2015.

CASTRO, Rubens Ferreira de. *A Terceirização no Direito do Trabalho*. São Paulo, Malheiros, 2000.

CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

COUTINHO, G. F. **Terceirização: risco de a Constituição de 1988 não valer para os trabalhadores**. Brasília, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br/index.php/artigos/terceirizacao-o-risco-de-a-constituicao-de-1988-nao-valer-para-os-trabalhadores>>. Acesso em: mai. 2015.

DRUCK, G. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330. **Opinião**, 01 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/>>. Acesso em: mai. 2015.

referências

- DRUCK, G.; FRANCO, T. Trabalho e Precarização Social - **Caderno CRH**, v. 24, p. 9-12, 2011.
- FILGUEIRAS, V; CAVALCANTE, S.M. Terceirização: um problema conceitual e político. **Le Monde Diplomatique**, 06 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1799>>. Acesso em: maio 2015.
- GNATA, N. P. B. Regulamentação da terceirização: uma abordagem realista. **Gazeta do Povo**, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/regulamentacao-da-terceirizacao-uma-abordagem-realista-e6um8a4y2r4n7faycc1ksa4sc>>. Acesso em: mai. 2015.
- HOBBSBAWN, E.J. (org). História do marxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, II, 1985.
- JOLL, J. La Internacional. Movimento obrero 1.889-1.914. Barcelona, Icaria, 1976.
- MAIOR, J. L. S. **Terceirização**: desabafo, desmascaramento e enfrentamento 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.sintrajud.org.br/userfiles/Terceirizacao,%20desabafo,%20desmascaramento%20e%20enfrentamento1.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.
- MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. São. Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização, **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, 2012.
- MARX, E; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa (PT), **Avante!**, 1975.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *A Terceirização e o Direito Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1997.
- NEVES, D. O debate da Questão Social. In: **Economia Solidária e Serviço Social no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões - Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, C. Práxis e Revolução: Marx (1844-1847). In Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. **Reforma/Revolução**: polos de tensão na constituição do movimento socialista. São Paulo: PUC, 1998.
- _____. Em Defesa da Seguridade Social. Seguridade Social – um bem universal. **Publicação SindSaúde** (Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná). 2006.
- _____. Migração e Lógica Mercantil: tendências contemporâneas. In: Cleusa Santos; Marildo Menegat; Ricardo Rezende Figueira. (Org.). **Estados da plebe no capitalismo contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2013, v. 1, p. 73-100.
- VIEIRA, E. **Democracia e política social**. S. Paulo, Editora Cortez, 1992.
- VRANICKI, P. **História del Marxismo**. Espanha, Sígueme-Salamanca, I, 1977.

referências

Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)¹

Luiz Fernando Reis²

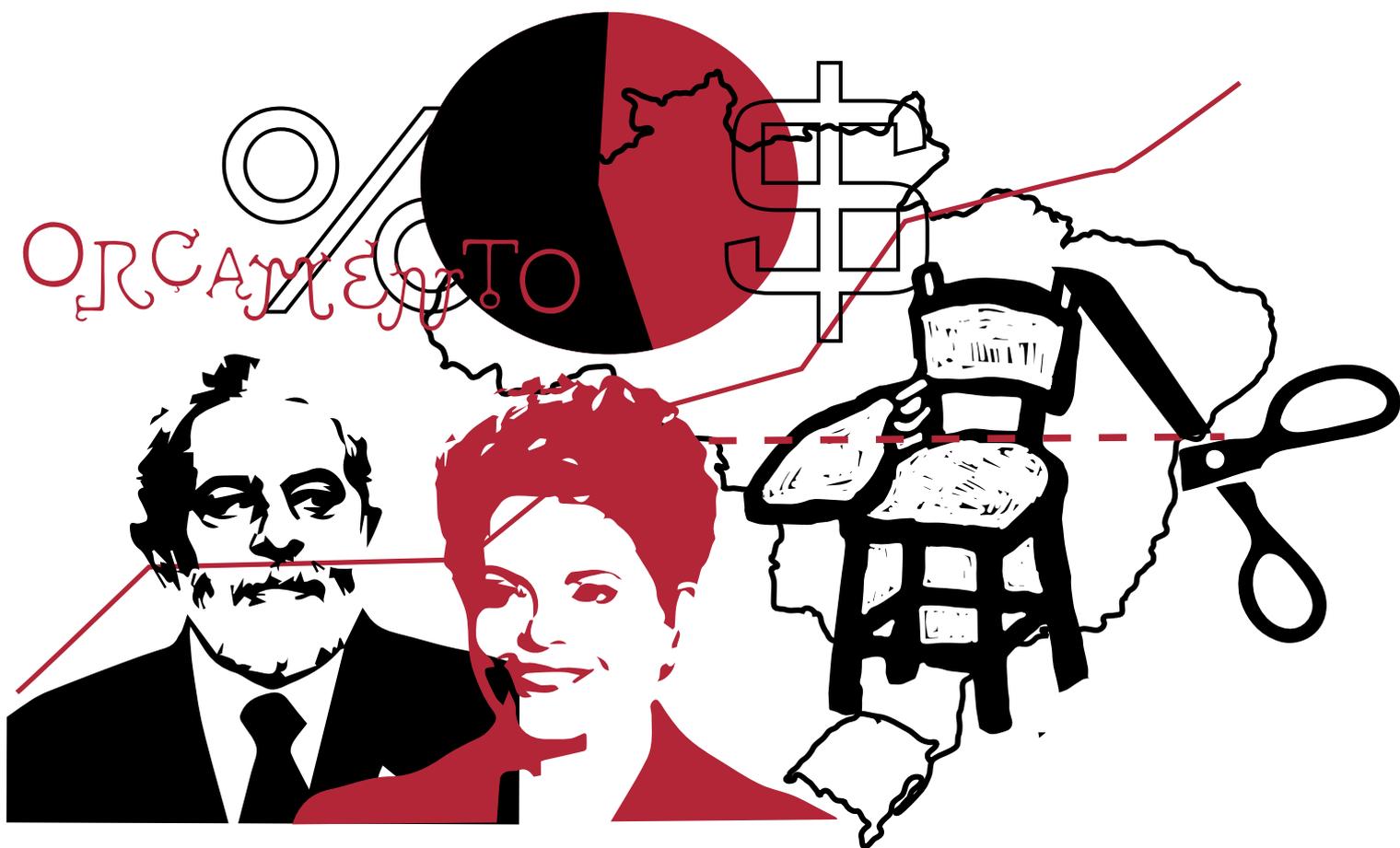
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: reisluizfernando@gmail.com

[...] os povos nunca foram devidamente informados sobre as dívidas públicas que pagam através de seus orçamentos governamentais. [...] o endividamento público não tem funcionado como um instrumento de financiamento das necessidades coletivas. Há décadas vem operando como um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado. [...] Ao final, o custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consomem, quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito [...] (FATTORELLI, 2013, p. 3-4).

Resumo: Este trabalho trata do financiamento das universidades federais no período de 2003 a 2014 (governos Lula e Dilma). O objetivo é compreender o papel da política econômica, implementada pelo Ministério da Fazenda, na definição das prioridades para a destinação dos recursos orçamentários da União. Para apreender as diretrizes da política econômica, as prioridades indicadas pelo Ministério da Fazenda para a aplicação dos recursos orçamentários, os gastos sociais considerados prioritários, bem como a concepção de política social que embasa a definição de tais prioridades, examinamos documentos do Ministério da Fazenda, publicados no início do governo Lula (2003). Para verificar se houve convergência entre as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Fazenda e a destinação efetiva de recursos para o pagamento da dívida pública e para as áreas sociais, particularmente para o financiamento das universidades federais, analisamos os Demonstrativos da Execução Orçamentária, do período de 2003 a 2014, disponibilizados pelo Senado Federal. Os resultados indicam que há uma sintonia entre as recomendações do Ministério da Fazenda e as despesas efetivamente realizadas pelo governo federal. O pagamento dos juros e encargos da dívida pública foi considerado prioritário. Houve crescimento dos recursos destinados para a assistência social e para a educação básica, considerados, pelo Ministério da Fazenda, gastos mais apropriados para o combate à pobreza. Os recursos destinados às universidades federais apresentaram crescimento no período de 2003 a 2014. Entretanto, observou-se que tais recursos têm perdido espaço na disputa pela partilha dos recursos da União, por exemplo, com os recursos destinados à educação básica e à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni.

Palavras-chave: Dívida Pública. Política Econômica. Financiamento do Ensino Superior.



Introdução

Este artigo trata do financiamento das universidades federais no período de 2003 a 2014 (governos Lula e Dilma). Nosso objetivo é compreender o papel da política econômica, implementada pelo Ministério da Fazenda, na definição das prioridades para a destinação dos recursos orçamentários da União. Para apreender as diretrizes da política econômica, os gastos sociais considerados prioritários, bem como a concepção de política social que embasa a definição de tais prioridades, examinamos documentos do Ministério da Fazenda, publicados no início do governo Lula (2003). Para verificar se houve convergência entre as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Fazenda e a destinação efetiva de recursos para o pagamento da dívida pública e para as áreas sociais, particularmente para o financiamento

das universidades federais, analisamos os Demonstrativos da Execução Orçamentária, do período de 2003 a 2014, disponibilizados pelo Senado Federal.

No presente trabalho, procuramos compreender o financiamento das universidades federais na sua conexão com a política econômica cuja prioridade, desde os anos 1990 (governo Fernando Henrique), tem sido o pagamento dos juros e encargos da dívida pública³. Compreendemos que a dívida pública converteu-se num dos instrumentos de acumulação do capital, especialmente do capital financeiro. A partir de tal compreensão, situamos o financiamento das universidades federais (2003-2014), na sua relação com as recentes transformações do capitalismo na passagem para o século XXI, num contexto marcado por uma crise estrutural do sistema do capital, iniciada no final dos anos 1960 (MÉSZAROS, 2009).

Do ponto de vista da classe trabalhadora, tal crise

se manifesta com o crescimento acelerado do desemprego, da pobreza, da miséria e da restrição dos direitos sociais. Nesse cenário, os trabalhadores resistem e procuram defender as suas conquistas consagradas na legislação trabalhista e previdenciária, que lhes garantia relativa proteção social.

O trabalho está organizado em três seções. Na primeira, discorremos a respeito do Estado, fundo público e políticas sociais no contexto da crise estrutural do capital. Na segunda seção, tratamos da política econômica dos governos Lula e Dilma e sua relação com o financiamento das políticas sociais e das universidades federais. E, por fim, tratamos do financiamento das universidades federais, no período de 2003 a 2014, bem como de outras despesas da União, relativas aos recursos destinados ao pagamento da dívida pública, à função educação, às subfunções correlacionadas com a educação básica, bem como os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Proni.

Na análise do orçamento executado da União, consideramos as despesas liquidadas. Gobetti e Orair (2010, p. 15), ao discutirem as distintas formas de análise das despesas públicas, concluem que o critério a ser utilizado, apesar de algumas ressalvas, é o da liquidação das despesas. De acordo com a legislação, “a liquidação de uma despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. Tal verificação tem como objetivo apurar “[...] a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação” (BRASIL, 1964).

Para analisar os dados coletados nos demonstrativos da execução orçamentária da União, realizamos o ajuste monetário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para janeiro de 2015, desconsiderando a desvalorização sofrida pela moeda. Para atualizarmos pelo IPCA um valor anual executado em 2003, por exemplo, para o mês de janeiro de 2015, multiplicamos tal valor pelo resultado da divisão do Índice-IPCA de janeiro de 2015 pelo valor médio do Índice-IPCA de 2003, conforme metodologia indicada por Amaral (2012).

Para analisar as políticas sociais que vêm sendo implementadas no Brasil, enquanto processo,

é necessário estabelecer as conexões com a política econômica em curso no país. Compreender o financiamento das universidades federais implica buscar as mediações e o grau de determinação da política econômica na definição das prioridades relativas à destinação dos recursos orçamentários da União.

O particular, enquanto objeto de estudo, precisa ser compreendido na sua relação com o conjunto. Para tanto, é necessário compreender os nexos entre o financiamento das universidades federais e a política econômica em curso no Brasil, que se constitui numa resposta, do ponto de vista do capital, à atual crise enfrentada pelo capitalismo mundial. No enfrentamento a tal crise, o fundo público tem assumido um papel relevante para a acumulação do capital, sobretudo para garantir a rentabilidade do capital financeiro. O fundo público tem sido, portanto, objeto de disputa entre os detentores do capital e os trabalhadores que, frente à crise, reivindicam a ampliação das políticas sociais como forma de proteção social e como parte de suas lutas contra a exploração.

Estado, fundo público e políticas sociais no contexto da crise estrutural do capital

As transformações recentes do modo de produção capitalista são uma tentativa, engendrada pelos detentores do capital, para superar uma crise estrutural observada desde o final dos anos 1960. Essa crise, ainda não superada, implicou numa crescente dificuldade de ampliação do processo de valorização do capital na esfera produtiva. Uma massa crescente de capitais que não encontrava a rentabilidade adequada nas condições de produção, vigentes no período fordista, passa a buscar novas formas de valorização. Um novo processo de acumulação se consolida paulatinamente, com o crescimento cada vez mais acentuado das operações financeiras em ritmos superiores às atividades na esfera da produção (CHESNAIS, 1996; 1998; 2005).

As transformações no capitalismo contemporâneo resultaram em um novo padrão de acumulação mundial que permitiu a livre circulação dos capitais em escala planetária. Esse regime de acumulação,

centrado no poder das instituições financeiras, tem como agentes principais os bancos, os fundos de pensão, os fundos de investimentos, as seguradoras e outras empresas financeiras especializadas. Nesse novo regime de acumulação financeirizado⁴, observa-se um crescimento das operações financeiras em ritmos qualitativamente muito superiores ao Produto Interno Bruto (PIB), aos investimentos produtivos ou às trocas comerciais. Chesnais (1998) demonstra que no período de 1980 a 1992, a taxa média anual de crescimento do estoque de ativos financeiros (6% ao ano) foi 2,6 vezes superior à taxa média anual da formação bruta de capital fixo (2,3% ao ano) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais números indicam que o crescimento dos ativos financeiros (ações e títulos negociáveis) tem se dado num ritmo superior ao crescimento da chamada economia real⁵.

A partir dos anos 1980, sob a hegemonia do chamado neoliberalismo, os Estados nacionais foram “reformados” na tentativa de garantir a retomada da expansão do capital, especialmente da rentabilidade do capital na esfera financeira. Como decorrência do novo papel que passa a ser cumprido pelos Estados nacionais, uma série de “reformas” na legislação trabalhista e previdenciária é posta em prática para restringir, no caso dos países capitalistas centrais, ou para impedir a concretização de um amplo sistema de proteção social à classe trabalhadora, nos países em desenvolvimento, como foi o caso do Brasil⁶.

A repartição da riqueza é cada vez mais concentrada, em favor das instituições financeiras. Essa dinâmica, altamente concentradora de riqueza, de acordo com Chesnais (1996), nutre-se de dois mecanismos: a formação de capital fictício, por meio da “inflação do valor dos ativos” financeiros, e a transferência efetiva de riquezas para a esfera financeira. Tal transferência tem no pagamento da dívida pública e nas políticas monetárias associadas a este um dos seus mecanismos mais importantes. Parcelas cada vez maiores do orçamento dos Estados nacionais têm sido destinadas, por meio da dívida pública, para o circuito da valorização do capital financeiro, em proveito de um restrito grupo de rentistas e algumas grandes empresas transnacionais, beneficiários do processo de financeirização mundializada⁷.

Os grupos empresariais são induzidos a investir parte de seus ativos nos mercados financeiros, em detrimento dos investimentos produtivos, e a fechar, reestruturar ou deslocalizar unidades produtivas que obtêm resultados positivos, mas cuja rentabilidade fica abaixo na escala internacional (CHESNAIS, 2005). A pressão exercida pelos investidores para a extração crescente de lucros das empresas, na forma de dividendos, é transferida aos assalariados, pelos gestores das empresas, por meio do desemprego, do rebaixamento de salários, da intensificação da jornada e da precarização das condições do trabalho.

Quanto aos Estados nacionais, com a hegemonia do neoliberalismo na década de 1980, assistiu-se a um aumento exponencial do peso da dívida pública sobre os seus orçamentos⁸. A dívida pública é um mecanismo que permite aos credores do Estado se apropriarem da riqueza produtiva, por meio do saque da receita de impostos dos Estados nacionais. Após os anos 1980, a dívida pública, com sua conversão em títulos negociáveis (a chamada titularização⁹) e com o aumento da taxa de juros sobre tais títulos, tornou-se um dos dispositivos centrais de transferência efetiva de riqueza da esfera produtiva, na forma de impostos, para a esfera financeira.

A repartição da riqueza é cada vez mais concentrada, em favor das instituições financeiras. Essa dinâmica, altamente concentradora de riqueza, de acordo com Chesnais (1996), nutre-se de dois mecanismos: a formação de capital fictício, por meio da “inflação do valor dos ativos” financeiros, e a transferência efetiva de riquezas para a esfera financeira.

O peso da dívida pública sobre os países endividados do capitalismo periférico e, recentemente, do capitalismo central, leva os governantes de tais países a adotarem os pacotes de ajuste fiscal, preconizados pelos organismos representativos do capital financeiro mundializado (FMI e Banco Mundial), de modo a garantir os privilégios dos grandes grupos detentores dos títulos da dívida pública. O saque dos recursos orçamentários dos Estados nacionais, por meio do mecanismo da dívida pública, converteu-se numa das “saídas”, do ponto de vista do capital, para a atual crise de acumulação¹⁰.

O montante da dívida pública tem aumentado de forma significativa, como decorrência dos “pacotes de salvamento” que os Estados nacionais têm direcionado às grandes instituições financeiras e às grandes empresas privadas, na tentativa de evitar uma bancarrota de tais instituições. A Grécia é atualmente o exemplo mais dramático de tal situação. Em contrapartida, o elevado crescimento da dívida pública passou a “justificar” uma série de ações dos Estados nacionais, que resultaram na adoção do chamado ajuste fiscal, com a implementação de uma série de medidas com graves custos para a população trabalhadora. Tais custos se traduzem na privatização do patrimônio público, em “reformas” da legislação trabalhista e previdenciária, na contenção dos gastos sociais e na adoção de novas formas de organização do trabalho, voltadas ao aumento da produtividade.

Os recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais (saúde, previdência e educação, por exemplo) foram redirecionados para o pagamento da dívida pública, prioridade absoluta da política econômica adotada, desde os anos 1990, por todos os países devedores, a partir das orientações do FMI e Banco Mundial.

A adoção das políticas neoliberais, recomendadas pelos organismos internacionais, resultou numa crise social que eclodiu nos chamados países emergentes. Para Castelo (2012), as classes subalternas representadas, por exemplo, pelo Zapatismo, pelos movimentos globais antissistêmicos e pelos partidos de esquerda, levantaram-se contra as consequências da implantação do neoliberalismo, o desemprego, a fome, o pauperismo e a violência. A resistência, protagonizada pelas classes populares, colocou parcialmente sob ameaça a hegemonia neoliberal. Diante desse quadro, diversos ideólogos vinculados às classes dominantes iniciaram um processo de revisão de algumas teses do projeto neoliberal. Como resultado desse processo revisionista, surgiram o social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo, que se constituíram, conforme Castelo (2012), em tentativas político-ideológicas das classes dominantes em dar respostas às tensões derivadas do acirramento da crise social e da resistência política da classe trabalhadora.

O social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo tentam acoplar uma “agenda social” ao projeto

neoliberal, promovendo uma combinação de diferentes medidas pontuais do Estado e do chamado terceiro setor nas questões mais agudas da “questão social”. Porém, tais medidas não colocam em causa os fundamentos da vida mercantil generalizada no capitalismo, pois o que se deseja é a manutenção da dominação sem questionar as bases da acumulação capitalista que produz simultaneamente riqueza para alguns e pobreza e miséria para milhões. O social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo, variantes ideológicas do neoliberalismo, procuram garantir a manutenção da ordem capitalista por meio de intervenções políticas na “questão social”, como, por exemplo, ações de voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas (CASTELO, 2012).

De acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012), a partir dos anos 2000, no rastro da crise financeira, o discurso e as estratégias de enfrentamento à crise de expansão do capital revelam um novo projeto e processo de restauração da ordem do capital, sob a condução de novos protagonistas: os governos de centro-esquerda. Tais governos passam a defender a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento que procure compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social, uma sociabilidade baseada na ideologia do consenso.

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, parte da população brasileira esperava a reversão das políticas econômica e social adotadas no governo que o antecederam. No fundamental, o governo Lula e, posteriormente, Dilma, dão continuidade ao projeto de dominação burguesa vigente desde os anos 1990, ao adotarem uma política econômica em estreita sintonia com o núcleo central das teses neoliberais (câmbio flutuante, taxas de juros altas e superávit primário).

Loureiro e Abrucio (1999, p. 71) afirmam que o Ministério da Fazenda, após os anos 1980, “[...] se transformou em agência dominante na estrutura governamental em razão do imperativo fiscal que guia os governos de praticamente todo o mundo”. Na América Latina, a crise da dívida nas décadas de 1980 e 1990 conferiu maior importância ao ministro da Fazenda e a toda a equipe econômica. Além disso,

nos países presidencialistas latino-americanos, nos quais a crise fiscal e as reformas econômicas estão no centro de suas agendas políticas, a centralidade política dos ministérios da Fazenda é evidente (LOUREIRO; ABRUCIO, 1999).

A compreensão do financiamento das universidades federais nos remeteu a investigar quais foram as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, por meio da política econômica, para a destinação dos recursos do Orçamento da União.

Política econômica do governo Lula e Dilma: a defesa da focalização das políticas sociais e da restrição do financiamento das universidades federais

Quais foram as prioridades da política econômica, proposta pelo Ministério da Fazenda, nos governos Lula e Dilma? A análise de documentos publicados pelo Ministério da Fazenda no início do governo Lula, em 2003 (BRASIL, 2003a; 2003b), nos permite afirmar que a prioridade da política econômica adotada por tais governos foi a manutenção do ajuste fiscal e a realização de reformas que assegurassem o pagamento da dívida pública e a adoção de políticas sociais focalizadas, em detrimento da ampliação significativa dos recursos para políticas de caráter universal. Como decorrência da política social adotada, o financiamento das universidades federais não foi considerado um gasto social prioritário.

Qual foi a concepção de política social presente na política econômica, adotada pelo Ministério da Fazenda? Um dos documentos do Ministério da Fazenda, ao tratar de “Políticas sociais e redução de desigualdades” (BRASIL, 2003a), explicitou a concepção de política social que deveria ser priorizada. Para o Ministério da Fazenda, o principal problema das políticas sociais no Brasil não seria a falta de recursos. O documento foi taxativo: “o montante de recursos alocados nos programas sociais não é pequeno” (BRASIL, 2003a, p. XX). O problema fundamental seria que tais recursos eram destinados para os “não pobres”, como, por exemplo, os

servidores públicos, beneficiários da previdência e os estudantes das universidades federais. A solução para tal problema seria focalizar as políticas e gastos sociais nos pobres¹¹, em detrimento dos considerados “não pobres”. Portanto, o Ministério da Fazenda se contrapunha às políticas sociais de caráter universal prescritas pela Constituição Federal, como por exemplo a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Para o Ministério da Fazenda, os “não pobres” receberiam do Estado mais benefícios do que os “pobres”, reforçando, dessa forma, a má distribuição da renda e a própria pobreza, tratada como o problema fundamental a ser enfrentado. Entretanto, a pobreza não é tratada como parte do processo de exploração econômica. A distribuição assimétrica da riqueza, a concentração da propriedade e a superexploração da força de trabalho no Brasil não são consideradas como hipóteses explicativas do problema. A pobreza é convertida num fenômeno derivado de atributos pessoais e/ou de grupos específicos, dissociada do conflito capital trabalho. De acordo com tal concepção, a sociedade estaria polarizada entre “pobres” e “não pobres”, entre “excluídos” e “privilegiados”. As autoridades da área econômica passam a defender a possibilidade da superação da pobreza por meio de ações pontuais do Estado, pelo redirecionamento dos gastos orçamentários da área social, sem nenhum questionamento à destinação de parcela significativa do orçamento da União para o pagamento da dívida pública e ao modo de produção da vida social que produz e reproduz a pobreza.

Para o Ministério da Fazenda, os gastos sociais com maior poder de superação da pobreza e das desigualdades sociais seriam os gastos com a educação básica e os programas de renda mínima (assistência social). A definição de quais seriam os gastos sociais prioritários trouxe consequências para o financiamento das universidades federais, considerado um gasto social regressivo, destinado para “privilegiados”, para “não pobres”. O Ministério da Fazenda concluiu que “[...] a canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduz o montante de recursos disponível para os demais estágios da educação” (BRASIL, 2003a, p. 52).

Tabela 1 - Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) no período 2003-2014, a preços de janeiro de 2015 - IPCA

ANO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	REFINANCIAMENTO	TOTAL DESPESAS DÍVIDA PÚBLICA
2003	119.962.336.006	166.005.164.472	700.076.814.314	986.044.314.791
2004	131.513.188.604	138.438.410.929	632.714.913.736	902.666.513.269
2005	147.404.021.891	86.724.811.395	822.205.460.073	1.056.334.293.359
2006	240.512.368.071	198.169.561.241	593.873.612.131	1.032.555.541.443
2007	215.192.702.615	149.035.008.087	575.594.275.257	939.821.985.959
2008	160.141.105.353	250.668.091.351	401.716.010.460	812.525.207.164
2009	171.836.746.804	354.987.245.462	362.614.152.108	889.438.144.374
2010	160.992.741.296	187.818.155.534	489.560.773.994	838.371.670.824
2011	162.165.600.909	135.035.439.580	578.947.584.182	876.148.624.671
2012	157.395.034.495	377.742.057.814	348.907.366.321	884.044.458.630
2013	156.639.369.015	368.424.847.547	269.123.384.644	794.187.601.206
2014	177.116.101.549	200.350.999.455	639.282.217.660	1.016.749.318.664
TOTAL 2003-2014	2.000.871.316.606	2.613.399.792.866	6.414.616.564.880	11.028.887.674.353

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa - GND e por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2014).

Assim, o gasto público federal deveria ser direcionado à educação básica, pois este nível de educação proporcionaria maiores benefícios aos pobres. O subfinanciamento crônico da educação brasileira, decorrente do modelo de desenvolvimento econômico, foi convertido, pelo Ministério da Fazenda, numa disputa entre os “pobres”, beneficiários da educação básica, e os “ricos” e “privilegiados”, beneficiários da educação superior pública. Esse tipo de conclusão, equivocada, procura ocultar que o verdadeiro problema do financiamento da educação brasileira não reside no fato de o gasto com a educação superior ser

excessivo, mas na insuficiência dos investimentos na educação básica e no fato de que a maior parte dos recursos da União é destinada para garantir a rentabilidade do capital financeiro, por meio do pagamento de uma dívida pública não auditada, sobre a qual pairam graves indícios de ilegalidade.

No período de 2003 a 2014, dando continuidade à política econômica de Fernando Henrique, os governos Lula e Dilma trataram como prioridade absoluta a destinação de recursos públicos para honrar o pagamento da dívida pública, conforme demonstrado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 2 - Despesas da União com juros e amortizações da dívida pública no período 2003-2014 como percentual das despesas da União em todas as funções e como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) - Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS DA UNIÃO TODAS AS FUNÇÕES (A) Valores pagos	PIB (B)	DESPESAS COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA (C) Valores pagos	(C)/(A) %	(C)/(b) %
2003	1.599.271.284.552	3.250.982.543.168	285.967.500.477	17,88	8,80
2004	1.574.932.579.489	3.472.882.432.679	269.951.599.533	17,14	7,77
2005	1.778.759.728.689	3.603.083.100.642	234.128.833.286	13,16	6,50
2006	1.822.672.879.039	3.837.538.591.583	438.681.929.312	24,07	11,43
2007	1.800.010.827.925	4.176.282.791.289	364.227.710.702	20,23	8,72
2008	1.722.386.962.462	4.518.194.373.219	410.809.196.704	23,85	9,09
2009	1.845.435.778.560	4.613.480.956.582	526.823.992.266	28,55	11,42
2010	1.866.701.930.155	5.129.456.149.500	348.810.896.829	18,69	6,80
2011	1.948.006.282.606	5.414.034.173.400	297.201.040.488	15,26	5,49
2012	2.010.204.722.498	5.533.740.251.451	535.137.092.309	26,62	9,67
2013	1.970.775.142.517	5.701.847.256.570	525.064.216.562	26,64	9,21
2014	2.253.745.233.538	5.740.615.577.871	377.467.101.004	16,75	6,58
Δ 2003-2014	40,92%	76,58%	32,00%		
\bar{x} % 2003-2014				20,74%	8,46%

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa - GND (2003-2014).

Os governos Lula e Dilma destinaram cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R\$ 11,029 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento) (Tab. 1). Esse montante representou, em média, praticamente metade (49,70%) dos recursos orçamentários da União, destinados para todas as áreas de atuação governamental. As despesas da União, em todas as funções, no período analisado atingiu cumulativamente o montante de R\$ 22,193 trilhões. O montante de recursos destinados à dívida pública representou 20 vezes mais que os recursos destinados para a educação (R\$ 542,331 bilhões), 13 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R\$ 819,010 bilhões) e 21 vezes mais que os recursos destinados à assistência social. Os recursos destinados às despesas com previdência social, educação, saúde e assistência social, somados, representaram, em média, aproximadamente, 29% do total das despesas orçamentárias da União.

As despesas da União somente com juros e amortizações da dívida pública (excluídas as despesas com o refinanciamento) representaram, em média, 20,74% das despesas orçamentárias da União (Tab. 2). O Brasil é um dos países que mais gasta com juros sobre a dívida pública. Os juros extorsivos

desperdiçam recursos públicos que poderiam, por exemplo, viabilizar a ampliação de recursos para a educação e para as universidades federais.

O pagamento da dívida pública, sem a realização da auditoria preconizada pela Constituição Federal de 1988¹², continua a exigir do Estado brasileiro uma destinação crescente dos tributos arrecadados para o pagamento de juros, encargos e amortizações a grandes bancos e instituições financeiras, nacionais e internacionais, fundos de investimentos e de pensão. Em menos de trinta anos, a carga tributária brasileira (federal, estadual e municipal) tem crescido continuamente. Em 1986, a carga tributária no Brasil equivalia a 22,39% do PIB e foi elevada para 35,42% em 2014, um crescimento de 58,24% (AMARAL et al., 2015).

O Estado brasileiro tem imposto enorme sacrifício à população, com o aumento da carga tributária e a restrição dos direitos sociais, para garantir o pagamento da dívida, pedra angular da política econômica. Apesar disso, o estoque da dívida (interna e externa) continua crescendo de forma ininterrupta. No período de 1995 a 2014, a União destinou, cumulativamente, R\$ 16,487 trilhões para o pagamento de juros, amortizações e o refinanciamento da dívida e, destes, R\$ 6,013 trilhões somente para

Tabela 3 - Gastos tributários da União com o Prouni e despesas da União com o Fies como percentual do gasto federal total em educação - 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	GASTO FEDERAL TOTAL EM EDUCAÇÃO R\$ (a)	PROUNI	FIES	TOTAL PROUNI + FIES (b)	% (b)/(a)
2003	39.225.224.141	-	1.341.626.724	1.341.626.724	3,42
2004	38.986.086.525	-	1.237.629.607	1.237.629.607	3,17
2005	40.506.998.062	177.086.854	1.305.932.989	1.483.019.844	3,66
2006	46.417.407.282	343.798.715	1.455.157.896	1.798.956.611	3,88
2007	52.832.416.426	535.882.639	1.490.535.757	2.026.418.396	3,84
2008	57.662.164.755	631.266.786	1.699.753.769	2.331.020.555	4,04
2009	68.752.485.193	735.511.137	1.922.681.718	2.658.192.855	3,87
2010	82.428.536.504	762.939.552	2.276.285.230	3.039.224.781	3,69
2011	92.101.478.182	698.659.132	3.052.490.346	3.751.149.478	4,07
2012	87.404.409.903	890.479.903	3.962.044.038	4.852.523.941	5,55
2013	96.526.150.733	830.190.930	8.372.431.851	9.202.622.781	9,53
2014	106.778.671.684	625.001.269	12.528.635.389	13.153.636.658	12,32
Δ 2003-2014	172,22%	-	833,84%	880,42%	

Fonte: a) Fies. Senado Federal (Portal Orçamento). Demonstrativo da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2014). b) Prouni (ano 2014): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) - PLOA 2014; Prouni (ano 2013): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) - 2013; Prouni (anos 2006-2012): Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) - Estimativas Bases Efetivas Ano Calendário 2008-2012; Prouni (ano 2005): IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise, nº 16, nov. 2008.

o pagamento de juros e amortizações. Entretanto, o estoque da dívida interna e externa quase quadruplicou em menos de 20 anos: de R\$ 1,261 trilhão, em 31 de dezembro de 1994, evoluiu para R\$ 4,968 trilhões em 31 de dezembro de 2014.

O Ministério da Fazenda, no início do governo Lula, ao definir as diretrizes da política econômica, recomendou que, além do pagamento da dívida pública, os recursos destinados à assistência social, aos programas de renda mínima, deveriam ser ampliados, pois teriam maior capacidade de redução da pobreza. Em 2003, os recursos destinados à assistência social representavam, proporcionalmente, 0,96% das despesas orçamentárias da União (todas as funções). Em 2014, passaram a representar 3,11% das despesas da União, um crescimento proporcional de 223,83%. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com a assistência social saltaram de R\$ 15,907 bilhões, em 2003, para R\$ 71,054 bilhões, em 2014, um crescimento de 346,68%.

Numa tentativa de construir legitimidade social para a sua proposta de restrição do financiamento das universidades federais, as autoridades da área econômica afirmaram que “[...] cerca de 46% dos

recursos do Governo Central para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população” (BRASIL, 2003b, p. 35). Ao mesmo tempo, tais autoridades apresentavam como solução para viabilizar o acesso dos mais pobres à educação superior “[...] a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas” (BRASIL, 2003b, p. 35). A proposta de financiar o acesso de estudantes pobres à educação superior privada, por meio de empréstimos subsidiados, foi colocada em prática por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em 2004, o governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni) como forma de “democratizar” o acesso da juventude brasileira à educação superior privada.

Em 2003, o governo federal liberou R\$ 1,342 bilhão para o Fies, que representou, na época, 3,42% do orçamento total sob supervisão do Ministério da Educação (MEC). A partir de 2005, o governo federal, para viabilizar o Prouni, passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao Programa. Tais benefícios são contabilizados pela Receita Federal,

Tabela 4 - Despesas da União nas subfunções correlacionadas à educação básica, como percentual das despesas da União (todas as funções) no período de 2003-2014 - Valores em (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2014 (IPCA)

ANO	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (A)	SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO (CORRELACIONADAS À EDUCAÇÃO BÁSICA) ¹	
		R\$ (B)	% B/A
2003	1.656.529.366.566	6.302.215.859	0,38
2004	1.610.244.593.133	3.124.510.057	0,19
2005	1.836.254.366.329	5.455.064.286	0,30
2006	1.885.024.558.316	6.836.020.799	0,36
2007	1.880.377.574.322	8.012.434.094	0,43
2008	1.830.292.203.324	12.951.780.994	0,71
2009	1.963.359.889.516	17.103.248.165	0,87
2010	1.986.084.053.293	24.019.682.980	1,21
2011	2.075.179.376.909	28.442.890.753	1,37
2012	2.032.656.649.882	28.230.899.044	1,39
2013	1.999.301.596.750	28.426.500.282	1,42
2014	2.284.954.042.002	28.770.566.457	1,26
Δ 2003-2014	37,94%	356,52%	231,58%
\bar{x} 2003-2014			0,82%

Fonte: Banco Central do Brasil (PIB - Produto Interno Bruto em R\$ correntes); Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção (2003-2014).

¹Despesas com ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação especial e educação básica, bem como a subfunção transferências à educação básica, vinculada à função encargos especiais.

Tabela 5 - Despesas da União com as universidades federais, como percentual das despesas da União (todas as funções) - 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS TOTAIS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (A)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS	
		R\$ (B)	% B/A
2003	1.656.529.366.566	16.827.902.088	1,02
2004	1.610.244.593.133	19.060.833.662	1,18
2005	1.836.254.366.329	18.408.298.661	1,00
2006	1.885.024.558.316	22.562.547.967	1,20
2007	1.880.377.574.322	24.222.544.228	1,29
2008	1.830.292.203.324	26.073.363.294	1,42
2009	1.963.359.889.516	30.706.012.287	1,56
2010	1.986.084.053.293	35.426.933.937	1,78
2011	2.075.179.376.909	37.802.840.192	1,82
2012	2.032.656.649.882	35.370.114.929	1,74
2013	1.999.301.596.750	39.017.383.884	1,95
2014	2.284.954.042.002	41.076.643.811	1,80
Δ 2003-2014	37,94%	144,10%	76,47%
\bar{x} 2003-2014			1,48%

Fonte: Banco Central do Brasil (PIB - Produto Interno Bruto em R\$ correntes); Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção (2003-2014).

como gastos tributários da União. Em 2014, o governo federal liberou R\$ 13,154 bilhões para o Fies e o Prouni. Essas despesas passaram a representar 12,32% do orçamento total sob supervisão do MEC. Em termos financeiros, os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni, cresceram 880,42%: de R\$ 1,342 bilhão, em 2003, para R\$ 13,154 bilhões, em 2014.

Ao priorizar a ampliação do acesso da educação superior por meio de instituições privadas e ao propor a focalização do investimento público na educação básica, o Ministério da Fazenda indicava, como desdobramento, a restrição dos recursos da União para manutenção das universidades federais e a participação preponderante das instituições privadas na oferta do ensino superior.

Para verificarmos se houve ampliação dos recursos da Educação Básica, será necessário analisar, de forma discriminada, os recursos investidos em educação pelo governo federal, distinguindo os recursos destinados à Educação Básica daqueles aplicados na manutenção das universidades federais.

Os números apresentados revelam que houve um crescimento das despesas nas subfunções correlacionadas à educação básica, quando comparadas às despesas da União em todas as funções (Tab. 4). Tal

crescimento foi verificado especialmente a partir do ano de 2007. Em 2003, os recursos destinados à Educação Básica representavam, em termos proporcionais, 0,38% das despesas da União (todas as funções) e, em 2014, passaram a representar 1,26% das despesas da União, um crescimento de 231,58%. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com a Educação Básica saltaram de R\$ 6,302 bilhões, em 2003, para R\$ 28,771 bilhões, em 2014, um crescimento de 356,52%.

A ampliação, em termos reais, dos recursos destinados à Educação Básica é um fato muito positivo. Entretanto, a necessária ampliação dos recursos destinados à Educação Básica não pode ser utilizada como “justificativa” para propor a restrição dos recursos destinados às universidades federais, a exemplo do que autoridades vinculadas ao Ministério da Fazenda têm feito.

O financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma

Na análise dos recursos efetivamente destinados às universidades federais¹³, procuramos verificar se houve a ampliação de tais recursos e, ao mesmo

Tabela 6 - Despesas da União com as universidades federais como percentual das despesas com juros e amortizações e com as despesas totais com a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento): 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS TOTAIS COM A DÍVIDA (JUROS, AMORTIZAÇÕES E REFINANCIAMENTO) (A)	DESPESAS COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA (B)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS (C)	(C)/(A) %	(C)/(B) %
2003	986.044.314.791	285.967.500.477	16.827.902.088	1,71	5,88
2004	902.666.513.269	269.951.599.533	19.060.833.662	2,11	7,06
2005	1.056.334.293.359	234.128.833.286	18.408.298.661	1,74	7,86
2006	1.032.555.541.443	438.681.929.312	22.562.547.967	2,19	5,14
2007	939.821.985.959	364.227.710.702	24.222.544.228	2,58	6,65
2008	812.525.207.164	410.809.196.704	26.073.363.294	3,21	6,35
2009	889.438.144.374	526.823.992.266	30.706.012.287	3,45	5,83
2010	838.371.670.824	348.810.896.829	35.426.933.937	4,23	10,16
2011	876.148.624.671	297.201.040.488	37.802.840.192	4,31	12,72
2012	884.044.458.630	535.137.092.309	35.370.114.929	4,00	6,61
2013	794.187.601.206	525.064.216.562	39.017.383.884	4,91	7,43
2014	1.016.749.318.664	377.467.101.004	41.076.643.811	4,04	10,88
TOTAL 2003-2014	11.028.887.674.353	4.614.271.109.473	346.555.418.940	3,14%	7,51%

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos demonstrativos (2003 - 2014) da Execução Orçamentária por Órgão e Unidades Orçamentárias e Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa - GND.

Tabela 7 - Despesas da União com as universidades federais, como percentual das despesas com a função Educação: 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO (A)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS	
		R\$ (B)	% A/B
2003	26.884.296.223	16.827.902.088	62,59
2004	25.767.606.329	19.060.833.662	73,97
2005	26.856.681.601	18.408.298.661	68,54
2006	31.319.091.126	22.562.547.967	72,04
2007	37.409.814.975	24.222.544.228	64,75
2008	41.075.120.934	26.073.363.294	63,48
2009	50.844.792.868	30.706.012.287	60,39
2010	64.007.866.621	35.426.933.937	55,35
2011	72.340.209.676	37.802.840.192	52,26
2012	67.632.051.183	35.370.114.929	52,30
2013	75.575.245.707	39.017.383.884	51,63
2014	84.649.023.540	41.076.643.811	48,53
Δ 2003-2014	214,86%	144,10%	-22,46%
̄ 2003-2014			60,49%

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos Demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção (2003-2014).

tempo, estabelecer uma comparação com os recursos destinados ao pagamento da dívida pública, com as despesas com a função educação, com as despesas com as subfunções correlacionadas à educação básica e os recursos destinados ao ensino superior privado, por meio do Fies e do Pronui.

Em 2003, os recursos destinados às universidades federais representavam, proporcionalmente, 1,02%

das despesas da União (todas as funções). Em 2014, passaram a representar 1,80% das despesas da União, um crescimento proporcional de 76,47%. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 16,828 bilhões, em 2003, para R\$ 41,077 bilhões, em 2014, um crescimento de 144,10%.

Ao comparamos os recursos destinados às univer-

Tabela 8 - Despesas da União com as universidades federais e com as subfunções típicas da educação, correlacionadas à educação básica, como percentual das despesas da União (todas as funções) - 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (A)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS		DESPESAS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA	
		R\$ (B)	% B/A	R\$ (C)	% C/A
2003	1.656.529.366.566	16.827.902.088	1,02	6.302.215.859	0,38
2004	1.610.244.593.133	19.060.833.662	1,18	3.124.510.057	0,19
2005	1.836.254.366.329	18.408.298.661	1,00	5.455.064.286	0,30
2006	1.885.024.558.316	22.562.547.967	1,20	6.836.020.799	0,36
2007	1.880.377.574.322	24.222.544.228	1,29	8.012.434.094	0,43
2008	1.830.292.203.324	26.073.363.294	1,42	12.951.780.994	0,71
2009	1.963.359.889.516	30.706.012.287	1,56	17.103.248.165	0,87
2010	1.986.084.053.293	35.426.933.937	1,78	24.019.682.980	1,21
2011	2.075.179.376.909	37.802.840.192	1,82	28.442.890.753	1,37
2012	2.032.656.649.882	35.370.114.929	1,74	28.230.899.044	1,39
2013	1.999.301.596.750	39.017.383.884	1,95	28.426.500.282	1,42
2014	2.284.954.042.002	41.076.643.811	1,80	28.770.566.457	1,26
Δ 2003-2014	37,94%	144,10%	76,47%	356,52%	231,58%
\bar{x} 2003-2014			1,47%		0,82

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção (2003-2014).

sidades federais com os recursos destinados à dívida pública, comprova-se a absoluta prioridade, conferida pelo Ministério da Fazenda, para o pagamento da dívida pública (Tab. 6).

Se considerarmos apenas as despesas com juros e amortizações (Tab. 6), o montante de recursos do orçamento da União empregado já é bastante elevado. No período de 2003 a 2014, a União destinou, cumulativamente, R\$ 4,6¹⁴ trilhões, o equivalente a R\$ 384,523 bilhões ao ano, para o pagamento de juros e amortizações da dívida. Nesse mesmo período, as universidades federais receberam da União, cumulativamente, R\$ 346,555 bilhões, o equivalente a R\$ 28,880 bilhões ao ano. As universidades federais receberam treze vezes menos recursos que os destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Os recursos destinados, cumulativamente, às universidades federais no período analisado representaram 7,51% dos recursos destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Ao considerarmos as despesas totais com juros, amortizações e com o refinanciamento da dívida (Tab. 6), a União destinou cumulativamente, no período de 2003 a 2014, R\$ 11,029 trilhões, o equiva-

lente a R\$ 919,074 bilhões ao ano para o pagamento da dívida. Nesse mesmo período, as universidades federais receberam, cumulativamente, R\$ 346,555 bilhões, o equivalente a R\$ 28,880 bilhões/ano. As universidades federais receberam praticamente 32 vezes menos recursos que os destinados ao pagamento dos juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública. Os recursos destinados, cumulativamente, às universidades federais no período em tela representaram apenas 3,14% das despesas totais do governo federal com a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento).

Apesar do aumento dos recursos destinados às universidades, especialmente durante o governo Lula, tais instituições, proporcionalmente, têm perdido espaço na partilha dos recursos da União destinados, por exemplo, às despesas com a função Educação.

Na análise da Tabela 7, verifica-se que, em termos financeiros, no período de 2003 a 2014 houve crescimento de 144,10% dos recursos destinados às universidades federais: de R\$ 16,828 bilhões para R\$ 41,077 bilhões. Entretanto, houve uma redução proporcional dos recursos destinados, quando comparados com as despesas da União com a função educa-

Tabela 9 - Despesas da União com as universidades federais como percentual dos recursos destinados ao Fies e Prouni - 2003-2014 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS (A)	DESPESAS COM O FIES E O PROUNI	
		R\$ (B)	% A/B
2003	16.827.902.088	1.341.626.724	7,97
2004	19.060.833.662	1.237.629.607	6,49
2005	18.408.298.661	1.483.019.844	8,06
2006	22.562.547.967	1.798.956.611	7,97
2007	24.222.544.228	2.026.418.396	8,37
2008	26.073.363.294	2.331.020.555	8,94
2009	30.706.012.287	2.658.192.855	8,66
2010	35.426.933.937	3.039.224.781	8,58
2011	37.802.840.192	3.751.149.478	9,92
2012	35.370.114.929	4.852.523.941	13,72
2013	39.017.383.884	9.202.622.781	23,59
2014	41.076.643.811	13.153.636.658	32,02
Δ 2003-2014	144,10%	880,42%	

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base nos Demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção (2003-2014).

ção. Em termos proporcionais, houve um decréscimo de 22,46% dos recursos destinados às universidades federais, quando comparados com os recursos destinados à função educação (de 62,59% para 48,53%). Os recursos destinados às universidades federais, especialmente a partir de 2007, vêm sendo proporcionalmente reduzidos quando comparados com as despesas com a função Educação (Tab. 7). O percentual das despesas com a função educação destinado às universidades federais em 2014 (48,53%) foi menor do que o percentual destinado em 2003 (62,59%).

No período analisado, os recursos destinados à educação básica, comparados com as despesas da União (todas as funções), cresceram, proporcionalmente, 231,58% (de 0,38% para 1,26%), enquanto os recursos destinados às universidades apresentaram um crescimento de 76,47% (de 1,02% para 1,80%), confirmando a prioridade governamental dos investimentos neste último nível de ensino. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais elevaram-se de R\$ 16,828 bilhões, em 2003, para R\$ 41,077 bilhões, em 2014, um crescimento de 144,10%. As despesas com a educação básica foram elevadas de R\$ 6,302 bilhões, em 2003,

para R\$ 28,771 bilhões, em 2014, um crescimento de 231,58% (Tab. 8).

Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 16,828 bilhões, em 2003, para R\$ 41,077 bilhões, em 2014, um crescimento de 144,10%. As despesas com o Fies e o Prouni foram elevadas de R\$ 1,342 bilhões, em 2003, para R\$ 13,154 bilhões, em 2014, um crescimento de 880,42% (Tab. 9). Tal comparação demonstra cabalmente o apoio dos governos Lula e Dilma à expansão da educação superior privada. A transferência de recursos da União para a expansão da educação superior privada foi intensificada no governo Dilma.

A análise do gasto anual por matrícula indica que houve um aumento de 16,70% do gasto anual por matrícula nas universidades federais: de R\$ 29.033 para R\$ 33.880. Entretanto, a partir de 2010, no governo Dilma, ocorreu uma redução de 18,35% do gasto anual por matrícula: de R\$ 41.494, em 2010, para R\$ 33.880, em 2014 (Tab. 10). Tal redução de recursos decorreu da expansão das matrículas, verificada especialmente a partir de 2009, como resultado da implantação do Reuni.

**Tabela 10 - Gasto anual por matrícula nas universidades federais no período de 2003-2014
- Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2015 (IPCA)**

ANO	RECURSOS DESTINADOS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS (A) R\$	Nº MATRICULAS GRADUAÇÃO ¹ (B)	Nº MATRICULAS PÓS-GRADUAÇÃO ² (C)	Nº MATRICULA TOTAL (D) = (B)+(C)	GASTO ANUAL POR MATRÍCULA ³ (A)/(D) R\$
2003	16.827.902.088	527.719	51.897	579.616	29.033
2004	19.060.833.662	533.892	54.120	588.012	32.416
2005	18.408.298.661	549.171	58.054	607.225	30.315
2006	22.562.547.967	556.231	62.780	619.011	36.449
2007	24.222.544.228	578.536	67.896	646.432	37.471
2008	26.073.363.294	600.772	73.420	674.192	38.674
2009	30.706.012.287	696.693	80.857	777.550	39.491
2010	35.426.933.937	763.891	89.902	853.793	41.494
2011	37.802.840.192	842.606	99.904	942.510	40.109
2012	35.370.114.929	885.716	108.990	994.706	35.558
2013	39.017.383.884	1.015.868	119.259	1.135.127	34.373
2014	41.076.643.811	1.085.455 ⁽¹⁾	126.963 ⁽²⁾	1.212.418	33.880
Δ 2003-2014	144,10%	105,69%	144,64%	109,18%	16,70%

Fonte: CAPES, 2015 (GeoCapes); INEP. Censo da Educação Superior (2003-2013); Senado Federal (Portal Orçamento - SIGA Brasil). Elaboração do autor com base no Demonstrativo da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2014).

¹O número de matrículas na graduação referente ao ano de 2014 foi projetado considerando o crescimento médio anual de 6,85%, ocorrido no período de 2011 a 2013.

²O número de matrículas na pós-graduação referente ao ano de 2014 foi projetado considerando o crescimento médio anual de 6,46% ocorrido no período de 2011 a 2013.

³ O cálculo do gasto anual por matrícula¹⁴ foi definido pela divisão do montante de recursos destinado anualmente às universidades federais pelo número de matrículas de graduação (presenciais) e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Considerações finais

Ao restringir a oferta de ações e serviços sociais, o Estado, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, abriu espaço para o setor privado vender, para aqueles que podem pagar, serviços na área da saúde, previdência e educação superior, por exemplo. Com isso, o Estado pode redirecionar os recursos do fundo público para outras prioridades, como, por exemplo, o financiamento direto ao setor privado, por meio de empréstimos subsidiados, ou a remuneração do capital especulativo, por meio do pagamento dos exorbitantes juros da dívida pública.

Nos governos Lula e Dilma, a dívida pública continuou sendo o principal instrumento para garantir a acumulação do capital, especialmente para garantir a rentabilidade do capital financeiro. Parcela significativa do orçamento da União tem sido utilizada para pagar os juros e encargos da dívida. O escoamento de grande parte do fundo público para as despesas com a dívida acarreta uma redução de recursos disponíveis ao financiamento das políticas sociais.

De maneira mais detalhada, concluímos o que segue. Somente nos governos Lula e Dilma (2003 a 2014), foram destinados mais de R\$ 11,029 trilhões para o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (interna e externa). Mais de R\$ 4,614 trilhões foram gastos com juros e amortizações da dívida pública. Nesse mesmo período, as universidades federais receberam, cumulativamente, R\$ 346,555 bilhões, que representou 3,14% das despesas totais da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública ou 7,51%, se considerarmos as despesas apenas com juros e amortizações.

Além disso, a comparação entre o crescimento, em termos financeiros, dos recursos destinados às universidades federais (144,10%) com a elevação dos recursos destinados à educação básica (356,52%), no período de 2003 a 2014, revelou que houve uma prioridade dos investimentos neste último nível de ensino, conforme orientação do Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda (BRASIL, 2003a; 2003b) considera que os gastos com educação básica são mais apropriados ao combate à pobreza. A despesa

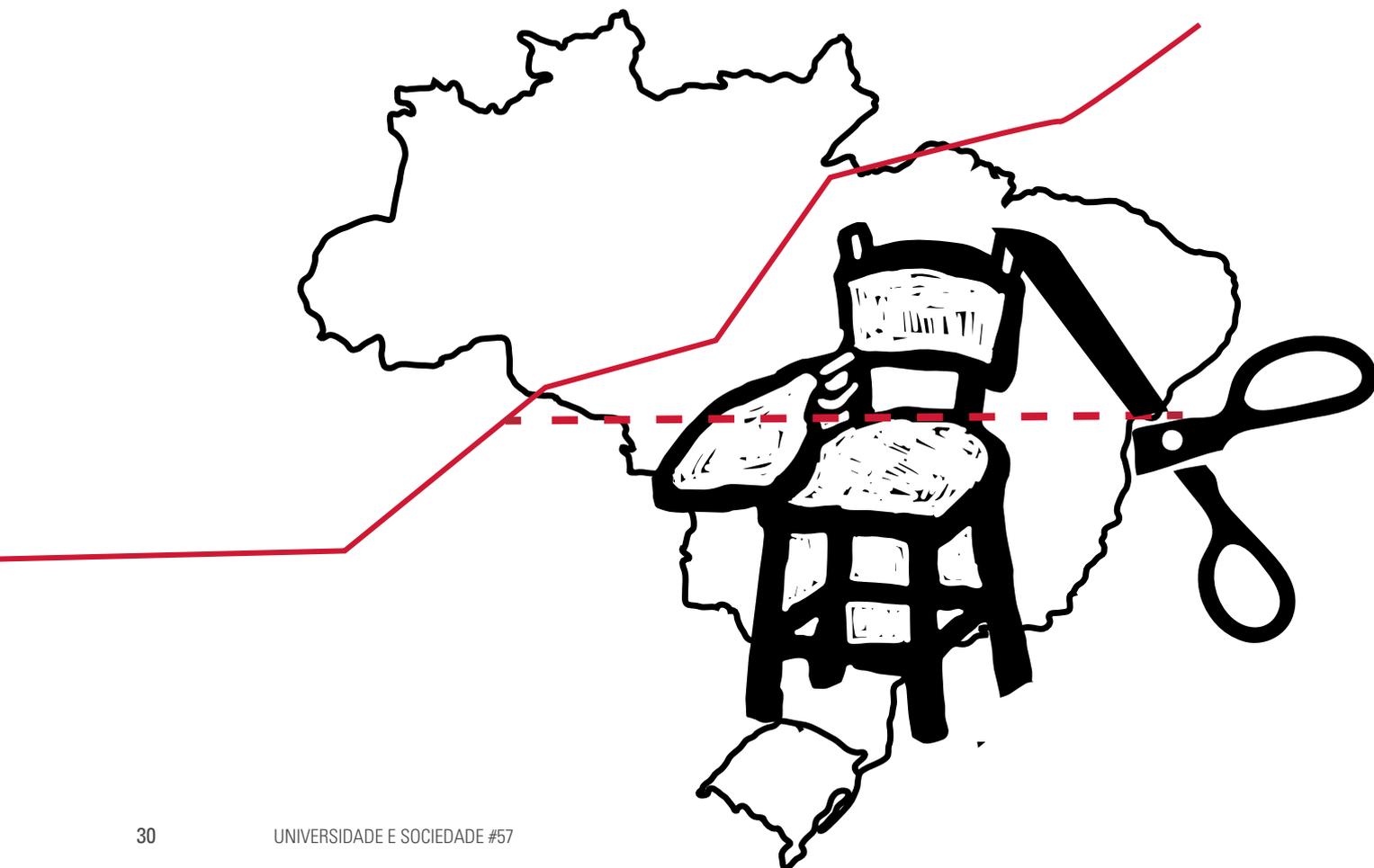
com a educação básica, se comparada às despesas da União em todas as funções, apresentou um crescimento proporcional de 231,58%. Enquanto os recursos destinados às universidades federais, no mesmo período, apresentaram um crescimento proporcional de 76,47%. Por óbvio, esta lógica define o tamanho do ensino superior público.

No caso das instituições de ensino superior privadas, a destinação de recursos públicos, por meio do Fies e do Prouni, deu-se elevando as despesas de R\$ 1,342 bilhões, em 2003, para R\$ 13,154 bilhões, em 2014, um crescimento de 880,42%.

As políticas sociais, apesar da resistência de setores da classe trabalhadora, têm sido transformadas em ações pontuais e compensatórias, direcionadas aos efeitos mais perversos da crise. Tais políticas se opõem radicalmente ao padrão público e universal de proteção social, formalmente instituído pela Constituição Federal de 1988, que determinou como direito de todos e dever do Estado a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social. As promessas de democracia e justiça social, veiculadas pela Constituição Federal,

foram adiadas pela prática de diferentes governos (de Sarney a Dilma), que adotaram políticas para garantir o pagamento da dívida pública como uma prioridade absoluta, impedindo, assim, a consolidação efetiva de um sistema de proteção social fundado no acesso universal a bens de consumo coletivo e na ampliação dos direitos sociais.

O atendimento de parte das reivindicações das classes subalternizadas, por meio de políticas compensatórias, cuja maior expressão é o Programa Bolsa-Família (a partir do governo Lula), fez-se pelo afastamento dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Ao invés de questionar a exploração imposta pelo modo de produção capitalista, os governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) adotaram estratégias de enfrentamento à pobreza e à exclusão social que negam o antagonismo das classes, procurando conciliar interesses inconciliáveis, buscando, a todo o custo, obter o consenso ativo e passivo de grande parte dos trabalhadores e dos miseráveis em proveito da manutenção de um modelo de desenvolvimento econômico que reproduz estruturalmente a pobreza e a miséria para a classe trabalhadora e, concomi-



tantemente, a riqueza crescente para os detentores do grande capital. Nesse sentido, a emergência dos programas de renda mínima, como é o caso do Bolsa Família, constitui-se numa tentativa de atenuar os reflexos da crise capitalista.

A crise econômica, que tem se manifestado mais intensamente no governo Dilma, acarretou graves consequências para a geração de novos postos de trabalho e tem levado ao aumento do desemprego. A partir de 2010, houve uma redução da criação de empregos formais e o consequente aumento do número de desempregados. Em 2010, durante todo o ano, foram criados 2.543.177 empregos formais. Em 2014, foram criados apenas 396.993 empregos. A geração de empregos, em todo o ano de 2014, representou uma queda de 64,4% em relação ao número de empregos criados em 2013. Tais números indicam o lugar dos trabalhadores nas gestões capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Ao implementar os cortes orçamentários, por meio das chamadas medidas de ajuste, o governo Dilma define quais são os beneficiários da política econômica. A análise da execução dos recursos orçamentários da União, no período de 2003 a 2014, revelou que o governo federal tem ampliado o espaço de valorização do capital quando, por exemplo, amplia o repasse de recursos públicos para os grandes grupos financeiros/educacionais, por meio do Fies e do Prouni, privilegia o pagamento da dívida pública e privatiza os Hospitais Universitários, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Além disso, os governos Lula e Dilma deram continuidade à política de privatização de nossas riquezas minerais, portos, aeroportos e ferrovias, por meio das chamadas concessões ao setor privado.

O ajuste fiscal, focado no superávit primário, procura proteger os interesses dos detentores do capital produtivo e dos títulos da dívida pública. Por outro lado, acarreta como consequência a restrição de direitos da classe trabalhadora, provoca perdas salariais para trabalhadores em geral e para os servidores públicos, desestrutura carreiras, intensifica e precariza as condições de trabalho. Todos esses ataques colocam em risco o serviço público.

Os constantes cortes no orçamento da educação resultarão numa deterioração crescente da educação

pública e das universidades federais. Sem o financiamento suficiente, a expansão do número de matrículas verificada nas universidades federais nos últimos anos, longe de representar a apregoada democratização do acesso à educação superior, resultará no aprofundamento da precarização das condições de trabalho, na degradação da qualidade do ensino ofertado e da produção científica realizada nessas instituições. **US**

notas

1. Este artigo apresenta parte das reflexões contidas na tese apresentada, em agosto de 2015, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ). O trabalho foi orientado pela prof^a Deise Mancebo (UERJ) e coorientado pela prof^a Dr^a Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA). A tese de doutorado é resultado parcial da pesquisa “Expansão da Educação Superior no Brasil (OBEDUC)” - subprojeto “Políticas de Financiamento da Educação Superior no Brasil” - financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior da Região Oeste do Paraná - Sinteoeste, no período de 2001 a 2003. Ex-presidente do Sindicato de Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Adunioeste, no período de 2007 a 2011. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - GEPPES (Unioeste/CNPq) e da Rede Universitatis/BR. Coordenador do Núcleo Paraná - região oeste da Auditoria Cidadã da Dívida. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ).

3. Para Fattorelli (2013, p. 44), a dívida pública “Corresponde a obrigações assumidas pelo Estado – em âmbito federal, estadual ou municipal – ou por entidades do setor público (Banco Central, empresas públicas etc.). A dívida pública pode ser externa ou interna, direta ou indireta. Em seu aspecto formal, a dívida pode ser contratual (quando está formalizada em contrato firmado entre o devedor e o credor) ou mobiliária (quando são emitidos títulos públicos)”. No caso da dívida imobiliária (na forma de títulos públicos emitidos), não há uma distinção muito clara entre dívida interna e externa. Teoricamente, a dívida interna seria “a dívida contraída em moeda nacional junto a residentes no país” e a dívida externa seria “a dívida contraída em moeda estrangeira (dólar, ouro, iene, libra etc.) junto a residentes no exterior” (FATTORELLI, 2013, p. 45). Na prática, em tempos de desregulamentação financeira, os títulos da dívida interna poderão ser comprados por bancos estrangeiros e, nesse caso, a dívida “interna” converter-se em “externa” e os títulos da dívida externa poderão ser emitidos em moeda nacional, como ocorreu no Brasil, a partir de 2005. Além disso, residentes no país também poderão comprar títulos de dívida externa.

4. Para Chesnais (2005, p. 37), “por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações –, mantendo-os fora da produção de bens e serviços.”

5. De acordo com Kon (1991), a formação Bruta de Capital Fixo é a medida estatística do investimento físico da economia determinada pelo estoque de Capital Fixo (máquinas, equipamentos, instalações e obras de infraestrutura, dentre outros). O crescimento do capital fixo indica o crescimento da riqueza real de um determinado país ou região. Diz respeito às riquezas historicamente acumuladas e destinadas ao desenvolvimento das atividades produtivas. É, portanto, um indicador da capacidade vigente e futura de desenvolvimento da economia e do esforço no sentido da expansão de seu potencial produtivo. Para Sandroni (1999, p. 80), o capital fixo, “de acordo com a concepção marxista, é a parte não circulante do capital constante, isto é, a parte do capital utilizada para a expansão das atividades produtivas”, como, por exemplo, a aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, construção de obras de infraestrutura.

6. No Brasil, e também em outros países da América Latina, ao longo de sua história não ocorreu a implantação de um abrangente sistema de proteção social, o chamado Estado de bem-estar social. A consolidação efetiva de um sistema de proteção social permanece como uma promessa não realizada da Constituição Federal de 1988. Nos países do capitalismo central, as medidas anticrise ditadas pelo neoliberalismo provocaram a destruição dos direitos e a restrição das políticas sociais, com a instituição da seletividade, focalização e da instituição de critérios rigorosos de acesso e abandono de princípios como a universalidade e redistributividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, apud BOSCHETTI, 2010). No Brasil, o ideário neoliberal passa a ser divulgado no momento que o país vive um processo de restituição do Estado democrático, após um longo período de ditadura militar, e encontra, inicialmente, um contexto pouco favorável à sua disseminação. No Brasil, diferentemente do que ocorria na Europa, no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, há uma retomada da organização sindical e popular. A Constituição Federal Brasileira, aprovada em 1988, ampliou os direitos e as políticas sociais. Essa especificidade do caso brasileiro, em relação àquilo que vinha ocorrendo na Europa e em outros países capitalistas centrais, resultou num tensionamento permanente entre a formalidade da lei que ampliou direitos sociais e sua materialização num contexto mundial de crise e reestruturação do capital, orientada por uma perspectiva neoliberal de restrição de direitos e políticas sociais.

7. Na recente crise que assolou a Europa, foram visíveis os esforços dos governos e de instituições internacionais que destinaram milhões de dólares no socorro às grandes instituições do mercado financeiro e algumas grandes empresas transnacionais. Com isso, muitos Estados europeus, para proteger o setor privado dos efeitos da crise, ampliaram significativamente o montante da dívida pública. De acordo com Fattorelli (2013), no período de dezembro de 2007 a junho de 2010, uma auditoria realizada pelo Departamento de Contabilidade Governamental comprovou que o governo dos EUA transferiu, secretamente, mais de US\$ 16 trilhões a grandes bancos e empresas sob a forma de empréstimos a taxas de juros próximas a zero.

8. Para Benayon e Rezende (2006, p. 14-16), no Brasil, “De 1986 para 1988-89, o serviço da dívida foi multiplicado por 11 [...]. O desmedido crescimento das despesas e do estoque [da dívida pública] resultou no enfraquecimento da economia brasileira, submetendo o País a cada vez maior controle político por parte dos grandes grupos financeiros”.

9. A titularização refere-se à conversão de dívidas contratuais em dívidas mobiliárias negociáveis nos mercados financeiros internacionais.

10. A dívida pública sempre desempenhou um papel importante no processo de acumulação do capital. Marx (1984, p. 288), ao tratar do processo que engendrou o modo de produção capitalista, a chamada acumulação primitiva, destacou a importância da dívida pública nesse período: “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva [ao lado da pilhagem colonial, do tráfico de escravos, da apropriação privada de terras comunais e do protecionismo, por exemplo]. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora [...]”. É importante sublinhar que, para Marx (1984), a dívida pública, no período da acumulação primitiva, era um instrumento para alavancar recursos para o nascente processo de industrialização. Tais recursos eram direcionados para impulsionar as atividades produtivas, diferentemente do que ocorre nos dias de hoje. A dívida pública, atualmente, é um instrumento para garantir, principalmente, a rentabilidade do capital na esfera financeira. Além disso, Marx (1984) deixa claro que os recursos da dívida pública, transacionados no mercado internacional de crédito, no período da acumulação primitiva, a exemplo do que ocorre nos dias atuais, tinham origem na esfera da produção, resultante muitas vezes da superexploração do trabalho de adultos e até mesmo do trabalho infantil.

11. A defesa da focalização, de acordo com Saraiva (2004), fundamenta-se na ideia de que a aplicação dos recursos públicos nesse tipo de política social seria mais eficiente e racional. Seria mais barato, pois atenderia apenas aos que mais necessitam e não a todos indistintamente, como é o caso de políticas sociais de caráter universal. No caso das políticas sociais focalizadas, “[...] a ideia seria tratar os diferentes diferentemente, ou seja, por exemplo, garantir educação gratuita para aqueles que efetivamente não tenham condições de ter acesso a esse tipo de bem ou serviço por seus próprios meios” (MEDEIROS, apud SARAIVA, 2004, p. 93).

12. O artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 que determinou que “no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. [...] Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível”.

13. Para tanto, utilizamos o Demonstrativo da Execução Orçamentária por Unidades Orçamentárias para analisar os recursos repassados para cada uma das universidades federais, incluindo os recursos para a manutenção de seus hospitais universitários. A partir de 2009, os Hospitais Universitários foram transformados em Unidades Orçamentárias próprias. Os recursos destinados às outras instituições federais de ensino superior (os Institutos Federais e os Cefets ainda existentes) não são objeto de análise deste artigo.

14. O cálculo do gasto anual por matrícula teve como objetivo apenas estabelecer um padrão de comparação entre os recursos destinados às universidades federais no período de 2003 a 2014. Não se trata de definir o custo aluno. Para mais informações a respeito da complexa discussão e definição do custo aluno na educação superior, consultar: Amaral; Pinto (2011, 2010).

- AMARAL, Gilberto Luiz; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Leticia Mary Fernandes; YASBEK, Cristiano Lisboa. **Evolução da Carga Tributária Brasileira**. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. 2015 (maio). Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/2142/05EvolucaoDaCargaTributariaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- AMARAL, Nelson Cardoso; PINTO José Marcelino Resende. O financiamento das IES brasileiras em 2005-recursos públicos, privados e custo do aluno. **Cadernos ANPAE**, v. 11, p. 150-165, 2011.
- _____.; _____. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. *Série-Estudos (UCDB)*, v. 30, p. 51-70, 2010.
- BENAYON, Adriano; REZENDE, Pedro Antonio Dourado. **Anatomia de uma Fraude à Constituição**. Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cic.unb.br/docentes/pedro/trabs/fraudeac_files/fraudeac.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: _____.; et. al (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 64-85.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília, 2003a.
- _____. _____. **Gasto social do Governo Central: 2001-2002**. Brasília, 2003b.
- _____. _____. 1964. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em 10 de mar. de 2013.
- CASTELO, Rodrigo. O Social-liberalismo e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 46-77.
- CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. _____. **A mundialização financeira: Gênese, custo e apostas**. Tradução de Marta Roldão. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- _____. _____. **A Mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. Auditoria cidadã da dívida. **Auditoria cidadã da dívida dos estados**. Brasília: Inove, 2013.
- GOBETTI, Sérgio Wulff.; ORAIR, Rodrigo Octávio. Classificação e Análise das Despesas Públicas Federais pela Ótica Macroeconômica. (2002-2009). **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, nº 1485, p. 1-39, abr., 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1485.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- KON, Anita. A Formação Bruta de Capital Fixo do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 5 (4), p. 105-112, out-dez. 1991. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n04/v05n04_15.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

referências

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº 41, out. 1999, p. 69-89.

MARX, Karl. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva** (Cap. XXIV). In: _____. O Capital: crítica da economia política. (vol. I, t. 2.). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **A crise Estrutural do Capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-178.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1999. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2015.

SARAIVA, André Luis Lara Resende. Políticas sociais: focalização *versus* universalização. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, n. 3, p. 91-89, jul./set. 2004.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária** – (Gastos Tributários) – PLOA 2014. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2014>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. _____. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária** – 2013 (Gastos Tributários). Agosto 2013. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2013>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. _____. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária** (Gastos Tributários) - Estimativas Bases Efetivas Ano Calendário 2012 - Série 2010 a 2014. Março 2015, 2014, 2013, 2012, 2011. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da Execução Orçamentária: 2003-2014**. Portal Orçamento (Siga Brasil). Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil>. Acesso em: 10 jan. 2015.

referências

Fragmentação dos movimentos sociais nas universidades da América Latina: 1990-2015

Otacilio Antunes Santana

Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: otacilio.santana@ufpe.br

Resumo: A tentativa da fragmentação dos movimentos sociais nas universidades da América Latina é um tema recorrente na literatura, visto a agenda imposta aos agentes universitários (docentes, discentes, técnicos e servidores terceirizados). Essa agenda ocupa, aliena, deslegitima e aterroriza esses agentes e enfraquecem os movimentos sociais que lutam em prol da manutenção dos princípios fundantes da universidade. Os objetivos deste texto foram: i) analisar as palavras que mais apareceram nos discursos dos textos acadêmicos selecionados em diversas bases de recuperação da informação científica, através dos termos de indexação: 'Crise'; 'Universidade' e 'América Latina'; e ii) discuti-las pelas próprias referências registradas e pelas palavras que conectam com os termos: docentes, discentes, técnicos e servidores terceirizados. Isso na intenção de responder à seguinte pergunta: Existe uma agenda do capital para fragmentar os movimentos sociais nas universidades latino-americanas?

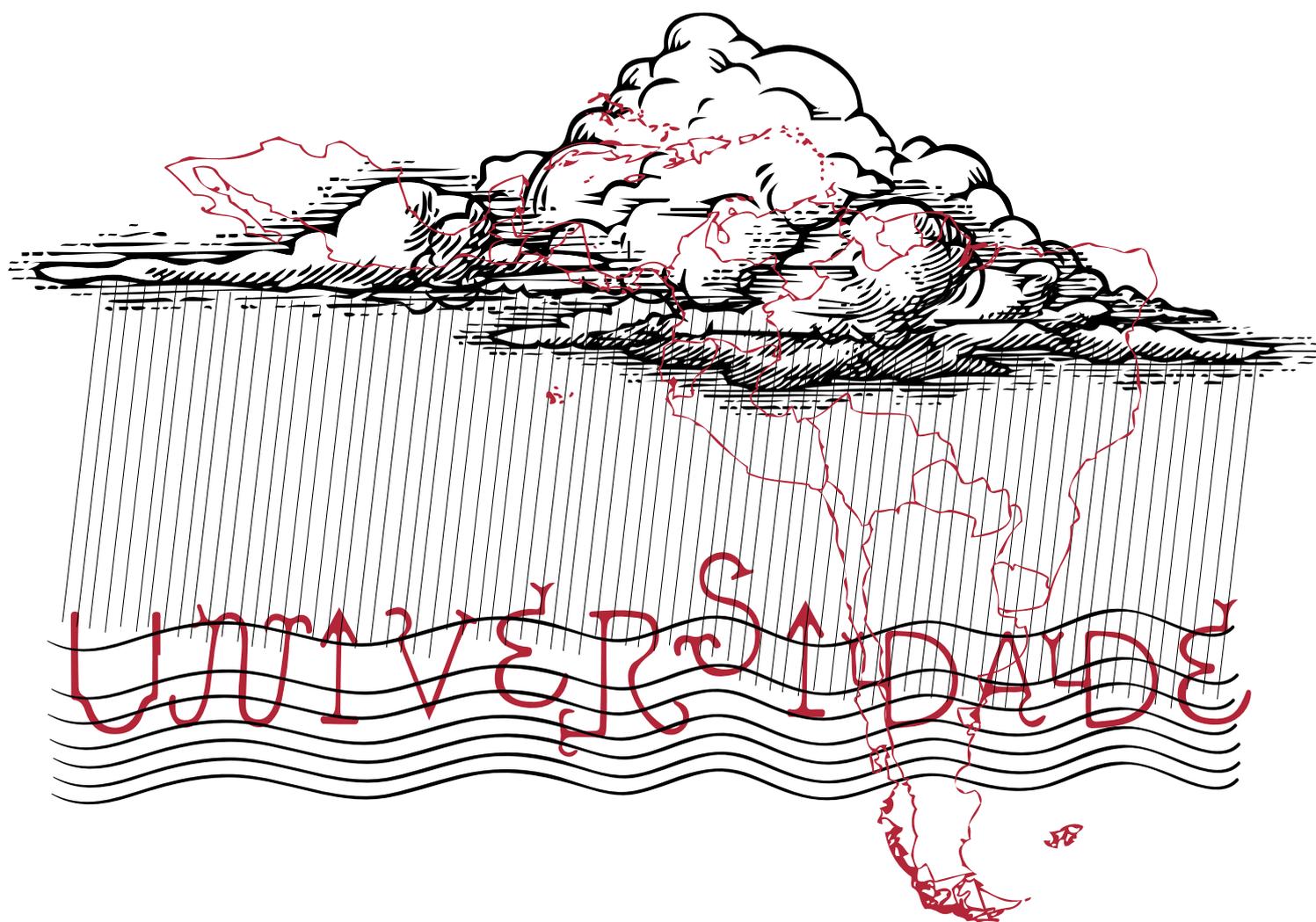
Palavras-chave: Crise. Capitalismo. Resistência Social.

1. Introdução

A cada crise financeira provocada pelo capitalismo, instituições públicas nacionais são abaladas por agendas definidas pelo capital. Essas agendas desestruturam a identidade, natureza, ideia, função e missão dessas instituições. A Universidade, a cada crise, se torna mais global do que regional (identidade), mais heterônoma do que autônoma (natureza),

mais pragmática do que experiencial (ideia), mais produtiva do que crítica e integradora do ensino-pesquisa-extensão (função) e mais formadora de capital humano do que preocupada com desenvolvimento humano (missão) (ORTEGA Y GASSET, 1930; BARNETT, 2008; AMILBURU, 2010 e 2013).

Algumas tendências são impostas à universidade pelo sistema: a austeridade orçamental, a falta de transparência nos *bureaux*, avaliação comparativa



global (meritocracia), a cultura do ranqueamento, as políticas baseadas em pesquisas como investimento (governança) e a cultura da avaliação e auditoria (FANGHANELL, 2012). Com isso, vários autores anunciaram o fim do espírito da Universidade (da sua identidade, natureza, ideia, função e missão) e que, em seu lugar, houve o aparecimento de uma Educação Terciária fundamentada pela produção, certificação, performance, mensurabilidade de serviços e burocratização (AMILBURU, 2011). Orientados por esses fundamentos, os atores universitários passaram de agentes de mudanças sociais (BOURDIEU, 1983) para 'estrategos' (participantes do jogo institucional; CROZIER, 2000).

Os objetivos deste texto foram: i) analisar as palavras que mais apareceram nos discursos dos textos acadêmicos selecionados em diversas bases de recuperação da informação científica, através dos termos de indexação: 'Crise'; 'Universidade' e 'América Latina'; e ii) discuti-las pelas próprias referên-

cias registradas e pelas palavras que conectam com os termos: docentes, discentes, técnicos e servidores terceirizados. Isso na intenção de responder à seguinte pergunta: Existe uma agenda do capital para fragmentar os movimentos sociais nas universidades latino-americanas?

2. Método

Os textos analisados (artigos de periódicos científicos, livros, capítulos de livro, teses e dissertações e trabalhos completos em eventos com publicações seriadas) foram recuperados das bases de dados científicas: Web of Science (Thomson Reuters), Science Direct, Scielo, Taylor & Francis, SAGE Journals, Periódicos CAPES, Banco de Teses e Dissertações e Google Acadêmico. Uma primeira rodada de busca nos campos 'Título', 'Resumo' e 'Palavras-chave' foi realizada com os seguintes termos de indexação, se-

guindo a Lei de Zipf (1932): ‘Crise’ e ‘Universidade’ ou ‘Ensino Superior’ e ‘América Latina’ ou ‘Países da América Latina’. Após listar as referências a partir dessa busca, fez-se uma conexão das palavras das referências encontradas com os termos de indexação (análise de rede): ‘docente’ ou ‘professor’; ‘discente’ ou ‘aluno’; ‘técnico’; e ‘servidor terceirizado’.

As variações em inglês, francês, castelhano, italiano e alemão, singular e plural e termos com mesmo significado também foram executadas. Filtros foram utilizados para evitar repetições ou a presença de referências que continham os termos de indexação, porém não se referiam à discussão proposta (Revisão de Literatura Integrativa, MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A recuperação da informação científica ficou restrita aos textos produzidos entre 1990 e agosto de 2015, pois se intentou analisar a partir da intensa difusão da Globalização sob os países em desenvolvimento (Consenso de Washington in PEREIRA, 1991).

A análise de rede foi realizada através do *software* UCINET. A partir daí foram construídas cinco nuvens de palavras (*tag clouds*) com os 100 termos de indexação mais citados nos textos encontrados, com o auxílio do aplicativo Wordle™ (LEGINUS et al., 2012). Uma nuvem para a busca inicial e as outras quatro

com os agentes universitários. O tamanho da palavra caracteriza a frequência de citação, ou seja, quanto maior a palavra, maior o número de citações no texto.

3. Resultados e discussão

O número de documentos encontrados foi de 16.412 (Tabela 1) e os países que mais publicaram sobre a temática analisada foram (por ordem decrescente): Chile (4.696) > Brasil (3.725) > Argentina (1.920) > México (1.721) > Uruguai (774). De maneira geral e recorrente, os pontos críticos, em especial para o Chile, foram a elitização ao acesso e manutenção dos alunos na Universidade; para Brasil, Argentina e Uruguai, a precarização, baixos salários e falta de fomento de forma isonômica; e para o México, a avaliação institucional e profissional descompassada em comparação aos Estados Unidos, país limítrofe, desprezando a cultura local (MOLLIS, 2003). Todos os países sofreram com essas pautas, além da crescente relação do número de alunos matriculados em faculdades privadas em relação às universidades públicas (HERRERA, 2011).

Tabela 1 - Número de documentos encontrados por país na América Latina (n = 16.412) com a temática Crise e Universidade (1990-2015)

Países	Artigos	Livros	Capítulos	Teses	Dissertações	Artigos Congressos
Argentina	914	136	408	86	32	344
Bolívia	317	22	55	4	7	107
Brasil	1924	59	209	23	11	1499
Chile	3279	161	587	106	52	523
Colômbia	116	14	13	21	7	66
Costa Rica	80	7	8	17	3	24
Cuba	63	8	12	6	2	6
Equador	120	16	23	13	7	68
El Salvador	177	9	9	5	0	45
Guatemala	162	3	3	0	1	37
Haiti	5	0	1	0	0	0
Honduras	51	0	6	0	0	16
México	1021	56	118	66	18	512
Nicarágua	56	6	7	2	3	13
Panamá	34	9	12	2	0	5
Paraguai	219	3	5	4	5	70
Peru	512	13	30	12	19	174
República Dominicana	87	1	1	0	1	26
Uruguai	423	89	155	41	15	51
Venezuela	367	0	5	3	1	25

Figura 5 - Tag Cloud das palavras que se conectavam com o termo de indexação 'Servidores Terceirizados', dos textos recuperados a partir dos termos de indexação 'Crise', 'Universidade' e 'América Latina'



de seus países núcleo (agenda capital). Os docentes preocupados com seus currículos e avaliações, os técnicos reduzidos à questão de horas de trabalho, os discentes atribulados pragmaticamente a cumprir créditos e conseguir seus diplomas e os servidores terceirizados sob um contrato que cria condições para o assédio potencializaram o apagamento paulatino de contornos, de cores e de sensações das lutas sociais. As batutas sob as quais cada agente universitário está sendo regido diluíram os movimentos que defendem o desenvolvimento humano na América Latina, por meio da Universidade e de sua identidade, natureza, ideia, função e missão.

O método de análise utilizado por esse trabalho possui algumas limitações de recuperação de documentos e sua completa análise (número de documentos recuperados), porém, indicou que a academia dos países latino-americanos sempre discutiu e se preocupou, mesmo que de forma isolada (pequenos grupos e agentes), com a universidade em tempos de crises do capital e toda a agenda para desestabilização dos movimentos sociais, principalmente no período estudado – 1990-2015. Com isso, responde-se aqui a questão inicial proposta a esse texto – Existe uma agenda do capital para fragmentar os movimentos sociais nas universidades latino-americanas? – e

reforça-se que essas preocupações saem da questão linguística ou do conjunto de palavras para uma questão de realidade e interpretação de possíveis obscurantismos.

Algumas saídas já foram propostas pela literatura e é importante a redundância aqui (TEIXEIRA, 1953; GRAMSCI, 1968; RIBEIRO, 1974; FREIRE, 1985 e 1992; SANTOS, 2002; MOLLIS, 2003; AMILBURU, 2010 e 2011): i) unir todos os agentes universitários em uma frente de afirmação e luta com uma pauta ampla e diversa; ii) retomar a hegemonia intelectual universitária; iii) incentivar a intelectualidade (auto-disciplina e autonomia política) e a crítica ao academicismo; iv) reafirmar constantemente a identidade, a natureza, a ideia, a função e a missão da Universidade na América Latina; v) desvincular de uma ideia de produção inglesa/americana, de uma crítica francesa e de uma astúcia portuguesa/espanhola; vi) priorizar contextos, regionalidades e culturas de raiz; vii) articular uma gestão com a participação de todos os agentes (docentes discentes, técnicos e servidores terceirizados), conjuntamente com a comunidade adjacente; e viii) fortalecer uma educação universitária não compulsória, que seja vocacional, integradora de pesquisa-ensino-extensão e de uma aprendizagem permanente (*lifelong learning*). **US**

- ALTBACH, P. G. Globalization and the university: Myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education & Management**, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.
- AMILBURU, M. G. ¿Tiene futuro la Universidad? Análisis desde la Filosofía de la Educación. **Revista Portuguesa de Pedagogía**, SI, p. 57-67, 2011.
- AMILBURU, M. G. La misión de la Universidad en y para el siglo XXI en los textos recientes de Benedicto XVI. **ESE. Estudios sobre Educación**, v. 18, p. 277-293, 2010.
- AMILBURU, M. G. What's new in the University's Current Crisis. **Procedia Social and Behavioral Sciences**, v. 116, p. 686-690, 2014.
- BARNETT, R. **Changing Identities in Higher Education: Voicing perspectives**. London: Routledge. 2008.
- BARTRA, R. Cuatro formas de experimentar la muerte intelectual. **La Jornada Semanal**, v. 8, p. 5-7, 1997.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. D. O.; BARBOSA, D. A.; ROBAZZI, M. L. C. C. Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 6, p. 737-744, 2010.
- CASTRO, L. R. DE. Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível? **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 622-627, 2010.
- CHARLOT, B. **A Mistificação pedagógica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 415p .
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.
- CROZIER, M. **A quoi sert la sociologie des organisations?** Paris: Seli Arslan. 2000.
- DONADO, M. L. G.; DIAZGRANADOS, F. I. Procesos metacognitivos de estudiantes con diferentes estilos de aprendizaje. **Psicología desde el Caribe**, v. 22, p. 1-24, 2008.
- EARL, J. Tanks, Tear Gas, and Taxes: Toward a Theory of Movement Repression. **Sociological Theory**, v. 21, n. 1, 2003.
- EGAN, G. **El valor agregado de los empleados en las organizaciones: lo que hay detrás de una administración positiva**. Ciudad del México: Prentice-Hall Hispanoamericana. 1996. 276 p.
- FANGHANELL, J. **Being an Academic**. London: Routledge. 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- FREIRE, P. **The politics of education: culture, power, and liberation**. Westport: Greenwood Publishing Group. 1985.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- GROPPO, L. A. Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e a crise do Estado nacional. **Avaliação**, v. 16, n. 1, p. 37-55, 2011.
- JUSTICIA, F. J.; MUNOZ, J. L. B.; HARO, E. F. Caracterización del acoso psicológico en el contexto universitario A description of mobbing in a university setting. **Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones**, v. 22, n. 3, p. 293-308, 2006.
- KERR, C. **The Uses of the University**. Boston: Harvard University Press. 2001.
- KREIMER, P. ¿Dependientes o integrados?: La ciencia latinoamericana y la nueva división internacional del trabajo. **Nómadas**, n. 24, p. 199-212, 2006.
- LEGINUS, M.; DOLOG, P.; LAGE, R.; DURAO, F. Methodologies for Improved Tag Cloud Generation with Clustering. **Web Engineering**, v. 7387, p. 61-75, 2012.
- LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2008.
- HERRERA, M. La educación en contextos de crisis: Un reto para la cooperación internacional. 2011. **Tese de Doutorado**. Universidad Complutense de Madrid. Instituto Complutense de Estudios Internacionales.
- MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente. 1992.
- MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Ciudad del México: Ediciones México. 1974.

- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto and Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758, 2008.
- MICHAELIS, **Dicionário**. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: ago. 2015.
- MOLLIS, M. **Las Universidades en América Latina: ¿Reformadas o Alteradas? La cosmética del poder financiero**. Buenos Aires, CLACSO. 2003.
- NADELLA, C.; DEITINGER, P.; AIELLO, A. Condiciones que facilitan el acoso psicológico en la organización: estudios sobre la validación de la escala Val. Mob. en el ámbito sanitario. **Seguridad y Medio ambiente**, v. 118, p. 12-19, 2010.
- NIXON, J. **Higher Education and the Public Good**. London: Continuum. 2011.
- NUNES, T. S.; TOLFO, S. da R. Assédio Moral no Trabalho: consequências identificadas por servidores docentes e técnico-administrativos em uma Universidade Federal Brasileira. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 3 p. 264-286, 2012.
- ORTEGA Y GASSET, J. **La misión de la Universidad**. Madrid: Revista de Occidente. 1930.
- OURIQUES, N. D. **O colapso do figurino francês**. Crítica às ciências sociais no Brasil. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014. 206p.
- OURIQUES, N. D.; RAMPINELLI, W. J.; TAVARES, E. **Crítica à razão acadêmica**. Florianópolis: Editora Insular, 2011. 223p.
- PEREIRA, L. C. B. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal. **Pesquisa Pano Econômico**. v. 21, 1991.
- RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.
- ROSAS, M. **Plebeyas batallas: la huelga en la Universidad**. Mérida: Ediciones Era. 2001.
- SÁNCHEZ, W. E. La universidad sin órganos. Capitalismo cognitivo y transformación empresarial de la universidad colombiana. **Nómadas**, v. 27, n. 10, p. 34-46, 2007.
- SANTANA, O. A. Divórcios de Docentes de Universidades Federais Brasileiras. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, p. 61-77, 2015a.
- SANTANA, O. A. Teachers in Brazil: Social Mobility and Elements for Federalism Strategies. **Creative Education**, v. 15, n. 6, p. 1629-1637, 2015b.
- SANTANA, O. A.; SANTOS, N. K. B.; SILVA, M. M.; MORAIS, R. L.; ENCINAS, J. I. Árvores potenciais a danos urbanos: manejo através da tecnologia, educação e mobilização social. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 11, p. 71-88, 2015.
- SANTANA, O. A. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. **Acta Scientiarum. Education**, v. 33, p. 219-226, 2011.
- SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, v. 17, p. 44-62, 2015.
- SELF, J. From Constructionism to Deconstructionism: Anticipating Trends in Educational Styles. **European Journal of Engineering Education**, v. 22, n. 3, p. 295-307, 1997.
- TEIXEIRA, A. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 19, n. 50, p. 20-43, 1953.
- ZIPF, G. K. **Selected studies of the principle of relative frequency in language**. Cambridge: Harvard University Press. 1932.

referências

Universidade, trabalho e movimentos sociais: alternativas para a formação do trabalhador

João Batista do Carmo Silva

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: jbatista@ufpa.br

Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: rlima@ufpa.br

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

Técnica em Assuntos Educacionais da Escola de Teatro e Dança
da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: alcidema@ufpa.br

Resumo: Este artigo trata da relação universidade e trabalho, com o objetivo de analisar as contribuições dessa instituição na formação do trabalhador por meio dos seus diversos modelos institucionais. Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa do tipo documental. Os dados foram analisados tendo como referência a análise do Conteúdo. Os resultados produzidos pela revisão da literatura e análise documental revelaram que a construção da universidade brasileira é recente e controversa e que a mesma constitui-se fundamental para o desenvolvimento, por meio da produção de ciência e tecnologia e da formação dos profissionais exigidos por essa sociedade. Conclui-se, entretanto, que a universidade brasileira hegemonicamente assume uma concepção heterônoma, apesar de existirem modelos institucionais fundamentados em concepções humanizadoras de universidade, centrada no trabalho como princípio educativo e na formação de trabalhadores para o enfrentamento ao capital.

Palavras-chave: Universidade. Trabalho. Movimentos Sociais.



Considerações iniciais

Este artigo investiga a relação entre universidade e trabalho, com o objetivo de analisar as contribuições dessa instituição na formação do trabalhador por meio dos seus diversos modelos institucionais, que têm o trabalho como sua categoria central.

Vale destacar que as pesquisas sobre história ou formação do trabalhador são algo recente no interior das universidades. Eco (2012) diz que “antigamente a universidade era uma universidade de elite, apenas os filhos dos formados tinham acesso a ela. Salvo raras exceções, quem estudava dispunha de tempo integral” (p. XIII). Dados hodiernos demonstram que a taxa de escolarização bruta da educação superior é de 28,7% e de 18,8% a taxa de escolarização líquida (INEP, 2012). Indicadores como esses são reflexo de que a universidade brasileira ainda constitui-se elitista.

Os dados vêm demonstrando uma perspectiva de melhoria do acesso nos últimos anos, mas a po-

pulação em geral, e especialmente os trabalhadores, ainda enfrentam dificuldades de acesso à universidade para sua formação em nível superior, fato esse que se materializa em pouca articulação entre essa instituição e os movimentos sociais de um modo geral.

Nesse sentido, faremos uma discussão sobre o conceito de universidade brasileira, destacando que trata-se de um conceito em construção; em seguida, seguimos as pistas que conectam universidade e trabalho como elementos estruturantes da relação entre trabalho e educação. Além disso, mostramos algumas experiências de criação das universidades do trabalho no Brasil, destacando o esforço dos movimentos sociais em construir uma universidade popular, explicitando que parte desse esforço revela-se na criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, como uma materialidade de uma concepção de universidade do trabalho.

Universidade brasileira: um conceito em construção

Cunha (2007), ao refletir sobre o conceito de universidade no Brasil, nos informa que, anteriormente, eram chamados indiscriminadamente de “universitários” todos os alunos e professores do ensino superior ou, como ele mesmo diz, “tratavam do ensino superior como sendo a universidade”, o que levou o autor a usar o conceito de universidade em dois sentidos diferentes: “Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior; em sentido estreito, as instituições organizadas conforme os requisitos estabelecidos em lei para serem formalmente reconhecidas como universidades, critérios esses que mudaram no decorrer do período estudado” (CUNHA, 2007, p. 17).

Mas Cunha (1989) apresenta-nos esse questionamento provocante: “qual universidade?”. Nos parece ser a pergunta fundamental para adentrarmos nas discussões que buscam compreender a universidade, ou “universidades”, como nos faz pensar a discussão de Cunha (1989) ao destacar as mais diferentes denominações que podemos encontrar nas experiências

Um dos conceitos que poderíamos apresentar para a universidade seria: são instituições que têm como função “a produção e disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia” (CUNHA, 1989).

atuais e históricas na construção dessa instituição secular. Segundo o autor, são três textos que tratam das problemáticas que envolvem a universidade: O primeiro, intitulado “Autonomia universitária: desafios conceituais e políticos” (1985-1986); o segundo, “Universidade e Estado no Brasil: passado e presente” (1987); e o terceiro, “Qual universidade?” (1988), que, inclusive, define o título do livro. Cunha (1989) diz que

Eles tratam de questões que estão no centro mesmo da problemática universitária da atualidade: a autonomia, as relações com o Estado e as propostas práticas para a solução dos problemas existentes. Essas propostas focalizam os objetivos da universidade, sua

estrutura e sua avaliação; a divisão do campo do ensino superior em um setor universitário e outro atomizado; as relações entre os cursos profissionais e as licenciaturas, assim como a ideia de cursos superiores não profissionais; a carreira docente; e os processos de escolha dos dirigentes universitários. Em todos eles, a preocupação com o processo de construção da universidade no Brasil fez com que buscasse articular a compreensão da história dessa instituição com as determinações sociológicas do presente, inclusive os projetos dos atores sociais nela envolvidos (CUNHA, 1989, p. 7).

Essa afirmação de Cunha (1989) nos ajuda a entender a complexidade conceitual que envolve o debate do tema, assim como os seus processos históricos. Para ele, faz-se necessário compreender, além dos aspectos da história dessas instituições, os projetos históricos dos diferentes atores que construíram a “universidade” no Brasil, como todas as especificidades das instituições que se protegem sob esse “conceito guarda-chuva”.

Para ele, trata-se de uma contribuição para o debate sobre a universidade e para a construção de alternativas “que não se reduza aos caminhos existentes: a privatização, o tecnicismo, o corporativismo, o clientelismo e outros igualmente destruidores do projeto de construção de uma universidade pública, democrática e competente no Brasil (CUNHA, 1989, p. 8).

Nesse sentido, um dos conceitos que poderíamos apresentar para a universidade seria: são instituições que têm como função “a produção e disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia” (CUNHA, 1989).

Entretanto, a universidade encontra-se distanciada dessa concepção e para que façamos as mudanças necessárias na universidade brasileira, Cunha (1989) propõe três objetivos gerais: melhoria do ensino pela qualidade da pesquisa e sua aplicação docente; profissionalização do corpo docente; e melhoria de qualidades das instituições não universitárias.

Por fim, duas ponderações consideram-se fundamentais, pois: primeiramente, a universidade não é a única instituição a produzir e disseminar ciência, cultura e tecnologia, mas as produz “mediante procedimentos que lhes são próprios, desde a escolha dos temas de estudo até o ensino, forma predominante de disseminação”; segundo, no processo de hierarquiza-

ção, apresenta a pesquisa como atividade principal, seguida do ensino e da extensão, que são as duas formas de disseminação. Mas “se a produção acadêmica [...] não tiver suficiente prioridade e amplitude [...], podemos até ter ensino superior, como o das faculdades isoladas, mas não universidade” (CUNHA, 1989, p. 70).

As propostas de Cunha (1989) apontam numa perspectiva de democratização e fortalecimento institucional da universidade em um momento histórico específico: final da década de 1980. Período marcado pelo processo de democratização da sociedade brasileira e momento crucial para o conturbado processo de criação e fortalecimento da universidade no Brasil. Essas propostas buscam elevar o nível de qualidade da produção universitária, no bojo de um contexto de grandes desigualdades, que tem na sua essência o interesse em levar ciência, cultura e tecnologia para um número maior de pessoas.

Para Cunha (2007), a universidade é uma “organização administrativa-pedagógica própria do ensino superior”. Ou seja, trata-se, conforme já mencionamos, de uma instituição *sui generis* fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, tal qual se constituiu em muitos outros países. Uma instituição que se articula diretamente com a dinâmica econômica, social e cultural de qualquer sociedade e que, portanto, contribui com o processo produtivo por meio da produção de ciência e tecnologia, assim como pela formação do trabalhador.

Conforme estabelece a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), em seu Artigo 52, “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral”. E, em seu parágrafo único, diz que “é facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber”. Foi com base nesse parágrafo único do Art. 52 que

foram criadas as “universidades especializadas”, que podem ser as “universidades tecnológicas”, “universidades rurais” ou “universidades dos movimentos sociais” etc.

Universidade e trabalho: onde se conectam esses dois conceitos?

A universidade constitui-se, conforme destacamos anteriormente, como a instituição responsável pela formação de profissionais para o mundo do trabalho e, concomitantemente, pela produção de ciência e tecnologia. MOLL e SEVEGNANI (2006) afirmam que:

O mundo do trabalho, como temática e campo social, atravessa a vida universitária e a interpela, seja pela função social que a universidade desempenha e pelas necessidades prementes de alunos e alunas, seja pelas mudanças vividas neste campo em função da revolução tecnológica ou pelos próprios processos vividos pelos docentes como trabalhadores de instituições de ensino (MOLL; SEVEGNANI, 2006, p. 7).

No Brasil, a Constituição Federal (1998) destaca, em seu Artigo 207, que “a universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Essa prerrogativa legal de autonomia e da indissociabilidade constitui-se como condição imprescindível para a produção do conhecimento em uma sociedade capitalista.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010; grifos nossos). Ao passo que, mais à frente, em seu Artigo 205, que trata da educação explicitamente, afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pes-

soa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Existe, portanto, na legislação brasileira uma concepção de educação, em tese, voltada para o “pleno desenvolvimento da pessoa” com a “qualificação para o trabalho”, condição essa que não se apresenta concretamente nas experiências educacionais brasileiras. Podemos encontrar tentativas isoladas de aproximação em algumas experiências no Ensino Médio, como por exemplo o Ensino Médio Integrado, assim como algumas experiências no ensino superior, como é o caso da Universidade do Trabalho.

Em outros termos, podemos entender que a concepção de educação explicitada no texto da legislação brasileira nos leva a compreendê-la como uma formação voltada para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, mas que não se revela nas políticas educacionais.

Offe (1990) alerta para a existência de uma dupla possibilidade dos projetos educativos diante do capital. Para esse autor,

As instituições educacionais preenchem a função objetiva (e crescentemente perseguida também com o fim em si) de preparar a força de trabalho com uma capacidade de aprender e de se adaptar que lhe permita manter-se no mercado apesar das transformações da estrutura das profissões e do emprego; além disso, eles preenchem a função de formar disposições de comportamento que correspondam aos interesses das instâncias dominantes do sistema ocupacional (OFFE, 1990, p. 34).

A universidade, entretanto, precisa de recursos do fundo público para sua manutenção e expansão, para cumprir a sua função histórica de formar os profissionais que a sociedade precisa e, ao mesmo tempo, de autonomia para produzir ciência e tecnologia.

Por outro lado, podemos afirmar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) destaca em seu Artigo 52 que as universidades “são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

A universidade, entretanto, precisa de recursos do fundo público para sua manutenção e expansão, para cumprir a sua função histórica de formar os profissionais que a sociedade precisa e, ao mesmo tempo, de autonomia para produzir ciência e tecnologia. A contradição revela-se na origem desse recurso, que, mesmo originando-se do fundo público, quase sempre vem condicionado às metas estabelecidas por organismos exógenos, como, por exemplo, instâncias do Governo Federal. Essa condição se manifesta não apenas nas estratégias de gestão administrativa e financeira da universidade, mas também nas atividades do ensino, na pesquisa e na extensão; ou seja, na produção do conhecimento. Mas segundo Romano (2006), a universidade possui uma função social muito maior.

A universidade forma indivíduos para as mais diversas áreas de pensamento. O universo humano é o seu horizonte. Ela serve às comunidades locais no mesmo impulso em que serve à comunidade nacional e internacional, e vice-versa. Toda universidade digna deste nome não se limita ao tempo e ao espaço da imediatez. Ela realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceber seus problemas e esperanças em nível cósmico. Para isso, o requisito é a plena liberdade, a força crítica assegurada para mestre, pesquisadores, alunos. Instituição mantida pela vida civil, se a universidade permite que parte de seus quadros não chegue ao seu fim, a investigação e o ensino livres, ela trai a sua missão, para a qual impostos são recolhidos de toda a cidadania (ROMANO, 2006, p. 20-1).

Essa luta pela “liberdade” e pela “força crítica”, de seus pesquisadores, citada acima por Romano (2006), constitui-se como o grande desafio das universidades brasileiras, conforme já citamos anteriormente. O desafio de efetivar a sua função social de absorver as demandas da sociedade e dar-lhes resposta por meio das suas atividades acadêmicas torna-se cada vez mais difícil.

Esse não é um conflito recente; existe desde a origem do projeto da universidade brasileira. A universidade caminha assim, em um contexto complexo de cumprir a sua função social de formação para o trabalho sem atender estreitamente às prerrogativas

do “mercado de trabalho”, que busca subjugar a universidade ao pragmatismo e ao imediatismo em que o “fazer” está em detrimento do “saber”. Essas antitéticas perspectivas estão presentes nas ações dessa instituição. Ou seja, a partir dessa perspectiva, forja-se na universidade uma dualidade diante do trabalho, pois estabelece-se um debate entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre os que “fazem” e os que “pensam” ou entre os que dirigem e os que são dirigidos.

Antunes (2009), quando discute “a interação crescente entre trabalho e conhecimento científico”, elabora “uma crítica à tese da ‘ciência como principal força produtiva’”. Ele afirma que

Em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores de troca pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é maior inter-relação, maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo do capital e de seu sistema produtivo (ANTUNES, 2009, p. 134).

Faz-se necessário, portanto, analisar a inter-relação, ou a interpenetração entre trabalho manual e trabalho intelectual fundamentados em Marx e Gramsci, para compreendermos como vem ocorrendo historicamente essa relação, nesse momento histórico marcado pela hegemonia do capital sobre o trabalho. Conforme nos afirma Antunes (2009, p. 261), “sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social”.

Oliveira (2009) destaca que existem implicações da produção do conhecimento científico na divisão social do trabalho por meio da universidade. Para o autor,

Formar o especialista tornou-se sua “especialidade” e hoje é o técnico que preenche a maior parte dos bancos escolares superiores. Assim, ela desempenhou importante papel na **divisão social do trabalho**, sistematizando e institucionalizando a forma em que a produção

e a reprodução do conhecimento aumentavam o fosso entre o **trabalho braçal** e o **trabalho intelectual** (OLIVEIRA, 2009, p. 12) (grifos nossos).

Portanto, essa discussão entre universidade e trabalho, referenciada nas produções teóricas sobre trabalho e educação, nos apresenta, também, outra perspectiva destacada por Santos (2005), que diz que além de todas as mudanças enfrentadas pelas universidades nas suas diversas crises (de hegemonia, de legitimidade e institucional), o “fim de um projeto de país”, ou dos Estados nacionais, também teria influenciado profundamente as universidades.

É essa transformação política, produzida pelo neoliberalismo, que Santos (2005) identifica como “o fim do projeto de país”, pois, segundo ele, a universidade “esteve sempre ligada à construção do projeto de país, um projeto nacional quase sempre elitista que a universidade devia formar”, resquício objetivo dos desdobramentos das políticas econômicas neoliberais adotadas nesse país, conforme citamos no início deste texto.

Isso significa que a relação entre trabalho e educação ou, mais especificamente, entre universidade e mundo trabalho se constitui em uma temática fundamental para a compreensão da sociedade nesse período histórico marcado pelo desemprego e pela exigência crescente por ciência e tecnologia.

Portanto, essa discussão entre universidade e trabalho, referenciada nas produções teóricas sobre trabalho e educação, nos apresenta, também, outra perspectiva destacada por Santos (2005), que diz que além de todas as mudanças enfrentadas pelas universidades nas suas diversas crises (de hegemonia, de legitimidade e institucional), o “fim de um projeto de país”, ou dos Estados nacionais, também teria influenciado profundamente as universidades.

Segundo Frigotto (2010), o trabalho ganha uma dimensão que poderíamos identificar como ontológica, mas que por sua vez é dissipada no interior do modo de produção capitalista, pois, para ele:

O trabalho, processo pelo qual o homem entra em relação com as condições objetivas de

sua produção, e por sua ação – conjuntamente com os demais homens – transforma e modifica a natureza para produzir-se e reproduzir-se, fundamento do conhecimento humano e princípio educativo, transfigura-se – sob as condições capitalistas – numa mercadoria força de trabalho, trabalho assalariado. De elemento que possui a peculiaridade histórica do ser homem, isto é, de elemento que constitui o devir humano, reduz-se a uma ocupação, um emprego, uma ação alienada. E o homem, que é ao mesmo tempo natureza, indivíduo e, sobretudo, relação social, que pelo trabalho não só faz cultura, mas faz a si mesmo, fica reduzido a uma abstração – homo oeconomicus racional – cujas características genéricas, universais e a-históricas são a racionalidade, o individualismo e o egoísmo (FRIGOTTO, 2010, p. 243).

A concepção de trabalho apresentada acima ratifica a perspectiva do trabalho enquanto uma atividade eminentemente humana, o trabalho enquanto princípio educativo e sua perspectiva histórica e ontológica, mas ressalta, também, a contradição do processo de trabalho no interior do modo de produção

Por isso, faz-se necessário analisar as experiências que buscam a aproximação entre trabalho e educação, por meio de experiências formativas de nível superior, que, pelo menos em tese, buscam realizar o processo de formação por meio do trabalho, resgatando seu caráter educativo, histórico e ontológico.

capitalista, destacando a sua perspectiva alienante.

Por isso, faz-se necessário analisar as experiências que buscam a aproximação entre trabalho e educação, por meio de experiências formativas de nível superior, que, pelo menos em tese, buscam realizar o processo de formação por meio do trabalho, resgatando seu caráter educativo, histórico e ontológico.

Essa reflexão se mostra fundamental, pois nos ajuda a explicitar os tortuosos caminhos pelos quais a universidade passou (e passa atualmente) para cumprir a sua função social diante da sociedade que a “mantém” e a tem como um espaço de produção e reprodução de ciência e tecnologia de forma crítica, criativa e livre.

As experiências de criação das universidades do trabalho no Brasil

Pronko (1999) faz uma análise histórica de algumas tentativas de criação de uma “Universidade do Trabalho” (1934-1954) no Brasil, assim como cita experiências realizadas em outros países, dentre os quais podemos destacar a “Université du Travail” (1902, Bélgica), “Universidad del Trabajo” (1942, Uruguai), “Universidad Obrera Nacional” (1948, Argentina) e “Universidad Laboral” (1952, Espanha). Segundo essa autora, podemos encontrar iniciativas semelhantes no Chile, na Colômbia e na Venezuela.

Tratava-se de instituições que tinham como objetivo questionar o modelo vigente de universidade, apresentando uma proposta de universidade que buscava “dirigir os estudos de nível médio e superior às necessidades específicas de formação técnico-profissional surgidas no âmbito do trabalho, por meio de instituições ditas universitárias” (PRONKO, 1999, p. 85).

Elas supunham não só uma reorientação curricular (passagem dos estudos humanísticos aos técnico-tecnológicos) e em termos de destinatários da universidade existente (da formação da elite dirigente à incorporação dos trabalhadores), mas também a definição de um novo modelo de universidade com características específicas (PRONKO, 1999, p. 85).

Podemos inferir que são instituições que buscam uma redefinição da função social da universidade, por meio de uma articulação estreita com o mundo do trabalho (entendido como um conjunto de práticas produtivas que visam à humanização), por meio de outra proposta de formação do trabalhador.

Em todos os casos, o aparecimento desse tipo de proposta gerou amplos debates nos quais um dos eixos principais foi o da pertinência do nome adotado. É que já na sua própria denominação elas buscavam articular conceitos que, então (e até hoje), pareciam irreconciliáveis: UNIVERSIDADE (instituição de ensino superior, tradicionalmente reservada à formação da intelligentsia) e TRABALHO (domínio exclusivo da destreza manual/atividade produtiva desenvolvida pelos setores

subalternos da sociedade). A polêmica suscitada não faz mais do que colocar em evidência a conflitividade da definição do que é (em termos de funções sociais) uma universidade, como instituição socioeducativa específica (PRONKO, 1999, p. 86).

Ao fazer essa reflexão, Pronko (1999) destaca que esse processo, no Brasil, recebeu muitas críticas e, por fim, acabou sendo o único, dentre os citados, que não conseguiu efetivar a criação de uma Universidade do Trabalho. Por outro lado, destacam-se as intencionalidades político-econômicas subjacentes a essas propostas, pois essas instituições “propunham-se a contribuir para a obtenção da harmonia social, a propiciar a racionalização do processo produtivo e a formar a mão de obra necessária ao crescimento industrial” (PRONKO, 1999, p. 87). Ou seja, em vez de objetivar o caráter ontológico inerente ao trabalho, essas propostas buscavam o controle social por meio da formação técnica.

Para fundamentar sua pesquisa, Pronko (1999) analisa duas propostas de Universidade do Trabalho criadas por dois autores diferentes, que foram o engenheiro belga Omer Buyse e o Procurador da Justiça do Trabalho do Brasil, Humberto Grande.

A autora, ao analisar as duas propostas, percebe que existem algumas diferenças, mas que os mesmos guardam profundas semelhanças. Segundo Buyse, a proposta “corresponde a uma nova forma de conceber a formação profissional, pensada agora de forma orgânica e dentro de um planejamento racional”; para Grande, “o conceito central da mesma é o de trabalho”. Ou seja, “o trabalho é um elemento decisivo na sociedade, na medida em que constitui um fator dominante da cultura moderna”. Mas “em ambos os casos, a Universidade do Trabalho era definida como uma instituição centralizadora de todos os níveis da formação técnico-profissional, incluindo escolas e institutos de ensino médio e superior, assim como diversos organismos com funções de pesquisa e extensão, com intencional ingerência sobre o processo e o mercado de trabalho” (PRONKO, 1999).

Sintetizando o exposto, podemos dizer que a criação de uma Universidade do Trabalho propunha-se a ser uma resposta a vários problemas políticos, econômicos e sociais que

a reordenação capitalista brasileira após os anos 30 e o conseqüente avanço do processo de industrialização impunham. Essa proposta foi gerada num ambiente de grande contestação ao ideário liberal e por isso implicava, para sua materialização, a existência de um Estado intervencionista que se colocasse acima dos conflitos sociais e os administrasse; um Estado com forte poder de intervenção no mercado de trabalho, guardando para si a função de formar trabalhadores, nas suas duas acepções: de prover uma capacitação técnica específica e inculcar uma ideologia do trabalho determinada, habilitando-os para isso (PRONKO, 1999, p. 98).

Podemos afirmar, embasados em Pronko (1999), que se tratavam todas essas propostas de tentativas fracassadas, que não chegaram a materializar-se no Brasil, por diversos motivos. Entretanto, o que se destaca dessas diferentes propostas é o interesse de discutir o papel do trabalho, entendido de diferentes formas, enquanto categoria central do processo de formação nas universidades.

No primeiro caso, identifica-se uma proposta estreitamente ligada aos interesses das empresas, das indústrias. No segundo, essa perspectiva não está totalmente ausente, mas está imersa em uma ideologia humanista, envolvida em conceitos como cidadania e democracia que “aponta” para os interesses dos trabalhadores.

Universidade popular dos movimentos sociais no Brasil

Para Maria da Glória Gohn (2011, p. 334-335), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. A relação dos movimentos sociais com a educação ocorre de duas formas, de acordo com essa autora: “na interação do movimento em contato com instituições educacionais e no interior do próprio movimento, dado o caráter educativo de suas ações”.

Embasado nessa concepção, vários movimentos sociais vêm historicamente criticando a concepção hegemônica de universidade embasada em perspec-

tiva cada vez mais heterônoma. Surgem, assim, algumas ações no sentido de pensar e planejar a criação de uma outra concepção de universidade, cada vez mais vinculada a uma outra concepção de sociedade, de trabalho e de educação.

Uma das experiências que podemos destacar como resultante desse movimento global são as ações no sentido da criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). Essa instituição nasceu das atividades do Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, que é um dos principais espaços de encontro e intercâmbio dos movimentos sociais na atualidade.

Segundo as informações fornecidas pela instituição, a “UPMS surge para articular os conhecimentos diversos, fortalecendo novas formas de resistência e contribuindo para a reinvenção da emancipação social, entendida aqui como a base em que projetos plurais transformam relações de poder em relações de autoridade partilhada”.

A UPMS, ou Rede Global de Saberes (como seus membros a chamam), tem como objetivo contribuir para o maior conhecimento recíproco entre os movimentos sociais. Trata-se de uma instituição que tem como público-alvo “os ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, membros de organizações não governamentais, bem como cientistas sociais, investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista”.

Do ponto de vista operacional, a “UPMS funciona através de uma rede de interações orientada para promover o conhecimento e a valorização crítica da enorme diversidade dos saberes e práticas protagonizados pelos diferentes movimentos e organizações”.

No que tange aos aspectos teórico-metodológicos, fundamenta-se “em dois procedimentos metodológicos básicos, formulados por Boaventura de Sousa Santos e partilhados nas experiências de UPMS já realizadas até o momento: a tradução intercultural e interpolítica e a ecologia de saberes. A tradução intercultural visa aumentar a inteligibilidade recíproca e necessária entre movimentos, organizações e pesquisadores sem destruir a autonomia dos movimentos, suas linguagens próprias e conceitos, observando o que os divide e o que os une para tentar organizar ações coletivas. Muitas vezes, o que separa os movimentos não são questões de conteúdo, mas

antes de linguagem, de diferentes tradições históricas e culturais de luta”. Trata-se de um movimento formado por um conjunto de instituições nacionais e internacionais que realizam formação e lutas ligadas aos movimentos sociais.

Escola Nacional Florestan Fernandes: uma proposta de universidade do trabalho

Outra ação resultante desse movimento mundial de discordância e críticas à função social assumida pela universidade clássica surge em 2005 no Brasil, onde começamos a perceber a materialidade de uma concepção de universidade popular. A Escola Nacional Florestan Fernandes nasce pautada pelas necessidades dos trabalhadores organizados pelos movimentos sociais. Ou seja, trata-se de uma instituição estruturada em torno da ideia do trabalho enquanto eixo fundamental das práticas educativas, ou melhor, do trabalho como princípio educativo conforme nos mostra Gramsci.

A “Universidade do MST” ou “Escola Nacional Florestan Fernandes”, idealizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, constitui uma proposta de Universidade Popular. Essa experiência busca ressignificar a forma clássica de fazer universidade.

O processo de formação e aprendizagem sempre foi uma preocupação dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Ter uma universidade dos movimentos sociais é uma aspiração sempre presente no imaginário dos movimentos sociais. Contudo, não se trata de uma universidade formal, mas sim de uma universidade ressignificada – uma universidade de base popular, de difusão e respeito aos diferentes saberes, de pedagogias reconhecidas no cotidiano dos movimentos sociais. Enfim, uma universidade que horizontaliza os diferentes saberes, contrapondo-se à lógica dominante e a toda e qualquer forma de opressão (UPMS, 2015).

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi inaugurada em evento internacional em 23 de janeiro de 2005, está situada em Guararema, a 70 km de São Paulo, e foi construída entre os anos de 2000 e 2005,

por meio do trabalho voluntário dos trabalhadores sem-terra e demais simpatizantes. Teixeira e Lobo (2003, p. 165-6) reconhecem que essa experiência corrobora “para a retomada de um fio da meada perdido no interior da universidade pública brasileira, pelo qual a universidade se colocava dentro de um projeto de sociedade autêntico e marcado pela democratização da cultura, da política e da economia.

Essa ideia de universidade carrega em si as categorias centrais dessa pesquisa. Traz em si o debate sobre a formação dos trabalhadores em nível superior, centrada em uma reflexão da profunda relação existente entre trabalho e educação, constituída em torno da concepção do trabalho como categoria ontológica central na formação do trabalhador. Além disso, esse projeto de formação do trabalhador nasce plasmado sobre a ideia de uma universidade, como uma instituição “necessária”, mas que precisa ser transformado pelas diretrizes de um outro “projeto de sociedade”.

A Escola Nacional Florestan Fernandes ou Universidade do MST, “juridicamente, apresenta-se como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos” (TEIXEIRA e LOBO, 2013, p. 168). Orienta-se pelos seguintes objetivos:

Trata-se de uma instituição com ampla atuação na formação dos trabalhadores, tanto na área do ensino, pesquisa e extensão, atuando em vários níveis e modalidades que vão da educação infantil à pós-graduação, além de outras atividades de cunho formativo, intercâmbio de experiências e documentação, dentre outras, conforme registrado no artigo 3º do seu regimento.

A ENFF constitui-se como uma instituição diretamente ligada ao movimento social, que se direciona na perspectiva da “Formação de Quadros Políticos” ligados a esses movimentos sociais. Atua na área do ensino, pesquisa e luta social, conforme podemos analisar em seus objetivos e áreas de atuação. Fundamenta-se na Pedagogia da Alternância, tendo como referência as diversas experiências de Educação Popular já realizadas no Brasil.



- I. Promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, da cidadania e dos direitos humanos no meio rural e a melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo;**
- II. Promover a capacitação de assentados da Reforma Agrária, de pequenos produtores e de trabalhadores em geral, nas diversas áreas do conhecimento técnico e científico;**
- III. Estimular e apoiar a cooperação e as formas associativas de organização da produção;**
- IV. Incentivar e promover a agroecologia, a conservação e proteção do meio ambiente;**
- V. Promover pesquisas e estudos que visam contribuir para o desenvolvimento dos assentados, de pequenos agricultores e trabalhadores rurais;**
- VI. Promover e propiciar o acesso à escolarização em todos os níveis;**
- VII. Estimular o desenvolvimento de formas de cooperação no trabalho e na cooperação agrícola, apoiando o trabalho voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998; e**
- VIII. Sediá, organizar e/ou promover cursos nas diversas áreas do conhecimento, formais e informais, com caráter de estudo, reflexão, análise e debates, direcionados e/ou correlacionados com os objetivos acima.**

Considerações finais

As contribuições da universidade na formação de profissionais para o mundo do trabalho e na produção de ciência e tecnologia erguem-se como elemento fundamental nessa discussão sobre trabalho e educação. Nesse sentido, a atividade teleológica plasmada sobre o processo de trabalho diferencia o trabalho humano da atividade de todas as outras espécies. Subjacente a essa característica teleológica, estrutura-se uma profunda articulação entre ideia e ação, entre o abstrato e o concreto, entre o pensado e o realizado, entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer; enfim, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Ou seja, o que Marx nos mostra em sua concepção de trabalho é um processo, que existe enquanto ideia e que, por meio da atividade do homem sobre a concretude, se realiza, torna-se concreto. Por

isso, só os homens o realizam, pois só os homens possuem essa capacidade de projetar idealmente algo que queira realizar e posteriormente realizar. Assim, produz sentidos para as coisas, para a vida e para a sua própria existência.

Por isso, espaços de formação que têm o trabalho como categoria central mostram-se extremamente necessários nesse momento histórico de crise do capital. A concepção popular de universidade defendida pelos movimentos sociais coloca-se como um enfrentamento à concepção hegemônica de universidade no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a ENFF desenvolve um trabalho fundamental para o processo de enfrentamento do caráter desumanizador e degradante desenvolvido pelo capital. Trata-se de processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais que buscam a construção de projetos coletivos de formação do trabalhador. **US**

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. (Constituição. 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [1996a]. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [LDB]. Publicada no *Diário Oficial da União* de 23.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CUNHA, L. A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 31).

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

_____. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V.16, n. 47, maio-agosto, 2011.

GARCIA, R. L. (Org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos**: o impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões de nossa época; v. 31).

referências

GOMES, C. M; FRIGOTTO, G; ARRUDA, M. (et al.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, JAQUELINE e SEVEGNANI, PLAMIRA (Org.). **Universidade e mundo do trabalho**: Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005 / Organização: Jaqueline Moll e Palmira Sevegnani - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3).

LIMA FILHO, D. L e TAVARES, A . G. (Org.). **Universidade Tecnológica**: concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

OFFE, Claus. Sistema Educacional, Sistema Ocupacional e Política de Educação - Contribuição à Determinação das Funções Sociais ao Sistema Educacional. In: **Revista Educação e Sociedade**. Trad. Vanilda Paiva, CEDES, 1990, nº 35, pp. 09-59.

OLIVA, Waldyr Muniz. Entrevista a Marcello Rollenberg. In: ROLLENBERG, Marcello. (Org.; Apres.). **Universidade**: formação e transformação. São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, F. Prefácio: recuperando a visão. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

PRONKO, Marcela Alejandra. Crônica de um fracasso: uma história dos projetos de criação de Universidades do Trabalho no Brasil. **Educ. Soc.** [online]. 1999, vol. 20, nº 66, pp. 84-103. ISSN 0101-7330.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ROMANO, R. Reflexões sobre a Universidade. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Org.). **A ideia de universidade**: rumos e desafios. Brasília: Líber Livro, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2007, vol. 12, nº 34, pp. 152-165. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: **Anais da Reunião Anual da ANPED**, 26. 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.lppuerj.net/olped/documentos/0470.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SOUSA JR. J. Marx e a Crítica da Educação. **Da expressão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

TEIXEIRA, L. M. ; LOBO, R. A Escola Nacional Florestan Fernandes, a pedagogia da alternância e a universidade popular no Brasil. In: SANTOS, E.; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E.. **Universidade popular**: teorias, práticas e perspectivas. Brasília: Liber Livros, 2013.

UFPA. **Capas acaba de aprovar o Mestrado Profissional em Ciências e Meio Ambiente da UFPA**. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5887>>. Acesso em: 12 abr. 2012. (Imprensa - Notícias)

_____. **UFPA em números**: ano base 2010. Disponível em: <<http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

UNIVERSIDADE POPULAR DO MOVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/universidades-populares.php>>. Acesso em: 28 set. 2015.

referências

21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal

José Menezes Gomes

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: menezesgomes1@gmail.com

Resumo: O artigo trata da ocorrência dos 21 anos do Plano Real Brasil, bem como de experiências semelhantes na América latina, tendo como destaque o conflito entre a política de combate à inflação e a crescente desestruturação da economia, que resultou no aprofundamento da desindustrialização e reprimarização, acompanhados por uma explosão do endividamento público e sucessivos ajustes fiscais que buscaram sempre conter os gastos sociais para assegurar o pagamento do serviço da dívida pública, enquanto aprofundaram as políticas neoliberais.

Palavras-chave: Dívida Pública. Crise Capitalista. Ajuste Fiscal.

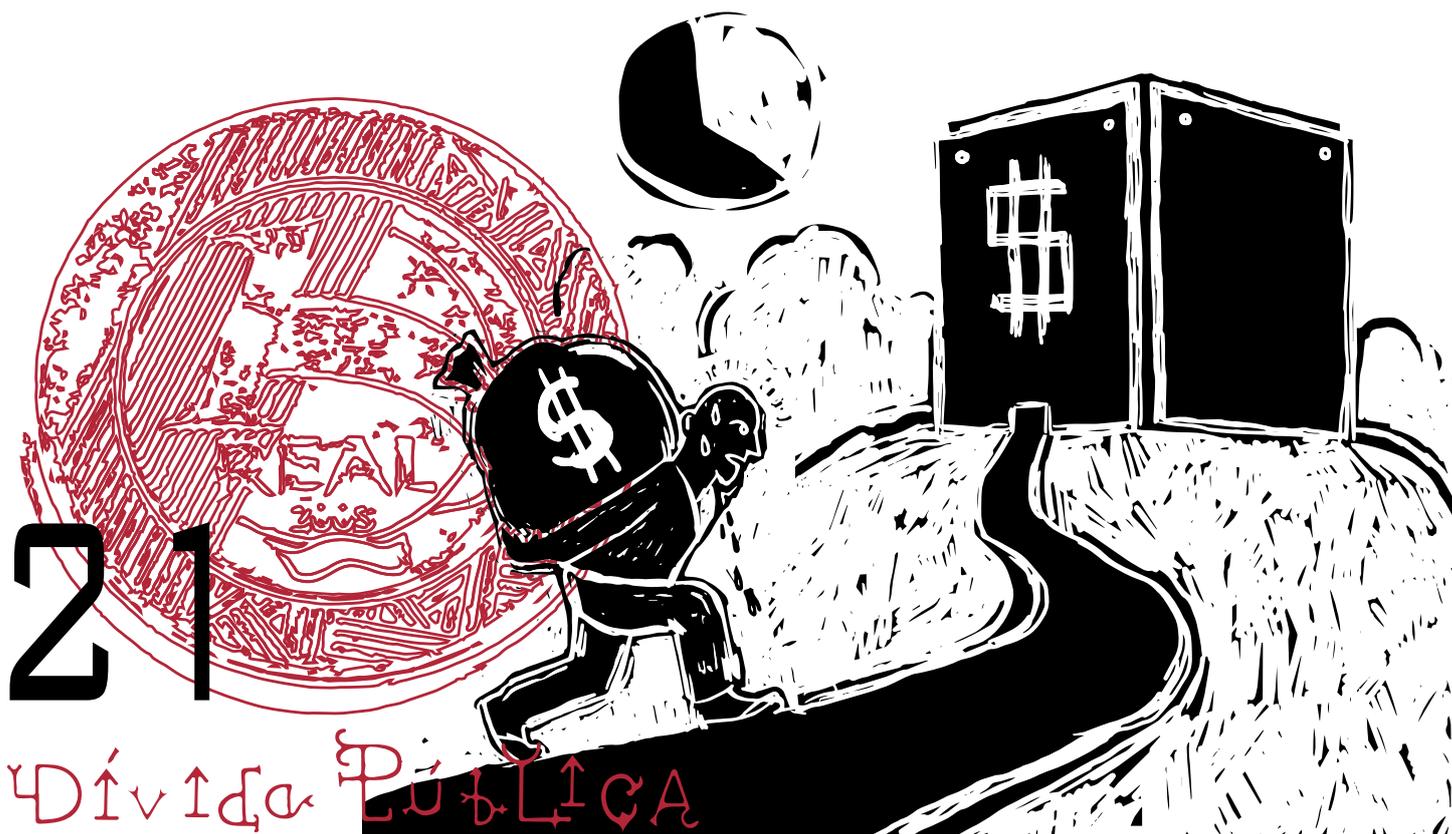
Introdução

Neste momento, fizemos inicialmente um resgate dos elementos essenciais do Plano Real, destacando a contradição fundamental que acabou por gerar as bases do déficit nas transações correntes e necessidade permanente do capital de curto prazo para assegurar a formação de reservas cambiais necessárias. O resultado deste processo exigiu a adoção de uma política de juros altos que, em seguida, amplificavam a dívida pública. Mais à frente, investigamos a crise de 2008 e o papel do BNDES na afirmação dos grupos monopolistas. Em seguida, analisamos as consequências para os trabalhadores deste ajuste fiscal e da continuidade do processo de privatização. Na etapa seguinte, vimos como a estabilidade monetária não foi acompanhada pela estabilização da economia,

mesmo com a intervenção estatal do BNDES, resultando na desindustrialização. Por último, temos as considerações finais.

Para tratarmos do ajuste fiscal proposto pelo governo Dilma Rousseff, temos que resgatar a natureza da política de estabilização praticado no Brasil desde 1994 e suas consequências econômicas e sociais. Portanto, não se trata de algo exclusivo do governo atual, mas que tem sua origem desde o governo FHC, passando por Lula da Silva. É bom lembrar que este ajuste fiscal não ocorre apenas no Brasil, mas passa pela Europa, com destaque para a Grécia, na chamada austeridade fiscal. O que muda é apenas a intensidade e o destino desses recursos cortados dos gastos sociais.

Este modelo de estabilização monetária introduzido no Brasil e em grande parte das economias



subdesenvolvidas, que visava conter o processo inflacionário, acabou por impulsionar a dívida pública e uma reorientação dos gastos públicos para o serviço desta dívida. A necessidade de se recorrer ao endividamento público resultou do fato que a abertura comercial surgida neste momento levou a grande déficit comercial, que, somado ao déficit na conta serviços, fruto do pagamento do serviço da dívida externa renegociada, gerou um grande déficit das transações correntes. Com este déficit persistente, a saída encontrada foi elevar a taxa de juros para atrair capital de curto prazo, para garantir reservas suficientes para bancar a âncora cambial. Tal processo impulsionou a dívida pública também em outras etapas. Na busca de priorizar o serviço da dívida pública, duas iniciativas foram decisivas. A primeira foi a constituição de gigantesco superávit primário, a cada ano. A segunda foi a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em 4 de maio de 2000, que surgiu com o discurso de criar mecanismos de transparência das contas públicas para se evitar descontrole nos gastos públicos. Todavia, acabou estabelecendo-se limites para os

gastos sociais, de forma a assegurar o pagamento do serviço da dívida pública.

Para analisar a trajetória do Plano Real, temos que ver o que aconteceu com as demais economias e moedas sul-americanas no mesmo período. Quando investigamos os demais países do continente, constatamos que estes também passaram por um quadro de instabilidade econômica e monetária, bem como do acirramento da luta de classes que levou ao declínio dos vários regimes militares. Alias, este é o fato político principal de grande parte deste período, já que praticamente todos os países tiveram regimes militares. Os apoiadores atuais do regime militar no Brasil enaltecem as taxas de crescimento obtidas durante a fase do “milagre brasileiro” e encobrem as consequências para a economia (estagnação e expansão inflacionária) e explosão da dívida pública.

Na América Latina tivemos algo que parecia mágico no início dos anos 90, em se tratando de combater à inflação, pois economias e moedas que estavam em crise rapidamente se transformaram em moedas fortes. Na Argentina, o peso foi igualado ao dólar,

constando, inclusive, da constituição argentina. O Brasil foi além, quando, em 1994, o real chegou a valer mais que o dólar (1 real = 0,84 de dólar). A questão fundamental estava em aceitar as pré-condições para praticá-la: abertura comercial, desregulamentação financeira, desregulamentação dos direitos trabalhistas, reforma do Estado, privatização e a renegociação da dívida externa, que estava em colapso desde a moratória mexicana e argentina, em 1982, e da moratória brasileira, em 1987.

Na busca de um suposto equilíbrio das contas públicas, os últimos governos implementaram cortes de gastos, especialmente com a introdução do Plano Real. O chamado desequilíbrio nas contas públicas foi a justificativa recorrente para a introdução das políticas neoliberais nas suas várias etapas como forma de combatê-lo. Foi assim na privatização das empresas estatais na era FHC, na privatização da previdência social, das rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Todavia, em cada etapa de privatização, o BNDES foi decisivo em fornecer capital estatal subsidiado para grandes capitalistas brasileiros e estrangeiros, aliados com os fundos de pensão ligados ao PT e à CUT.

Na busca de um suposto equilíbrio das contas públicas, os últimos governos implementaram cortes de gastos, especialmente com a introdução do Plano Real. O chamado desequilíbrio nas contas públicas foi a justificativa recorrente para a introdução das políticas neoliberais nas suas várias etapas como forma de combatê-lo. Foi assim na privatização das empresas estatais na era FHC, na privatização da previdência social, das rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

No Brasil, nos últimos 21 anos, o que tivemos foi uma mudança na forma de obter este ajuste e suas motivações derivadas de alterações de conjuntura, especialmente vinda de mudanças no cenário internacional, particularmente depois de 2003, como efeito da crise da chamada 'economia ponto com' e a tentativa de conter os impactos da recessão derivada, quando o FED reduziu a taxa básica para 1% ao ano. Entretanto, a grande mudança vai ocorrer como efeito da crise de 2008 até 2015. Na fase inicial, surgiu o Fundo de Estabilização Fiscal como um mecanismo

que permitiria maior liberdade de gastos ao livrar o governo da obrigação de cumprir exigências feitas pela Constituição e, desta forma, priorizar o pagamento dívida pública.

Este fundo, surgido em 1994 em caráter provisório (logo após o aparecimento do Plano Real), em seguida, passou a se chamar Fundo Social de Emergência, que ficava com 20% da arrecadação de todos os impostos da União, descontada a parcela de estados e municípios, que antes deveriam ser aplicados prioritariamente nas seguintes áreas: a) saúde; b) educação; c) benefícios previdenciários; e d) programas de relevante interesse econômico e social. Mais à frente foi chamado de Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A paternidade do Plano Real se trata de inseminação artificial concebida nos seios do Banco Mundial e do FMI dentro dos pressupostos do Consenso de Washington, pois sua ocorrência se dá em países diferentes e em momentos que antecederam a sua versão no Brasil. A ocorrência no Brasil foi tardia, pois surge em 1994, quando a versão mexicana desta política já estava em crise, no chamado 'efeito tequila'¹, que afetou a economia da América Latina. O objetivo explícito desta política de estabilização era a estabilidade monetária neste continente, que, na verdade, serviu de chantagem para a introdução da política neoliberal. Entretanto, pretendia mesmo era encontrar uma saída para a recessão iniciada nos EUA em 1991, que pressupunha criar as bases para uma nova etapa de exportação do capital, seja capital produtivo, capital – dinheiro ou capital – mercadoria.

O fundamento desta política de estabilização vem dos mesmos ingredientes da política de juros altos praticada pelo Banco Central dos EUA - FED, durante o governo Reagan, que aprofundou também o endividamento público estadunidense, desde o início dos anos 80, que atualmente chegou a US\$ 17 trilhões ou 100% do PIB. Os efeitos desta política naquele momento nos EUA foram: combate à inflação, retomada da hegemonia do dólar, valorização dos títulos do Tesouro e garantia da rolagem da dívida. A privatização da previdência nos EUA serviu como um facilitador na rolagem da dívida pública, já que grande parte dos recursos destes fundos privados foi destinada à aquisição dos títulos do Tesouro estadu-

nidense, movido pela elevada taxa de juros praticada pelo FED no início dos anos 1980. Com isto, estes títulos tornaram-se objeto de desejo dos rentistas, sejam banqueiros ou fundos de pensão.

A crise de 2008 e o papel do BNDES na afirmação de grupos monopolistas

Dentre as várias medidas para garantir o pagamento da dívida pública, temos a elevação da carga tributária ocorrida, especialmente após 1999, que permitiu uma maior arrecadação de impostos sem ter como consequência a ampliação dos serviços públicos. Ao contrário, o que tivemos foi o crescente comprometimento do dinheiro público com o serviço da dívida pública ou a ampliação de recursos do BNDES para financiar a iniciativa privada, seja no processo de privatização, seja no financiamento da formação de grandes grupos monopolistas como as chamadas empresas campeãs, seja no financiamento das empreiteiras na exportação de serviços pela América Latina e África.

Entretanto, na crise capitalista mundial de 2008 e na tentativa de conter seus efeitos no Brasil, o BNDES passou a ter um papel ainda mais danoso aos cofres públicos e às políticas sociais. Nesta direção, foi criada a Lei que possibilitava repasse da União para este banco. Com isso, os cortes do orçamento da União nas despesas sociais passaram a ter destinação, também, o financiamento especialmente das grandes empreiteiras e na formação de grandes empresas monopolistas no incentivo às fusões e aquisições ou na constituição das empresas campeãs. De 2008 a 2011, o Tesouro Nacional repassou R\$ 291 bilhões ao BNDES para garantir o aumento do seu volume de empréstimo com forte subsídio, pois captava recursos à taxa Selic de 11,75% e emprestava pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP de 6%. Este subsídio, em 2011, representava um valor de R\$ 20 bilhões ou quase o orçamento de todas as universidades federais. Em outras palavras, com o subsídio dado aos grandes grupos capitalistas, poderíamos duplicar a capacidade das universidades federais. Neste período, o BNDES emprestou o correspondente a 3,3 vezes

mais que todos os recursos emprestados pelo Banco Mundial².

As consequências imediatas para os trabalhadores com o ajuste fiscal

Logo após a Presidente Dilma lançar o seu lema 'Brasil, Pátria Educadora', o governo deu início às ações para a aprovação do ajuste fiscal a cargo do Ministro Levy, apoiador do candidato do PSDB derrotado na última eleição. Este pacote cortou R\$ 80 bilhões das despesas sociais, sendo R\$ 10,4 bilhões da educação. Apesar do lema criado, que indicaria uma atenção à educação, o que observamos no orçamento da União de 2015 foi a previsão de gasto com o serviço da dívida pública no valor de R\$ 1,3 trilhão. Em 2014, a previsão foi de R\$ 1 trilhão ou 12 vezes os gastos com educação. Com isso, o governo pretende sinalizar ao mercado ou aos credores da dívida pública (grandes bancos e fundos de pensão) que irá manter o compromisso de continuar a dívida pública com a prioridade dos gastos públicos. Isto explica parte da destinação dos recursos obtidos pelo ajuste fiscal, que sempre foi acompanhado por uma elevação com os gastos com o serviço da dívida pública.

Logo após a Presidente Dilma lançar o seu lema 'Brasil, Pátria Educadora', o governo deu início às ações para a aprovação do ajuste fiscal a cargo do Ministro Levy, apoiador do candidato do PSDB derrotado na última eleição. Este pacote cortou R\$ 80 bilhões das despesas sociais, sendo R\$ 10,4 bilhões da educação.

Este acréscimo de R\$ 300 bilhões para 2015 representa um valor superior ao gasto de R\$ 255 bilhões com despesa de pessoal da União (aposentados e não aposentados). Em outras palavras, o que foi acrescentado com o serviço da dívida pública poderia ter garantido a duplicação das despesas de pessoal da União. Entretanto, o discurso do governo e da mídia burguesa é que o governo está gastando muito com pessoal e que poderia comprometer a "solidez" das contas públicas. Esta mídia encobre que os cortes ocorrem nas despesas sociais e que sempre são

acompanhados pelo aumento dos gastos com o serviço da dívida pública. Ao mesmo tempo, temos a prática da elevação da taxa de juros como forma de combater à inflação. Cria-se um vínculo falso entre elevar a taxa de juros como forma prioritária de se combater à inflação e de retomada do crescimento econômico.

Este paradoxo entre ajuste fiscal e compromisso com o setor privado fica mais claro no financiamento das universidades federais. As ameaças às universidades não se resumem apenas diretamente nos cortes de recursos, mas do conjunto de ataques aos direitos dos trabalhadores em curso. Nesta direção, temos: a) privatização da parte principal da previdência dos servidores e a criação do FUNPRESP; b) privatização dos Hospitais Universitários e a criação da EBSEH; c) a proposta da CAPES da contratação de professores sem ser pelo Regime Jurídico Único - RJU; e d) a ampliação da contratação de trabalhadores tercei-

A estabilização monetária em questão visava equacionar as contradições vindas de mais uma etapa da crise de superprodução nos EUA, em 1991. Assim, a desregulamentação financeira abriu espaço para a saída de capital – dinheiro excedente, a abertura comercial facilitou o escoamento do excesso de capital na forma mercadoria, as demais reformas abriram caminho para a entrada de capital produtivo em todo o continente, especialmente com a desregulamentação do trabalho.

rizados em substituição aos técnicos administrativos efetivos. Além disso, temos a desconstrução da carreira docente em curso mediante o acordo assinado pelo PROIFES nos últimos três anos. Todas estas ações se juntam na iniciativa do STF de reconhecer a terceirização nas áreas fins do serviço público, o que pode ameaçar todas as carreiras do serviço público, seja federal, estadual ou municipal. A dimensão mais perversa não está apenas no corte de verba pública para a educação pública, mas na ampliação das verbas públicas destinadas ao setor privado, quando ampliou de R\$ 14 bilhões para R\$ 19 bilhões para o FIES - Fundo de Financiamento Estudantil.

A estabilização monetária em questão visava equacionar as contradições vindas de mais uma eta-

pa da crise de superprodução nos EUA, em 1991. Assim, a desregulamentação financeira abriu espaço para a saída de capital – dinheiro excedente, a abertura comercial facilitou o escoamento do excesso de capital na forma mercadoria, as demais reformas abriram caminho para a entrada de capital produtivo em todo o continente, especialmente com a desregulamentação do trabalho. A renegociação da dívida externa via Plano Brady visava equacionar a crise das dívidas desde a moratória mexicana e argentina, amplificando o mercado de títulos. Esta política imperialista proposta pelos EUA via BIRD e FMI, no entanto, apesar de ter contribuído para amenizar os efeitos da recessão nos EUA, não evitou a crise da economia.com de 2000, muito menos a ocorrência da grande crise mundial de 2008. Tudo isso acabou por revitalizar os elementos fundamentais da política do Sistema da Dívida no continente sul-americano, pois possibilitou um aprofundamento das relações de dependências e, por sua vez, de vulnerabilidade externa.

A estabilização da moeda não foi acompanhada pela estabilização da economia

A estabilidade monetária não foi acompanhada com estabilidade econômica e social, à medida que aprofundou os ataques aos direitos sociais. A desindustrialização foi uma consequência direta das políticas complementares de estabilização como abertura comercial e política de juros altos. A participação da indústria de transformação no PIB no Brasil, que era de 14,60% em 2011, ficou muito próxima dos 13,75% em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, dentro da fase do nacional desenvolvimentismo. Esta participação, em 1964 (início do governo militar), era de 18,34% e próxima aos 18,62%, em 1995 (início do Plano Real). Do início do governo Lula da Silva, que tentou emplacar a farsa do neodesenvolvimentismo, esta participação, que era de 18,02% em 2003, caiu para 14,60% em 2011. A partir de 1990, quando se inicia a abertura econômica, esta taxa era de 21,19%. Na fase própria do Plano Real, tivemos uma queda na participação de 18,62% em 1995 para 14,62% em 2011. Enquanto isso, o rendimento dos bancos, que

são os principais compradores dos títulos públicos, teve crescimento acelerado. Nestes 21 anos de Plano Real, o índice de inflação medido pelo IPCA do IBGE registrou alta acumulada de 398,85%. Todavia, em duas décadas de Plano Real, segundo levantamento realizado pela Economática, o CDI³ (índice que serve de referência aos investidores em renda fixa) rendeu 3.187% ou mais de 2.000% do rendimento do IBOVESPA⁴.

A consequência mais danosa que tivemos no período de governo do PT foi a cooptação de grande parte dos movimentos sociais e incorporação de vários partidos com origem de esquerda ao ideário neoliberal. Na eleição presidencial de 2014, tivemos quase todos os candidatos propondo a continuidade da política neoliberal, iniciada por FHC em 1994, seja de forma explícita ou de forma velada. Esta eleição teve entre os principais candidatos da ordem um grupo que participou dos oito anos do governo FHC. O outro grupo participou dos 12 anos de governos do PT. Temos dentro dos dois grupos segmentos que participaram ativamente dos 21 anos de política neoliberal no Brasil, que deram continuidade à política que sustenta o sistema da dívida. Naquele momento, se colocavam como futuros gerentes do modelo neoliberal. Neste período, tivemos dentro destes governos aqueles que estiveram no poder desde a fase dos governos militares até os dias atuais, seja na fase PSDB ou PT.

Esta política de estabilização monetária que agora chega a um momento de crise aguda representou um grande ataque aos direitos sociais no Brasil, ao mesmo tempo em que tornou o pagamento do serviço da dívida pública a prioridade da destinação do dinheiro público, via política de juros altos. Tal fato foi acompanhado por massiva privatização de serviços públicos enquanto elevaram a carga tributária de 29% para 37%, fazendo com que o contribuinte pagasse mais impostos quando se oferecia cada vez menos serviços públicos. A dívida pública, que em julho de 1994 era de R\$ 84 bilhões, em 2015 se aproxima de R\$ 3,5 trilhões, mesmo que o país já tenha pago nestes 21 anos R\$ 11 trilhões. Em nome do combate à inflação se destrói a maioria dos direitos e se criminalizam os movimentos sociais que tentam rever seus direitos negados.

Considerações finais

O ajuste fiscal abre espaço para um duplo processo de privatização. Em primeiro lugar, temos um profundo corte nos investimentos nos serviços públicos, implicando em arrocho salarial, terceirização e precarização do trabalho no setor público, fragilizando a atendimento à população, cada vez mais empobrecida. Em segundo lugar, os recursos cortados são direcionados para o pagamento de parte do serviço da dívida pública ou direcionados pelo Tesouro para o BNDES, que, em seguida, empresta às grandes empresas do setor privado, em especial as empreiteiras e fundos de pensão para atuarem no processo de privatização dos serviços públicos.

Uma vez privatizados, se constata brutal elevação das tarifas, que repercute sobre o poder de compra dos trabalhadores à medida que passam a determinar as taxas de inflação. Todavia, o aumento da inflação acaba também reduzindo o ganho real daqueles que vivem de renda ou da compra de títulos públicos. Parte da inflação brasileira deriva também da prática de preços monopolistas, como o preço dos combustíveis e das tarifas de ônibus, bem como da progressiva privatização de serviços públicos, observada desde o início do Plano Real. Em outras palavras, a política

O Plano Real não foi apenas uma política de combate à inflação, mas sim um instrumento de transferência de riqueza líquida via pagamento do serviço da dívida pública, somado à transferência de patrimônio estatal via privatização de empresas e serviços públicos

de combate à inflação sempre resulta na elevação da taxa de juros, que implica em mais endividamento e, por sua vez, em mais corte dos gastos sociais. O Plano Real não foi apenas uma política de combate à inflação, mas sim um instrumento de transferência de riqueza líquida via pagamento do serviço da dívida pública, somado à transferência de patrimônio estatal via privatização de empresas e serviços públicos

No Brasil, os efeitos da estabilização monetária acabaram encobrindo a natureza destruidora do Plano Real para o setor industrial, que levou à crescente desindustrialização e reprimarização de parte

de nossa economia, bem como no aumento da vulnerabilidade externa, fruto da concepção do modelo desenvolvimento baseado no caráter dependente e associado que o plano Real potencializou. A relativa estabilidade monetária permitiu a recondução via eleição de grande parte dos grupos conservadores que estiveram por trás do poder desde o Golpe Militar e Nova República. A contenção da inflação e a manutenção do valor da moeda e a facilitação do sistema de crédito acabaram abrindo caminho para a aprovação de quase todas as reformas (do Estado, Previdência, Universitária etc.), que, na prática, buscavam introduzir as bases para a reestruturação produtiva e atacar todos os direitos sociais. A estabilidade monetária levou ao poder os grupos conservadores na América Latina. Em seguida, o desgaste da política neoliberal acabou levando a centro-esquerda ao governo da maioria dos países do continente, porém, a política neoliberal se manteve. No Brasil, o PSDB, que subiu ao poder com o símbolo da estabilidade monetária do Plano Real, perdeu para o governo Lula da Silva, em 2003. Todavia, na essência, o que tivemos foi a continuidade deste mesmo modelo, mesmo que em 2008 tivéssemos a aceleração da crise deste modelo neoliberal. Naquele momento, vimos a explicitação do esgotamento do discurso neoliberal de que o Estado não deveria atuar na economia, pois logo após esta crise capitalista mundial, os estados capitalistas que diziam não poder investir em saúde e educação gastaram US\$ 20 trilhões para salvar bancos e grandes empresas.

A ameaça que as universidades públicas sofrem resulta, principalmente, do aprofundamento dos ataques feitos à classe trabalhadora, desde o início do neoliberalismo na década de 1990, que começou pelo ataque aos trabalhadores do setor privado e que agora se generaliza pelo setor público. A diferença é que estes ataques começaram, no Brasil, por governo explicitamente neoliberal e que agora se aprofundam por governos que se constituíram num suposto combate ao neoliberalismo, mas que, uma vez no governo, aprofundaram estas políticas fazendo-as ainda mais letais devido à cooptação de parte do movimento social.

Os bancos, que já tiveram lucros exorbitantes em 2014, certamente terão lucros ainda maiores em

2015⁵, tendo vista a política de ajuste fiscal com cortes nas despesas sociais e aumento nas despesas com o serviço da dívida. Somente o Banco Itaú teve lucro de 29% em 2014. Isso tudo ocorre quando a retração da economia já levou o PIB a próximo de zero em 2014 e com grande possibilidade de PIB negativo para 2015. Em outras palavras, a política de ajuste fiscal, somado à elevação dos juros, acaba mesmo é elevando ainda mais a dívida pública que, em seguida, leva a novos cortes das despesas sociais e mais ataques aos servidores e serviços públicos. Esta é a política da pátria dos banqueiros, já que estes são os responsáveis pela compra de 55% dos títulos públicos. O fato novo que temos é que a nova etapa da crise mundial encontra no poder da maioria dos países da América Latina governos que ascenderam com a crise do modelo neoliberal no primeiro estágio no início do século XXI, que repassam para os trabalhadores o ônus da crise. Para os trabalhadores, temos como fundamental a construção da unidade entre os trabalhadores do setor público e privado, baseada na independência de classe e na busca de uma alternativa fora dos limites do capitalismo.

Dentro disso, temos a defesa dos serviços públicos, do combate à terceirização, da reforma agrária e urbana, a defesa do SUS, a revogação da reforma da previdência aprovada com o mensalão, a luta contra a privatização das empresas estatais, das rodovias, ferrovias e aeroportos. Nesta direção, a luta pela auditoria da dívida, como prevê o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, é fundamental. É bom recordar que na auditoria da dívida realizada no Equador foi constatado que 70% daquela dívida era ilegal. Sendo assim, temos uma dívida pública que compromete 47,5% do orçamento com serviço da dívida, que pode ser em grande parte ilegal, como constatado no Equador. Nesta direção, precisamos organizar por toda a América Latina um movimento pela auditoria destas dívidas, tendo como horizonte o pagamento da dívida social destes estados com a maioria da população. **US**

notas

1. <http://redes.moderna.com.br/2011/12/20/efeito-tequila-o-domino-mexicano/>.
2. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-empresta-391-mais-em-5-anos-e-supera-em-tres-vezes-o-banco-mundial-imp-,689817>.
3. Certificado de Depósitos Interbancários.
4. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-20-anos-de-plano-real-retorno-da-renda-fixa-superou-a-do-ibovespa-imp-,1150264>.
5. <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-20-maiores-lucros-do-primeiro-trimestre-no-brasil>.

GOMES, José Menezes. **Acumulação de capital e plano de estabilização**: um estudo da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2015.

_____. Pátria educadora versus pátria dos banqueiros. Cuiabá. **Cuiabanews**, 31.05.15, p. 3.

MARQUES, Rosa e NAKATANI, Paulo. Crise capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil.

CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, jan./abr. 2013.

referências

Educação e emancipação humana na greve dos docentes federais em 2015

André Mayer

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: andremayer@terra.com.br

Resumo: O presente texto pretende polemizar sobre a relação entre educação e emancipação humana na greve dos docentes federais no ano de 2015.

Palavras-chave: Capital. Trabalho. Emancipação Humana. Educação. Greve.

Introdução

A greve nacional dos docentes das IFE (Instituições Federais de Ensino) teve seu início em 28 de maio de 2015. Sob o comando do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior / ANDES-Sindicato Nacional, a greve durou até meados de outubro de 2015, com a proposição de saída unificada entre 13 e 16 de outubro (Comunicado CNG nº 46).

Os principais pontos da pauta de reivindicações dos docentes das IFE - Campanha 2015 são: defesa do caráter público da universidade; condições de trabalho; garantia de autonomia; reestruturação da carreira; e valorização salarial de ativos e aposentados. Estes pontos foram aprovados no 34º Congresso do ANDES e ratificados do 60º CONAD (ANDES 2015b e 2015c).

Qual a relação em educação e emancipação humana na greve dos docentes federais de 2015? Apresentar polêmicas como respostas a esta pergunta é o que pretende este texto. Estas polêmicas terão como referência a crítica radical da ordem do capital, realiza-

das pela teoria social de Marx e da tradição marxista. Uma opção de classe!

Tendo como determinação o método da teoria social de Marx, a metodologia aqui utilizada pautou-se em pesquisa teórico-bibliográfica e em jornais, comunicados e notícias que se encontram no site do ANDES, desde 28/09/2015 (início da greve) até o último Comunicado do Comando Nacional de Greve (CNG), em 11 de outubro de 2015. Além desse material, também foram pesquisados os anais do 34º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional e dos anais do 60º CONAD¹.

Pontos para o debate

O tema da emancipação humana foi determinante na teoria social de Marx. Desde sua opção de classe em favor da classe operária e sua opção comunista, entre 1842-1844, passando pelo seu “todo artístico” *O Capital*, em 1867, até o fim de sua vida, Marx, junto com Engels, se dedicou a estabelecer uma crítica radical ao Modo de Produção Capitalista (MPC) e a



apontar a necessidade de uma sociedade “para além do capital”, uma sociedade emancipada, comunista, em que o “livre desenvolvimento de cada um será o livre desenvolvimento de todos, apontando o devir dessa sociedade emancipada “de cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo suas necessidades” (Marx, 1983, 2005, 2008, 2010, 2011, 2012); (Marx e Engels, 1998, 2007); (Netto, 2012).

Como parte da *Práxis* (conjunto das objetivações humanas), a educação estaria sujeita às determinações da produção material da vida social. Para Lombardi (2011), é fundamental entender a educação nos marcos de um modo de produção específico e como se desenvolve a luta de classes dentro desta sociabilidade.

Segundo Mészáros (2005), uma reformulação da educação é impossível sem a correspondente transformação do quadro social. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Para Tonet (2014), seria inviável organizar a educação no sentido de conferir-lhe um caráter eman-

cipador. “Seria possível, no interior dela, realizar atividades educativas de caráter emancipador: 1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores”. Para Tonet (2008), a formação integral implica a emancipação humana.

Ao analisarmos o tema do 34º Congresso do ANDES-SN - “manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação” e a Carta de Brasília (34º Congresso) - “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”; e ao analisarmos também a Carta de Vitória (60º CO-

NAD) - debater e atualizar os planos de lutas gerais e específicos do ANDES aprovados no 34º Congresso; avaliar ainda o papel do Sindicato Nacional na condução da greve, federais e estaduais, defesa da educação pública; intensificar junto à CSP-CONLUTAS ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva de construção da greve geral contra o ataque aos direitos da classe trabalhadora; considerando a apropriação do fundo público, seja para o pagamento da dívida pública, seja para subsidiar o setor privado da educação; considerando o tempo até agora da greve dos docentes federais em 2015, qual a relação entre educação e emancipação humana?

Não temos nenhuma dúvida do avanço político do ANDES-SN durante a greve dos docentes federais em 2015. Tanto do ponto de vista da crítica ao capital e da mercantilização/ precarização da educação, quanto da articulação interna e externa junto com outros servidores (SPF)². As vicissitudes da particularidade brasileira apresentam um quadro de expressão da crise do capital em nossas terras. Para Mézáros (2002), trata-se de uma “crise rastejante”, levando a humanidade à beira do abismo, do ponto de vista material, espiritual e ambiental.

Ora, o fato de localizar o desmonte do atual governo em relação ao ensino superior federal público, com cortes de verbas, terceirização, sinalização de contratação via Organizações Sociais (OS), desrespeito e criminalização do movimento docente e dos SPF e o equivalente aporte e repasse de verbas à iniciativa educacional privada; o fato de localizar este processo dentro dos marcos da sociabilidade burguesa contemporânea não apontou ainda, ou apenas residualmente, para o avanço do caráter “emancipador” dessa luta. As reivindicações pela manutenção e ampliação dos direitos ainda se enquadram na esfera dos parâmetros da “ordem burguesa”. Não se considerou ainda de forma determinante a impossibilidade objetiva do Estado, que atua no comando político do movimento do capital, em “conceder” qualquer recuperação dos direitos, com sua atuação exatamente ao contrário, ou seja, mais retirada dos direitos, desmonte das IFEs e aportes ao “negócio educacional privado”, nos marcos da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002).

O último comunicado do CNG assim aponta:

Encerra-se a greve, mas não a luta. Os ataques em curso contra os direitos sociais serão intensificados e exigirão articulação dos docentes federais com demais SPF, conjunto dos trabalhadores e estudantes, mediante ações unitárias de resistência e luta. A organização docente deve continuar apontando rumos que indiquem a possibilidade de manutenção e ampliação de direitos, a defesa da educação pública e a construção de uma sociedade que respeite e dignifique o ser humano. Para tanto, é preciso manter o fortalecimento do ANDES-SN, nas bases, enquanto lidimo representante dos docentes, ampliando o número de sindicalizados, realizando trabalhos na base que evidenciem a importância de uma entidade classista e autônoma (COMUNICADO CNG Nº 46, 11/10/2015).

Considerações finais

Fruto das contradições do capital e da luta de classes, direitos e políticas sociais: faliram, fracassaram, quebraram, malograram, ruíram, despedaçaram, desmoronaram.

Prostraram-se os direitos na ordem do capital. Como possibilidade objetiva: porque é uma impossibilidade objetiva a efetivação dos direitos nos marcos da apropriação privada dos meios de produção e da exploração do trabalho alheio. Como mediação emancipadora: porque os direitos tornaram-se mediação alienante à ordem quando aparentam ser conquistadas, que vão existir de fato, e cria a figura fictícia do “cidadão”.

Prostraram-se as políticas sociais na ordem do capital. Como possibilidade objetiva: porque as políticas sociais são absolutamente débeis para solucionar a questão social e suas infinitas expressões, fruto da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Como mediação emancipadora: porque as políticas sociais tornaram-se mediações funcionais para administrar a miséria. Um gigantesco complexo de administração da barbárie!

A cada direito que aparenta ser conquistado e que supõe sua efetivação, a cada política social que se apresenta a solucionar alguma expressão da questão social, o capital encontra espaço para que suas contradições se resolvam.

notas

Manter o avanço político/organizativo e a aliança com os SPF; a luta pela educação superior pública, gratuita e de qualidade e combater o avanço do “mercado da educação” é fundamental. É necessário agora se apropriar de um debate teórico/metodológico e político para avançar na percepção da impossibilidade objetiva de qualquer conquista significativa dentro dos marcos da ordem do capital, pois como diz Mészáros (2002), ela é *irreformável e incontrolável*. **US**

1. Ocorreram atividades públicas em Brasília (como passeatas, ocupações de ministérios (MPOG e MEC), audiência no Congresso) e, no dia 18/09/2015, houve uma grande manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras, capitaneada pela CSP-CONLUTAS, na Avenida Paulista, em São Paulo.

2. Vale registrar que a campanha/greve do ANDES-SN se deu concomitante com a Campanha Unificada 2015 dos Servidores Públicos Federais (SPF) e continha como principais reivindicações da Campanha Unificada: política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; índice linear de 27,3%; data base 1º de maio; direito de negociação coletiva (Convenção 151 OIT); paridade salarial entre ativos e aposentados; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores; aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores; e isonomia salarial e de todos os benefícios entre poderes.

ANDES SINDICATO NACIONAL, CSP - CONLUTAS. *Greve Nacional dos Docentes Federais, 2015. Comunicados do Comando Nacional de Greve (CNG); Informandes Especiais; Notícias*. Disponível em: <<http://grevenasfederais.andes.org.br/>>. Acesso em: set. 2015.

_____. RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>>. Acesso em: set. 2015.

_____. RELATÓRIO FINAL DO 60º CONAD - Conselho do ANDES - Sindicato Nacional Vitória/ES, 13 a 16 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>>. Acesso em: set. 2015.

LOMBARDI, J.C. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol. I, 1-2, São Paulo: Abril Cultural, “Os economistas”, 1983.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. Boitempo, 2012.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, J. P. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Textos originais de Marx de 1843-1875.

_____. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. In *Marxismo, educação e luta de classes*. JIMENEZ, S. e outros (org.). Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008.

_____. *Atividades Educativas Emancipadoras*. In *Rev. Práxis Educativa*. Vol. 9, n. 1, 2014.

referências

A marcha de 18 de setembro e a luta de classes no Brasil

Fábio José de Queiroz

Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: fabiojosequeiroz@yahoo.com.br

*O maior erro é a pressa antes do tempo e a lentidão ante a oportunidade.
(Provérbio árabe)*

Resumo: Neste artigo, a luta de classes, em sua expressão mais geral, constitui o pano de fundo de uma interpretação de episódios mais recentes dessa luta, em território brasileiro, no contexto da crise econômica e política em curso; mas, aqui, o objeto específico de análise é a marcha dos trabalhadores de 18 de setembro de 2015, que ocorreu em São Paulo e mobilizou em torno de 15 mil ativistas, estabelecendo diálogo com as contendas sociais do último período (notadamente as greves), e, como hipótese, lançando luz sobre o desenvolvimento dos conflitos de classe no país. Essas e outras questões estão no horizonte deste estudo, que, concomitantemente, intenta reconstituir o panorama histórico dos confrontos interburgueses e da estratégia de formação de um campo proletário oposto ao do governo e ao da oposição de direita.

Palavras-chave: 18 de setembro. Greves. Crise. Campo de Classe.

Introdução

O ano de 2015 começa sob o signo da mais profunda crise política desde a queda de Collor, em 1992. Em outras palavras, as classes sociais e as suas representações políticas estão perante à maior crise nacional do breve século XXI. Nessa contenda, formam-se dois campos nitidamente delimitados: o do governo de frente popular, encabeçado por Dilma/PT, e o da oposição burguesa, hegemônico por Aécio/PSDB.

Ao mesmo tempo em que se aguça a crise política, a economia se afunda e o governo e o empresariado procuram salvá-la mediante medidas de austeridade que representam uma ação ofensiva contra os direitos mais elementares da classe trabalhadora (seguro desemprego, PIS, integralidade do salário etc.). Nesse caso, a questão posta é se os trabalhadores, que resistem bravamente ao ajuste fiscal, estão habilitados a construir uma alternativa independente dos dois blocos que se digladiam na cúpula e nas ruas.



As lutas sociais são uma realidade. Da resistência operária contra as demissões, no setor automotivo, às inumeráveis e longas greves de servidores públicos, nota-se, efetivamente, uma disposição de luta incansável da classe trabalhadora diante da agenda a serviço do capital, que, impiedosamente, ataca os direitos daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

Nesse ínterim, se fortalece a proposta de constituição de um terceiro campo, um campo de classe, independente do governo e da oposição burguesa, que aponte, além da luta contra o ajuste fiscal, a necessidade de que os trabalhadores indiquem uma saída para o país, tomando como referência os interesses da maioria da população e não de banqueiros e rentistas. Como parte desse esforço, no dia 18 de setembro, milhares de ativistas sociais ganharam as ruas de São Paulo e, à primeira vista, tornaram mais forte esse propósito de se constituir um campo de

classe que confronte os dois campos burgueses: o do governo e o da oposição de direita.

Hegel disse certa vez que *a coruja alça voo ao anoitecer*. Sem querer contrapor frontalmente as insuficiências do antes citado axioma, pois esse não é o objeto deste artigo, há de se reconhecer que é tempo suficiente para não somente se examinar o significado do dia 18 de setembro para as lutas sociais em curso, mas para, igualmente, analisar a sua incidência com relação ao vir-a-ser dessas lutas.

Em suma, trata-se de analisar o significado mais amplo da marcha dos trabalhadores de 18 de setembro – articulada pela Central Sindical Popular Conlutas e demais entidades organizadas no espaço de unidade de ação –, levando em conta os seus nexos internos com os processos correntes de luta social, mas, também, tentando entender em que medida a marcha se relaciona e aporta com relação a esses processos.

2013: o ascenso começa?

O ano de 2013 entra para a história recente do país pela explosão social que se multiplicou ao longo dos meses e que tem o seu epicentro nas jornadas de junho. Tomando de empréstimo a linguagem de Marx, não há como não admitir que, depois de junho, todas as classes da sociedade são “arremessadas para o círculo do poder político, obrigadas a abandonar os camarotes, a plateia e a galeria e a vir representar” (2008, p. 73). As desigualdades da representação, levada a cabo por cada classe, em particular, não suprimem o fato de que todas passam a encenar os seus interesses, a começar das jornadas populares, de maneira completamente distinta, se comparada com a situação política anteriormente existente. Ainda que seja noite, nem todos os gatos são pardos!

Nessa quadra, os trabalhadores respondem aos primeiros sinais da crise e buscam obter conquistas que, em larga escala, ainda se ligam à situação de crescimento da economia. Esse fato explica como as diversas categorias de assalariados são capazes de or-

A continuidade desse movimento ascensional, em 2014 e 2015, que se combina à atitude de absoluta hostilidade do governo de frente popular com relação aos direitos dos trabalhadores, se presta a que a experiência dos assalariados com esse governo se faça muito rapidamente, e de tal maneira, que o sentimento de objeção ao PT e a Dilma, geometricamente, se amplifica.

ganizar e realizar mais de 2.000 greves ao longo de 365 dias. Essa tendência já está esboçada pela soma de 873 paralisações de 2012, mas, a quase triplicação desse número – somente um ano depois – indica que a ideia de Ascenso, com “A” maiúsculo, se efetiva e se consoma no profano ano de 2013¹. Para dizê-lo brevemente: se forem levadas em conta tais observações, não há porque não constatar que aí começa essa vaga ascendente, que, entrando com força em 2014, se estende até a presente data.

Em outras palavras, os desdobramentos do ascenso, iniciado em 2013, já no contexto de uma nova situação política, que resulta das jornadas de junho, adentram 2014 e, parcialmente, se revelam no êxito

de inumeráveis campanhas salariais, nas quais os trabalhadores arrancam aumento real de salário em 92% delas, demonstrando, de algum modo, a disposição de luta da classe trabalhadora e o caráter ofensivo dos conflitos.

Se não estou em erro, há de se considerar que, de 2008 a 2012, as lutas da classe trabalhadora não só não cessam a sua dinâmica ascendente, mas, paralelamente, acumulam experiências que são decisivas para o salto que se opera em 2013, com repercussões poderosas nos dois anos seguintes.

A continuidade desse movimento ascensional, em 2014 e 2015, que se combina à atitude de absoluta hostilidade do governo de frente popular com relação aos direitos dos trabalhadores, se presta a que a experiência dos assalariados com esse governo se faça muito rapidamente, e de tal maneira, que o sentimento de objeção ao PT e a Dilma, geometricamente, se amplifica.

Em suma, a poderosa onda de greves, que tem início nos anos de crescimento econômico (2008-2013), malgrado o breve período de inflexão para baixo (2009-2010), encontra o seu ponto alto no exato momento da passagem da fase de crescimento para a fase de esgotamento do “modelo lulista” de expansão econômica (2013-2015), quando o excesso de cuidados com os banqueiros convive com as provas de incúria com relação às camadas populares. Mais do que de incúria, de exemplo expressivo de coalizão estratégica com os interesses dos estratos mais influentes do poder econômico (bancos, agronegócio etc.). O incremento do lucro dos cinco maiores bancos (três deles privados), que alcança 17,9% no primeiro semestre de 2015, se nutre de uma vida em comum com a ofensiva contra direitos elementares daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, dentre os quais se inclui o seguro desemprego, o PIS de mais de dez milhões de trabalhadores e a proposta de redução de salário em até 30% (PPE).

A classe trabalhadora responde à maneira antiga, ao gosto dos anos 1980, quando uma onda de greves sacode o país e impõe sérias mudanças no âmbito do sindicalismo e da organização política do proletariado brasileiro. Sem dúvida, esse é um período historicamente documentado e que equivale a um laboratório de experiências políticas, das quais resulta uma

nova configuração das instituições do movimento de massas (MM) no país. As suas repercussões vicejam por aproximadamente 30 anos. A fundação da CUT é parte desse processo de recomposição do MM. Parcela das direções sindicais que, hoje, lideram a maior parte das entidades do sindicalismo nacional, constitui um subproduto desses anos de vaga grevista. À parte outras questões, esse último grande ascenso se torna uma referência para todo ativismo social, que se forma nesses tempos e nas etapas imediatamente subsequentes².

Paradoxalmente, o novo incremento dos conflitos de classe, do qual o epicentro é o ano de 2013, se choça frontalmente com essas direções e com toda uma geração de líderes sindicais fundada nessa tradição, já completamente desfigurada em relação aos princípios que se oferecem como base inicial para a constituição de suas primeiras equipes, forjadas no calor da luta contra a ditadura e em defesa das liberdades democráticas e dos direitos da classe trabalhadora. Ao repelirem a ideia de tropeçar na própria ruína, os trabalhadores confrontam as suas velhas direções e, de maneira às vezes imprevisível, não só rompem com a rotina social, mas recriam as tradições debaixo de uma nova roupagem, pois, no fim das contas, os tempos são outros.

Dilacerado pela luta de classes, o ano de 2015 se aproxima do seu derradeiro sopro. Para entendê-lo em sua situação particular, é de capital importância compreender que o fenômeno das greves, a começar de 2013, é algo mais amplo do que se distingue comumente. É preciso prestar muita atenção a esse

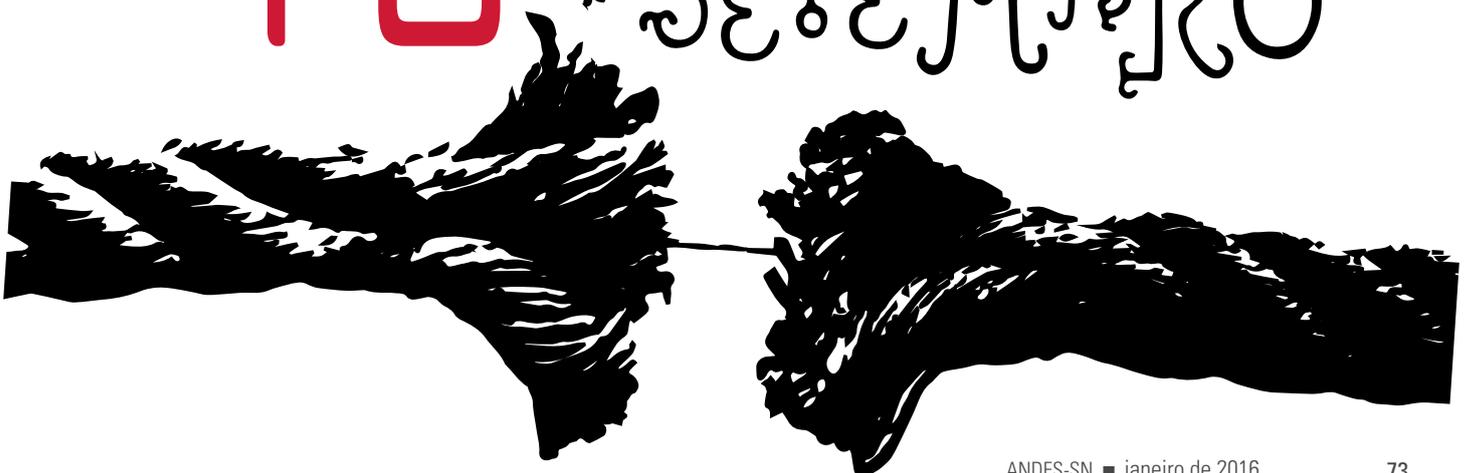
aspecto do problema. Trata-se, em última análise, de consentir a importância da onda grevista como uma dimensão essencial da atual quadra política. Só esse entendimento permite que se dimensione corretamente o significado da marcha dos trabalhadores de 18 de setembro. Mais do que isso: permite entender as possibilidades que estão abertas e que se mostram invulgarmente interessantes para a continuidade das lutas sociais no próximo período.

2015: crise política, austeridade econômica e continuidade do ascenso – as bases para a marcha dos trabalhadores

Esse recorte não é irrelevante para os objetivos deste artigo, que é o de examinar a proveniência e o significado da marcha dos trabalhadores, realizada em 18 de setembro, e os nexos entre esse fato e o seguimento das lutas de massa. No interior da complexa síntese desses tempos, localizar os “cortes” históricos no domínio da continuidade não é uma tarefa das mais fáceis. São esses cortes que ajudam a entender – por exemplo – como a marcha se torna possível e como, por causa de seu êxito, a ela se imputa a tarefa de se tornar uma referência para aqueles que almejam construir um campo de classe: da classe trabalhadora.

Muitas pesquisas acerca dessa complexa questão são necessárias. Essa ideia, no entanto, não interdita a possibilidade de se oferecer a primeira apreciação

18 SETEMBRO



de uma história em movimento, em curso, aberta, sujeita, certamente, a mudanças bruscas e, às vezes, substantivas.

É ponto pacífico que, ao longo de todo o ano, a classe trabalhadora não se omite de confrontar os planos de austeridade do governo de Dilma Rousseff. A vaga grevista mobiliza os mais distintos setores que constituem a grande classe dos trabalhadores assalariados. Do operariado aos bancários, passando pelos docentes das universidades e demais categorias do serviço público, a realidade é que, em 2015, os movimentos paredistas e a ação de massas, de um modo geral, constituem traço essencial e decisivo da conjuntura política.

Mais do que greves e movimentos corporativos, as paralisações de distintos e amplos segmentos da classe trabalhadora defrontam a política de austeridade, que, mal contado o último voto, o governo federal começa a programar – ainda em 2014. A ofensiva patronal e governista transforma a passagem de 2014 para 2015 no mais feroz cabo de guerra. Em flagrante contraste com a retórica eleitoral, a estratégia do go-

É ponto pacífico que, ao longo de todo o ano, a classe trabalhadora não se omite de confrontar os planos de austeridade do governo de Dilma Rousseff. A vaga grevista mobiliza os mais distintos setores que constituem a grande classe dos trabalhadores assalariados.

verno é objeto de novas determinações, que dizem respeito à retração econômica e à crise política. Para manter o seu mandato, Dilma lança mão de uma série de medidas que, em última hipótese, busca arquitetar, para si, uma base social de sustentação em setores do capital, notadamente dos que se ligam ao rentismo. Ao mesmo tempo, responde à dinâmica descendente da economia, retirando benefícios dos trabalhadores para favorecer a reação capitalista, que, no quadro de crise, exige mais, e não menos, sangue daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

Os tempos das concessões, melancolicamente, findam. Parafrazeando Manuel Bandeira, dir-se-ia que os tempos agora são de cardos. O governo do PT atua como estado-maior da burguesia e retira conquistas dos trabalhadores. É também de suma importância

o empenho do congresso nacional de votar medidas que só agravam a situação do chamado “mundo do trabalho”, conforme fornece indicações significativas o projeto de lei da terceirização, aprovado sob a regência macabra de Eduardo Cunha. Correlatamente, o parlamento se agarra a uma pauta que busca fazer regredir o arcabouço jurídico nacional. Embora já se fale de patética regressão, esse parece ser somente o exórdio de mais ataques contra os direitos tão duramente conquistados pela maioria da sociedade.

À cata de soluções perante à ofensiva do capital e de suas representações políticas, a classe trabalhadora toma em suas mãos o legado de gerações inteiras do passado, próximo e distante, e, ao longo de 2015, não se esquivava de promover reuniões de repercussão massivas, demonstrações públicas, protestos, manifestações, dias de luta, greves rápidas e por tempo indeterminado, dentre outras modalidades de mobilização, com o intuito de preservar antigos e novos direitos, arduamente obtidos, presentemente violados.

Nessa perspectiva, a mais longa greve da história das instituições federais de ensino (mais de 130 dias) demonstra o caráter geral desses conflitos, que se afirmam como contraforte às políticas em andamento. As longas paralisações de professores estaduais e de servidores públicos federais constituem dimensões desse peculiar manejo dos trabalhadores no tocante às suas armas de luta, precisamente em um momento de selvagem ataque do capital e de seus representantes no âmbito político.

Até data recente, as amplas massas se situam no campo do governo. Esse cenário – visto em uma escala de tempo que ultrapassa os simples limites de uma conjuntura – se liga visivelmente ao imaginário da classe operária. Acontece que a realidade já não é essa. Há uma recomposição de forças no interior do proletariado brasileiro, única classe habilitada, social e historicamente, a amparar uma saída vigorosamente distinta dos projetos cristalizados no governo do PT e na oposição burguesa (PSDB, DEM etc.). Nas fábricas e grandes obras, essa porção do mundo social já sofre, brutalmente, a hecatombe do desemprego, mas responde com assembleias, bloqueios de rua, piquetes nas portas das empresas e poderosas greves que, em muitos casos, conseguem dobrar as pretensões patronais, conforme se nota em parcelas

do setor automotivo. Dir-se-ia que, quanto às ilusões com o governo Dilma, à moda de Marx, os operários resolvem essa contradição pela luta.

A questão de ferro, no entanto, tem relação com a condução política das direções do movimento operário.

No instante em que se fundem as medidas provisórias do governo, que, dentre outras questões, atacam o seguro desemprego e as pensões das famílias trabalhadoras, e o projeto de lei da terceirização, as centrais sindicais ensaiam uma unidade de ação e jornadas de luta são organizadas de modo comum, embora esse processo tenha fôlego curto. A incapacidade das centrais de sustentar ações unitárias, de maneira consequente, não é um sintoma aleatório das dificuldades do movimento sindical brasileiro, mas decorre, essencialmente, dos graus de compromissos da maioria delas, ou com o governo (casos declarados da CUT e da CTB) ou com a oposição de direita (cujo exemplo mais vivo é o da Força Sindical).

A contradição mais loquaz se revela no momento em que a Força Sindical apoia o projeto das terceirizações, devido às suas relações viscerais com o empregado, enquanto a CUT, que denuncia ativamente o referido projeto de lei, claudica diante das medidas provisórias, uma vez que se chocar abertamente com elas tem o sentido de ir de encontro ao governo do PT, que essa central não se cansa de resguardar.

Os limites políticos da maior parte das centrais sindicais impedem que os dias de luta se desenvolvam no sentido de uma greve geral, via preferencial para um acerto de contas com as políticas em curso. Mal se encerra um dia de luta e as direções majoritárias do movimento de massas não economizam energia com o fito de sufocar qualquer esforço no sentido de dotá-lo de continuidade. Com efeito, sem transbordar esses limites, as dificuldades da classe trabalhadora em oferecer uma resposta global à ofensiva do capital e de seus representantes se tornam menos afeitas de serem sobrepujadas. Eis o enigma não resolvido da situação política.

Torna-se expressa, então, a necessidade de se desbloquear o caminho, de abrir as comportas e fazer pontaria em uma só direção, que é a de reforçar as posições dos trabalhadores em uma situação na qual, à primeira vista, eles tendem a nadar contra a cor-

rente. Nesse sentido, o 18 de setembro deve traçar a linha de combate com relação aos dois blocos burgueses. Esse é o desafio que tomam para si os organizadores da Marcha dos Trabalhadores. Aqui, de plano, se coloca um problema: conseguem eles alcançar o objetivo a que se propõem?

O 18 de setembro da classe trabalhadora brasileira

Há duas questões que merecem ser apreciadas, ainda que rapidamente.

Primeira questão: ante o entrave à continuidade das jornadas de luta, convocadas em comum pela maioria das centrais sindicais, a CSP Conlutas – que se faz presente em todo processo de luta unitário, anteriormente desenvolvido – decide encabeçar uma operação para desbloquear as ações de massas contra o governo, que, ao mesmo tempo, se diferencie completamente das políticas e manobras da oposição de direita. A crise política na cúpula, bem como os acordos das direções majoritárias com os blocos burgueses, exige um ajuste na tática. Para Trotsky (1979), *o fio da história se rompe com muita frequência e, quando isso acontece, não há o que fazer senão amarrá-lo de novo*³, ainda que amarrá-lo novamente não tenha o sentido de atá-lo do mesmo modo. Ao se analisar os dias que correm e, neles, o significado do centro da tática da CSP Conlutas, essa brilhante hipótese, uma vez mais, parece confirmar a sua conveniência. A unidade de ação, rompida pelas direções das maiores centrais sindicais, é redimensionada e aparece sob uma nova forma, canalizando a insatisfação popular para um protesto unificado de rua.

Segunda questão: embora não se deva subtrair o papel protagonista da Central Sindical Popular, no que se refere à organização da marcha, não custa lembrar que ela é construída por cerca de 40 entidades sindicais, populares e estudantis, além do PSTU, do PCB e de correntes do PSOL, promovendo a unidade consistente de entidades, grupos e tendências que se opõem ao governismo, sem, no entanto, se embaralhar com a oposição renhidamente direitista. Esse agrupamento de forças torna possível romper – se bem que parcialmente – o cerco contra os que

almejam lutar contra o governo Dilma e a oposição burguesa. Essa é uma conquista do 18 de setembro.

Nesse quadro, assiste-se à unificação da cidade e do campo, do operariado e do funcionalismo, dos estudantes e da classe trabalhadora, em uma manifestação que reúne 15 mil pessoas pelas velhas ruas de São Paulo. Manifestação que, em larga medida, recebe o reforço de centenas de populares que se incorporam ao combativo cortejo daqueles que não aceitam pagar pela crise capitalista.

Esses elementos têm a sua relevância. Nos dias 16 e 20 de agosto⁴, os retrógrados oposicionistas e o governismo, respectivamente, ganham as ruas e tentam manobrar a situação, cada qual, evidentemente, a seu favor. Tentam, assim, tonificar a falsa polarização entre eles. À vista disso, as 15.000 pessoas que saem do MASP e caminham durante cinco horas pelas ruas da capital paulista, mais do que um recado, estão indicando uma direção, que, em última análise, significa a ruptura com essa polarização aparente e a emergência de um esboço de uma alternativa classista.

As palavras de ordem contra o governo Dilma, contra o ajuste, mas também contrárias às forças oposicionistas burguesas, denotam uma profunda diferenciação com os eventos de 16 e 20 de agosto e, desse modo, evidenciam o que há de novo no cenário político brasileiro.

Doutro lado, a plenária das organizações que promovem a marcha e que transcorre no dia seguinte ao da mobilização de rua demonstra que há uma firme disposição de manter e aprofundar o processo de luta tendo como horizonte estratégico a constituição de uma alternativa classista perante os dois blocos que, por vias não necessariamente análogas, sincronizam a passada, em particular, com a do acionista parasitário e, em geral, com a das empresas capitalistas. O terceiro campo supõe um programa que se oponha ao conteúdo mais profundo dessa passada.

Um observador atento, certamente, há de notar que a marcha desobstrui artérias inteiras, na cidade, e cria trilhas no campo, mas artérias desobstruídas e pistas ligeiras são condições para a continuidade da mobilização, mas não constituem garantias absolutas de que essa ocorra, e se enraíze e se estenda. A luta de classe não oferece garantias absolutas, mas os seus ganhos, ainda que relativos, são suportes úteis aos que

não se conformam com a imobilidade e o marasmo.

Em tais condições, o outubro de lutas é parte desse longo e necessário trajeto de formação de um campo alternativo dos trabalhadores. O rigor da crise não arrefece esse desiderato, mas simplesmente o torna mais urgente e inescusável. Além do mais, o outubro de lutas – ao se combinar com campanhas salariais de expressão nacional, bem como com os protestos e demais formas de resistência em curso – pode se revelar um dos tantos episódios de uma mobilização permanente rumo a uma greve geral no país. O principal estorvo à efetivação desse objetivo, em última instância, não se encontra na existência de um grande número de centrais sindicais, mas se escora e se explica no estratagema da maioria delas de compor com o governo ou com o PSDB/PMDB. O caminho em direção à greve geral, em larga escala, passa ou pela ruptura da maioria das centrais com essas vertentes da política nacional ou na ruptura de parte expressiva dos trabalhadores com as suas direções majoritárias, sem descartar mediações e combinações as mais diversas.

Tais constatações permitem ao observador, diligente e escrupuloso, inferir que a marcha dos trabalhadores parece ter a força de um momento de impulsão da luta de classes, no qual um sem número de novos horizontes se descortina perante os que admitem que seja possível se construir uma alternativa classista que confronte a crise, o governo e a direita tradicional. Esse observador, porém, precisa entender que os horizontes que se descortinam ainda não são propriamente os horizontes em sua expressão concreta e palpável. Precisa entender, igualmente, que o primeiro passo ainda não é o décimo quilômetro andado. Por esse motivo, até, é preciso seguir andando com o mesmo empenho construtivo que permite vir ao mundo o que a história há de grafar como o 18 de setembro da classe trabalhadora brasileira.

Aonde vai o Brasil? Três parágrafos a título de conclusão

O promissor 18 de setembro de 2015 parece – cada vez mais – ficar para trás, mas essa é unicamente a aparência pela qual o tempo, costumeiramente,

notas

turva o raciocínio e adultera a reflexão. Como signo e arranque, certamente, o 18 de setembro pulsa e viceja e germina novos e necessários episódios. Em seus olhos coletivos, é possível vislumbrar de onde ele vem e aonde ele quer chegar.

Desde que esse texto veio ao mundo, trazendo em seu cerne essa discussão, muitos fatos, que descem à terra como redemoinhos ensandecidos, somente reforçam a premência de um campo da classe trabalhadora como condição para que se ofereça uma saída que ultrapasse projetos que não podem ir além do que ensina a cartilha dos senhores capitalistas.

Mesmo antes da vitória definitiva da marcha de 18 de setembro e, em tese, da vitória de cada uma das muitas greves transformadas em uma só, em meio à crise, que irrompe sob o signo de uma de suas tantas formas, que somente o capital é capaz de criar, há indícios de que a classe trabalhadora só pode encontrar uma saída mediante o uso de seus métodos de ação e de uma estratégia de independência de classe. Quem não quis ouvir antes, argumentando que o som era raso e fraco e, portanto, inaudível, agora está diante da imposição de conhecer a verdade que é gritada de todos os cantos do país. O galo está cantando alto e até os que alegam que são surdos, nesse momento, podem ouvi-lo. A questão vital é: a que conclusões não de chegar e em quanto tempo? Se a pressa não ajuda, a lentidão pode conduzir a um desastre. **US**

1. As estatísticas sobre greves e resultados de campanhas salariais, aqui sumariamente indicados, tomam como base estudos do DIEESE. A esse respeito, e até para usufruir de informações mais completas, o leitor pode consultar o site oficial dessa instituição de pesquisa e assessoria: www.dieese.org.br.

2. Vale a pena recordar que, contraditoriamente, os tempos de vaga grevista e radicalização das lutas sociais, que caracterizam os anos 1980, na década seguinte, são trocados por anos de declínio – prático e teórico – dos chamados movimentos sociais, notadamente daqueles de corte sindical, motivando um vendaval oportunista que deixa a sua marca em lideranças antigas e novas, redesenhando o sindicalismo brasileiro, social e ideologicamente.

3. Trata-se de uma tradução livre para a seguinte passagem de edição em castelhano da autobiografia *Mi Vida*, de Leon Trotsky: “El hilo histórico se rompe con harta frecuencia. Cuando ocurre tal cosa, no hay sino que anudarlo de nuevo” (1979, p. 193).

4. No dia 16 de agosto, trajando verde-amarelo e defendendo uma saída retrógrada para a crise, a oposição burguesa move as suas forças nas ruas das principais cidades do país, sem, no entanto, promover a ampla mobilização que pensa tornar possível pelo desmedido apoio midiático que recebe. Já no dia 20, do mesmo mês, as forças governistas, com base em seus aparatos (CUT, MST, UNE etc.), movem os seus apoiadores, em distintas partes do Brasil, com o intuito de blindar Dilma diante da possibilidade de que esta venha a sofrer o *impeachment*, medida acolhida por parcelas significativas das vertentes de direita.

MARX, Karl. As lutas de classe na França – de 1848 a 1850, In: “**A revolução antes da revolução**”, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TROTSKY, León. **Mi vida**, Bogotá/Colômbia: Editorial Pluma Ltda., 1979.

referências

Quando as massas no Brasil resolveram sonhar perigosamente: as jornadas de junho na perspectiva de Slavoj Žižek

José Alex Soares Santos

Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: alexsoares1976@gmail.com

Resumo: Na tentativa de compreendermos o significado político-ideológico das “jornadas de junho” no Brasil – manifestação de massa, com forte participação da juventude nas ruas –, adotamos a perspectiva metodológica crítico-interpretativa, focada na abordagem filosófico-política de Slavoj Žižek. Buscamos apreender, com base nessa abordagem, a ideologia hegemônica da utopia democrático-liberal burguesa que, pela via do reconhecimento, procurou legitimar os protestos com o reforço positivo ao pacifismo, ao apartidarismo e, por outro lado, criminalizar os grupos que radicalizaram na ação direta. Apresentamos como síntese deste esforço crítico que tais manifestações, na perspectiva žižekiana, constituem um paradoxo: o “sonho da emancipação” e o “pesadelo da destruição obscura”. Destacamos também que, para Žižek, um dos alvos dos protestos deveria ser a própria democracia liberal, já que, com sua moldura ilusória da participação, tem evitado a transformação radical das relações capitalistas, o que não esteve na essência das manifestações. E, para além desses aspectos, o grito da juventude e das multidões surge como um eco contra o “deserto do real” produzido pelo capitalismo senil, mas com sons multiformes e de caráter incerto.

Palavras-chave: Capitalismo Senil. Manifestações de Massa. Jornadas de Junho.



Introdução

Com Žižek aprendemos a viver no **fim dos tempos**,
Conhecemos e negamos a “utopia liberal”.
Vimos os desequilíbrios do famigerado capital,
Esse sim, um gigantesco e pavoroso mal.
Com a desenfreada carruagem da exclusão social,
Chegamos ao “ponto zero” do capitalismo global.
Então, saímos **em defesa das causas perdidas**,
E os **totalitarismos**, apresentaram-se como feridas,
Abertas no coração da humanidade em vida.
Nessa viagem que tudo é visto **em paralaxe**,
Vemos Hegel à sombra do materialismo de Marx,
E nos sentimos absolutamente, **menos que nada**.
Sonhando perigosamente feitos cavaleiros de Granada,
Encontramos a rebeldia e com ela chegamos a práxis.¹
(JOSÉ ALEX SOARES SANTOS)

No epicentro da famigerada crise do capital, tendo à frente seus quatro “cavalheiros do apocalipse” – 1) a crise ecológica; 2) as consequências da revolução biogenética; 3) os desequilíbrios do próprio sistema; e 4) o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais – no mundo globalizado, e no Brasil em particular, dois fenômenos apresentam semelhanças na “forma explosiva” de seu conteúdo. Em relação à dimensão mundial nos referimos às ideias político-filosóficas de Slavoj Žižek², que constituem um pensar idiossincrático e explosivo ao incidirem-se sobre os paradoxos que estão presentes na estrutura do sistema de produção dominada pelo capital e seu cinismo ideológico.

Comparamos este gradiente da filosofia contemporânea a um “quantum de urânio enriquecido” que pela sua crítica arrebatadora se assemelha à dinâmica da insurgência popular que irrompeu no Brasil, no início do mês de junho de 2013, e continuou por todo o segundo semestre, apesar de não apresentar a mesma intensidade do período junino³.

No presente estudo adotamos os fundamentos teóricos, filosóficos e políticos de Slavoj Žižek, bem como seus “microexemplos”, para desenvolvermos uma análise crítico-interpretativa das manifestações que invadiram as ruas de 4380 cidades brasileiras com 2,5 milhões de pessoas em marcha por ruas e avenidas de todo o país, situadas historicamente entre junho e julho de 2013.

Panorâmica dos protestos no “paraíso” do capital: Brasil em foco

[...] Vivemos hoje num estado de negação fetichista coletiva: sabemos muito bem que alguma hora isso acontecerá, mas ainda não acreditamos que possa realmente acontecer.
(ŽIŽEK)

A sensação de “surpresa” era unânime quando iniciaram as “jornadas de junho” no Brasil entre intelectuais, jornalistas, militantes de movimentos sociais, sindicalistas e todas as demais categorias de estratos sociais de classe que queiramos imaginar. Este estado de perplexidade vai de encontro à epígrafe da sessão, aqui parafraseada nos seguintes termos: sabíamos que poderiam acontecer, mas ao vê-las em movimento, não queríamos acreditar que estavam acontecendo.



O inusitado e paradoxal destas manifestações é que o seu estopim deu-se em um momento pouco provável de acontecer no Brasil. No momento de sua explosão, era quase impensável que milhões de pessoas saíssem às ruas para protestar diante de um quadro de letargia social e com mais de uma década que os protestos vinham de organizações do campo

(por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). Agregue a isso o fato de que no Nordeste aconteciam as festas juninas e, no “país do futebol”, estava em andamento a Copa das Confederações, tendo, inclusive, a “seleção canarina” como campeã do torneio.

Podemos incluir nessa soma a ideia otimista de que o “Brasil está no caminho certo”, a qual se ma-

nifesta no levantamento do IBOPE (2013, paginação irregular), em que “71% da população no Brasil se diz satisfeita ou muito satisfeita com a vida que leva hoje em dia”.

A tônica desse otimismo é flagrante na reportagem de capa da revista Carta Capital⁴, publicada um mês antes das “jornadas de junho”, que estampa em fundo amarelo a manchete: “O Brasil confiante”, seguida de um breve resumo que, por si só, revela o otimismo: “em uma década, o país criou 19 milhões de empregos formais. Eis a base do otimismo da população [...]”.

Todavia, esses fatos e o poder alienante da programação dos *mass media* não foram suficientes para conter o ímpeto da população de manifestar-se, protestar e se rebelar contra o estado de coisas, fruto dos “podres poderes” e da “nova” ordem mundial, encastelados na estrutura perversa do sistema sociometabólico do capital, em um “mundo globalizado”.

Dessa forma, um grande ponto de interrogação fora cravado na opinião pública brasileira, nos *mass media*, nos analistas políticos, representantes de partidos políticos, sindicalistas e intelectuais, entre outros, durante e após as “jornadas de junho”. Todos buscavam uma explicação para a agitação eufórica que tomou conta das ruas no país. As pessoas atônitas se perguntavam: “Para onde estamos caminhando?”, “O que virá depois?”. Perguntas que se aproximam das inquietações de um sociólogo do trabalho, quando analisou o *Occupy*, ocorrido no ano de 2011, em que uma onda de mobilizações e protestos sociais sacudiram o mundo⁵:

[...] Terão os movimentos sociais de indignados capacidade de elaborar em si e para si uma plataforma política mínima capaz de exercitar a hegemonia social e cultural, preparando-se para uma longa “guerra de oposição” e acumulando forças sociais e políticas sob o cenário da barbárie social e do capitalismo manipulatório?

[...] até que ponto seriam eles efetivamente capazes de fazer história numa perspectiva para além do capitalismo que, em si e para si, é incapaz de incorporar as demandas sociais do precariado, tendo em vista a nova fase do capitalismo histórico imerso de contradições sociais intensas? (ALVES, 2012, p. 37-8).

Tais preocupações encontram eco na abordagem de Žižek, quando ao tratar da onda de protestos que abalou monarquias ditatoriais no Oriente Médio, até a farsa liberal democrática no paraíso do consumo (EUA), passando por países de “Terceiro Mundo”, com economias em “efervescente” crescimento – o caso do Brasil e Turquia – chama atenção para alguns aspectos pertinentes ao fato em discussão. Em primeiro lugar, destaca a aprendizagem política possibilitada por esses eventos, intercalada com a pergunta: para onde a pedagogia dos protestos nos conduzirá? Sinaliza também os perigos iminentes que rondam os passos seguintes à primeira etapa das manifestações. Saímos às ruas e protestamos, até aí tudo bem, mas o que fazer no pós-protestos?

É aqui que a política propriamente dita começa: a questão é como seguir adiante depois de finda essa primeira e entusiasmada etapa, como dar o próximo passo sem sucumbir à catástrofe da tentação “totalitária”. Um dos grandes perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nas ruas. “Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa. Estamos aqui para curtir o momento”, dizem. Bom, os carnavais saem barato, mas a verdadeira prova de seu valor é o que permanece no dia seguinte, o modo como o nosso cotidiano se transforma.

[...]

Talvez o próprio futuro dos protestos em curso dependa da capacidade de se organizar [a] solidariedade global. Está claro que não vivemos no melhor mundo possível. Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas (ŽIŽEK, 2013, p. 193-4).

Nas manifestações que iniciaram em junho de 2013, a primeira tentativa de desmobilização da multidão que tomou as ruas esteve relacionada à imediatez da mídia conservadora de plantão, sem muito tempo de reflexão, em focalizar na criminalização generalizada dos protestos. Vejamos alguns exemplos: 1) parte dos manifestantes foram apontados como “grupelhos” pelo editorial de um grande jornal impresso; 2) “terroristas”, por uma revista semanal de circulação nacional; e 3) “baderneiros” e “vândalos” por vários telejornais de horário “nobre”.

No entanto, na dialética dos fatos, essas vozes do discurso hegemônico perderam seu eco, não contiveram e nem intimidaram a população indignada. Veio a força repressora do batalhão de choque da polícia militar, mas teimosamente a população continuou a aumentar suas fileiras nas ruas, reivindicando uma enorme pauta que, do nosso ponto de vista, se aproximou mais da micropolítica do poder, sendo menos intensa, em relação às reivindicações radicalizadas contra a ordem sociometabólica do capital. Em meio à polvorosa massa rebelde, esteios de profascismo e ações neonazistas também aparecem como mostra espectral de um movimento constituído por uma densa e complexa diversidade social.

[...] o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-culturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas) (ALVES, 2012, p. 36).

Neste ponto da análise que tem como foco a presença do ativismo anticapitalista, destacada por Alves (2012), a qual está manifesta nos protestos populares, Žižek (2012b, p. 22), dentro de uma abordagem mais geral, trata a questão em paralaxe⁶:

Nas manifestações que iniciaram em junho de 2013, a primeira tentativa de desmobilização da multidão que tomou as ruas esteve relacionada à imediatez da mídia conservadora de plantão, sem muito tempo de reflexão, em focalizar na criminalização generalizada dos protestos.

Não faltam anticapitalistas hoje, estamos até mesmo testemunhando uma abundância de críticas aos horrores do capitalismo: livros, investigações jornalísticas aprofundadas e reportagens de TV repletos de empresas que poluem cruelmente nosso meio ambiente, de banqueiros corruptos que continuam a receber recompensas gordas enquanto seus bancos têm de ser salvos com dinheiro público, de fábricas clandestinas nas quais as crianças fazem hora extra etc., etc. Existe, entretanto, uma armadilha para toda essa abundância de críticas: uma regra não questionada delas, tão

cruel quanto possa parecer, é a moldura liberal democrática da luta contra esses excessos. O objetivo (explícito ou implícito) é democratizar o capitalismo, estender o controle democrático para a economia por meio da pressão da mídia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, investigações policiais honestas, etc., etc. Porém, jamais questionar a moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês). Isso continua sendo a vaca sagrada na qual mesmo as formas mais radicais desse “anticapitalismo ético” (o Fórum do Porto Alegre, o movimento de *Seattle*) não se atrevem a tocar.

É possível observar que os protestos no Brasil, naquilo que concerne às suas reivindicações, não conseguiram ultrapassar a pauta democrático-liberal burguesa, em virtude da grande maioria dos manifestantes recusar táticas violentas e ilegais, apoiando os protestos, contanto que fossem pacíficos, ou seja, dentro da ordem. De acordo com dados do Datafolha (2013, paginação irregular):

formas de protesto violentas, como pichações e destruição de prédios públicos e privados, não são apoiadas por ampla maioria dos entrevistados [690 pessoas, na cidade de São Paulo]. São contrários às pichações em prédios públicos 95% [...]. Já 95% desaprovam a destruição de agências bancárias, lojas e prédios públicos como forma de protesto.

Inicialmente, a tendência pacifista teve um efeito positivo para o fortalecimento e aumento dos protestos de rua, já que foi responsável pela postura de recuo da ideologia hegemônica quanto à sua criminalização generalizada.

Inicialmente, a tendência pacifista teve um efeito positivo para o fortalecimento e aumento dos protestos de rua, já que foi responsável pela postura de recuo da ideologia hegemônica quanto à sua criminalização generalizada. Para Marilena Chauí (2013, paginação irregular), o tratamento dado pelos meios de comunicação às manifestações seguiu o movimento da “condenação inicial e celebração final, com criminalização dos ‘vândalos’”.

Alguns apresentadores, de forma cínica e demagógica, depois de perceberem que a tática de criminalizar indistintamente os manifestantes nas ruas não

estava funcionando para conter seu ímpeto, começaram a admitir que eram “protestos justos”, desde que não houvesse violência e quebra-quebra. Em síntese, a criminalização com o andamento dos fatos acabou recaindo exacerbadamente para a tática *Black Bloc* e sua ação direta nos confrontos com a polícia e ataque aos símbolos do capital financeiro, como, por exemplo, as vidraças de bancos públicos e privados.

Outra vertente da postura midiática fora descrita a partir dos seguintes argumentos:

A grande mídia, depois de ter condenado as primeiras manifestações e depois de ter mudado de posição, parte dela tentou pautar o conteúdo do protesto e parte da direita tentou tomar a direção dos protestos, seja acentuando a denúncia da corrupção – para atingir o “mensalão”, os “mensaleiros” do PT (não o “mensalão” do PSDB) –, ou procurando caracterizar os protestos como anti-Dilma, o que não era o objetivo primeiro das manifestações (LESBAUPIN, 2013, paginação irregular).

Essa espetacularização na mídia por meio de imagens e comentários sensacionalistas e conservadores sobre as ações diretas mais radicalizadas de grupos ativistas presentes nas jornadas pode ser comparada ao *war nan nihadan* – expressão da língua persa que significa “matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la” (ŽIŽEK, 2012a, p. 9).

A postura da ideologia hegemônica, tendo a grande mídia como sua locomotiva principal, teve como tarefa inicial a neutralização das manifestações populares, no sentido de transformá-las num gesto moralista inofensivo. O esforço cinicamente assumido foi de sufocar, matar e procurar enterrar o potencial emancipatório radical de tais eventos que buscavam marchar rumo à transformação, mesmo que não soubessem estarem fazendo. “Por isso é tão importante esclarecer as coisas, situar esses eventos dentro da totalidade do capitalismo global, o que significa mostrar como eles estão relacionados com o antagonismo central do capitalismo de hoje” (ŽIŽEK, 2012a, p. 9).

Por influxo dessa premissa, podemos inferir que as “jornadas de junho” têm sua essência vinculada aos antagonismos de classe no bojo da ordem socio-metabólica do capital, incluso aqui sua crise estrutu-

ral que se aproxima de um “ponto zero apocalíptico” (ŽIŽEK, 2012c). Para o autor, não desconhecendo o caráter difuso das motivações que foram surgindo à medida que os protestos foram crescendo, até atingir o seu ápice, tais manifestações massivas apresentam como motivação comum sua vinculação à totalidade do capitalismo senil e suas contradições candentes.

Prova disso é que indaga ironicamente, ao escrever sobre os protestos no Brasil: “problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia ou o Brasil?” (ŽIŽEK, 2013, p. 182).

Ao fazer deferência ao Brasil e relacionando a crise estrutural e suas derivações como motivação que levou a multidão às ruas, não compreende apenas a reivindicação imediata do Movimento Passe Livre como centro dessas motivações, por isso mesmo questiona: “os protestos que eclodiram no Brasil em meados de junho foram sim desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas então por que continuaram mesmo após essa medida ter sido revogada?” (ŽIŽEK, 2013, p. 184).

O apelo para compreender as forças que empurraram as massas a ocupar o labirinto das cidades brasileiras está vinculado primeiramente a essa causalidade universal, qual seja, a desordem, disfarçada de ordem, da estrutura geral do capitalismo. É nesse sentido que chama nossa atenção para “a boa e velha noção marxista-hegeliana de totalidade”, que neste contexto ganha todo sentido, por ser crucial na apreensão da crise econômica em toda sua amplitude, evitando também de nos perdermos em seus aspec-

tos parciais (ŽIŽEK, 2012a).

É com base nessa perspectiva que Žižek (2013, p. 185) fará menção à luta existente em torno da interpretação que envolve os próprios protestos:

[...] a luta pela interpretação dos protestos não é apenas “epistemológica”; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta “ontológica”, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta? Contra o regime islâmico autoritário? Contra a privatização dos espaços públicos? O desfecho dessa situação está em aberto e será resultado do processo político atualmente em curso.

Consideramos que sua percepção a respeito da disputa no interior dos protestos é bastante objetiva, no entanto, assume postura comedida e ao mesmo tempo sensata ao se colocar no grupo daqueles que veem o processo de luta contra uma diversidade de situações específicas completamente em aberto, no tocante ao seu desfecho ou *grand finale*; porém, não esquece de nos lembrar que estas especificidades têm uma dimensão em comum, ou seja, de totalidade: a crise estrutural do capital.

A natureza aberta e incerta das jornadas de junho de 2013, no Brasil, não as deixou desprovidas de uma pedagogia mobilizadora, da qual pudéssemos extrair algumas lições para repensar novas ações no campo da correlação de forças entre capital e trabalho. É sobre algumas dessas lições que discorreremos na sequência, associando-as à abordagem filosófico-político de Slavoj Žižek.



As lições das manifestações populares: fertilizando o “Deserto do Real”

Deixo claro que a firmeza do meu canto vem da certeza que tenho de que o poder que cresce sobre a pobreza e faz dos fracos riqueza foi que me fez cantador.
(GERALDO VANDRÉ)

Uma primeira lição da insurgência popular que já ficou registrada nos anais da história dos movimentos sociais no Brasil e no mundo compreende o poder de reinvenção das lutas desses movimentos, não esquecendo que, em meio aos últimos protestos, essa reinventividade congrega posturas e perspectivas políticas conservadoras. Esse aspecto é observado por Žižek (2012a, p. 83-4) nos seguintes termos:

Se analisarmos mais de perto o famoso manifesto dos Indignados espanhóis, uma surpresa nos aguarda. A primeira coisa que salta aos olhos é o tom incisivamente apolítico:

Alguns de nós se consideram progressistas; outros, conservadores. Alguns são crentes; outros, não. Alguns têm ideologias bem definidas; outros são apolíticos, mas todos estamos preocupados e revoltados com a perspectiva política, econômica e social que vemos ao nosso redor: a corrupção entre políticos, empresários, banqueiros; o que nos deixa indefesos, sem voz.

Eles dão voz aos protestos em nome das “verdades inalienáveis que deveríamos aceitar em nossa sociedade: o direito à moradia, emprego, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e direito ao consumo dos bens necessários a uma vida feliz e saudável”. Rejeitando a violência, eles reclamam uma “revolução ética”: “em vez de colocar o dinheiro acima dos direitos humanos, deveríamos colocá-lo a nosso serviço. Somos pessoas, não produtos. Eu não sou um produto do que compro, por que compro e de quem compro”. É fácil imaginar um fascista honesto concordando plenamente com essas demandas: “colocar o dinheiro acima dos seres humanos” – sim, é isso que os banqueiros judeus estão fazendo; “corrupção entre políticos, empresários, banqueiros; o que nos deixa indefesos” – sim, precisamos de capitalistas honestos, que tenham

visão para servir à nação, não a especuladores; “somos pessoas, não produtos” – sim, somos pessoas cujo lugar é o elo vivo da nação, não o mercado etc. etc. E quem será o agente dessa revolução ética? Se toda a classe política, direita e esquerda, é considerada corrupta, controlada pela cobiça do poder, o manifesto faz uma série de demandas dirigidas a... quem?

Os protestos colocaram um ponto de interrogação na “desordem” do capital, produzindo um vazio na ideologia hegemônica, mas não se constituíram em uma proposta ousada de sua derrocada.

Contudo, seguindo uma necessidade propriamente dialética, essa ânsia de inventar novas formas de organização deveria ao mesmo tempo ser mantida à distância: nessa fase, o que deveria ser evitado é exatamente uma rápida transformação da energia dos protestos em uma série de demandas pragmáticas “concretas”. Os protestos criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica e é preciso tempo para preencher esse vazio de maneira apropriada, porque ele é fecundo, é uma abertura para o verdadeiramente novo. Lembremos aqui da tese provocadora de Badiou: “É melhor não fazer nada do que contribuir para a invenção de maneiras formais de tornar visível aquilo que o Império já conhece como existente” (ŽIŽEK, 2012a, p. 86-7).

Como segunda lição, temos a vertente do que podemos nomear de paradoxo daquilo que parecia ser impossível aparecer como possível, ou seja, uma oportunidade de decifrar o enigma da Esfinge e não permitir ser devorado, mas respondê-la e, assim, partir para o embate esclarecido e derrotá-la em definitivo. As jornadas, pela sua multiplicidade de formas, interesses e matizes, apresentaram essas possibilidades, mas ainda ficaram muito aquém de resolução objetiva do enigma, portanto, estamos ainda ameaçados pelo “decifra-me ou te devoro” da ordem sociometabólica do capitalismo senil, que corrói a sustentabilidade do planeta, devasta nações e mutila corpos, feito um cão voraz. Isto quer dizer que

[...] na sociedade consumista capitalista tardia, a própria “vida social real”, de certo modo, incorpora as características de uma farsa encenada, na qual nossos vizinhos se comportam na vida “real” como atores e figurantes... A

verdade última do universo capitalista utilitário e desespiritualizado é a desmaterialização da “vida real” em si, sua transformação em um show spectral (ŽIŽEK, 2009, p. 153; grifos do autor).

Tal sociedade é comparável a um ser infernal, o próprio filho de Hades, assim poetizado por Santos (2014, p. 59):

Demônio da guerra, sangue da dor,
 Símbolo da Terra, sábio sagaz.
 Vento que soterra, onda que desfaz
 Mares de saberes, mágico furor.
 Espírito da cólera, esfinge da traição,
 Cruz pestilenta, contos malditos,
 Morte sedenta, atos ilícitos,
 Vida coveira, Drácula na escuridão!
 Víbora carnívora, anjo do mal!
 Serpente peçonhenta, cavalo de troia,
 Lúcifer em chamas, príncipe da tramoia,
 Calvário dos pobres, vírus letal.
 Rei dos covardes, deus da perdição.
 Moinhos de vento, miragem colossal,
 Cortina de fogo, teatro de sal.
 [...]
 Horizonte da miséria, fonte de exploração,
 Reino do consumismo, triturador
 da humanidade,
 Oposto de comunismo, farsa de liberdade.
 Fétido capital de impurezas e deslealdade,
 Ponte decrepita, translado da contradição!

Ao compreender a espinha dorsal dessa onda global e sua oscilação na superfície da gangorra, ou seja, com seus altos e baixos no enfretamento do “reino da contradição e do consumismo” na contemporaneidade (o capital), para o pensar žižekiano, os protestos globais devem ser encarados como lembrança de que precisamos pensar em alternativas. Que alternativas? Que outra organização da produção e da sociedade poderá sobreviver a longo prazo sobre o aparato da ordem sociometabólica do capital?

O problema subjacente é: como pensar a universalidade singular do sujeito emancipatório como não puramente formal, isto é, como determinada concreta e objetivamente, mas sem classe operária como base substancial? A solução é negativa: é o próprio capitalismo que oferece uma determinação substancial negativa, pois o sistema capitalista global é a “base” substancial que medeia e gera os excessos (favelas, ameaças

ecológicas etc.) que criam locais de resistência (ŽIŽEK, 2011, p. 416).

Do nosso ponto de vista, como terceira lição, tivemos as revelações de que lado se posiciona o Estado diante de antagonismos de classe mais agudos, em que as contradições do sistema tornam-se mais evidentes. Este busca, sob a máscara da “governabilidade democrática”, manter a qualquer custo a hegemonia dominante e os interesses do famigerado capital, preservando, por consequência, os interesses da burguesia financeira, gerencial e todas as suas adjetivações possíveis, enquanto massacra literalmente o proletariado. Para uma demonstração mais incisiva desse aspecto, vejamos os dados que aparecem na narrativa de Azevedo (2013, p. 20-1). O trecho é longo, mas necessário para termos uma visão panorâmica e detalhada da ação do Estado (Democrático de Direito?):

[...] as manifestações em todo o Brasil, que tiveram seu auge no mês de junho, mas que prosseguem em vários estados, resultaram em mais de duas mil pessoas detidas em todo o País, sendo 700 somente no Rio de Janeiro; oito cegos por balas de borracha e estilhaços de bomba [...]. A ação policial também causou vítimas fatais [...], até o dia 12 de outubro [2013], seis pessoas morreram durante os protestos; outros 12 moradores do Complexo da Maré (RJ) foram assassinados pela Polícia Militar [...].

Do nosso ponto de vista, como terceira lição, tivemos as revelações de que lado se posiciona o Estado diante de antagonismos de classe mais agudos, em que as contradições do sistema tornam-se mais evidentes. Este busca, sob a máscara da “governabilidade democrática”, manter a qualquer custo a hegemonia dominante e os interesses do famigerado capital, preservando, por consequência, os interesses da burguesia financeira, gerencial e todas as suas adjetivações possíveis, enquanto massacra literalmente o proletariado.

Ainda em junho, entre três protestos – do dia 13 ao dia 20 –, foram lançadas quatro mil bombas contra manifestantes na capital carioca – metade delas com prazo de validade vencido. O governo do Rio chegou a adquirir nos dias subsequentes, em regime de urgência, um lote

de dois mil artefatos que seriam exportados para Angola, na África, pela empresa Condor S/A Indústria Química, e que têm uma concentração de lacrimogêneo (CS) de 20%, o dobro do permitido na legislação brasileira, e ao custo de R\$ 1,6 milhão, ou R\$ 800,00 cada.

O auge da truculência no Rio foi no dia 15 de outubro [2013], em uma passeata que contou com cerca de 50 mil participantes nas ruas do centro em apoio aos professores estaduais e municipais, que completavam quase 70 dias de greve. A maioria dos presos naquele dia estava sentada na escadaria da Cinelândia. O saldo foi de 200 detidos. Em São Paulo, também no dia 15 de outubro [2013], 70 pessoas foram detidas.

Também chamou a atenção na reação do Estado no mês de outubro o uso da Lei de Segurança Nacional, sancionada em 1983, durante a ditadura militar, por um delegado de São Paulo para acusar um casal que estava nas manifestações do dia 7 [de outubro de 2013], e da nova Lei Orgânica Criminosa (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013) criada para combater milícias e organizações transnacionais, mas que também serve para tipificar os jovens cariocas selecionados pela polícia nas mídias eletrônicas.

Esses dados acabam confirmando a perspectiva de Žižek sobre a função da ideologia fincada na ideia de democracia liberal burguesa.

Os protestos e revoltas atuais são sustentados pela sobreposição de diferentes níveis e é esta combinação de propostas que representa sua força: eles lutam pela democracia (“normal”, parlamentar) contra regimes autoritários; contra o racismo e o sexismo, especialmente contra o ódio dirigido a imigrantes e refugiados; pelo estado de bem-estar social contra o neoliberalismo; contra a corrupção na política e na economia (empresas que poluem o meio ambiente etc.); por novas formas de democracia que avancem além dos rituais multipartidários (participação etc.); e, finalmente, questionando o sistema capitalista mundial como tal e tentando manter viva a ideia de uma sociedade não capitalista. Duas armadilhas existem aí, a serem evitadas: o falso radicalismo (“o que realmente importa é a abolição do capitalismo liberal-parlamentar, todas as outras lutas são secundárias”) e o falso gradualismo (“no momento, temos de lutar contra a ditadura militar e por uma democracia básica; todos os sonhos socialistas devem ser postos de lado por enquanto”). A situação é, portanto, devidamente sobredeterminada e devemos inquestionavelmente mobilizar aqui as

velhas distinções maoístas entre a contradição principal e as contradições secundárias – isto é, os antagonismos –, entre os que mais interessam no fim e os que dominam hoje. Por exemplo, há situações concretas em que insistir sobre o antagonismo principal significa perder a oportunidade e, portanto, desferir um golpe à própria luta capital (ŽIŽEK, 2013, p. 189-190).

A quarta lição corresponde ao fator de unificação dos protestos, a qual não pode ser reduzida a uma única questão, por estar relacionada a uma dimensão econômica de maior ou menor radicalidade; e outra político-ideológica. Em relação à economia, devemos colocar como centralidade das ações a noção de exploração, via pela qual podemos fraturar a espinha dorsal do capital em seu estágio tardio, para não nos perdemos no mito político-ideológico da moral democrático-liberal burguesa.

Isto, é claro, não significa que, uma vez que a verdadeira causa dos protestos é o capitalismo global, a única solução seja sobrepor-se diretamente a ele. A alternativa de negociação pragmática com problemas particulares, esperando por uma transformação radical, é falsa, pois ignora o fato de que o capitalismo global é necessariamente inconsistente: a liberdade de mercado anda de mãos dadas com o fato de os Estados Unidos apoiarem seus próprios agricultores com subsídios; pregar democracia anda de mãos dadas com o apoio à Arábia Saudita. Tal inconsistência, essa necessidade de quebrar suas próprias regras, abre um espaço para intervenções políticas: quando o capitalista global é forçado a violar suas próprias regras, abre-se uma oportunidade para insistir que essas mesmas regras sejam obedecidas. Isto é, exigir coerência e consistência em pontos estrategicamente selecionados nos quais o sistema não consegue se manter coerente e consistente é uma forma de pressionar o sistema como um todo. Em outras palavras, a arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente “realista”, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. Era este o caso do projeto de saúde universal de Obama, razão pela qual as reações contrárias foram tão violentas, assim como as reivindicações do caso brasileiro, como o projeto Tarifa Zero (ŽIŽEK, 2013, p. 187-188).

Na perspectiva do capital, Žižek demonstra total ceticismo em relação à possibilidade de universalização de políticas sociais que permitam o acesso irrestrito a serviços com os quais possa se obter lucros. Ceticismo este que recai sobre a bandeira do Movimento Passe Livre, que compreende a “tarifa zero”, que, embora viável e legítima, além de benéfica para a população que utiliza transporte coletivo, no interior do capital é, de fato, “impossível”.

Como o Estado (uma das partes fundamentais do metabolismo do capital) permitiria a legitimação de um preceito em que a tarifa para o transporte coletivo fosse zero para o usuário? Isso não seria contribuir para a própria derrocada do sistema fundado no lucro e na mais-valia?

Uma quinta lição vinda das ruas está relacionada à quebra de dois mitos: primeiro o do neodesenvolvimentismo, que até então vinha sendo intocável e visto de forma amplamente otimista por estratos populares, por parte da intelectualidade de cunho progressista, bem como por setores conservadores e integrantes do grande capital; no entanto, no pós-jornadas esse mito deu sinais de insustentabilidade. Como exemplo disso, reproduzimos a opinião de Ivana Bentes (2014, p. 10), ao falar sobre o tema: “O projeto nacional-desenvolvimentista, fordista, da presidenta Dilma, que investe em automóvel, hidrelétrica, petróleo, passando por cima da maior riqueza brasileira, que é seu capital cultural, ferindo direitos, destruindo o meio ambiente, é insustentável”.

Segundo, o mito do “país do futebol” em que a Copa aparecia como um evento “sagrado” no imaginário popular começou a ser questionado. Na maior parte dos protestos surgiram cartazes e reivindicações do tipo “menos Copa, mais saúde e educação”, “por saúde e educação com padrão Fifa”, “menos dinheiro para a Copa, mais para a saúde e educação” e o que é mais inusitado: surgiu nas redes sociais o movimento “não quero Copa do Mundo no Brasil”. As jornadas foram o marco para que a Copa do Mundo no “país do futebol” ocorresse em meio a protestos e muita truculência policial como manifestação da violência do Estado sobre a massa de trabalhadores rebelada pelo não acesso aos direitos básicos a uma vida mais digna.

É evidente também que a tese neodesenvolvimen-

tista, produto do lulopetismo à frente do governo por uma década e meia, “desmanchou-se no ar” após o período que teve como divisor de águas as “jornadas de junho” de 2013. Sendo que o modelo que inspirou o neodesenvolvimentismo navegou com amplo conforto até o ano de 2012, sem tanto questionamento ou, quando questionado por setores da direita conservadora, não fazia eco para além de seus nichos. Atualmente, esse eco tornou-se retumbante, com o nosso reconhecimento que outros fatores foram somando-se aos impactos das jornadas, como as denúncias de corrupção na Petrobras, a disputa eleitoral acirrada entre PSDB e PT para presidência da República, um Congresso Nacional tipicamente conservador e a polarização na correlação de forças com o predomínio de pautas extremamente conservadoras e moralizantes, as quais têm mergulhado o país em grave crise política e econômica, resultando na falência do modelo nomeado de neodesenvolvimentismo.

Tal contexto deixa em aberto o caminho para o acirramento das lutas no epicentro das contradições do capital e definição de alternativas para o rompimento de sua estrutura; no entanto, essa abertura é incerta e repleta de percalços para as massas que se aventurarem em sonhar perigosamente na direção da construção do socialismo e contra a barbárie instalada pela ordem sociometabólica do capital.



Considerações finais

As “jornadas de junho” no Brasil e os protestos ocorridos em outras Nações, ao serem compreendidos pela abordagem vinculada ao pensamento žižekiano, pelo seu aspecto difuso e incerto, mesmo que sejam identificados como reações à crise estrutural do capitalismo global, contêm uma insatisfação com potencial emancipatório, mas apenas uma vez que esta insatisfação seja extraída deles, refletida e transformada em ação.

Os protestos são o encontro paradoxal do desejo de transformação e do medo de transformar, entre desejo do outro e desejo do mesmo e por essa razão não são emancipatórios na sua natureza em si. Eles carregam e expressam a matéria-prima da transformação, mas não são transformadores. Os protestos são formas de expressar o desejo de transformação sem jamais engajarem-se no processo da transformação.

Eles tendem a se conceber como isentos de ideologias, como separados de todos os partidos políticos e interesses particulares, como adversários da política tradicional e do mercado tradicional, mas só podem manter esta fantasia de pureza na medida em que permaneçam paralisados e impotentes. Ao mesmo tempo, eles tendem a se conceber como perfeitos e infalíveis, incapazes de formular propostas concretas, porque toda proposta concreta será imperfeita e insatisfatória, e o movimento não admite para si a possibilidade de errar, de macular sua autoimagem de perfeição por meio de um engajamento com o mundo prático (FILÓSOFO GREGO, paginação irregular).

O que podemos retirar desse quadro difuso? Inferimos que este expressa, ao mesmo tempo, um medo e uma esperança. O medo é de que os protestos se esgotem em si, sejam convertidos em fins em si mesmos, seja por serem expressão terapêutica de insatisfação, seja por rejeitarem compromisso pragmático com o mundo. Aqui também podemos incorrer no erro de focalizarmos a causa dos protestos em particularizações ou sinais sintomáticos do problema. Cabe então, para não incorremos em tais riscos, assumirmos uma agenda concreta e usar o poder de pressão em direção ao seu atendimento, mesmo que se chegue depois à conclusão de que o que se devia

ter reivindicado era outra coisa. É necessário que algumas conquistas significativas fiquem como legado e testemunho da força deste movimento.

Os protestos carregam consigo um potencial transformador que os ultrapassa. Eles são o anúncio de um novo tempo, de uma nova política que virá, mas ainda não chegou. É o futuro que bate à porta do presente, pedindo passagem. Eles portam demandas a que apenas as invenções institucionais de outra imaginação política poderão dar plena expressão e realização. Importante é seguir o conselho de Žižek e não nos enamorarmos de nós mesmos, não endeuarmos este movimento em si, mas darmos corpo concreto e passo progressivo ao potencial que foi agora deflagrado.

Ao analisarmos o efeito de causalidade sobre a insurgência popular no Brasil, inferimos que Slavoj Žižek sinaliza como motivação primeira as contradições do sistema capitalista global. Desse modo, compreende que as tentativas de particularizar suas motivações para situações específicas são intenções declaradas de beneficiar explícita ou implicitamente a manutenção do *status quo*.

A particularização desses processos de luta que incomodaram a ideologia hegemônica, produzindo no seu interior um vazio, ajuda sobremaneira os defensores da ordem mundial existente, pois, ao assumir esse viés, fica fácil argumentar que não há problemas de ordem geral, mas problemas locais específicos.

Por influxo de contexto demasiado paradoxal, a ideologia, assume, portanto, uma função de “matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (ŽIŽEK, 1999, p. 8).

Com esse aspecto sintomático e atonal, a ideologia

[...] pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. Quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode-se

ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico (ŽIŽEK, 1999, p. 9).

Com isso, o autor nos coloca diante de um outro paradoxo que corresponde à relação entre diagnóstico e sintoma, onde a situação sintomática é o próprio diagnóstico. Nesse sentido, perquerimos: estamos diante de um espaço aberto para o “uso público da razão”, em que a “arma da crítica” faz-se fundamental nesses tempos de “anorexia intelectual”? Deixemos a resposta para as ruas e as jornadas que estão por vir... **US**

notas

1. O trecho da epígrafe é parte do poema “Viagem em paralaxe” do livro intitulado **Encontros poéticos: lamentos d’alma e grito do povo** (no prelo).

2. Slavoj Žižek é um polêmico filósofo esloveno, considerado um “astro pop” do pensamento filosófico-político na atualidade, uma espécie de pensador *cult* que se destaca no debate da cultura contemporânea e profundo amante do cinema. Apresenta uma maneira singular de fazer ligações entre História da Filosofia, Crítica Cultural e Política. Especialista em Jacques Lacan, o principal seguidor de Freud, também se tornou conhecido entre os cinéfilos como especialista em Hitchcock. Um autor de apurado senso crítico e agudo conhecimento em pensadores herméticos, como Lacan, Marx e Hegel.

3. Consideramos o termo junino apropriado para nomear o período, porque, no Nordeste, uma das regiões mais pobre econômica e socialmente do Brasil, realiza-se os festejos populares no mês de junho, denominados de “festas juninas”, as quais, nas últimas décadas, vêm sendo motivo de ampla cobertura pela grande mídia televisiva com forte apelo à intensificação do turismo na referida região. Este último considerado como importante atividade econômica para os Estados que a constituem. No entanto, a cobertura midiática dos festejos juninos em 2013 foram ofuscados pelas “jornadas de junho”.

4. Carta Captial, ano XVIII, n. 747. São Paulo: Editora Confiança, maio 2013.

notas

5. A Primavera Árabe, que derrubou governos totalitários na Tunísia, Turquia e no Egito; Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca, em Portugal; Movimento 15 de Março ou Movimento dos Indignados da Puerta del Sol, na Espanha; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos.

6. Paralaxe, no pensamento žižekiano, significa a medida da mudança de posição aparente de um objeto em relação a um segundo plano mais distante, quando esse objeto é visto a partir de ângulos diferentes. Esse fenômeno óptico, relativamente simples, torna-se método e guia para uma das mais ousadas aventuras filosófico-psicanalíticas da contemporaneidade. Isto é, “a definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente ‘subjéitiva’, em razão do fato que o mesmo objeto que existe ‘lá fora’ é visto através de duas posturas ou pontos de vista diferentes”.

- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In HARVEY, David. et.al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. Fernando Marcelino e Chrysantho Sholl. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 31-38.
- AZEVEDO, Lena. Repressão: o Estado contra o povo. Revista Caros Amigos: à primeira a esquerda. Ano XVII, n. 200, nov. p. 20-24, 2013.
- BENTES, Ivana. Respeitosamente vândala. Revista *Cult*. Ano 17, n. 188, p. 6-10, mar. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Revista Teoria e Debate. n. 113, jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- DATAFOLHA. Apoio às manifestações cai de 74% para 66%. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/10/1363246-apoio-as-manifestacoes-cai-de-74-para-66.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2014.
- FILÓSOFO GREGO. Entendendo os protestos no Brasil: oito interpretações. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2013/06/entendendo-os-protestos-no-brasil-oito.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- IBOPE. 75% dos brasileiros são favoráveis às manifestações públicas. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/75-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-manifestacoes-publicas.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2014.
- LESBAUPIN, Ivo. Brasil: as manifestações de rua e a resposta do governo. Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs FIP. Disponível em <<http://www.ong-ngo.org/pt/opinioao/brasil-as-manifestacoes-de-rua-e-a-resposta-do-governo/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- SANTOS, José Alex Soares. [In]existências mitopoéticas. Fortaleza: EdUECE, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. Em defesa das causas perdidas. Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Lacrimae rerum*: ensaios sobre cinema moderno. Trad. Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. O ano em que sonhamos perigosamente. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- _____. O violento silêncio de um novo começo. In HARVEY, David. et.al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. Fernando Marcelino e Chrysantho Sholl. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012b, p. 15-25.
- _____. Problemas no paraíso. In VAINER, Carlos et.al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. E-Book. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 180-195.
- _____. (Org.). Um mapa da ideologia. 1. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. Vivendo no fim dos tempos. Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2012c.

referências

Elementos do sindicalismo universitário mexicano

- Da resistência ao processo de precarização do trabalho docente (1990-2010)

Luís Roberto Beserra de Paiva

Professor de Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de Diadema, SP

E-mail: luispaiva64@gmail.com

Carlos Bauer

Professor da Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

E-mail: carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

Resumo: Os manuscritos procuram destacar os aspectos mais gerais da estrutura do sindicalismo docente universitário mexicano: seu surgimento, desenvolvimento e principais desafios com a implantação das políticas neoliberais a partir da década de 1980. Construimos esse quadro com base nos relatos de diversos professores universitários que participam, ou participaram, da vida política de sua categoria e das entidades sindicais docentes, como também levamos em conta a produção acadêmica pertinentes a essa temática. Por fim, elencamos algumas das principais questões que hoje pautam a luta e a organização dessas entidades e professores: a fragilidade do vínculo com as instituições de ensino de significativo número de trabalhadores; a manipulação, pelas autoridades, do princípio da autonomia universitária como forma de prejudicar a organização dos professores; a diferenciação e a hierarquização, promovidas pelas autoridades universitárias, no interior da categoria docente; o aligeiramento dos cursos e a substituição das disciplinas humanísticas e formativas por outras voltadas diretamente ao mercado de trabalho; os obstáculos impostos aos docentes para que participem da vida institucional da universidade; e as perdas de direitos com as reformas dos anos 1990. Sobre essa pauta de problemas, apresentamos as reflexões destes professores.

Palavras-chave: Educação na América Latina. História Social da Educação. México. Precarização. Sindicalismo Docente Universitário.



Introdução

O presente artigo foi composto a partir de entrevistas concedidas por seis (6) professores universitários mexicanos durante os meses de outubro e novembro de 2014. Na ocasião, visitamos algumas entidades sindicais docentes universitárias: STUNAM (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México), o SUPUAQ (Sindicato Único do Pessoal Acadêmico da Universidade Autônoma de Querétaro) e o SNTE¹ (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação), mais precisamente sua oposição interna, a CNTE (Coordenadora Nacional dos Trabalhadores em Educação). O SNTE tradicionalmente representa os docentes da Educação Básica, mas também os docentes das denominadas “escolas normais”, que, mesmo não sendo universidades, constituem-se como instituições de ensino superior responsáveis pela formação dos professores do que poderíamos chamar de Ensino Primário. Valemo-nos ainda do material bibliográfico produzido por pesquisadores do tema e outros

relacionados ao ensino superior no México.

Nossa principal intenção é divulgar e contribuir para a reflexão sobre algumas das experiências vivenciadas pelos professores universitários mexicanos na contemporaneidade, elencando elementos que julgamos importantes da constituição e reconhecimento de suas entidades, o seu desenvolvimento e lutas, bem como os desafios, políticos e organizativos, que se colocam na história imediata e cotidiana desses trabalhadores da educação. Ponderamos também que tal iniciativa se justifica, grosso modo, por dois aspectos: a) a possibilidade de ampliarmos e aprofundarmos a compreensão dos processos nacionais quando passíveis de comparação com outras experiências estrangeiras; e b) conhecer e comparar as formas de organização e de luta, bem como as análises explicativas desenvolvidas pelos trabalhadores da educação na defesa dos seus interesses históricos e imediatos, como é o caso da escola pública, laica e gratuita para todos.

Sindicalismo docente universitário mexicano

Os sindicatos docentes universitários mexicanos são organizados por instituição, mas há uma entidade denominada Frente Ampla de Sindicatos Universitários e da Educação Superior (FASUES) que abriga três vertentes organizativas (Lechuga; Ramos, 2012, p. 81): a) CONTU - Confederação Nacional de Trabalhadores Universitários, com 48 sindicatos (19 administrativos e 29 acadêmicos) e de prática mais moderada; b) FNSU - Federação Nacional de Sindicatos Universitários, com cerca de 30 entidades, inclusive o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional do México (STUNAM), com práticas mais independentes do governo e democracia interna; e c) CNSUES - Coordenadora Nacional de Sindicatos Universitários e da Educação Superior, com aproximadamente 20 sindicatos e com uma práxis sindical, presença social e discursiva mais radicalizada nos embates políticos que se fazem no país.

Diferentemente de alguns países latino-americanos, como é o caso da Argentina, da Colômbia e do Brasil, que convivem com a pluralidade e a fragmentação de representações sindicais, que conseguem

Observamos ainda que o maior crescimento absoluto ocorreu entre os docentes com condições de trabalho mais precárias, os de “assignatura” ou designados para uma disciplina, e que, em geral, não possuem estabilidade laboral, devendo renovar semestralmente seus contratos com a instituição e não fazendo jus aos mesmos benefícios que os docentes de “carreira”.

garantir negociações coletivas em nível nacional, no México estas se dão por instituição e, como justificativa, as autoridades utilizam o argumento falacioso de que são favoráveis ao princípio da “autonomia universitária”.

Esse quadro está relacionado aos idos da gênese do sindicalismo docente universitário mexicano. Ainda que desde 1929, quando a UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México) obtém a “autonomia”, tenha havido entidades representativas tanto dos trabalhadores administrativos como dos acadêmicos²,

só a partir do início da década de 1970, a luta pelo reconhecimento do direito à organização sindical ganhou ímpeto e esteve associada não apenas à expansão da cobertura do ensino superior, mas também às virulentas mobilizações estudantis que eclodiram de 1968 e 1971.

Esse é um elemento comum com o sindicalismo docente universitário da Argentina e da Colômbia, que também passaram por processos de mobilização e ascenso do movimento estudantil universitário em fins da década de 1960 e que influenciaram e impulsionaram de forma consistente a organização docente desses países.

Trata-se, portanto, de um sindicalismo tardio, se comparado ao sindicalismo fabril. O epicentro foi na UNAM, com a fundação, em 1971, do Sindicato de Trabalhadores e Empregados da UNAM (STEUNAM), seguido de vários enfrentamentos e a eclosão de uma longa greve, registrada entre os anos de 1972 e 1973. Pouco depois, em 1974, os docentes fundam o Sindicato do Pessoal Acadêmico da UNAM (SPAUNAM).

Nas palavras de Arturo Ramos, professor e pesquisador aposentado da Universidade Nacional Autônoma de Chapingo e ex-secretário geral do STAUACH - Sindicato dos Trabalhadores Acadêmicos da Universidade Autônoma de Chapingo,

[...] a luta pelo reconhecimento do sindicato ocorre nos anos 1970 porque é quando as universidades se massificam, por conta das políticas públicas do Estado que fomentam esse nível de ensino. Então, até a década de 1960, os professores eram muito elitistas, mas a massificação faz ingressarem novos professores que não são assim tão elitistas. [...] e esse momento era politicamente perigoso para o governo: havia passado há pouco o 1968 e também havia a luta armada, guerrilhas (Trecho de entrevista concedida em 21 de outubro de 2014).

No quadro a seguir (BASURTO, 1997, p.279)³, percebemos que a análise do professor Ramos se confirma: na UNAM, o número de docentes entre 1965 e 1975 dobrou e, se comparado a 1980, quadruplicou.

Observamos ainda que o maior crescimento absoluto ocorreu entre os docentes com condições de trabalho mais precárias, os de “assignatura” ou designados para uma disciplina, e que, em geral, não

possuem estabilidade laboral, devendo renovar semestralmente seus contratos com a instituição e não fazendo jus aos mesmos benefícios que os docentes de “carreira”.

Esse quadro indica que um dos elementos de precarização presente na universidade mexicana atualmente, o vínculo precário com a instituição, é anterior ao período que se convencionou chamar de neoliberal. Mais à frente analisaremos como essa característica se amalgama com as propostas do Banco Mundial (1995, p. 4) de expandir a oferta no ensino superior com pouco ou nenhum acréscimo no orçamento universitário dos países ditos em desenvolvimento.

Em 1977, ano esse que foi marcado por uma difícil greve, os dois sindicatos se unificam, dando origem ao Sindicato dos Trabalhadores da UNAM (STUNAM), um sindicato misto (trabalhadores acadêmicos e administrativos) que se constituiu, desde então, na principal entidade do movimento sindical universitário mexicano.

Há, ainda, na UNAM a Associação Autônoma de Pessoal Acadêmico da UNAM (AAPAUNAM), fundada em 1974 e que tem a representação majoritária dos acadêmicos da UNAM, com uma postura menos crítica e sem desempenhar em nível nacional o mesmo papel político e aglutinador das lutas e mobilizações desempenhadas pelo STUNAM.

A organização do sindicalismo docente universitário ocorreu pouco depois dos massacres de estudantes perpetrados pelo Estado mexicano, em 1968 e 1971, mas foi fortemente influenciada por esses macabros episódios históricos, com o desenvolvimento de guerrilhas urbanas, rurais e em uma conjuntura internacional marcada pela crise do petróleo. Na década de 1980 foi aprovada uma legislação que

reconhecia a vigência dos sindicatos universitários, porém, impedindo a sua organização no plano nacional; isso também com base no argumento que estariam zelando pela autonomia universitária.

Por esse impedimento legal, os sindicatos públicos dos trabalhadores docentes e administrativos foram organizados por universidades, não podendo formar ou integrar, formalmente, entidades nacionais. As universidades públicas possuem somente representação local, por instituição que, às vezes, congrega trabalhadores docentes e administrativos e, até mesmo, sindicatos distintos.

Há, ainda, o SNTE (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação), o maior sindicato da América Latina, com mais de um milhão de afiliados, que tem sua base majoritária na Educação Básica, mas representa alguns segmentos docentes do ensino superior, congregados em instituições que não possuem autonomia, como o IPT (Instituto Politécnico Tecnológico), a UPN (Universidade Pedagógica Nacional) e as “escolas normais” que formam professores para o Ensino Primário e passaram a integrar o ensino superior a partir de 1984 (Gindlin, 2011, p. 71). Neste sindicato há uma aguerrida e atuante oposição denominada CNTE (Coordenadora Nacional dos Trabalhadores em Educação), que mantém relações fraternais com o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional).

O SNTE é uma poderosa estrutura sindical que é denominada como sindicalismo “charro”, que podemos aproximar do entendimento que temos do pelego no universo sindical brasileiro. Algo interessante de ser observado é que os professores são sindicalizados automaticamente quando ingressam no serviço público; ocorre que, inversamente, o sindicalismo

Evolução dos trabalhadores acadêmicos na UNAM

Ano	Total	Carreira	Asignatura	Investigadores	Total corrigido
1960	6.214	—	—	—	—
1965	6.689	113	6.219	290	6.622
1970	8.855	516	7.898	525	8.939
1975	14.780	393	13.736	936	15.065
1980	27.515	1.448	24.936	1.911	28.295
1985	30.138	2.578	23.729	3.342	29.649
1990	32.199	3.694	23.943	3.944	31.581
1995	28.452	3.997	23.289	3.166	30.452

docente universitário das instituições autônomas não desenvolve essa prática e promove intenso trabalho de sindicalização voluntária, como também apresentam várias correntes políticas e agrupamentos ideológicos que desenvolvem práxis sindicais extremamente diversificadas e mesmo conflitantes entre os seus membros e simpatizantes.

O sindicalismo universitário e a precarização do trabalho docente

Em 2008 havia 291.268 professores universitários no México (instituições públicas e privadas), sendo que 254.373 destes estavam na licenciatura (graduação) e 36.895 na pós-graduação. Isso para um total de 2.705.200 alunos no sistema de ensino superior (GARRO; HERNANDÉZ; ILAMAS, 2012, p. 336).

Em 2012, segundo informe da Secretaria de Educação Pública (SEP) do México, já eram 369.000 professores, mas somente 89.000 destes (24%) eram professores de tempo completo (TUIRÁN, 2012, p.7).

O setor privado ainda é minoritário, mas vem crescendo. Conforme nos disse o professor Arturo Ramos, atualmente, no que se refere à oferta de trabalho, as universidades públicas “cobrem 60% e as privadas 40%, mas nos últimos anos o setor priva-

Para os docentes, o quadro também foi marcado pelo retrocesso. Ao contrário dos trabalhadores administrativos, grande parte dos professores não tem seu vínculo empregatício reconhecido ou este é assumido como sendo precário até mesmo pelas autoridades do país.

do avançou muito. Há alguns anos, o setor público correspondia a 85% e as privadas, a 15% desse contingente” (entrevista concedida em 21 de outubro de 2014). Nas instituições privadas, praticamente não há organização sindical.

Para entender a situação do docente universitário, é importante ter claro a questão do financiamento da instituição do ensino superior. Na “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos”, Jomtien, Tailândia (1990), o ensino básico foi defendido como sendo o prioritário para os países em desenvolvimento. Em

1994, o Banco Mundial (BM), no documento “La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia”, delineou sua análise e formulou a sua receita ou recomendação para o ensino superior dos países em desenvolvimento:

[...] a realidade fiscal na maioria dos países em desenvolvimento indica que melhoramentos da qualidade e o aumento das matrículas no ensino pós-secundário podem ser obtidos com pouco ou nenhum aumento do gasto público (BANCO MUNDIAL, 1995, versão em espanhol, p. 4, tradução nossa).

A orientação do Banco Mundial parece estar sendo seguida, pois os estudos realizados por Llamas e Minor (2000) indicam que, no México, há uma redução constante dos recursos públicos por aluno do ensino superior. Por exemplo, em 1971, o custo do aluno do ensino superior era 9,9 vezes maior que o do ensino primário, ao passo que, em 1996, essa relação havia decrescido para 6,8 vezes.

Segundo Lechuga e Ramos (2012, p. 65), até a criação da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM), em 2004, houve um hiato de quase três décadas sem que uma nova universidade pública fosse criada no México, embora os autores destaquem que foram criados institutos tecnológicos que não se enquadram no conceito do que, tradicionalmente, podemos entender por universidade. Trata-se efetivamente de um retrocesso ao período de expansão de novas universidades.

Para os docentes, o quadro também foi marcado pelo retrocesso. Ao contrário dos trabalhadores administrativos, grande parte dos professores não tem seu vínculo empregatício reconhecido ou este é assumido como sendo precário até mesmo pelas autoridades do país. Trata-se de uma realidade comum relatada por docentes da própria UNAM, da Universidade de Guadalajara (UdG), da Universidade Autônoma de Querétaro (UAQ), da Benemérita Escola Normal de Maestros (Distrito Federal) e da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM)⁴.

Frente à necessidade de expansão da cobertura, do número de cursos e programas e com um orçamento incongruente, a opção tem sido, entre outras, ampliar o trabalho precário dos professores universitários,

ou seja, a expansão do ensino superior é sustentada, em parte, pela ampliação da exploração dos trabalhadores da educação que atuam, principalmente, como docentes.

Fragmentação da carreira docente

O quadro docente mexicano é extremamente fragmentado. Há professores de “carreira” ou “carga completa” que possuem vínculo reconhecido pela instituição, direito a benefícios (que são conhecidos como *prestaciones*), a vislumbrar o ingresso em planos de carreira, o acesso a linhas de pesquisa, a segurança quanto à permanência na instituição e a possibilidade de participarem e contribuírem para um sistema previdenciário são alguns direitos sociais que muitos poucos podem usufruir.

No extremo oposto, há professores que trabalham como horistas. Com cargas de trabalho reduzidas, constituídas de pouquíssimas horas, por anos a fio, sem vislumbrarem as mínimas possibilidades de alcançarem quaisquer direitos sociais, previdenciários ou mesmo sua efetivação. Por não contribuírem, ou cooperarem com pequenos ou irregulares aportes, para o sistema previdenciário, não vivenciam os projetos acadêmicos e tampouco têm acesso a verbas para pesquisas ou bolsas de estudo que são oferecidas no país.

Entre estes dois polos há setores de docentes para os quais se preveem alguns direitos e permitem que estes possam assumir uma disciplina. Há situações em que os professores têm acesso a alguma linha de estímulo à docência ou algum benefício específico (como uma passagem aérea para participar de um

congresso). Contudo, sua carga horária é limitada para que não possam ser caracterizados como professores de “carreira”, sendo, então, genericamente, designados como professores de “asignatura” (disciplina).

Na UNAM, maior universidade do México, depa-ramo-nos com elevados índices de precarização do trabalho. Apenas 28,5% dos docentes possui tempo completo enquanto que os professores por disciplina ou horas totalizam 71,5%. Mas, quando comparamos com a participação de cada segmento na folha de pagamento, observa-se uma inversão: do orçamento total de 2008, 46,6% corresponde à folha de pagamento. Decompondo esse percentual, 30% correspondem aos professores de tempo completo e 16,6% aos precarizados (LECHUGA; RAMOS, 2012, p. 73).

No quadro abaixo podemos conferir a distribuição dos professores acadêmicos por categoria em 2007 e 2008 (LECHUGA; RAMOS, op.cit., p. 71):

Os números apresentados pelos autores incluem os professores dos colégios mantidos pela UNAM, as preparatórias, mas, exclusivamente no segmento universitário, o quadro é mais grave: há 28.148 docentes, sendo que apenas 17,9% ocupam um cargo de tempo completo (EL ECONOMISTA, 19/06/2014).

Não se pode afirmar a existência de uma “aristocracia docente”, inclusive porque também os professores de carreira vêm tendo perdas, mas, obviamente, há uma fragmentação e hierarquização que se expressa em salários, condições de trabalho e garantias de acessos diferenciados a programas de estímulo, muito próximos do sistema taylorista onde alguns produzem conhecimento e outros são chamados apenas a reproduzi-lo.

A educadora Zeferina Castelazo González, da

Tabela - Vínculos empregatícios na UNAM

Investigador	2.337	5,52%
Professor de Carreira	5.417	12,79%
Técnico Acadêmico	3.950	9,33%
Professor de Asignatura (contrato por horas ou curso) com grau de licenciatura e/ou pós-graduação	26.291	62,08%
Ajudantes (contrato por horas ou curso) só com estudos de licenciatura concluídos sem título ou certificado	4.011	9,47%
Outros	341	0,81%
Total de pessoas	42.347	100%

Benemérita Escola Nacional de Professores e diretora da CNTE, nos disse, enfaticamente, que os professores que ingressam para lecionar uma disciplina (asignatura) “não têm tempo livre para planejar. Só dar aulas.” (Trecho de entrevista concedida em 15 de outubro de 2014).

Nesse mesmo diapasão, o professor de ciências da comunicação da Universidade Autônoma de Querétaro, José Luís, membro do Sindicato Único do Pessoal Acadêmico da Universidade Autônoma de Querétaro (SUPAUAQ), sindicato universitário fundado em 1974, nos relatou que

Os diretores de faculdade tiveram de recorrer aos professores por honorários para que a universidade pudesse crescer. [...] Temos 1.600 professores afiliados ao SUPAUAQ. Aqueles que têm tempo livre e completo são afiliados ao sindicato, mas outros 1.500 são contratados por honorários. São professores que não podemos incorporar ou que terão de esperar muitos anos até poderem se tornar professores de tempo livre e depois de tempo completo. (Trecho de entrevista concedida em 04 de novembro de 2014).

Constatamos, assim, que a quase metade dos

Constatamos, assim, que a quase metade dos docentes da Universidade Autônoma de Querétaro (UAQ) não possui quaisquer direitos sociais e eles não podem sequer ser representados pelo sindicato. E, quando algum professor por honorário consegue ingressar na instituição como “tempo livre”, não tem assegurada nem estabilidade laboral e nem um número de horas de trabalho fixo, dependendo, a cada semestre, do número de alunos matriculados em todas as turmas.

docentes da Universidade Autônoma de Querétaro (UAQ) não possui quaisquer direitos sociais e eles não podem sequer ser representados pelo sindicato. E, quando algum professor por honorário consegue ingressar na instituição como “tempo livre”, não tem assegurada nem estabilidade laboral e nem um número de horas de trabalho fixo, dependendo, a cada semestre, do número de alunos matriculados em todas as turmas.

Essa situação não se atém à questão salarial. A

professora Maria Teresa Lechuga também nos disse que na unidade da UNAM, na qual leciona, a Faculdade de Estudos Superiores de Acatlán, “[...] há 21.000 alunos (...), somos 1.800 professores e, destes, apenas 200 são de carga completa, de carreira. Há uma sala com oito mesas para todos os professores.” (Trecho de entrevista concedida em 21 de outubro de 2014). Denota-se que a universidade aqui não é pensada como um espaço de reflexão, de acolhimento, mas de passagem.

Para o professor Samuel Cielo Canales, da UACM (Universidade Autônoma da Cidade do México), outro desdobramento da contratação de professores precarizados está relacionado à impossibilidade da apropriação do projeto institucional por este professor. Segundo ele, ainda não são oferecidas condições para que este profissional participe da vida acadêmica institucional.

Há alguns anos não contratam professores em jornada completa, então contratam por horas ou disciplina. Esses professores não conhecem o projeto da instituição. Estamos encontrando problemas que não encontrávamos antes... De professor batendo a porta no nariz do aluno porque este chegou um minuto depois na sala. São contratados por um quadrimestre, então não há nada que os obrigue a se envolver com o projeto que desenvolvemos junto à Universidade. (Trecho de entrevista concedida em 16 de outubro de 2014).

Na Universidade de Guadalajara, segunda maior do México, o professor de enfermagem Gonzalo Nava Bustos nos afirmou que a precarização do trabalho docente também é um problema sensível e utilizado como mecanismo para conter críticas por parte do professorado. Em trabalho acadêmico apresentado pelo professor Bustos, durante a realização do X Congresso Internacional da Sociedade de História da Educação Latino Americana (SHELA), consta que na Universidade Autônoma de Guadalajara,

[...] de un total de 16 mil 522 maestras y maestros, 9 mil 298 son profesoras y profesores de asignatura (el 56.3%), de estos, solamente 97 tienen contrato definitivo (el 1%), mientras que 9 mil 201 tienen contratos temporales, que se renuevan semestralmente, a pesar de que la mayoría (68%) tiene una antigüedad mayor a los

5 años (SHELA, 2014, p. 141).

Tais dados foram extraídos do informe do reitor da Universidade de Guadalajara e dão conta de que mais da metade dos professores (56,3%) da segunda maior instituição pública de ensino superior do México são professores de asignatura (de uma disciplina ou por hora) e, destes, somente 97 têm contrato definitivo (ou 1%). Nesse caso, por não haver estabilidade laboral, os docentes estão em permanente estado de insegurança, tornando-se extremamente difícil ou mesmo impossível desenvolver quaisquer perspectivas de autonomia intelectual e universitária nestas condições.

Segundo Basurto (2006, p. 28), os professores de “carreira” também foram prejudicados. A partir de 1990, a UNAM passou a aplicar uma política de diferenciação salarial baseada na produtividade de cada professor, que, ardidamente, substituiu o princípio da solidariedade da luta coletiva pelo individualismo da concorrência por acesso a estímulos pecuniários e bolsas, que não são incorporados ao salário e, desta forma, não serão usufruídos no momento da aposentadoria.

Viés perverso para os trabalhadores da educação que atuam nas universidades foi a reforma previdenciária, da década de 2000, que inibiu a outorga da aposentadoria especial para os trabalhadores da educação e o estabelecimento de limites para os valores recebidos. O estabelecimento de um teto de dez salários mínimos mensais, segundo o professor Arturo Ramos, levou a que muitos professores de jornada completa não se aposentem.

Assim como houve mudanças para os

professores do Ensino Básico, algumas universidades como a UNAM, a de Chapingo e algumas de província estão em instituto próprio dos trabalhadores do estado, ISSSTE (Instituto de Seguridad e Servicios Sociales dos Trabalhadores do Estado) e outros em um instituto geral, IMSS (Instituto Mexicano de Seguro Social) e há, ainda, institutos previdenciários da própria universidade e outros são totalmente privados. Então, para a maioria dos professores que estão no ISSSTE, há um teto máximo de 20.000 pesos (o salário mínimo no México é de 1500 pesos, aproximadamente 180 dólares); então, os professores com tempo completo não se aposentam, pois significaria uma queda no nível de vida. (Trecho de entrevista concedida em 21 de outubro de 2014).

Além do estabelecimento de um teto, a reforma previdenciária alterou os critérios para a obtenção da aposentadoria. O professor de enfermagem da Universidade de Guadalajara Gonzalo Nava Bustos nos demonstra com um exemplo particular o que significou para o trabalhador essa reforma.

Antes, aposentávamos ou com trinta anos de trabalho ou aos sessenta anos de idade, mas isso mudou e trocaram a palavra “ou” por “e” e ampliaram a idade de aposentadoria de 60 para 65 anos. Aqui, ampliou-se o tempo de trabalho. Eu tenho 52 anos de idade e 31 de trabalho, então terei de trabalhar mais 13 anos para me aposentar. (Trecho de entrevista concedida em 30 de outubro de 2014). Grifo nosso.

Verifica-se, pelo exemplo do professor Gonzalo (que terá de trabalhar mais treze anos para obter a aposentadoria), o sentido duplamente perverso desta



reforma: a) reduzir os gastos públicos em previdência ampliando o tempo na ativa; e b) diminuir a criação de vagas de trabalho para aumentar a disputa e impor salários cada vez mais baixos.

Há que se acrescentar também que houve a privatização de uma importante parte do montante de impostos recolhidos diretamente dos salários. A previdência dos trabalhadores, que antes reforçava o caixa do Estado e poderia ser mobilizada para investimentos na economia, na saúde, na educação ou mesmo na habitação, agora, no modelo neoliberal, tornou-se uma fonte de rendimentos para o mercado financeiro, sem a devida garantia institucional do retorno destas economias para os mais necessitados e responsáveis por esses "investimentos sociais".

Não bastasse todo esse descalabro com os interesses públicos e sociais, o professor José Luís, da Universidade Autônoma de Querétaro (UAQ), também nos alertou para outro elemento da reforma previ-

A essas palavras acrescentamos ainda que, para os professores precarizados, que têm diversos "pedacinhos" de aulas em várias instituições e que, muitas vezes, trabalham como "pessoa jurídica" (modalidade comum entre as instituições de ensino privadas e que se são denominados como "honorários"), o recolhimento da contribuição é mais complicado, irregular e desfavorece, ao máximo, sua capacidade de organização e resistência aos designios do capital cada vez mais afeito em transformar a educação numa reles mercadoria.

denciária, que foi o fim da paridade (aposentadoria dinâmica) entre os vencimentos dos professores da ativa e os que já se aposentaram:

[...] É o direito a que o professor aposentado continue fazendo jus aos reajustes e benefícios conferidos aos trabalhadores da ativa. Então, em 2007, a antiga direção do sindicato abriu mão disso. Todos os que ingressam depois de 2007 não têm mais direito ao reajuste da categoria em seus benefícios. (Trecho de entrevista concedida em 04 de novembro de 2014). Grifos nossos.

A essas palavras acrescentamos ainda que, para os professores precarizados, que têm diversos "pedacinhos" de aulas em várias instituições e que, muitas

vezes, trabalham como "pessoa jurídica" (modalidade comum entre as instituições de ensino privadas e que se são denominados como "honorários"), o recolhimento da contribuição é mais complicado, irregular e desfavorece, ao máximo, sua capacidade de organização e resistência aos designios do capital cada vez mais afeito em transformar a educação numa reles mercadoria.

Considerações finais

À guisa de conclusão desses escritos, é importante dizer que, do ponto de vista da organização sindical dos docentes universitários, a diversidade e fragmentação das condições de trabalho incidem direta e negativamente na subjetivação da identidade do sujeito social docente, ou seja, muitos indivíduos não se identificam socialmente como trabalhadores da educação. Essa característica é mais comum entre aqueles vinculados às chamadas profissões liberais clássicas (médicos, advogados, engenheiros, arquitetos), que têm na docência um complemento salarial ou uma forma de distinção profissional.

Ocorre, porém, que também um setor expressivo dos docentes se reconhece enquanto parte do universo acadêmico, mas é impedido de compartilhar espaços e práticas da comunidade universitária da instituição na qual trabalha e atua. Isso fragiliza e compromete não apenas a organização sindical, mas também estorva o avanço da produção científica, acadêmica e cultural das instituições universitárias, que passam a cumprir papéis cada vez mais pragmáticos, utilitaristas e voltados à formação de mão de obra para o mercado.

Ainda quando se reconhecem como docentes, e vendendo sua força de trabalho, a consciência de serem trabalhadores não é automática, nem natural. Destacamos a intervenção de um jovem professor em um evento acadêmico na Universidade Autônoma de Querétaro⁵, que afirmou ter ministrado aulas em cinco instituições, em um mesmo período, e que só depois de um longo tempo passou a se considerar um trabalhador. Isso reforça o já exposto pelas organizações sindicais: a condição de trabalho por si só não implica a formação de uma consciência mais crítica,

mas carece da interação com pares mais experientes e acesso ao conhecimento histórico sistematizado por organizações classistas (sindicais ou políticas).

Não foi possível mensurar, mas o trabalho realizado pelo professor fora da instituição, o trabalho invisível (MANCEBO, 2011, p. 74), que se acentuou com as novas tecnologias e implica um valor imenso de horas de trabalho não remunerado, é muito provavelmente maior entre os trabalhadores docentes precarizados do que entre os de carreira.

Ao fim e ao cabo, se impõe a necessidade de vincular as lutas do sindicalismo docente a projetos que ultrapassem o marco corporativo e estabeleçam alianças com outros sujeitos sociais, como os estudantes, as famílias e outras categorias e segmentos sociais que também são atingidos pelas políticas neoliberais.

Quando visitamos o México, os estudantes do IPN (Instituto Politécnico Nacional) estavam em greve, com o apoio de seus familiares, diante da proposta do governo de abrir precedente para rebaixar a certificação dos formados de engenheiros para tecnólogos. Tratava-se obviamente de dispor para o mercado um trabalhador qualificado por uma remuneração mais baixa. Os estudantes promoveram diversas marchas e conseguiram a transmissão televisiva de sua negociação com o governo. No mesmo período, o país era sacudido pelos milhares de participantes nas manifestações de protesto contra o governo pelo desaparecimento de 43 estudantes normalistas em Ayotzinapa.

Encerramos com as palavras do professor Angel Luis, secretário geral do SUPUAQ (Sindicato Único do Pessoal Acadêmico da Universidade Autônoma de Querétaro), que reconhece que estamos diante de um momento histórico preocupante, mas que não nos exige de preconizar um futuro de lutas:

Infelizmente, o neoliberalismo está nos fazendo regressar ao passado, pois vem nos retirando direitos. A situação que os jovens acadêmicos enfrentam, nós não enfrentamos. Então também acho que os jovens acadêmicos se vejam mais como trabalhadores e estejam mais dispostos a lutar. (Trecho de entrevista concedida em 04 de novembro de 2014). **US**

notas

1. Apesar das insistentes e inúmeras tentativas, não fomos recebidos por nenhum(a) diretor(a) do SNTE.

2. Trabalhadores administrativos: União de Empleados da Universidade Nacional Autónoma do México (1929); Sindicato de Empleados e Operários da UNAM (1933); Sindicato de Trabajadores da UNAM (1945); Sindicato de Empleados e Operários da UNAM (1961); Associação de Trabajadores Administrativos da UNAM (1966); Sindicato de Trabajadores e Empleados da UNAM (1971); Trabalhadores académicos: União de Empleados, Profesores e Operários da UNAM (1937); Federação de Profesores Universitários da UNAM (1938); Associação de Profesores Universitários do México (1950); Sindicato de Profesores da UNAM (1964); Sindicato Independente de Profesores da UNAM (1972); Sindicato de Pessoal Acadêmico da UNAM (1974); Associação de Agrupaciones do Pessoal Acadêmico da UNAM (1974). (BASURTO, 1997, p. 275-278)

3. Há uma pequena variação nas somas na coluna “Total” apresentada, a qual não pudemos explicar a razão. Acrescentamos uma coluna à direita com as somas corretas, mas pode-se verificar que a variação é mínima e não altera a análise quanto à relação entre professores de carreira e os precarizados.

4. Entrevistas concedidas aos autores entre os meses de outubro e novembro de 2014.

5. Divulgação do livro “¿Qué aprendiste hoy em el trabajo? Las lecciones prohibidas de la educación laboral” de Helena Worthen. Universidade Autónoma de Querétaro. Em 04/11/2014.

- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior:** Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: 1995 (versão em espanhol). Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
- BASURTO, Jorge. **Los movimientos sindicales en la UNAM.** México D.F. : UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 1997.
- _____. **La vida política del Sindicato de Trabajadores de la UNAM.** Cuadernos de Investigación. N° 34. México D.F. : UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 2006.
- GARRO, Nora; HERNÁNDEZ, Juan Manuel; LLAMAS, Ignacio. **El mercado de trabajo de los trabajadores de la educación.** In: TOLEDO, Enrique de la Graza (coord.) La situación del trabajo em México, 2012: el trabajo en la crisis. Cidade do México: Plaza y Valdés Editores; Universidade Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 2012. p. 313-344.
- GINDIN, Julián. **Por nós mesmos:** As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 2011. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Universidade do Rio de Janeiro, 2011.
- LECHUGA, Maria Teresa; RAMOS, Arturo. **Magister Changarrization:** los nuevos sujetos académicos y el trabajo precario em la educación superior. 2. ed. México D.F. : STUNAM/Red Tap/Cultura, Trabajo y Democracia/GIIS, 2012.
- LLAMAS HUILTRÓN, Ignacio. MINOR Campa, Enrique. **Un modelo de determinación del gasto educativo por alumno em México.** Denarius, revista de economía y administración. Vol.1, n° 2, 2000. México. Disponível em: <<http://148.206.53.230/revistasuam/Denarius/include/getdoc.php?id=75&article=17&mode=pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- MANCEBO, Deise. **Trabalho docente na educação superior:** problematizando a luta. In: ROSSO, Sadi Dal (org). Associativismo e sindicalismo em educação. Brasília: Edição Paralelo 15, 2011. pp. 69-88.
- SHELA. Sociedade de História da Educação da América Latina. **Lucha por la democracia y formación profesional crítica:** El colectivo de reflexión universitaria em la Universidad de Guadalajara. Memoria del X Congreso Internacional de la Sociedad de Historia de la Educación Latinoamericana. Puerto Vallarta: out/2014, pp. 136-153.
- TUIRÁN, Rodolfo. **La educación superior em México 2006-2012:** un balance inicial. Observatório Acadêmico Universitário. Disponível em: <<http://red-academica.net/observatorio-academico/2012/10/03/la-educacion-superior-en-mexico-2006-2012-un-balance-inicial/>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

referências

O ensino superior e o seu papel na formação espacial amapaense (2000-2010)

Allan Jasper Rocha Mendes

Pró-Reitor de Planejamento na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: allan.jasper@gmail.com

Norma-Iracema de Barros Ferreira

Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: normairacema@unifap.br

Resumo: Este trabalho apresenta um panorama do ensino superior no Estado do Amapá, partindo de uma análise macro, até o exame da realidade local. Busca entender como o ensino superior vem transformando o espaço amapaense e como a sua orientação poderia causar impacto na condição socioeconômica da região.

Palavras-chave: Ensino Superior. Espaço Amapaense. Amapá.

Introdução

Para o autor Milton Santos (1999), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, considerando, então, as coisas como o produto de uma elaboração natural, como as rochas, os rios, o solo – isto define os objetos como as coisas que possuem um propósito e um projeto, como os produtos industrializados, a produção agrícola, os bens imóveis etc. Assim, o sistema de objetos é o conjunto de intenções sociais dos homens em transformar, cada vez mais, as coisas em objetos.

Para abordar o sistema de ações, convém espriar a concepção de teóricos versados na questão. Desta maneira, Schutz (1967, p. 61 *apud* SANTOS, 1999, p. 50) define a ação como a execução de um ato projetado e o sentido da ação é o correspondente deste ato projetado. Isto posto, a ação é o próprio homem, pois só ele tem ação, só ele tem objetivo, finalidade. Assim, os sistemas de ações decorrem de:



[...] necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam suas funções. Essas ações, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos.

Com base na noção de espaço defendida por Milton Santos (1999), o presente trabalho busca analisar o papel da Educação Superior na formação e transformação do território amapaense. Começando pelo macro, pretende entender de que forma outros países têm tratado o ensino superior, qual a sua importância para os governos, o que está sendo planejado para o futuro. No Brasil, faz uma abordagem essencialmente quantitativa, analisando a questão do público e do privado e fazendo uma crítica de como a lógica capitalista vem transformando as bases da Educação Superior no País. No caso do Amapá, intencionou-se

compreender a expansão do ensino superior privado, no período de 2000 a 2010, e suas consequências para a atual condição socioeconômica local.

1. O ensino superior no mundo ocidental

1.1 Na União Europeia e nas Américas

A Agenda de Lisboa foi um plano de desenvolvimento que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e social, a renovação ambiental e a sustentabilidade para a toda a União Europeia, no período de 2000 a 2010. A maior prioridade desta Agenda é a criação, na Europa, de uma sociedade do conhecimento, baseada na dinâmica competitiva da economia do conhecimento – justamente o ensino superior figura como palco da concretização deste objetivo na União Europeia.

No artigo *The role of higher education to economic development*, Irena Macerinskiene e Birute Vaiksnoaraite (2006) discorrem sobre as formas como a Educação Superior influencia o bem-estar da Economia. A primeira trata do impacto na economia local face ao investimento direto das instituições, seus empregados e seus alunos. A segunda é que a Educação Superior provê benefícios financeiros e não financeiros, tanto para o indivíduo que a possui, como para a sociedade em geral. Finalmente, a terceira é que as instituições de ensino superior estão cada vez mais focadas na produção do conhecimento. Estas instituições têm um papel chave na produção das inovações em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os autores abordam os possíveis efeitos negativos do expansionismo da Educação Superior:

É verificado que a rápida expansão da Educação Superior tem impactado de forma negativa na qualidade do sistema educacional. Mais e mais jovens obtiveram acesso à Educação Superior por meio de Instituições de Nível Superior com pouca tradição, normalmente da área de Ciências Sociais (MACERINSKIENE; VAIKSNORAITE, 2006, p. 87, tradução nossa).

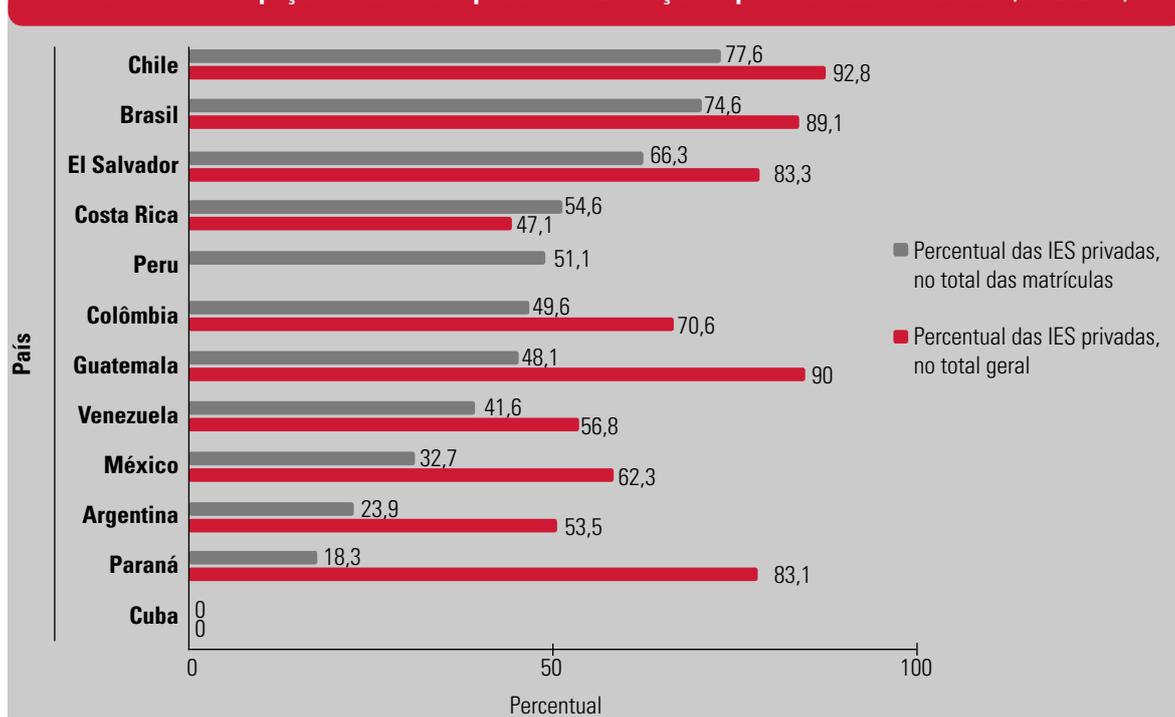
Quanto aos Estados Unidos da América (EUA), entre 2009 e 2013, 28,8% da população acima de 25

anos possuía o ensino superior completo (U.S.A./ CENSUS BUREAU, 2015). Segundo Brubacher e Rudy (2004), houve um forte crescimento na Educação Superior, nos EUA, a partir da segunda metade do século XX, sucedendo a Segunda Guerra Mundial. Adormeceu nas décadas de 70 e 80 do século passado, por conta da crise econômica e dos protestos estudantis em relação à mentalidade tradicional imposta na Educação Superior naquele período, de maneira que os EUA passam por profundas transformações, sendo difícil traçar um parâmetro que reflita a realidade.

No documento *A nova dinâmica da educação superior privada* (2009, tradução nossa), publicado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e apresentado na Conferência Mundial da Educação Superior, em 2009, consta que a média mundial da participação da iniciativa privada na educação é de 30%. A América Latina é a macrorregião que possui a maior taxa de participação da iniciativa privada no setor – o Brasil com 74,6%, só ficando atrás do Chile, que possui 77,6%.

Observa-se no Gráfico 1 que o Brasil possuía, até 2007, no contexto da América Latina, o segundo maior índice de participação da iniciativa privada na Educação Superior (74,6%), perdendo apenas para o

Gráfico 1 - Participação da iniciativa privada na Educação Superior na América Latina (2002-2007)



Fonte: UNESCO (2009, tradução nossa).

Chile (77,6%). Além disso, o que mais impressiona é que dentre os demais continentes pesquisados (Ásia, África e Europa), somente a Ásia, especificamente o Japão, apresentou um índice superior ao do Brasil (77,4%).

2. Cenário da Educação Superior no Brasil

No Brasil, a iniciativa privada é um colosso que, já em 2004, respondia por 71,7% do total das matrículas (BRASIL/INEP, 2006). Estima-se que atualmente esta proporção atinja cerca de 80%. Em conformidade com Minto (2006), somente no período do Regime Militar, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas cresceu de 243, no ano de 1965, para 626, em 1985. Em 20 anos, houve crescimento de 157%, enquanto que o número das públicas subiu de 129 para 233 no mesmo período (80%). No governo FHC, as instituições privadas aumentaram de 633, no ano de 1994, para 1.442, em 2002. Em oito anos, houve crescimento de 127%, ao passo que as públicas reduziram de 218 para 195 no mesmo período (-10%).

Os dados revelam uma forte discrepância, um paradigma no qual o Estado delega, indevidamente, a responsabilidade do ensino público à iniciativa privada. As implicações deste processo são modestamente conhecidas e dimensionadas no meio acadêmico, mas severamente sentidas pela sociedade, principalmente naqueles que buscam na Educação Superior uma alternativa para uma vida melhor.

2.1 Definições

O Art. 1º do Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001 (BRASIL/MJ), que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, descreve a classificação das Instituições de Ensino Superior. Neste dispositivo legal, entende-se como privada aquelas que são criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) e são mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, podendo ter ou não fins lucrativos. O credenciamento é uma condição legal

para o funcionamento da instituição privada, cuja inexistência implica na impossibilidade de a IES oferecer qualquer curso superior.

As pessoas jurídicas de direito privado dividem-se em dois gêneros: as estatais e as particulares e o que define uma ou outra é a origem dos recursos utilizados em sua constituição. Quando houver participação de capital oriundo do Poder Público são estatais; neste caso podem ser das espécies: sociedades de economia mista ou empresas públicas.

As pessoas jurídicas de direito privado, particular, apresentam-se nas espécies: fundações, associações, cooperativas, sociedades, organizações religiosas e partidos políticos. Caso a finalidade seja econômico-financeira deverá, obrigatoriamente, ser da espécie sociedade.

Segue-se outra abordagem definida pelo MEC (BRASIL/MJ), para efeitos estatísticos: a) Públicas (federais, estaduais e municipais); e b) Privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares).

Por trazer mais clareza, será empregado neste trabalho o entendimento utilizado pelo MEC em suas estatísticas. É importante mencionar o grande número de instituições que se passam por organizações filantrópicas, no intuito de angariar benefícios fiscais. Entretanto, claramente não passam de organizações mercantis, onde o ensino é tratado como uma mercadoria.

As Instituições de Ensino Superior públicas são aquelas geradas ou incorporadas, mantidas e geridas pelas esferas do setor público, quais sejam: o Federal, o Estadual e o Municipal.

Existe ainda a definição, cunhada por Bresser Pereira e Cunill Grau (1999, p. 16), do “público não-estatal”, que segundo os próprios autores:

[...] são organizações ou formas de controle ‘Públicas’ porque estão voltadas ao interesse geral; são ‘não-estatais’ porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais.

Este tipo de organização também é conhecida por “terceiro setor”, “setor não governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Não se tratando do foco desta discussão; tratar-se-á, doravante, as instituições públicas como aquelas engendradas e sustentadas pelo

aparato governamental em todas as suas esferas.

A diferença principal estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL/LDB), é que na Universidade existe a obrigação de que sejam desenvolvidas regularmente e de forma institucionalizada as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nas instituições não universitárias existe obrigação apenas do ensino, tal como os Centros Universitários, responsáveis pela oferta do ensino, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. As Faculdades, embora também devam zelar pela qualidade do ensino superior ministrado, não estão obrigadas a manterem programas institucionais de pesquisa.

Para melhor visualização segue Quadro 1:

Quadro 1 - IES, por status de suas atividades, no Brasil (2006)

INSTITUIÇÕES	ATIVIDADES
UNIVERSIDADE	Ensino, pesquisa e extensão (obrigatórios)
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADE	Ensino (obrigatório), extensão e programas institucionais de pesquisa (optativo)

Fonte: Cartilha Instituições Privadas de Educação Superior (BRASIL, 2006).

2.2 Características do ensino superior brasileiro

Nesta caracterização, há que se mencionar, dentre as Instituições de Ensino Superior privadas, as confessionais, por exemplo, capitaneadas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Trata-se da representante de um sistema que apresenta qualidade de ensino, efetivamente implantando a tríade ensino, pesquisa e extensão.

O forte crescimento do número de vagas, qualidade à parte, representa que mais pessoas conseguiram acessar o ensino superior. A lógica visceral do capitalismo de expandir-se fez com que a iniciativa privada atingisse os mais distantes rincões do Brasil, sempre considerado um mercado não explorado, uma oportunidade de alta taxa de retorno. Essa incansável busca pelo lucro levou o ensino superior a locais de difícil acesso, a exemplo na Região Amazônica, em localidades somente acessadas por pequenas embarcações que, ainda assim, a iniciativa privada se apresenta com seus cursos modulares. Nesses locais, onde

o Poder Público, com sua estrutura pesada, sua burocracia (no aspecto negativo do termo), dificilmente conseguiria chegar. Dessa forma, o acesso ao ensino superior somente materializou-se como resultado da voracidade do capital.

Observa-se, entretanto, a dificuldade do sistema privado de qualidade em concorrer com o ensino “talibã”, em uma analogia ao movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão a partir de 1994, após a invasão soviética do Afeganistão, que durou de 1979 a 1989. O movimento tinha como principal característica o combate de guerrilha, por meio de ataques a pequenos grupos. Em 1996, tomaram Cabul e estabeleceram um governo marcado por lutas internas e guerras civis (SATO, [20--]).

O ensino “talibã”, na analogia apresentada, refere-se a pequenas instituições de Ensino Superior. Trata-se de fabriquetas de diplomas, que se mostram camufladas na roupagem da isenção fiscal e, entrincheiradas nas brechas jurídicas, contam com a anuência de setores do Poder Público, em todas as esferas do meio político e governamental, conquistando uma questionável legalidade.

Desta forma, ofertam um número de vagas cada vez maior, principalmente naqueles cursos de baixo custo, concentrados na área de Ciências Sociais e aplicadas, com destaque para os cursos de Administração e de Direito. Assim, repassam ao “cliente” um preço “competitivo”, obviamente a baixa qualidade do ensino torna-se inerente. Na Tabela 1, observa-se que em 2008, dentre as 1.811 faculdades existentes, a iniciativa privada respondeu por 93,1% deste total.

Constata-se na Tabela 1 que no ano de 2004 houve um crescimento de 25,5% na oferta de vagas pelos Centros Universitários, paralelamente, um crescimento mais desacelerado das Faculdades, no mesmo ano. Tal situação decorreu, principalmente, devido às

Tabela 1 - IES, públicas e privadas, segundo a organização acadêmica (BRASIL 2002-2008)

Organização Acadêmica		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Universidade	Pública	78	48,1	79	48,5	83	49,1	90	51,1	92	51,7	96	52,5	97	53
	Privada	84	51,9	84	51,5	86	50,9	86	48,9	86	48,3	87	47,5	86	47
Centro Universitário	Pública	3	3,9	3	3,7	3	2,8	3	2,6	4	3,4	4	3,3	5	4
	Privada	74	96,1	78	96,3	104	97,2	111	97,4	115	96,6	116	96,7	119	96
Faculdade	Pública	114	8,1	125	7,7	138	8	138	7,4	152	7,7	149	7,5	134	6,9
	Privada	1284	91,9	1490	92,3	1599	92	1737	92,6	1821	92,3	1829	92,5	1811	93,1

Fonte: MEC/INEP/DEED.

faculdades terem crescido de tamanho, transformando-se em Centros Universitários. O fenômeno repetiu-se em 2007; entretanto, desta vez foram os Centros Universitários que se tornaram Universidades.

Ainda observando a Tabela 1, verifica-se no período a tendência de saturação do mercado, à exceção dos Centros Universitários, que tiveram em 2008 um crescimento superior ao do ano anterior, sendo que as Faculdades e Universidades tiveram um crescimento bastante inferior ao ano de 2007.

não atraem Mestre e Doutor. Por consequência destes fatores, o princípio oferta/demanda está minando o ensino privado de qualidade.

Um fator digno de registro neste contexto corresponde à exploração do trabalho docente. As IES privadas são as que, proporcionalmente, empregam menos professores por alunos, segundo Minto (2006), de maneira que, em 2003, a rede pública tinha 12,8 alunos para cada professor, enquanto que, na rede privada, a proporção era de 16,6. O quadro se repe-

Tabela 2 - Evolução do nº de vagas na Graduação Presencial, segundo a organização acadêmica (BRASIL, 2002-2008)

Ano	Total	%△	Universidades	%△	Centros Universitários	%△	Faculdades	%△
2002	1.773.087	-	851.764	-	271.564	-	649.759	-
2003	2.002.733	13	889.145	4,4	302.458	11,4	811.130	24,8
2004	2.320.421	15,9	1.028.931	15,7	379.622	25,5	911.868	12,4
2005	2.435.987	5	1.074.796	4,5	400.068	5,4	961.123	5,4
2006	2.629.598	7,9	1.141.465	6,2	439.753	9,9	1.048.380	9,1
2007	2.823.942	7,4	1.255.858	10	448.873	2,1	1.119.211	6,8
2008	2.985.137	5,7	1.305.062	3,9	489.486	9	1.190.589	6,4

Fonte: MEC/INEP/DEED.

A rede PUC, como já mencionado, oferta bons cursos em suas unidades espalhadas pelo Brasil; entretanto, sofre duras perdas, na dificuldade em conseguir alunos. O mercado no setor começa a saturar e as instituições privadas concorrem entre si, forçando para baixo os preços das mensalidades normalmente ofertados pelas pequenas instituições de ensino, com destaque para as Faculdades, que se multiplicam dia após dia.

No que se refere aos docentes das instituições “ta-libãs” de ensino, são, majoritariamente, os que possuem nível de Especialização, pois os baixos salários

te de forma mais intensa no Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo: na rede pública, a proporção é de 10,5 alunos para cada técnico-administrativo, enquanto que, na rede privada, esta proporção salta para 20,7.

Ademais, observa-se no setor privado a busca pelo lucro em curto prazo. As instituições particulares concentram-se no ensino da Graduação, relegando a segundo plano (último plano), a Pós-Graduação. Para Minto (2006), a rede pública responde por 81,3% e 90,7% das matrículas de Mestrado e Doutorado, respectivamente.

A LDB em vigor institui a necessidade de manutenção regular da tríade ensino-pesquisa-extensão para as universidades privadas. Todavia, a regulação destas atividades pelos órgãos fiscalizadores (CAPES, MEC) é precária, permitindo a concentração dos investimentos no ensino da Graduação, sobrando minúsculos investimentos em pesquisa e extensão.

3. Educação Superior no estado do Amapá

Como seria o espaço amapaense se o ensino superior fosse mais robusto, capaz de atender à maior parte da população gratuitamente? Como seria se os cursos de Graduação ofertados focassem a Ciência e a Tecnologia, a Pesquisa e o Desenvolvimento? Como seria se a produção mineral fosse verticalizada, se a biodiversidade fosse melhor aproveitada na produção local de fármacos e cosméticos? É possível que o desenvolvimento econômico traga consigo o almejado desenvolvimento social?

As respostas a estas perguntas somente os anos vindouros poderão responder. Contudo, o que os estudos nos indicam é que os países desenvolvidos têm colocado como prioridade a melhoria da qualidade do ensino superior. Este objetivo tem como foco atender às necessidades da “economia do conhecimento”, que tem como base uma população bem educada e um setor de P&D dinâmico. Assim, mesmo considerando as mazelas que o crescimento desenfreado da oferta de vagas no ensino superior pode causar, pressupõe-se que as melhorias no ensino superior tragam benefícios para o indivíduo e para a sociedade como um todo.

Outra característica que chama atenção no Amapá é que apesar da forte expressividade do papel do Estado na economia local (CHELALA, 2008), o ensino superior é dominado pelo setor privado. Somente em 1990 foi criada a Universidade Federal do Amapá com a Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e pelo Decreto n. 98.997, que a instituiu em 2 de março de 1990. Já a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) foi criada por meio da Lei nº 0969/2006, também uma das mais novas IES estaduais da Federação. Observa-se, portanto, que o ensino superior

público no estado é incipiente, comparado a outros estados do Brasil.

Observou-se um forte crescimento no número de instituições privadas no estado, visto que em 2000 havia apenas uma IES de nível superior pública; em 2004, saltou para dez (BRASIL/INEP, 2006); e, em 2010, passou para 19 (BRASIL/IBGE, 2010). Enquanto se verifica uma tendência de forte crescimento da oferta de vagas na rede privada, o crescimento na rede pública demonstra um crescimento muito mais desacelerado. Este desequilibrado jogo de forças favorece ao empresariado do setor, que percebe nesta demanda reprimida uma excelente oportunidade para auferir lucros.

3.1 O ensino da Graduação no estado do Amapá

Seguem as 19 Instituições de Ensino Superior identificadas no estado do Amapá, seguidas de tabelas demonstrativas das grandes áreas nas quais se situa a oferta de cursos:

- a) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
- b) Universidade Estadual do Amapá (UEAP)
- c) Associação Educacional da Amazônia (SEAMA)
- d) Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP)
- e) Faculdade de Macapá (FAMA)
- f) Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES)
- g) Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP)
- h) Faculdade de Tecnologia do Amapá (META)
- i) Faculdade Atual (FAAT)
- j) Faculdade do Amapá (FAMAP)
- k) Faculdade Brasil Norte (FABRAN)
- l) Universidade Vale do Acaraú (UVA)
- m) Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH)
- n) Universidade Paulista (UNIP)
- o) Instituto de Ensino e Cultura do Amapá (IECA)
- p) Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX)
- q) Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
- r) Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)
- s) Faculdade Madre Tereza

Tabela 3 - Distribuição de cursos de Graduação na área de Ciências Sociais e aplicadas

Ciências Sociais e Aplicadas	UNIFAP	UEAP	SEAMA	CEAP	FAMA	IMMES	IESAP	META	FAAT	FAMAP	FABRAN	UVA	FATECH	UNIP	IECA	IBPEX	UDESC	UNIASSELV	M. TFREZA	TOTAL	
Administração				x	x	x				x	x								x	6	
Ciências Contábeis				x	x					x	x									4	
Ciências Econômicas				x																1	
Ciências Sociais	x																			1	
Comércio Exterior											x									1	
Comunicação Social			x								x									2	
Design		x		x																2	
Direito	x		x	x						x	x									5	
Engenharia de Produção		x																		1	
Filosofia		x					x													2	
Geografia	x											x								2	
Gestão Comercial											x									1	
Gestão de RH											x									1	
Gestão Hospitalar											x									1	
História	x											x								2	
Marketing											x									1	
Pedagogia	x	x			x		x		x	x		x							x	8	
Processos Gerenciais											x									1	
Psicologia			x			x														2	
Secretariado Executivo	x				x															2	
Serviço Social					x	x	x													2	
Teologia													x							x	
Turismo					x		x				x									x	
Total	6	4	3	5	6	3	3	-	1	4	11	3	1	-	-	-	-	-	-	2	52

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos sítios das IES na Internet.

Conforme a Tabela 3, observa-se no Amapá uma forte tendência a ofertar cursos em nível de Graduação na área de Ciências Humanas (52 cursos), com destaque para os de Administração e Pedagogia. A economia do estado orbita na produção de *commodities*, ou seja, a produção agrícola extensiva, a extração mineral, a produção madeireira sem beneficiamento e o extrativismo vegetal e animal. Esta orientação econômica produz fortes impactos no meio ambiente e contradiz a política desenvolvimentista estadual, que visa à conservação das áreas de reservas ambientais e a exploração do turismo. Esta situação é agravada pela forte restrição imposta ao uso do território, no qual cerca de 70% da área do Amapá possui algum tipo de restrição ao seu uso.

Sem dúvida, o estudo das Ciências Sociais e aplicadas é importante para a formação de uma consciência cidadã, de uma sociedade mais justa. Entretanto, Porto (2006) entende que, em um estado ainda em construção como o Amapá, não se deveria colocar em segundo plano o setor produtivo, visto que na “sociedade do conhecimento”, o “capital humano” e a tecnologia tornaram-se duas pilas fundamentais que alicerçam o desenvolvimento econômico sustentável.

Na Tabela 4, que demonstra a área das “Ciências da Vida,” verifica-se a sua modéstia, pois conta com menos da metade da quantidade de cursos da área das Ciências Humanas e aplicadas – somente em 2010 é que o Amapá passou a ofertar o curso de

Tabela 4 - Distribuição de cursos de Graduação na área de Ciências Biológicas

Ciências Biológicas	UNIFAP	UEAP	SEAMA	CEAP	FAMA	IMMES	IESAP	META	FAAT	FAMAP	FABRAN	UVA	FATECH	UNIP	IECA	IBPEX	UDESC	UNIASELVA	M. TEREZA	TOTAL
Biomedicina			x																	1
Ciências Ambientais	x																			1
Ciências Biológicas	x												x							2
Educação Física	x			x									x							3
Enfermagem	x		x		x														x	4
Engenharia Agrônômica						x														1
Engenharia de Pesca		x																		1
Engenharia Florestal		x				x														2
Farmácia	x					x														2
Fisioterapia			x			x														2
Fonoaudiologia			x																	1
Medicina	x																			1
Nutrição			x			x														2
Odontologia						x														1
Total	6	2	5	1	1	6	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	24

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos sítios das IES na Internet.

AMAZPA



Tabela 5 - Distribuição de cursos de graduação na área de Letras e Artes

Letras e Artes	UNIFAP	UEAP	SEAMA	CEAP	FAMA	IMMES	IESAP	META	FAAT	FAMAP	FABRAN	UVA	FATECH	UNIP	IECA	IBPEX	UDESC	UNIASSELV	M. TEREZA	TOTAL
Artes	x																			1
Letras	x	x			x		x					x							x	5
Letras Tradutor							x													1
Total	2	1	-	-	1	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	7

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos sítios das IES na *Internet*.

Medicina, revestindo-se no último estado da Federação a fazê-lo. Mesmo com um território que possui mais de 80% de suas florestas preservadas, com uma imensa biodiversidade, forte potencial na produção de fármacos e de cosméticos, pouco deste potencial é aproveitado e a pesquisa na área, apesar de existente, ainda é pouco expressiva.

Com relação à área de Letras e Artes, constata-se na Tabela 5 uma concentração no curso de Letras, devido à amplitude da atuação no mercado de trabalho, podendo exercer a profissão nas escolas de nível Fundamental e Médio, bem como no ensino supe-

rior. Registra-se um curso de Artes na UNIFAP e um curso especializado, no campo de tradução, ofertado pelo IESAP.

Na Tabela 6 é evidenciada a carência de cursos na área de Ciência e Tecnologia e, como consequência, existe pouca produção em Pesquisa e Desenvolvimento. Não existem, no estado, cursos já consolidados na rede de ensino Brasil afora, como Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Ciência da Computação e Geologia, dentre outros que lastreiam a produção industrial de uma região.

Tabela 6 - Distribuição de cursos de graduação na área de ciências exatas e naturais

Ciências Exatas e Naturais	UNIFAP	UEAP	SEAMA	CEAP	FAMA	IMMES	IESAP	META	FAAT	FAMAP	FABRAN	UVA	FATECH	UNIP	IECA	IBPEX	UDESC	UNIASSELV	M. TEREZA	TOTAL
Arquitetura e Urbanismo	x			x																2
Construção de Edifícios								x												1
Design																				-
Engenharia Elétrica	x																			1
Física	x												x							2
Tecnologia da Informação											x									1
Matemática	x												x						x	3
Química		x																		1
Radiologia								x												1
Redes de Computação			x					x												2
Sistemas de Informação			x						x											2
Sistemas para Internet								x												1
Total	4	1	2	1	-	-	-	4	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	1	17

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos sítios das IES na *Internet*.

Considerações finais

O ensino superior no Amapá é desproporcional, desequilibrado e desnorteado. Diz-se na Física que para que um corpo se mantenha em equilíbrio são necessários três pontos de apoio, que, no caso do ensino superior, esses pontos são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Assim, nota-se que o ensino superior no Amapá apresenta as seguintes características:

- É desproporcional, pois a esmagadora maioria das instituições, e conseqüentemente a oferta de vagas, destina-se ao ensino da Graduação;

- É desequilibrado, pois a rede privada predomina o fornecimento das vagas, forçando a sociedade a pagar por um serviço que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado tem por obrigação ofertar; e

- É desnorteado, porque é orientado essencialmente para as Licenciaturas, que são cursos de baixo custo, que possuem facilidade de implantação e têm grande demanda, principalmente nas camadas menos favorecidas da população, que veem no ensino superior uma chance para uma vida melhor. **US**

- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Cartilha: Instituições Privadas de Ensino Superior**. 2001. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br>>. Acesso em 10 ago. 2010.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso: em 12 ago. 2010.
- _____. Câmara dos Deputados. Senado. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2011.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C.; CUNILL GRAU, Nuria (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- BRUBACHER, John; RUDY, Willis. **Higher education in transition: a history of american colleges and universities**. Estados Unidos, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com>>. Acesso em: 22 dez. 2010.
- CHELALA, Charles A. **A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense**. Macapá: Publit, 2008.
- GENTILI, Pablo. (Org.). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1979b. (Os Pensadores).
- _____. **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MACERINSKIENE, Irena; VAIKSNORAITE, Birute. **The role of higher education to economic development**. Viniulus Universitetu Leidykla. Lituania, 2006. Disponível em: <http://www.leidykla.vu.lt/fileadmin/Vadyba/11/Irena_Macerinskiene__Birute_Vaiks_noraite.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão; do golpe de 1964 aos anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- PORTO, Jadson L. R. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas**. Macapá: Jadson Porto, 2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SATO, Paula. O que é o Talibã? **Revista Escola**. [20--]. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/taliba-470320.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2015.
- UNESCO. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. A New Dynamic: Private Higher Education*. Paris: 2009.
- UNITED STATES OF AMERICA. **United States Census Bureau**. Última atualização em 2 dez. 2015. Disponível em: <<http://quickfacts.census.gov/qfd/states/00000.html>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

referências

Estruturas oligárquicas e aspirações democráticas

no complexo mundo das universidades brasileiras

Rodrigo Medina Zagni

Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: rodrigo.medina.unifesp@gmail.com

Resumo: O artigo trata de características conflituosas que caracterizam as universidades brasileiras – suas aspirações democráticas e suas estruturas oligárquicas, culminando na vigência de práticas autoritárias que se valem, no mais das vezes, de alegorias progressistas a fim de distensionar as contradições decorrentes de sua permanência, bem como de dar cumprimento, no compasso das burocracias, aos estatutos vigentes, apresentando-se elementos de democracia formal que inexistem no mundo das práticas.

Palavras-chave: Democracia. Autoritarismo. Mandonismo. Paridade. Estruturas Oligárquicas.

“Nossas democracias estão amputadas e sequestradas...”

José Saramago

Dou início a essa reflexão recordando a advertência feita pelo escritor José Saramago de que a democracia estaria sendo concebida, pelas sociedades contemporâneas, tal qual uma “Santa d’Altar”, ou seja, não se tem preocupação alguma em defini-la, senão em cultuá-la: trata-se de uma referência e não mais do que isso. Não se duvida de sua existência nem de seus milagrosos poderes, mesmo porque a dúvida, em termos religiosos, é inimiga da fé; e tampouco se critica a Santa, que é só virtudes.

O moderno conceito de democracia, idealizado no decurso dos séculos XVII e XVIII e plasmado pelas revoluções europeias de 1848, principiadas nas mais importantes universidades francesas e propagadas em seguida por toda a Europa, convertido de um conjunto de aspirações e proposituras em dogma, dera lugar a uma espécie de catatonia irreflexiva incapaz de pensar sua perene e inevitável inconclusão nas sociedades de classe.

A igualdade jurídica, pedra angular deste concei-



to, frente às desigualdades econômicas, segue restringindo-se aos códigos sem que exista concretamente no mundo das práticas sociais onde as diferenças são explicadas pela ideologia do “mérito”, cosmovisão que inscreve as forças sociais dominantes e que, em termos primários, toma os fenômenos da pobreza e da miséria como meras escolhas morais.

E se o exercício da cidadania é o exercício da política, tendo a política como objetivo – desde sua matriz aristotélica – a promoção do interesse público, sua consecução é que permite a existência de direitos e, seu pleno gozo, de cidadania; quando restringida a poucos e negada a muitos – âmbito de relações clientelares cerradas aos interesses públicos –, inexistem direitos, tomando-lhe o lugar os privilégios de que se valem os segmentos de sociedade mais abastados na divisão do trabalho social. Resulta que numa sociedade de privilégios, e não de direitos, não há cidadania, tampouco cidadãos.

Considero este percurso introdutório necessário,

uma vez que a tarefa é a de pensar a democratização da universidade em uma sociedade de privilégios, clientelismos, favoritismos e onde o empreendimento neoliberal vem recobrando força e vigor no processo de desmonte de direitos, radicalizando o assédio de interesses privados sobre os fundos públicos, historicamente sob disputa.

Se “a universidade é uma instituição social que exprime e reflete, de modo historicamente determinado, a sociedade em que está inserida” (DUARTE; RAMPINELLI, 2005, p. 30), nessa tessitura trata-se, a democratização da universidade, não de uma impossibilidade, mas de um processo complexo e lento em função de sua existência em sistemas sociais oligárquicos e onde vigoram estruturas autoritárias de poder. Trata-se do “caráter não igualitário da comunidade universitária”, já identificado por Darcy Ribeiro (1978, p. 231).

Por sua vez, o autoritarismo instalado em suas estruturas mais elementares tende a converter o conhe-

cimento em instrumento de sua permanência, despolitizando seus ambientes por meio da degeneração de suas funções políticas, a saber: do seu comprometimento com interesses coletivos e não particulares.

Nesses termos, a herança histórica proveniente de seu período formativo, entre os séculos XII e XIII no ambiente tardio-medieval centro-europeu, ou seja, o legado de feudais e verticalizadas relações entre mestres e discípulos; passando pela cisão entre vocações políticas antagônicas no séc. XIX: como corte ou república; se soma no Brasil às heranças do escravismo colonial, aos particularismos, clientelismos e favoritismos na produção da perene indistinção entre público e privado – marcando o domínio do público pelo privado –, conformando uma universidade pouco inclinada às mudanças e tendendo a reafirmar o autoritarismo e a obediência, o mandonismo, o patrimonialismo senhorial e as contradições sociais que, diluídas no cotidiano, passam a ser lidas como signos indistintos da normalidade.

Para Marilena Chauí (2001, p. 120), a universidade, expressão da *“realidade social das divisões, das*

O processo de redemocratização dessas sociedades deveria passar também pela democratização de suas universidades, onde as bandeiras da participação do alunado e de técnicos-administrativos, em iguais condições que docentes em seus processos decisórios internos, pareciam dar a tônica para o que seria uma revolução universitária que, no decorrer dos processos de abertura política nas distintas realidades latino-americanas, jamais se processou.

diferenças e dos conflitos”, não se assume de tal forma; comumente apresenta-se como democrática e atenta à diversidade, por meio de um léxico eivado de liberalismo político e pouquíssimo capaz de transcender o plano discursivo. *“O que é angustiante é a universidade querer sempre esconder isso e deixar que só em momentos específicos – por exemplo, a eleição para reitor e a discussão de um estatuto – tais coisas aflorem”*.

Não que as universidades não estejam sob disputa entre aqueles que demandam e lutam por democracia e as oligarquias nela apoderadas e a quem só interessa uma democracia de caráter retórico. Pelo contrário, tendo sido o laboratório no qual fora criado o mo-

derno ideal democrático, a universidade converteu-se em palco de lutas históricas no ambiente europeu de 1848 que deflagrou a “Primavera dos Povos”. Já no recém-parido século XX, sediou na Córdoba de 1918 o movimento pela democratização de suas estruturas (por meio da participação dos estudantes nas instâncias da política universitária e da criação de cátedras livres para os docentes), que rapidamente se alastrou por todo o ambiente latino-americano. Pouco mais de meio século depois, a luta por democracia na América Latina fez com que novos choques, contra estruturas oligárquicas e seus manejadores, movessem parte significativa da comunidade acadêmica contra as ditaduras militares de segurança nacional que varreram o subcontinente perseguindo professores, alunos e funcionários (vítimas costumeiras de detenções, torturas, desaparecimentos forçados e execuções) e chegando, em muitas dessas realidades, a intervir política e até mesmo pela via da ocupação armada (com tropas e tanques) em unidades de ensino.

O processo de redemocratização dessas sociedades deveria passar também pela democratização de suas universidades, onde as bandeiras da participação do alunado e de técnicos-administrativos, em iguais condições que docentes em seus processos decisórios internos, pareciam dar a tônica para o que seria uma revolução universitária que, no decorrer dos processos de abertura política nas distintas realidades latino-americanas, jamais se processou. Isso porque, segundo Gilmar Rodrigues, Valdir Alvim e Waldir José Rampinelli (2005, 17), apesar de ter havido mudanças, elas foram pactadas “por cima”: *“Não sem razão, os regimes democráticos encontram-se hoje cada vez mais desacreditados e as eleições universitárias cada vez mais viciadas”*.

Ainda assim, a vida universitária seria tal qual dissera José Carlos Mariátegui: corpo onde habitaria o “espírito novo” e revolucionário que, no entanto, digladiar-se-ia com os fantasmas do atraso encarnados em suas monolíticas estruturas de poder.

Como microcosmo da realidade social, na universidade se apresentam os dilemas e contradições sociais que devem mover o trabalho acadêmico a fim de sua superação, por meio da produção de conhecimentos, reproduzindo-se, no processo, todas as contradições sociais no ambiente universitário. O

mesmo pode-se dizer quanto aos elementos da superestrutura ideológica, provenientes de ódios diversos de classe e que habitam também seus espaços: as justificativas que tendem a naturalizar a exploração e as desigualdades.

Numa sociedade cindida por abissais contradições, forças sociais dominantes tendem a reivindicar, nas hierarquias universitárias, espaços de poder institucional equivalentes àqueles que detêm na sociedade, a exemplo do que moveu o processo de criação das primeiras universidades brasileiras no séc. XIX, servis aos interesses dos filhos das oligarquias brancas e que reivindicavam uma tradição cultural europeia.

Por isso, as liberdades são tão perigosas para aqueles que escalam, como alpinistas acadêmicos, as hierarquias da administração universitária; e, por isso, aqueles que lutam por um novo ordenamento são perseguidos, sobretudo quando defendem novas formas de gestão que impliquem em desapoderar aqueles que não abnegam do mando político que têm sobre seus pares.

Mas se é a universidade incumbida dessa hercúlea tarefa, o atendimento das demandas daqueles que não têm direitos deve ocorrer, primordialmente, na universidade.

Para isso, a própria democracia burguesa, concebida entre os séculos XVII e XVIII a partir da díade “liberdade/igualdade”, não nos serve, dados os seus caracteres abstratos e restritivos; é preciso tornar simétricos os processos decisórios e equânimes os colegiados e comissões, implementar formas intensivas de socialização do conhecimento desde sua construção, de gestão participativa e comunitária dos problemas da universidade, da alocação de seus recursos e da concepção de seus destinos, ou mesmo aquilo que Boaventura de Souza Santos (1994) chamou de “*anarquia organizada, feita de hierarquias suaves e nunca sobrepostas*”.

Em seus processos decisórios, no entanto, sua estrutura atual nega direitos e reafirma privilégios determinando que diretores de unidades universitárias e reitores sejam escolhidos entre professores, conforme determina a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na proporção de 70%; tendo poder reduzido na definição dos rumos da

universidade aqueles que são considerados, segundo o mantra há muito entoado, “transitórios”, incapazes de contemplar o tempo da longa duração por estarem acorrentados aos seus interesses imediatistas. Como se a categoria docente não tivesse também interesses imediatos, como se técnicos e estudantes não existissem permanentemente na universidade e como se de longa duração não fossem os seus interesses enquanto categoria.

A luta pela construção de sistemas paritários deve ser encampada não apenas numa frente interna às universidades, mas articuladamente travada também no plano nacional em razão dos constrangimentos legais que ameaçam sua implementação e funcionamento inscritos no artigo 56, parágrafo único, da LDB e cujo teor é de saída contraditório ao conceber como possibilidade de “gestão democrática” um sistema em que docentes ocupam 70% dos assentos em órgãos colegiados e comissões, valendo a mesma proporção para a escolha de dirigentes; *in verbis*:

Numa sociedade cindida por abissais contradições, forças sociais dominantes tendem a reivindicar, nas hierarquias universitárias, espaços de poder institucional equivalentes àqueles que detêm na sociedade, a exemplo do que moveu o processo de criação das primeiras universidades brasileiras no séc. XIX, servis aos interesses dos filhos das oligarquias brancas e que reivindicavam uma tradição cultural europeia.

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Não se trata apenas de um regramento contraditório em termos, mas contrário ao princípio da autonomia universitária estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, que as-

sim a define: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” O mesmo pode-se dizer do princípio constitucional da isonomia, espinha dorsal do idealizado exercício democrático, flagrantemente vilipendiado pelas estruturas assimétricas assentadas com base na LDB: “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”.

Trata-se, mais amplamente, de uma luta pelo reconhecimento de que funcionários técnico-administrativos e discentes são iguais a professores, em termos de gozo de direitos e na capacidade de vocalização de seus interesses, ainda que na comunidade acadêmica seus papéis sejam distintos.

O critério paritário, ou seja, aquele no qual as eleições e a composição de colegiados superiores e comissões obedecem a proporção de 1/3 para cada categoria, tem sido utilizado, em parte, pelo próprio governo federal, como atesta a Lei nº 11.892, de 2008, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS) e que assim definiu o processo de consulta para reitores:

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Não se pode, contudo, vincular a ideia de democracia universitária pura e simplesmente à configuração dos processos decisórios que definem seus quadros dirigentes, colegiados e comissões. Edward Said (2004, p. 41) já alertara para a necessidade de implementação de práticas democráticas para muito além da realização de eleições.

Some-se a isso o fato de, em 2013, 44% das universidades federais já utilizarem sistemas paritários nas consultas às 3 categorias para eleições de diretores e reitor, à revelia do que reza a LDB; apesar de nos conselhos centrais seguirem composições assimétricas.

Mas é preciso sublinhar que, na contramão das mudanças, cerca de 120 professores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) denunciaram ao Ministério Público Federal, recentemente, ilegais as decisões tomadas pelos conselhos paritários ali implementados, saindo em defesa draconiana do fiel cumprimento da LDB. O precedente revela a necessidade de que se reconheça o imperativo da luta pela revisão dos termos da Lei 9.394, de 1996, especificamente pela revogação do parágrafo único de seu artigo 56 e, mais amplamente, de uma reforma universitária que prime pela efetividade de práticas democráticas.

Tamanho desafio deve ser enfrentado pelas entidades que representam os interesses de todas as categorias que compõem a comunidade universitária: o ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a FASUBRA (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil), o movimento estudantil organizado e setores organizados da sociedade civil, para que decisões paritárias não sigam fragilizadas e sob perene risco de serem judicializadas e reformadas, seguindo a tendência da conversão de questões políticas em problemas legais, silenciando com isso as discussões políticas quando deslocados os problemas da comunidade universitária para os tribunais, impenetráveis ao debate público.

Some-se a isso a falta grave de consenso em meio à categoria docente quanto à paridade, um notável grau de despolitização que fere de morte a comunidade acadêmica e que culmina em fóruns esvaziados para discussão desses temas, bem como o histórico abismo que aparta a universidade brasileira de seu entorno social.

Não se pode, contudo, vincular a ideia de democracia universitária pura e simplesmente à configuração dos processos decisórios que definem seus quadros dirigentes, colegiados e comissões. Edward Said (2004, p. 41) já alertara para a necessidade de implementação de práticas democráticas para muito além da realização de eleições: “Por mais que a pessoa seja a favor das eleições, não se pode fugir da verdade

amarga de que elas não produzem automaticamente democracia ou resultados democráticos”. Apesar de a adoção de um sistema paritário para a realização de processos eleitorais, bem como para a composição e funcionamento de órgãos e instâncias colegiadas na universidade, serem importantes passos em direção à democratização das universidades, não constituem o todo.

Parte do problema passa pelo uso de espaços coletivos para a articulação de interesses pessoais. Não se pode falar em democracia representativa quando representantes de uma categoria, num Conselho Universitário, congregações ou quaisquer colegiados, votam de acordo com sua posição pessoal e sem consultar suas bases, como se seu mandato lhes conferisse o direito de impor sua vontade sobre seus pares. Se a política é o espaço do dizer, deve ser também o lócus do ouvir e, para isso, a “ágora” precisa ser ocupada por muitas vozes, desde reuniões de colegiado de cursos às assembleias gerais.

Isso porque práticas democráticas são construídas em relações sociais, no cotidiano onde o espaço público, como nos recordara Hannah Arendt (2002, p. 7 a 33), é tal qual a “ágora”: o espaço do dizer a política, portanto da política como ato de falar, ou seja, de vocalização de interesses dentre os pares que não apenas ouvem, mas tomam parte da política como “diálogo”. Para que isso ocorra, nem a democracia da “polis” e nem aquela que concebeu o abstrato “homem universal” do iluminismo nos interessam: é preciso uma democracia de alta intensidade para indivíduos concretos, plenos, em condições simétricas e isonômicas para a vocalização de seus interesses; e não se procede tamanha mudança sem que no ambiente universitário sejam implementadas práticas com vistas à superação de muitas das contradições vigentes em sociedade, sabendo-se da tendência inexorável de que elas sejam reproduzidas em seus ambientes. Significa lutar contra a lógica privatista e a implementação de cursos pagos que evidenciam os cortes de classe, raça e gênero em seus ambientes, contra a discriminação racial, contra a xenofobia, o sexismo, o machismo, a homofobia e a transfobia, a intolerância política, geracional e de classe, o assédio moral e tantas outras práticas inclusas na vigente cultura de ódio que marca a ferro o mundo da expro-

priação da própria humanidade daqueles considerados subalternos.

Mais ainda que isso, não se trata apenas de viabilizar meios para uma participação efetiva das três categorias que compõem a universidade, internamente, nos seus processos decisórios e em seu cotidiano; mas de projetá-la para além de seus muros e grades em direção à sociedade que demanda conhecimento crítico e transformador da realidade e que também deve participar de seu cotidiano. Para isso, é necessário cunhar uma nova cultura universitária onde a juventude pobre e excluída, além de outros perfis comumente desprezados pela universidade pública, sejam incorporados ao ambiente universitário. Nessa nova cultura universitária não caberia mais o preconceito daqueles que costumam caracterizar atividades de extensão como de menor importância, sendo seus realizadores classificados como docentes de segunda categoria; a integração do tripé ensino-pesquisa-extensão não pode se limitar às aparências: é preciso fazê-la no mundo da prática!

Parte do problema passa pelo uso de espaços coletivos para a articulação de interesses pessoais. Não se pode falar em democracia representativa quando representantes de uma categoria, num Conselho Universitário, congregações ou quaisquer colegiados, votam de acordo com sua posição pessoal e sem consultar suas bases, como se seu mandato lhes conferisse o direito de impor sua vontade sobre seus pares.

É por isso que quando jovens pobres são expulsos de um dos nossos *campi*, como o que ocorrera em novembro do ano passado no *Campus Baixada Santista* da Universidade Federal de São Paulo (de acordo com registro de ocorrência policial lavrado pelo 4º Distrito Policial de Santos), temos a obrigação moral de denunciar e de cobrar providências, tanto quanto nos solidarizarmos aos alunos que vêm sendo perseguidos por meio de procedimento policial (em trâmite na Polícia Federal), por terem denunciado o ato gravando sua indignação em uma porta, que parece importar mais que os pobres meninos escorraçados da universidade que é também deles.

Enquanto em seus corredores, ambientes estudantis de organização de técnicos-administrativos em luta por direitos e salas onde docentes experimentam saberes transformadores da realidade, habita o “espírito novo” dito por Mariátegui, em suas estruturas mais profundas segue incorporado o espírito autoritário que se vale das desigualdades para sua perpetuação. Parte da luta pela transformação dessas estruturas é a destruição dos estereótipos que identificam práticas democráticas, na administração pública, como ineficazes; ao passo da associação entre eficácia e autoritarismo, do que resulta uma fragilíssima justificativa para as tão comuns gestões autoritárias, insensíveis às demandas daqueles que não têm direitos e enclausuradas em seus gabinetes como se fossem torres de um impenetrável castelo, devidamente fortificado contra as “classes perigosas”.

Quando os destinos da universidade são geridos de forma autoritária, os lugares da “ágora” são cerceados, os que ousam dizer a política são amordaçados e a recusa da política, enfim, implica no fim da própria política, na instituição do favor e de demais elementos que constituem o âmbito privado, impondo-se determinadamente sobre o interesse público. É neste ambiente que a exaltação da técnica e a sa-

Quando os destinos da universidade são geridos de forma autoritária, os lugares da “ágora” são cerceados, os que ousam dizer a política são amordaçados e a recusa da política, enfim, implica no fim da própria política, na instituição do favor e de demais elementos que constituem o âmbito privado, impondo-se determinadamente sobre o interesse público.

tanização do pensamento crítico, acusado de ideológico, opõem academia e política em nome da falácia da “neutralidade”, esta que sustenta os elementos da conservação.

“Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?” Lembro-me do trecho da música de Tom Zé pichado no muro da Reitoria da Universidade de São Paulo, nos idos de 2007, durante uma das mais longevas e politizadas ocupações estudantis de sua história recente, movendo-se contra as truculentas e desastradas políticas do Estado de São Paulo para

a educação superior pública na gestão do então governador José Serra. Nos muros de muitas universidades brasileiras a frase segue fazendo sentido. Isso porque gestões autoritárias educam historicamente pela coerção e quem obedece, tal qual o modelo educacional ovacionado pelos saudosos da ditadura militar, obedece porque tem medo (o que inclui o medo de não se formar, não obter bolsa, não ingressar na pós-graduação, não obter bolsa de novo, não publicar, não concursar-se professor, não obter bolsa mais uma vez, não ascender na carreira docente e, para que tudo isso seja viável, não desagradar àqueles em condição de poder). Atualmente, o medo vem sendo progressivamente manejado por meio de procedimentos policiais, instrumento para persecução da militância estudantil na lógica ampliada da criminalização dos movimentos sociais e de quaisquer segmentos despossuídos em luta por direitos. A educação para o medo, nos recordam Duarte e Rampinelli (2005, p. 40 e 41), forma seres acrílicos, submissos e que se calam, ou seja, que abdicam da palavra, da própria política. Na ausência do pensamento crítico, a universidade não apenas deseduca politicamente seus alunos: ela deixa de formar intelectuais, ocupando-se da produção em série de analistas convictos de sua própria neutralidade, de pilhas e pilhas de *papers* (que dificilmente serão lidos) e páginas e páginas de currículos.

Para a gestão autoritária, o interesse público sequer é percebido e a democracia que lhe serve é uma espécie de “dança cortesã” para a qual são ensaiados os passos e, em forma, apresenta-se tão somente o formalismo vazio que encena a participação coletiva, como rezam seus regimentos. Não raras vezes questões vitais para os cursos e para a comunidade acadêmica acabam decididas, senão por um, por dois ou três membros de uma espécie de “confraria para iniciados”, cujo rito iniciático envolve pactos de fidelidade e conveniência; no entanto, quando publicizadas, assumem a forma (e tão somente a forma) de escolhas coletivas, seguindo os regimentos no compasso das burocracias e sem que escolhas coletivas tenham verdadeiramente existido. Em termos concretos, como nos recordam Duarte e Rampinelli (2005, p. 32): “*democracia diz respeito também à passagem do poder privado e despótico, fundado na vontade pes-*

soal e na arbitrariedade do chefe, para o poder como discussão coletiva e deliberação pública sob o domínio das leis”.

A coletividade deve se apresentar de forma organizada, para muito além da habitual *mise-en-scène*, na defesa e luta pelos direitos de suas três categorias contra qualquer tipo de autoritarismo. Uma universidade democrática, em uma sociedade eivada de contradições, depende de mobilização perene e de capacidade de enfrentamento na luta por direitos, em franco processo de desmonte, dada a recente intensificação das reformas neoliberais e o sempre crescente individualismo associal absoluto.

No que concerne à carreira docente, as condições de trabalho de professores do ensino superior no Brasil vêm sendo sobredeterminadas por um sistema de ensino superior servil aos interesses dos grandes conglomerados econômicos da educação que, convertendo o ensino em negócio na lógica do lucro privado, têm contribuição quase nula para o desenvolvimento científico nacional. Sendo raquítico seu protagonismo na senda da pesquisa, a avassaladora maioria dessas instituições faz agravar ainda mais a precarização do trabalho docente, reduzindo o professor à condição de mero “dador de aulas”, com carga horária inadequada aos padrões de excelência acadêmica e turmas com um número de alunos muitíssimo superior ao ideal, restando-lhe quase nenhum tempo para o desenvolvimento de pesquisas e de práticas extensionistas, para salários sofríveis e relações laboriosas onde o “assédio moral” não é nada incomum. Nesse tipo de ambiente, generalizou-se ainda a prática da demissão de docentes quando estes tenham obtido seu doutoramento, a fim de que as universidades privadas paguem os menores salários possíveis.

A lógica privatista, na confusão reinante entre público e privado, adentra a universidade pública por meio das fundações ditas de apoio à pesquisa, do dirigismo das agências públicas de fomento à pesquisa e os critérios produtivistas que vêm impondo, o carreirismo que solapa o pensamento crítico, cada vez mais raro, a oferta de cursos pagos que ora chega da extensão à pós-graduação (tanto *lato* quanto *stricto sensu*), estes louvados como instrumentos para a superação da crise em que se encontra mergulhada

a universidade pública no Brasil, vitimada nos últimos e dramáticos meses pelo gravíssimo contingenciamento de verbas e o brutal descompasso entre a expansão do ensino superior público e uma dotação orçamentária que não tem crescido no compasso da demanda.

Os interesses privatistas se valem de leis como a 10.973/2004, que versa sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; bem como a 11.079/2004, que institui novas normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada, as “PPP’s”; do sistema PROUNI, que acentua o processo de transferência de fundos públicos para o setor privado da educação superior (que também se vale de uma série de isenções fiscais e anistias); e, mais recentemente, da decisão do Supremo Tribunal Federal, emanada nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923, proposta contra a Lei 9.637/98, e que autoriza contratação, pela Administração Pública, de prestadores de serviços via Organizações Sociais sem concurso público, sem estabilidade funcional e sem regime de dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e extensão.

A universidade pública (vacionada à produção

No que concerne à carreira docente, as condições de trabalho de professores do ensino superior no Brasil vêm sendo sobredeterminadas por um sistema de ensino superior servil aos interesses dos grandes conglomerados econômicos da educação que, convertendo o ensino em negócio na lógica do lucro privado, têm contribuição quase nula para o desenvolvimento científico nacional.

de conhecimento e onde estão alocados, ainda, os meios para a consecução da pesquisa científica no Brasil) estaria, com isso, em consonância com o mercado e com os interesses da iniciativa privada, esta que, por sua vez e tanto na esfera produtiva quanto educacional, pouco ou nada investe em pesquisa.

Trata-se da já conhecida disputa pelos cofres públicos, frente à qual as esferas da alta política assumem claramente a função de privilegiar grupos privados por meio de estímulos a programas direcionados exclusivamente aos interesses do mercado, o

que afronta o princípio da autonomia universitária tanto quanto subverte os objetivos gerais da educação superior pública, uma vez que, na lógica da apropriação privada da pesquisa sediada nas universidades públicas, o conhecimento não resulta transferido à sociedade que custeia, por meio de impostos, a própria universidade; mas é convertido em mercadoria e vendido a ela. Determinam-se, com isso, os poderes que definem os rumos da universidade: o mercado, interessado em manter cursos com maior apelo comercial e que, com isso, sejam capazes de arrecadar mais dividendos.

Não que a presença de grupos que representam interesses do mercado, na universidade pública, seja nefasta, sobretudo em cursos ligados a área de negócios; a pluralidade de ideias é que deve alimentar o ambiente acadêmico e dar sentido ao próprio conceito de universidade. Formar o alunado para o mundo e, nele, para o mercado de trabalho, passa inexoravelmente pelo desenvolvimento de habilidades técnicas, desde que acompanhadas de conteúdos humanísticos que capacitem o pensamento crítico sobre a função social da técnica em sociedades profundamente desiguais. O mesmo pode-se dizer quanto à necessidade de estabelecimento de parcerias com empresas comprometidas com a inserção profissional dos discentes, sem que com isso tenham que se submeter a condições precarizadas de trabalho. O problema se apresenta quando interesses privados se impõem sobre a missão histórica da instituição; mais ainda quando, em nome desses interesses, determinados grupos se fecham ao pensamento crítico, tentando extirpar de seus ambientes quaisquer dissidências.

Com isso, o vetor do conhecimento acadêmico, passando a ser o vetor dinheiro, é impedimento dos mais graves à democratização do ambiente universitário.

Mas não é apenas o processo de desmonte de direitos históricos dos trabalhadores da educação, a precarização das condições de trabalho e o afã de muitos em transformar unidades de ensino, nas universidades públicas, em balcões de negócio, que preconizam a penetração do ideário neoliberal no universo acadêmico: há ainda seu revestimento no plano ideológico. Para Marilena Chauí (2001, p. 23), este procedimento assume a forma das proposições

pós-modernas, batendo-se contra os próprios fundamentos da modernidade: *“as ideias de racionalidade e universalidade”*, tomados como mitos totalitários exógenos à nossa realidade. É o tempo do individualismo associal e da incapacidade de indivíduos egocentrados perceberem-se como partícipes de grupos que mantêm interesses comuns.

Nas universidades, o individualismo se expressa na tríade elementar do carreirismo: *“minha pesquisa”, “minha bolsa”, “meu currículo”*, que movem as preocupações centrais de parte significativa de professores desinteressados pelas bandeiras de sua própria categoria, avessos ao movimento sindical e desencarnados da universidade, alienados das lutas que vêm sendo travadas em defesa de seu caráter público, gratuito e democrático.

Para Carlos Nelson Coutinho (2004, p. 329), *“... nesse quadro, vem a afirmação de que a luta de classes, a luta mais universal, perdeu o sentido, não existe mais. Com maiores ou menores mediações, o pós-modernismo é a superestrutura ideológica da contrarreforma neoliberal”*.

Diz-se, com isso, que não há luta de classes e que sequer classes sociais existem, tampouco sociedades; em seu lugar há indivíduos e tão somente isso.

Ao dizer que não há contradições, elas jamais deixarão de existir. Não dizer resulta no mesmo! Mas é no silêncio que ecoam tanto o medo quanto a conveniência, reverberando em espaços vazios, despolitizados e que carecem urgentemente serem ocupados. E a tarefa é de fato premente; isso porque esses muitos outros caracteres nos permitem identificar uma tendência geral à reafirmação dos traços autoritários e oligárquicos que constituem o sistema universitário nacional desde os seus fundamentos, enquanto a dureza dessa realidade recebe o revestimento fantasioso da retórica democrática, desde que não haja democracia de fato e que a Santa não seja demovida de seu altar, mesmo na impossibilidade de operar qualquer tipo de milagre. **US**

ALVIM, Valdir; RAMPINELLI, Waldir José; RODRIGUES, Gilmar (org.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Edunesp, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson; “Intelectuais, luta política e hegemonia cultural”; in: MORAES, Denis (org.). **Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DUARTE, Adriano Luiz; RAMPINELLI, Waldir José; “Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie”; in: ALVIM, Valdir; RAMPINELLI, Waldir José; RODRIGUES, Gilmar (org.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAID, Edward; “O papel público de escritores e intelectuais”; in: MORAIS, Denis (Org.). **Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. Porto: Afrontamento, 1994.

referências

Desempenho acadêmico dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco – *campus* Santo Amaro

Maria Bernadete Leal Campos

Professora da Universidade de Pernambuco (UPE)

E-mail: bernacampos@yahoo.com.br

Aline Renata de Farias Fragoso

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Pernambuco (UPE)

E-mail: hayline_07@hotmail.com

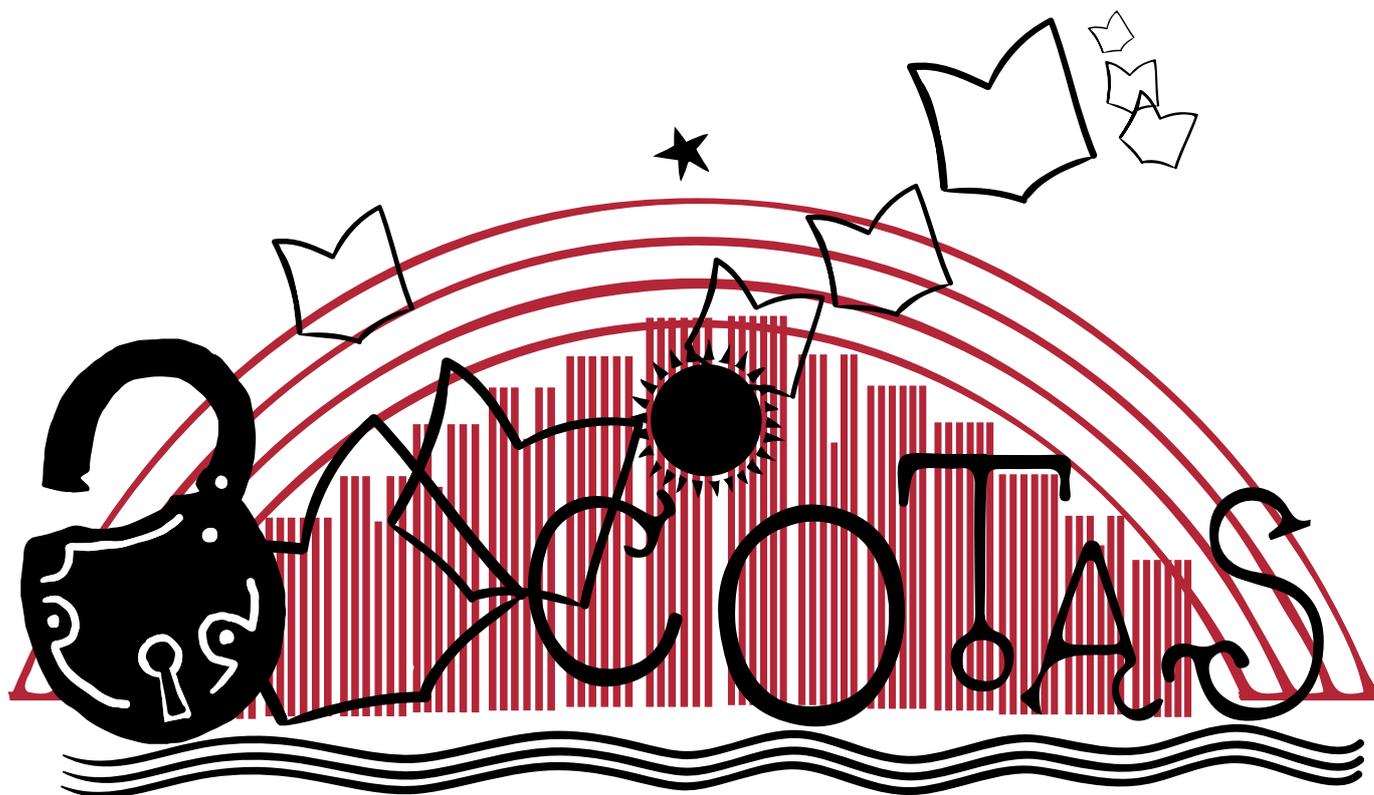
Resumo: A Universidade de Pernambuco - UPE adotou o sistema de cotas no ano de 2005, garantindo 20% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas municipais e estaduais de Pernambuco. O presente estudo tem como objetivo avaliar o desempenho acadêmico dos alunos cotistas do *campus* Santo Amaro. A pesquisa é quantitativa, sendo avaliados, de forma anônima, 452 históricos acadêmicos. Os dados obtidos apontam desempenho acadêmico positivo, tanto para alunos cotistas quanto não cotistas. Contudo, ainda se faz necessário um volume maior de investimentos no sistema de cotas, garantindo a permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Palavras-chave: Políticas Afirmativas. Sistema de Cotas. Desempenho Acadêmico.

Introdução

A Universidade de Pernambuco - UPE, instituição de direito público, possui sete unidades de ensino na Região Metropolitana do Recife e os *campus* Petrolina, Garanhuns (com faculdades em Caruaru, Serra Talhada, Salgueiro e Arcoverde) e Mata Norte (com

faculdades em Nazaré da Mata e Palmares). Contribuir para a transformação da sociedade é prioridade na Universidade de Pernambuco, assim como propiciar a formação de profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho. Para tanto, a adoção de políticas afirmativas como as cotas é um instrumento efetivo, que visa ao acesso à universida-



de das populações historicamente excluídas, como os negros, os indígenas e as pessoas de baixa situação socioeconômica.

[...] Nas sociedades multinacionais e pluriculturais onde o racismo, assumido ou não, é um facto, as discriminações raciais ou étnicas devem ser confrontadas enquanto tal como programas de acção afirmativa (cotas e outras medidas) que devem visar, não só ao acesso, como também ao acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos, onde são por vezes altas as taxas de abandono (SANTOS, 2005, p. 68-69).

Genro (2004) indica que o objetivo fundamental da universidade pública é “abrir espaços para incorporar todos os cidadãos que o queiram, no saber e no conhecimento, cumprindo também a sua função de ser uma instituição republicana de combate às desigualdades”. Formar profissionais para atender às necessidades do mercado de trabalho, assim como formar pessoas que promovam a transformação social, reconhecidamente, é função da universidade.

Através das Resoluções CONSUN nº 10/2004 e nº 006/2007, alteradas pela Resolução CEPE nº 20/2009 e ratificada pela Resolução CONSUN nº 015/2010, ficou determinado que 20% das vagas de todos os cursos de graduação seja reservado aos alunos que tenham cursado integral, exclusiva e regularmente os anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas da rede pública estadual ou municipal localizadas no estado de Pernambuco.

O percentual das vagas reservadas ao sistema de cotas destina-se também a candidatos egressos dos projetos públicos, de inclusão de alunos para conclusão do Ensino Fundamental anos finais (antigas 5ª a 8ª séries - atuais 6º ao 9º ano), Ensino Médio – incluindo o Projeto Travessia e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, exceto supletivo, desde que tenham cursado integral, exclusiva e regularmente todo o Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio em escolas da rede pública estadual ou municipal (MANUAL DO VESTIBULAR UPE, 2015, p. 16-17).

O presente estudo foi realizado em duas fases: inicialmente com os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e posteriormente com os cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas, Enfermagem e Medicina, englobando, assim, todo o complexo universitário do *campus* Santo Amaro na cidade do Recife.

A política de cotas, além de proporcionar o acesso ao conhecimento a pessoas antes impedidas, também pode funcionar como um caminho para a inclusão social. Inclusão aqui entendida como desempenho quantitativo dos cotistas, bem como a sua aceitação no novo grupo social a que passam a pertencer na Universidade (BEZERRA; GURGEL, 2011, p. 3).

As políticas de ações afirmativas geralmente são questionadas por serem medidas adotadas pelo poder político para disfarçar as contradições na sociedade. Frazão (2007) concorda que os defensores de políticas de ação afirmativa justificam serem as cotas um instrumento para inclusão social inserido em um planejamento de ações integradas, que unam as possibilidades de universalidade e diversidade, a partir do princípio de que a educação é um direito de todos.

As ações afirmativas possibilitam um caminho para problematizar a hierarquia social e garantir o acesso a uma educação superior àqueles que de outra forma não obteriam, diminuindo assim indicadores de uma sociedade excludente e discriminatória no Brasil. Tais ações não se constituem como solução definitiva do problema, mas é um passo fundamental para a diminuição das desigualdades sociais.

As ações afirmativas possibilitam um caminho para problematizar a hierarquia social e garantir o acesso a uma educação superior àqueles que de outra forma não obteriam, diminuindo assim indicadores de uma sociedade excludente e discriminatória no Brasil.

As ações afirmativas não apenas desnudam o projeto educacional universalizante burguês, que exclui os condicionantes de classe e raça, como também oferecem possibilidades para o enfraquecimento das estruturas pautadas nesses condicionantes, que sustentam uma sociedade excludente, exploradora e discriminatória no Brasil (SANTOS, 2010, p. 26-27).

Com base nos estudos de políticas afirmativas, no caso das cotas, este estudo tem como objetivo identificar o desempenho acadêmico dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco, no que se refere, especificamente, ao *campus* Santo Amaro, abrangendo os cursos de Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Ciências Biológicas, Enfermagem e Medicina.

As ações afirmativas, também denominadas Políticas Compensatórias de Discriminação, direcionam-se ao favorecimento das minorias socialmente inferiorizadas e excluídas da equidade no acesso às oportunidades. Pode ser tanto de ordem pública quanto privada, de caráter compulsório, para combater a discriminação racial, de gênero, de classe social, de credo e de origem nacional. Assim, para abordar o sistema de cotas é necessário fazer referência às políticas de ação afirmativa as quais visam à igualdade dos desiguais.

O liberalismo clássico afirmava que a igualdade de oportunidade é possível mediante a igual atribuição dos direitos fundamentais 'à vida, à liberdade e à propriedade'. Abolidos os privilégios e estabelecida a igualdade de direitos, não haverá tropeços no caminho de ninguém para a busca da felicidade, isto é, para que cada um, com sua habilidade, alcance a posição apropriada à sua máxima capacidade (BELLONI, 2003, p. 456).

A presente pesquisa é de suma importância para a temática das cotas socioeconômicas na universidade, posto que são escassos os estudos nesta área, embora haja vasta produção referente às cotas raciais.

A problemática central da investigação permite uma análise sobre o real desempenho acadêmico dos universitários beneficiados através do sistema de cotas e possibilita uma leitura crítica-reflexiva sobre a situação dos estudantes cotistas, inclusive na viabilidade de melhorias da capacidade funcional do sistema de cotas implantado na Universidade de Pernambuco. O interesse em abordar a questão deve-se não apenas ao fato de ser um tema que divide opiniões e suscita dúvida quanto ao rendimento desses alunos, mas também para contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de cotas na UPE.

Método

Para analisar o desempenho acadêmico dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco – *campus* Santo Amaro, realizamos uma pesquisa de caráter descritivo, comparativa de natureza quantitativa, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética/UPE através do protocolo de número 261/11.

Os dados foram obtidos por meio do sistema SIG@ UPE, disponibilizados pelas escolaridades da Escola Superior de Educação Física – ESEF, Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças – FENSG, Faculdade de Ciências Médicas – FCM e do Instituto de Ciências Biológicas – ICB.

Foram analisados os históricos de 452 alunos, de forma anônima, conforme evidencia tabela a seguir.

Tabela 1 - Detalhamento da amostra pesquisada

Curso	Cotista	Não Cotista	Total
Bacharelado em Educação Física	37	74	111
Licenciatura em Educação Física	21	42	63
Bacharelado em Ciências Biológicas	32	32	64
Enfermagem	48	48	96
Medicina	59	59	118
Total	197	255	452

Fonte: Presente estudo.

Por se tratar de duas pesquisas (o estudo realizado nos cursos de Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física), selecionamos o dobro da amostra de alunos para compor o grupo dos não cotistas; e, para os demais cursos, em iguais quantidades. Os históricos dos alunos não cotistas foram selecionados aleatoriamente e a amostra formada por discentes matriculados no período 2012.2 para todos os cursos.

Como critérios de inclusão nos cursos de Educação Física, foram eleitos os alunos que estivessem cursando 2º, 3º, 6º e 7º períodos no curso de Licenciatura e 2º, 3º, 7º e 8º períodos para os alunos do curso de Bacharelado, o que compreende as fases iniciais e finais dos mesmos. Para os cursos de Enfermagem, Medicina e Bacharelado em Ciências Biológicas, constituiu-se 2º e 3º períodos como fase inicial para todos os cursos e 11º e 12º períodos do curso de Medicina, 8º e 9º pe-

ríodos do curso de Enfermagem e 7º e 8º períodos do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas como fase final dos respectivos cursos. A diferenciação dos períodos elencados para as fases finais dos cursos se deu pelo fato de apresentarem cargas horárias distintas. O critério de exclusão aplica-se aos alunos não matriculados nesses períodos.

As variáveis analisadas foram: *sujeito* (o que corresponde ao histórico do aluno e não ao seu nome, já que estes foram analisados anonimamente), *sexo*, *idade*, *curso*, *período* (conforme explicitado anteriormente), *cotista* (caso o aluno tenha sido oriundo de escola da rede pública estadual ou municipal), *trancamento* (caso tenha trancado a matrícula em algum período do curso), *reprovação* (por nota inferior à média ou por falta), *reprovação por média* (quando a reprovação foi por nota abaixo da média), *reprovação recuperada* (caso o aluno tenha cursado novamente a disciplina e, dessa vez, na situação de aprovado) e *coeficiente de rendimento* (refere-se à média resultante do rendimento acadêmico do aluno durante todos os períodos cursados, disponibilizado no sistema SIGA).

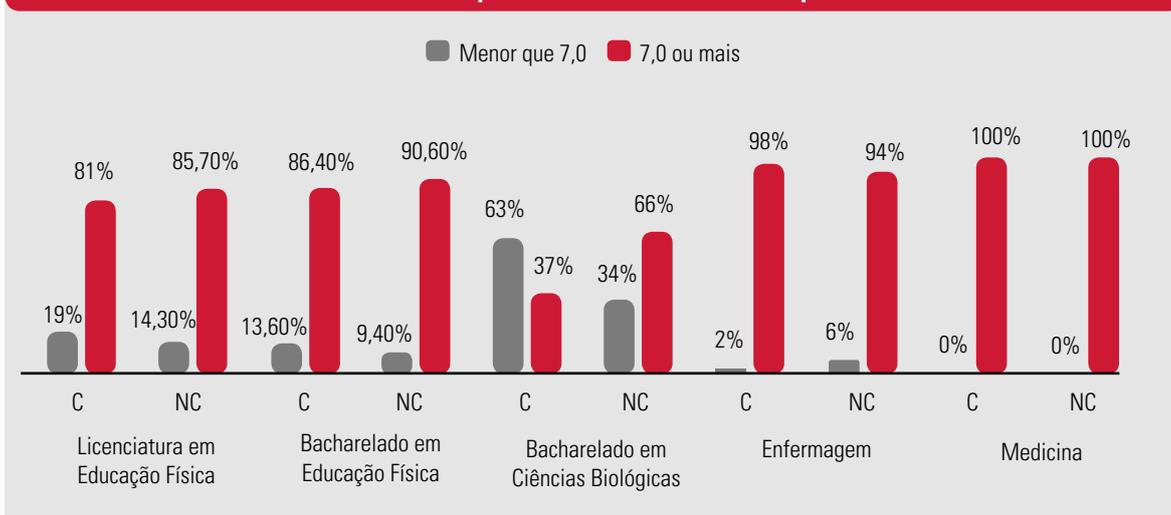
Para a análise da variável coeficiente de rendimento criamos dois grupos: *grupo I* (com notas abaixo de 7,0) e *grupo II* (com notas iguais ou maiores de 7,0).

Por fim, os dados foram tabulados no programa Microsoft Office Excel 2007 e processados no programa estatístico SPSS versão 16.0. A normalidade dos dados foi verificada por meio do Teste de Kolmogorov-Smirnov e em seguida foi realizado o Teste “t” de Student para amostras independentes. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

Resultados e discussões

Os dados obtidos através da amostra pesquisada indicam que a maioria dos alunos cotistas apresentam coeficiente de rendimento com média a partir de 7,0, pertencendo, assim, ao grupo II, com exceção do curso de Ciências Biológicas, onde os alunos cotistas apresentam maior percentual com média inferior a 7,0, o que significa um rendimento abaixo da média estabelecida. Quanto aos alunos não cotistas, dos cursos analisados, todos se inserem no grupo II, conforme evidencia o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Desempenho acadêmico dos alunos por curso



Fonte: Presente estudo.

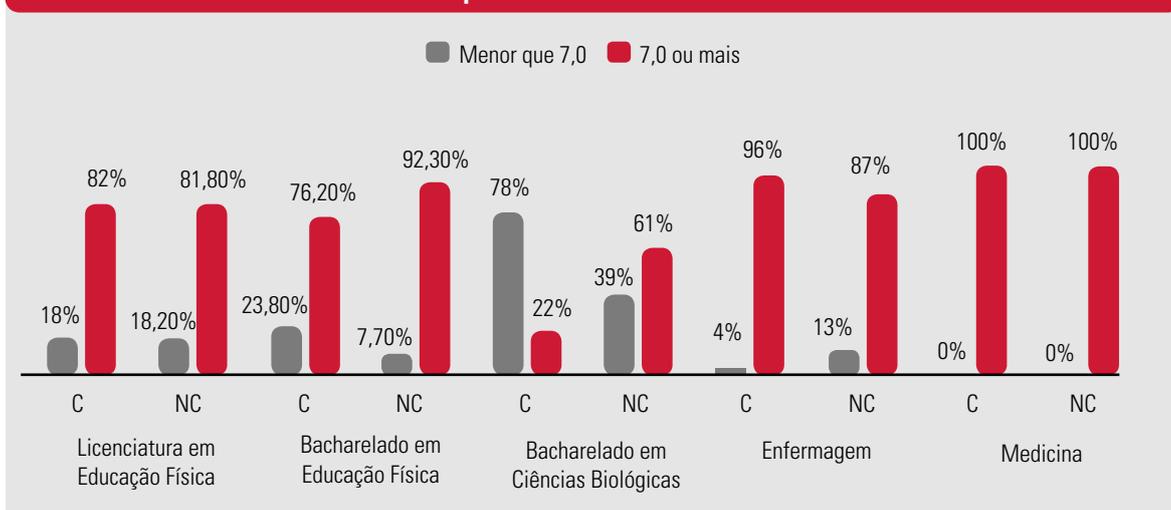
Chamamos atenção para o desempenho acadêmico dos alunos do curso de Medicina, onde 100% deles, cotistas e não cotistas, apresentam médias acima de 7,0. Cardoso (2008) afirma em seu estudo que “o rendimento acadêmico dos cotistas é em geral igual ao rendimento dos não cotistas, ora maior, ora menor, mas sem uma tendência clara” (p. 95); acrescenta ainda: “podemos supor que os alunos cotistas valorizem mais a entrada na universidade por conta das dificuldades enfrentadas na seleção de ingresso” (p. 99).

Fazendo uma análise do desempenho dos estudantes, nos semestres iniciais, conforme Gráfico 2, evidenciamos que os alunos cotistas se inserem no grupo que apresenta desempenho com média 7,0 ou acima, com exceção do curso de Bacharelado em Ci-

ências Biológicas, onde há um elevado percentual com média inferior a 7,0. Destacamos que os não cotistas, em todos os cursos, obtiveram um rendimento com média 7,0 ou mais na fase inicial dos referidos cursos.

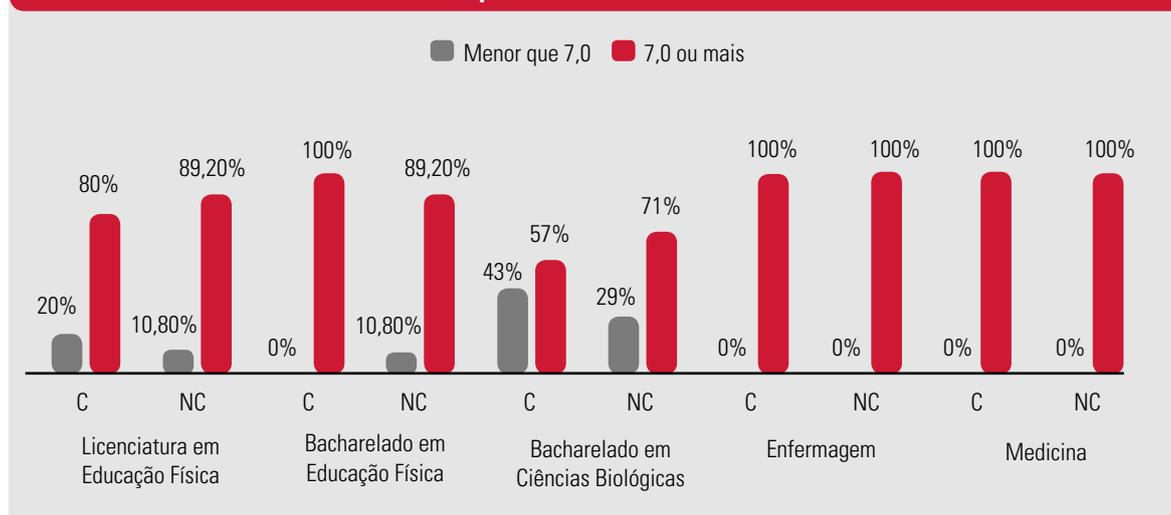
Para os semestres finais de cada curso investigado na pesquisa, de acordo com os respectivos critérios elencados anteriormente na metodologia, percebemos que tanto os alunos cotistas quanto os não cotistas apresentam rendimento positivo, no que se relaciona às médias obtidas, destacando o rendimento dos alunos cotistas do curso de Ciências Biológicas que elevam a média na fase final do curso (Gráfico 3), se inserindo no grupo II, com média 7,0 ou mais.

Gráfico 2 - Desempenho acadêmico na fase inicial do curso



Fonte: Presente estudo.

Gráfico 3 - Desempenho acadêmico na fase final do curso



Fonte: Presente estudo.

Ressaltamos que 100% dos cotistas dos cursos de Bacharelado em Educação Física, Enfermagem e Medicina possuem um coeficiente de rendimento acima da média 7,0 na fase final de seus cursos, o que demonstra um aproveitamento acadêmico positivo. As diferenças no rendimento acadêmico reforçam a concepção de que a formação acadêmica é um processo contínuo e que a graduação precisa ter todo apoio necessário, do início até o fim do curso, na perspectiva de formar pessoas e profissionais de qualidade humana e técnica para atuarem na sociedade.

No que se refere ao desempenho acadêmico por sexo, evidenciamos que, entre os cursos analisados, o melhor desempenho para o sexo masculino está

representado pelos alunos cotistas e, para o sexo feminino, pelas não cotistas.

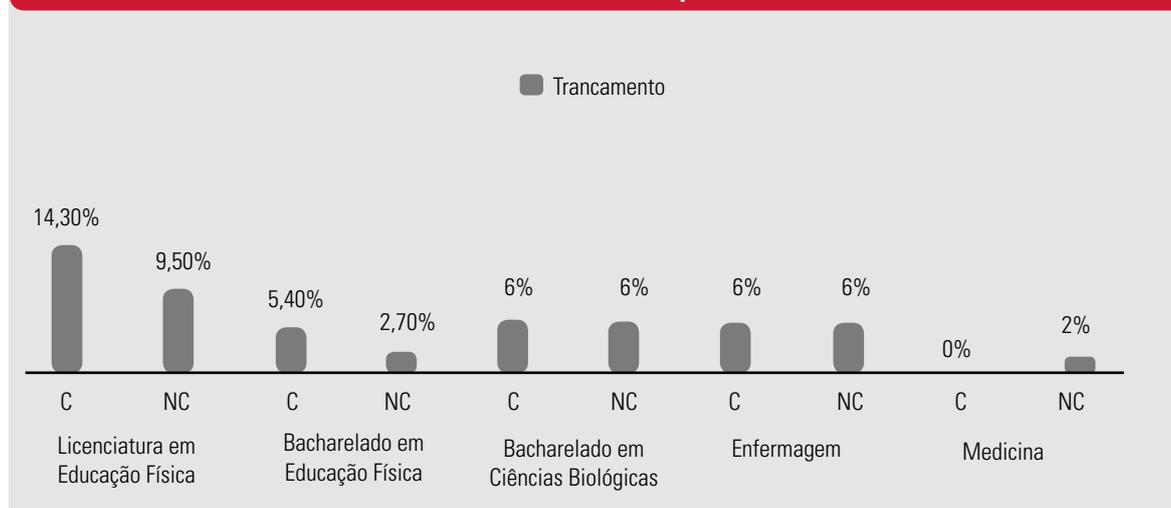
Destacamos na tabela abaixo um elevado número de discentes do sexo feminino nos cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem e Medicina, demonstrando a evolução quantitativa no grau de escolaridade das mulheres.

Tabela 2 - Quantidade de discentes por sexo

	ICB	FENSG	FCM	Valor Relativo	Valor %
Masculino	15	16	48	79	28,42%
Feminino	49	80	70	199	71,58%

Fonte: Presente estudo.

Gráfico 4 - Trancamento por curso



Fonte: Presente estudo.

Um resultado importante na pesquisa está relacionado com a variável trancamento. Observamos que os alunos cotistas e não cotistas do curso de Licenciatura em Educação Física foram os que mais realizaram trancamento de curso, como evidencia o gráfico anterior.

Zibordi (2009) esclarece que, de fato, há um elevado índice de trancamento entre os cotistas e que o programa de cotas introduz ações que favorecem a igualdade de oportunidades educacionais no acesso à universidade, devendo estar associado a uma política de apoio financeiro e acompanhamento acadêmico que possibilitem a permanência do estudante até a conclusão do curso. Da mesma forma, Campos (2008) admite que a política de cotas introduza ações favoráveis à igualdade de oportunidades educacionais no acesso à universidade, porém precisa estar associada a um programa de apoio financeiro e acompanhamento acadêmico, para que, efetivamente, o estudante permaneça até o término do curso.

Santos (2005) afirma que o índice de trancamento de curso zero seja o ideal para que não haja interrupção no conhecimento aprendido na universidade, o que nesta pesquisa foi constatado no curso de Medicina, onde nenhum aluno cotista o fez.

A necessidade do trancamento de matrícula por parte dos alunos é um fator que deve ser investigado para a identificação dos motivos, uma vez que essa atitude altera o tempo para sua formatura, assim como a ocupação de vaga pública e atraso para a entrada do profissional no mercado de trabalho.

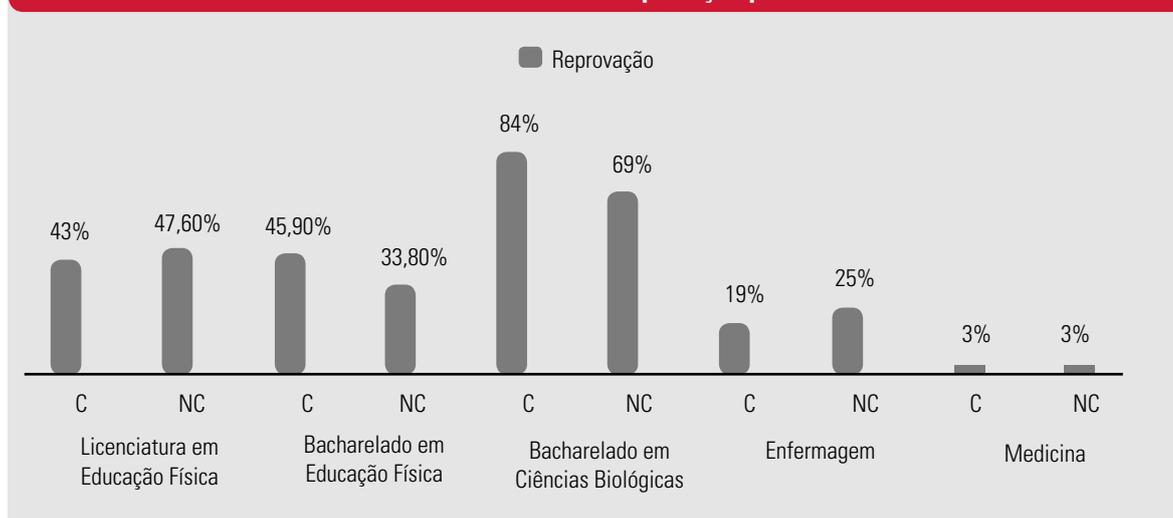
Além das questões financeiras apontadas por Campos (2008), as taxas de evasão dos alunos podem vir a ser explicadas pela falta de afinidade com o curso, pela escolha errada da carreira ou pelo desencanto com a universidade, como afirma Cardoso (2008). Portanto, configura-se como uma variável a ser investigada em estudos posteriores.

Prosseguindo com o estudo, observamos que a variável reprovação, entre os alunos cotistas dos cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas e Bacharelado em Educação Física, apresenta os maiores percentuais, representando, respectivamente, 84% e 45,9%. Já entre os alunos não cotistas, o maior índice de reprovação ocorre no curso de Licenciatura em Educação Física (47,6%) e novamente no curso de Ciências Biológicas (69%), como se observa no Gráfico 5.

Entretanto, no desempenho acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Educação Física, onde, apesar da reprovação ser maior entre universitários não cotistas (47,6%), esse fato não influencia no rendimento acadêmico dos mesmos, uma vez que possuem melhor desempenho acadêmico (85,7%) no referido curso, conforme apresentado no Gráfico 1. Todavia, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, cujo índice de reprovação foi maior tanto para alunos cotistas quanto para não cotistas, há um dado preocupante, uma vez que o desempenho acadêmico desses alunos também requer certa atenção, pois apresentam um elevado percentual, com médias inferiores a 7,0.

Um ponto positivo na variável reprovação se ca-

Gráfico 5 - Percentual de reprovação por curso



Fonte: Presente estudo.

racteriza pelos alunos cotistas e não cotistas do curso de Medicina possuírem um baixo percentual em reprovações, representado por apenas 3% cada.

Conclusão

O estudo realizado evidencia a necessidade de ampliar e qualificar a política de cotas na Universidade de Pernambuco, visando à permanência dos alunos cotistas, uma vez que disponibilizar 20% das vagas do vestibular não garante a presença desses estudantes até a conclusão de seus respectivos cursos.

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. [...] É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade (CHAUÍ, 2003, p. 11-12).

O sistema de cotas é uma eficiente proposta para o ingresso de minorias nas universidades, proporcionando o acesso de jovens ao ensino superior, que, por muitas vezes, vem a ser o único membro da família a estar numa universidade. Entretanto, tão importante quanto o acesso é poder permanecer até o final do curso, quando, a partir de então esse aluno obterá um diploma de curso superior e poderá ingressar no mercado de trabalho com qualificação profissional.

Segundo Cordeiro (2010), “o mérito real e que deve ser medido está no percurso do acadêmico, espaço e tempo usado para apreensão e produção de conhecimentos científicos sistematizados, bem como o uso dos saberes acumulados nos níveis de ensino anteriores à universidade” (p. 102). O sistema de cotas é, portanto, de extrema significância para a formação do profissional, como trabalhador e como ser ativo social; qualifica os estudantes e futuros graduados, na perspectiva de serem atuantes profissionais para o estado e para além das fronteiras estaduais.

No que se refere à atuação desses alunos na universidade, foi evidenciado na pesquisa um desempe-

nho acadêmico positivo, tanto para cotistas quanto para não cotistas. Entretanto, houve diferenças, mesmo que pequenas, nos referidos desempenhos, tendo como inferior o rendimento acadêmico dos alunos cotistas, principalmente para o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas.

Tal distanciamento no rendimento dos alunos do Bacharelado em Ciências Biológicas, quando comparados com os demais cursos de graduação, não só chamou a atenção, como ao mesmo tempo abre espaços para novos debates e questionamentos, no que se refere: às razões pelas quais os alunos cotistas de Bacharelado em Ciências Biológicas precisam de uma atenção especial na aprendizagem dos conteúdos; a possíveis deficiências na educação antes do ingresso na universidade; à situação socioeconômica desses alunos e, sobretudo, na necessidade de mais investimentos no sistema de cotas da UPE. Essas são questões que geram a necessidade de novas pesquisas sobre esta temática, além de implicar na necessidade de aprimoramentos na política de cotas da Universidade de Pernambuco e na qualificação do ensino para os cotistas e não cotistas.

O sistema de cotas é uma eficiente proposta para o ingresso de minorias nas universidades, proporcionando o acesso de jovens ao ensino superior, que, por muitas vezes, vem a ser o único membro da família a estar numa universidade. Entretanto, tão importante quanto o acesso é poder permanecer até o final do curso, quando, a partir de então esse aluno obterá um diploma de curso superior e poderá ingressar no mercado de trabalho com qualificação profissional.

O fato de alguns alunos terem realizado trancamento de matrícula, principalmente no curso de Licenciatura em Educação Física, demonstra a necessidade de uma política de ação que vise combater as desigualdades, de modo que a universidade consiga manter os alunos em seus cursos, atingindo a meta de trancamento zero.

Cardoso (2008) aponta que o índice de evasão universitária dá-se nos períodos iniciais do curso. Tal fator pode ocorrer devido às despesas apresentadas por esses alunos, o que envolve gastos com passa-

gens, alimentação, material didático e vestimentas, entre outros. É necessário que haja um apoio financeiro para custear a formação dos alunos na universidade, garantindo sua permanência até a conclusão de seus cursos, bem como um acompanhamento quanto ao desempenho dos mesmos, de modo a identificar os aspectos positivos e negativos do sistema de cotas.

Desta forma, fica evidente, portanto, a necessidade de uma avaliação do sistema de cotas, a fim de que aprimoramentos funcionais sejam postos em prática, possibilitando melhores condições de permanência aos estudantes cotistas na universidade. Fica aqui o indicativo de que novos apoios estruturais precisam ser implantados, uma vez que é imprescindível que as falhas sejam corrigidas e que a Universidade de Pernambuco continue sendo referência na formação de excelentes profissionais. **US**

- BELLONI, Laura. Política de ação afirmativa para a democracia e a igualdade. In: MORHY, Lauro (org.). **Universidade em questão**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2003.
- BEZERRA, Teresa O.C.; GURGEL, Claudio. A Política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. Agosto 2011. Disponível em: <<http://www.sbijournal.uff.br/index.php/sbijournal/article/view/15/10>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- CAMPOS, Ma. Bernadete L., *et al.* Um estudo sobre a realidade acadêmica, cultural e socioeconômica dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco. **Universidade e Sociedade**, Ano XVIII, nº 42, junho, 2008.
- CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Outubro 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- CORDEIRO, Ma. José de Jesus A. Ações afirmativas: políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior. **Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais**. Nº 33, outubro de 2010 - p. 97-115.
- FRAZÃO, Thereza Jardim. **Sistema de cotas e discurso da imprensa: o que é publicado e a reação da opinião pública**. Recife: FCAP Books, 2007.
- GENRO, Tarso. Cotas, República e populismo. **Boletim UFMG**, 15 jul. 2004. In: AZEREDO, Sandra. Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença: pensando a política de cotas na universidade. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a17v13n3.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.
- MANUAL DO VESTIBULAR UPE 2015. Instruções Gerais de Inscrição. Disponível em: <[http://processodeingresso.upe.pe.gov.br/arquivos/vestibular/MANUAL_DO_VESTIBULAR_2015%20\(1\).pdf](http://processodeingresso.upe.pe.gov.br/arquivos/vestibular/MANUAL_DO_VESTIBULAR_2015%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Rosenverck Estrela. Ações afirmativas em perspectiva marxista. **Universidade e Sociedade**, DF, Ano XX, nº 46, junho, 2010.
- ZIBORDI, Marcos. Panorama das cotas no Brasil. In: **Fonabrace**, 10 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ufba.br/fonabrace/>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

referências

As contribuições e os entraves das organizações políticas no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social

João Paulo da Silva Valdo

Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: jp.valdo@hotmail.com

Rafael Vieira Teixeira

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: rafaelufes@yahoo.com.br

Sócrates Pereira Silva

Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: ps.socrates@hotmail.com

Resumo: O presente artigo é parte dos resultados obtidos no trabalho de conclusão de curso intitulado Movimento Estudantil de Serviço Social e as Organizações Políticas: contribuições e entraves, onde analisamos as contribuições e os entraves da participação das organizações políticas no interior do movimento no período de 2003-2009. A partir das nossas investigações, podemos perceber que a formação política, direcionamento da entidade e o impulso de debates são as principais contribuições e as práticas de aparelhamento são os entraves mais relevantes. Observamos, ainda, que a disputa das organizações políticas no interior do MESS é, via de regra, por sua direção.

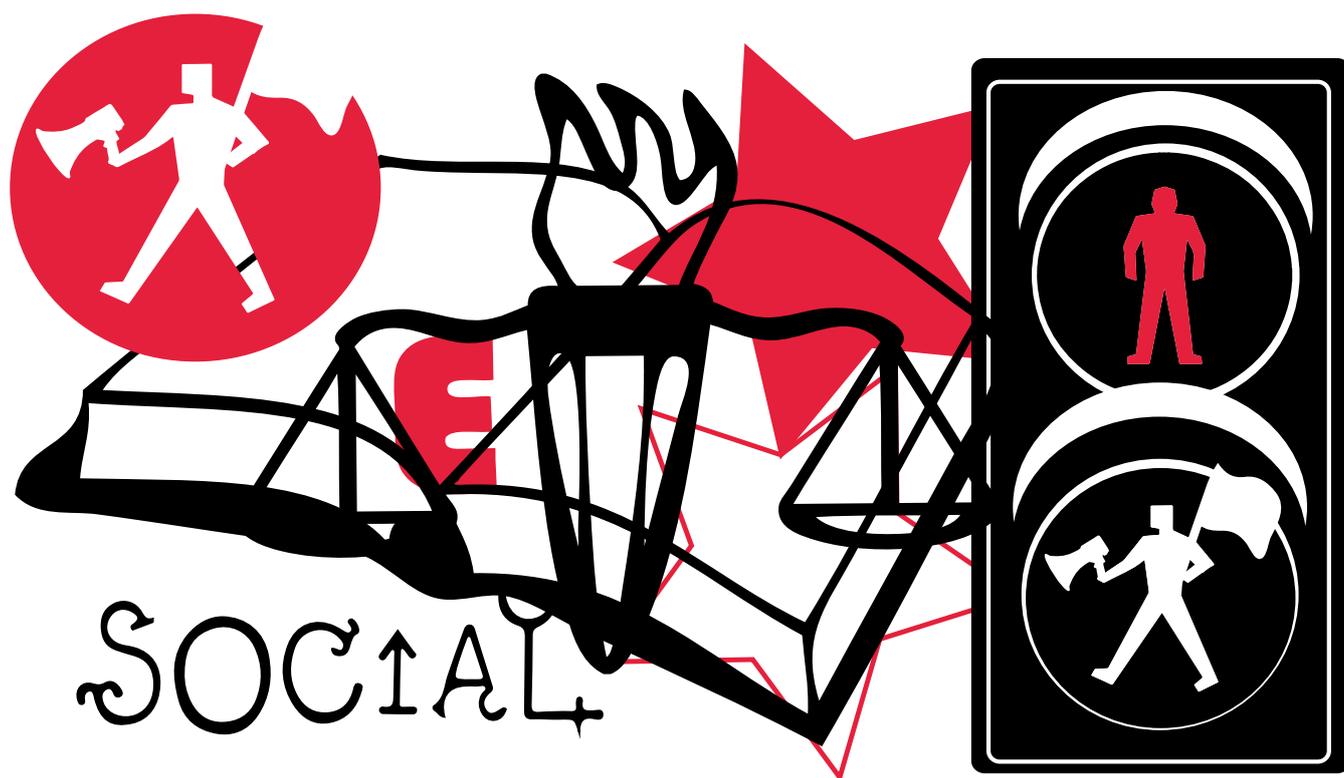
Palavras-chave: Movimento Estudantil de Serviço Social. Organização Política.

Introdução

O processo histórico de construção do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e de sua entidade representativa, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), contou com a intervenção de diversas organizações políticas. A proposta desse ensaio é debater as contribuições e entraves dessas organizações políticas no período de 2003-2009. A escolha desse período justifica-se

por ser o momento de maior número de forças políticas organizadas na construção da ENESSO. Tais agrupamentos políticos, embora com influências de partidos de esquerda, nominalmente apresentam-se somente no MESS, a saber: *A Saída é Pela Esquerda (SPE)*; *Viver na Luta (VNL)*; *Caras e Corações Novos (CCN)*; e *Projeto Democrático Popular (PDP)*.

De acordo com Ramos (1996), Vasconcelos (2003), Schultz; Taquetti; Mattos (2006), Cavalcante (2009) e Silva (2011), das organizações políticas que



estiveram presentes na ENESSO, todas tinham relação e influência político partidária. Essa influência se dá pelo fato das/os militantes do MESS visualizarem o partido como espaço para se organizarem e ampliar sua capacidade de intervenção no movimento a partir de uma formulação coletiva e prévia. Essa antecipação da formulação política também acontece nas organizações no interior da executiva, como, por exemplo, as teses que são apresentadas nos encontros estudantis.

É importante dizer que a organização política “armazena as diretrizes que devem ser interpretadas e transmitidas; contudo, é preciso conhecer quais são os desejos das massas e interpretar as suas motivações” (BOGO, 2008, p. 181). E os partidos políticos

[...] são, de maneira geral, as organizações políticas que exprimem os interesses comuns mais universais e detêm a capacidade (historicamente determinada e fundamentalmente orientada pela teoria) de dirigir as ações da classe, estratos e grupos sociais no conjunto de toda luta política complexa que envolve um amplo leque de conflitos sociais entre essas classes antagônicas (BRAZ, p. 21, 2011).

E é esse papel de organização das massas de trabalhadoras/es que os partidos políticos de esquerda cumprem, além de apresentarem projetos para disputa da sociedade, projetando outra sociabilidade. Ou seja, o partido representa um instrumento político.

Essa influência partidária também expressa as correlações de forças presentes no Movimento Estudantil Geral e em diversos movimentos sociais. Os partidos políticos se apresentam nesses espaços para disputa de concepção dos movimentos, colocando as suas diretrizes e táticas de intervenção na direção do projeto de sociabilidade que defendem. Além disso, a universidade é um dos espaços onde existe disputa política, sobretudo no que diz respeito ao seu direcionamento e sua funcionalidade perante a sociedade e, certamente, o ME não está fora desse processo.

No interior do MESS, essa relação não se dá de maneira diferenciada. A presença dos partidos políticos foi algo bastante evidente no processo de formação de grupos e permeou, direta ou indiretamente, a leitura conjuntural, os métodos de intervenção e a relação entre as entidades (SCHULTZ; TAQUETTI; MATTOS, 2006, p. 110).

O processo de construção do MESS, a partir dos anos 90, é marcado pelo adensamento das contribuições dos partidos, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que ficou hegemônico na direção da entidade durante muitos anos. O PDP, que, a partir da análise de Ramos (1996) e Vasconcelos (2003), foi a primeira organização a apresentar tese no MESS, esteve na direção da entidade de 1988 a 1998, quando perde a hegemonia para a EQM, que fica na direção até 2003. A partir de então, o VNL assume a direção até 2006. Essas três organizações eram compostas majoritariamente por militantes de tendências internas ao PT.

Em 2007, segundo SILVA (2011), a coordenação nacional foi formada por independentes¹ e um militante da corrente Trabalho, do PT. No ano de 2008 ficamos sem gestão. Por fim, a gestão 2009 tinha militantes filiados ao PSTU.

Neste sentido, como a chegada do PT ao poder (2003) não representou as pautas do conjunto da classe trabalhadora, que tinha oferecido amplo apoio ao partido, tivemos um processo de reorganização da esquerda brasileira. De um lado, o processo de descrença nos partidos e a crise de representatividade, que trouxe rebatimentos para o ME e para o MESS; de outro, o próprio avanço da ofensiva neoliberal que tinha como agenda, entre outras frentes, a pulverização das organizações classistas das/dos trabalhadoras/es.

A contribuição do PT durante duas décadas na ENESSO é representativa do histórico de organização e lutas do partido e sua referência para esquerda brasileira. Particularmente no período que corresponde à segunda metade da década de 1980 até o ano de 2003. A influência do partido era importante em diversos movimentos sociais, fazendo com que o PT fosse, por esses anos, o porta-voz da esquerda brasileira e das demandas da classe trabalhadora.

O PT surgiu como expressão de uma classe que emergia de sua luta direta contra o capital, significativamente de um setor-chave da ordem capitalista ligado diretamente à produção do valor: [...]. O PT serviu de meio de unificação e formação de uma identidade partilhada de

diferentes setores das classes trabalhadoras que nele viram se abrir a possibilidade de assumir com seus objetivos a linguagem, os valores que confortavam esse bloco como classe e o projeto como socialista (IASI, 2012, p. 530).

Entretanto,

Na medida em que as possibilidades de transformação revolucionárias do país foram se demonstrando cada vez mais difíceis, não apenas pela violência e complexidade das mudanças estruturais do capitalismo, como também pela decomposição da classe operária que havia protagonizado os feitos memoráveis do final dos anos 1970, o partido se acomodou [...]. Uma estrutura socioeconômica mais regressiva e violenta e um partido socialmente enfraquecido e derrotado eleitoralmente, mas ainda com grande patrimônio político: este era o quadro das dificuldades do PT para atravessar os anos 1990. Foi com este patrimônio que se estruturou a burocracia do PT; foi este patrimônio que a burocracia do PT destruiu nos acontecimentos recentes – o primeiro governo de Lula da Silva –, em que tornou o PT viável eleitoralmente, ou melhor, o transformou numa máquina eleitoral distante da organização social das massas (MENEGAT, 2008, p. 13).

Neste sentido, como a chegada do PT ao poder (2003) não representou as pautas do conjunto da classe trabalhadora, que tinha oferecido amplo apoio ao partido, tivemos um processo de reorganização da esquerda brasileira. De um lado, o processo de descrença nos partidos e a crise de representatividade, que trouxe rebatimentos para o ME e para o MESS; de outro, o próprio avanço da ofensiva neoliberal que tinha como agenda, entre outras frentes, a pulverização das organizações classistas das/dos trabalhadoras/es.

No ano de 2003, início do primeiro governo de Lula, o agrupamento EQM influenciado pelo PT estava na direção da ENESSO; um ano depois, em 2004, a SPE já surge na Executiva, como oposição à direção. Isso vai se aprofundando ao longo dos anos no MESS com o surgimento de agrupamentos de oposição, embora o PDP influenciado pelo PT ainda permanecesse na disputa.

Essas divergências começam a aparecer principalmente com o processo de reforma universitária con-

duzida pelo PT na educação brasileira, que resultou em amplo debate no MESS, acirrando as disputas pela direção da entidade.

No período da nossa pesquisa, 2003-2009, temos a hegemonia da VNL, força também impulsionada pelo PT, durante 2004 a 2006. Ou seja, desde os primeiros anos do governo do PT e das suas medidas da Reforma Universitária.

No entanto, é preciso ressaltar que temos clareza “[...] que a existência de partidários(as) do PT na direção da ENESSO não significa, necessariamente, de modo mecanizado, a aceitação da contrarreforma do ensino superior implementada pelo governo PT [...]” (CAVALCANTE, 2009, p. 151). Isso fica evidente, por exemplo, nos documentos produzidos pela Executiva. Em relação às organizações, mesmo aquelas influenciadas pelo PT, havia acordo à crítica ao processo de contrarreforma da educação, embora em alguns momentos se evitasse a crítica direta ao partido e ao Governo Lula. Aceitava-se crítica à plataforma política, mas não aos seus autores.

A influência dos partidos também refletia nas relações dentro das forças políticas impulsionadas e na percepção das/dos estudantes sobre sua participação no movimento, sobretudo na relação de autonomia entre as organizações e a entidade. Embora essa relação de autonomia não seja uma relação de correia de transmissão como se ocorresse de forma direta e mecânica. Esse debate é perpassado por entraves e disputas no interior da organização (VALDO; SILVA, 2015).

As organizações políticas e o MESS: contribuições e entraves

As contribuições das referidas organizações políticas foram evidenciadas em nossa análise a partir de três eixos, quais sejam: i) a formação política e de quadros para o MESS; ii) impulsionamento, qualificação e formulação de debates na executiva; e iii) direcionamento político da entidade.

Consideramos a contribuição para formação política e de quadros como importante. Estes elementos, que estão articulados entre si, são fundamentais para o fortalecimento do MESS e das lutas mais gerais da classe trabalhadora. É através da formação política

que construímos nosso acúmulo teórico e prático e, a partir disso, desenvolvemos a capacidade de analisar a realidade numa perspectiva de totalidade, construímos nossas pautas e intervenções do movimento e nos reconhecemos enquanto sujeitas/os capazes de operar essas intervenções para mudança da sociabilidade (GUIMARÃES, 2014). Mas compreendemos que a formação política e de militantes é um desafio para o movimento, principalmente pelo caráter transitório do movimento estudantil. Ou seja, nossas/os militantes têm um certo período na Universidade que impõe limite temporal para sua contribuição na construção do movimento. Existe uma rotatividade das lideranças na militância que pode colaborar para a formação de novas lideranças, por isso a necessidade de um processo permanente de formação política (VALDO; SILVA, 2015).

O papel da formação no processo de construção da consciência política é demonstrado pelo fato da formação significar um momento teórico da prática política que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um novo horizonte para futuras ações do movimento (GUIMARÃES, 2014, p. 72).

Por isso, a formação política contribui para fortalecer a emergência de novos quadros e lideranças, ampliando a capacidade do movimento intervir na realidade. Dialeticamente, nota-se que as/os militantes que compõem organizações político-partidárias desenvolvem uma formação política que vem a qualificar a organização do MESS.

Por isso, a formação política contribui para fortalecer a emergência de novos quadros e lideranças, ampliando a capacidade do movimento intervir na realidade. Dialeticamente, nota-se que as/os militantes que compõem organizações político-partidárias desenvolvem uma formação política que vem a qualificar a organização do MESS. A construção das teses, intervenção nos espaços a partir de debate prévio da organização, a formulação e apresentação de propostas nos fóruns da ENESSO materializam e, ao mesmo tempo, fortalecem a formação política de outras/os estudantes do Serviço Social.

A preocupação com a formação política e militante das/os estudantes de Serviço Social, portanto, está presente nas deliberações dos fóruns da Executiva. O Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) de 2005 demonstra o acima mencionado:

20 - Mobilizar os(as) estudantes para conhecer e participar do MESS.

[...]

25 - Por uma articulação ENESSO e escola mobilizando as bases, fomentando as lutas e socializando as informações.

[...]

34 - Realizar cursos de formação em cada eixo debatido no ENESS a fim de qualificar a participação dos estudantes no ENESS. Que o conteúdo seja construído junto com os CAs e DAs (ENESS, 2005).

E no processo de cumprimento das deliberações do ENESS, que fica como tarefa da Coordenação Nacional, a gestão da ENESSO de 2006/2007 direcionada pela organização VNL, através do seu plano de lutas, também demonstra sua preocupação com a formação política dos estudantes.

Realizar cursos de formação política cujo conteúdo seja construído juntamente com CAs e DAs. Construir uma cartilha que subsidie os cursos de formação política (COORDENAÇÃO NACIONAL DA ENESSO 2006/2007).

Neste sentido, embora seja um desafio para o MESS a formação política e de quadros, principalmente pela sua dinamicidade na rápida entrada e saída de estudantes e lideranças no movimento, percebemos a preocupação da militância em construir atividades que possam preencher essa lacuna.

[...] é preciso considerar, também, que as propostas revelam a necessidade de o MESS elaborar e viabilizar, através da ENESSO, dos CAs/DAs e dos seus fóruns, um projeto permanente de formação política dos(as) estudantes, dando sequência ao processo de discussão sobre a formação profissional, juntamente com as demais entidades da categoria dos(as) assistentes sociais [...] (RAMOS, 1996, p. 103).

A direção política da Executiva é outro elemento que se apresenta como contribuição dos partidos po-

líticos e organizações no movimento, principalmente quando se tem a possibilidade de estar na gestão da entidade, que é o momento de exercer a capacidade de direcionar a partir da política construída nos encontros, que em sua maioria se expressam no caderno de deliberações. Certamente, essa possibilidade de compor a direção da entidade é oriunda de articulação a priori das organizações políticas, que começam desde as suas atuações nos respectivos CAs/DAs. No entanto, isso não impede a contribuição das outras organizações na construção desse direcionamento político da ENESSO (VALDO; SILVA, 2015).

No caso do nosso período pesquisado, o VNL esteve na direção da entidade, demonstrando sua capacidade de articulação para se manter como tal. Podemos observar isso nas teses, nas deliberações da entidade e no plano de lutas. Neste caso, a gestão 2006/2007, que foi conduzida pelo agrupamento.

A tese apresentada pelo VNL em 2005 no ENESS apresentava a seguinte pauta sobre o debate de universidade e formação profissional:

Priorize a discussão da Reforma Universitária junto com a formação profissional. Entendemos que isso facilita a mobilização dos estudantes e a compreensão dos males que esse processo de Reforma causou e está causando à nossa formação profissional. Sabendo que isso mobiliza estudantes e a compreensão do que vem a causar a RU caso ela seja aprovada do jeito que vem sendo proposta pelo MEC (VIVER NA LUTA, 2005).

Já as deliberações de nº 8 do eixo de universidade e do eixo de formação profissional, respectivamente, aprovados no mesmo ENESS, encaminhou:

8 - Priorizar a discussão da Reforma Universitária junto com a Formação Profissional, para facilitar a mobilização dos e das estudantes e a compreensão das consequências e causas da reforma universitária. Contra essa reforma de viés neoliberal (ENESS, 2005).

Por fim, o plano da gestão da executiva 06/07 encaminhou:

Articular um dia de mobilização contra a Reforma Universitária no Fórum de Executivas. [...] Garantir nos SRFPMESS² um espaço para discussão (GT's, GD's, oficinas) e formulação

de documento acerca de Assistência Estudantil (COORDENAÇÃO NACIONAL DA ENESSO 2006/2007).

Esse conjunto de ações que começam na construção da tese perpassando as deliberações e que culminam no plano de lutas da gestão expressa a capacidade da organização de formulação para intervir nos espaços da ENESSO, bem como sua capacidade de construir debates e sínteses nas plenárias, onde são realizados os encaminhamentos dos eixos da Executiva. Além de conduzir e propor ações na coordenação nacional que representam as deliberações feitas pela base no ENESS. Ou seja, demonstra como o VNL construiu política para efetivar sua direção na Executiva, através da produção de materiais e ocupando os espaços de debate da entidade.

A construção de diversos debates que estão contidos nas deliberações da ENESSO compõe outra forma de contribuição dos partidos e das organizações políticas presentes no MESS. Podemos verificar isso nas teses apresentadas, que também demonstraram a formulação dos grupos políticos e sua contribuição no impulsionamento e continuidade das discussões no MESS, como, por exemplo, a tese da SPE de 2009. Esta tese procura aprofundar o debate sobre o Exame de Proficiência³ e propõe uma avaliação continuada do Serviço Social.

[...] estamos propondo a Avaliação Continuada do Serviço Social. O intuito é não ser apenas um exame ao fim da graduação (como era o previsto no exame de proficiência), mas sim uma avaliação regular e construída pela ENESSO, conjunto CFESS-CRESS⁴ e ABEPSS⁵ (A SAÍDA É PELA ESQUERDA, 2009).

Esse debate já vinha sendo acumulado pela entidade, como demonstra a deliberação nº 12 do eixo Formação Profissional do ENESS de 2005: “Que a ENESSO fortaleça a luta contra o exame de proficiência” (ENESSO, 2005).

Na tese do VNL, vemos a contribuição para o debate, no que diz respeito aos organismos internacionais:

Essas transformações ocorridas no sistema de produção foram marcadas pela hegemonia do capital financeiro, denominado neoliberalismo, este tem como característica a regulação da sociedade pelo mercado, reduzindo o papel do Estado como provedor das políticas públicas, introduzindo uma nova forma de dominação dos países desenvolvidos, através dos organismos financeiros internacionais (FMI e BIRD) que vêm controlando e determinando a política econômica dos países subdesenvolvidos (VIVER NA LUTA, 2005).

E no Caderno do ENESS de 2005, aparecem as deliberações de conjuntura nº 3 e nº 11, respectivamente:

3 - Pelo fim da lei de responsabilidade fiscal recomendada pelo FMI, que impede aos governos atender às necessidades da população como saúde, habitação, educação e o reajuste aos servidores públicos.

[...]

SOCIAL



11 - Defesa da autonomia e soberania do Brasil, rumo a uma ruptura com o FMI, Banco Mundial e outros organismos financeiros internacionais. Pelo não pagamento da dívida externa. Apoio e participação à organização de uma campanha nacional contra o pagamento das dívidas (ENESSO, 2005).

E contribuindo na continuidade do debate, a tese do SPE em 2009 apresenta na sua análise de conjuntura:

Para salvar os grandes bancos e empresas da crise que viram, com a crise, seus lucros reduzirem, foram injetados quase R\$13 trilhões (!) de dólares na economia, montante que poderia acabar com a fome mundial, resolver o analfabetismo, construir moradias para pessoas sem-teto [...] serviu para pagar o privilégio de poucos. Enquanto era chique dar dinheiro para o FMI, os índices de desemprego assustam. Já chegam a 6,5 milhões de desempregados no mundo [...] (A SAÍDA É PELA ESQUERDA, 2009).

Por isso, podemos dizer que a partir de uma formulação coletiva *a priori*, há a capacidade das organizações contribuírem para impulsionar debates nos fóruns do MESS, bem como qualificar as discussões que irão nortear as deliberações do movimento.

As divergências entre os próprios partidos e as organizações são inevitáveis em alguns momentos. Em grande medida, levadas a extremo, podem reforçar práticas sectárias, dificultando unidade na luta. Naturalmente causam polêmicas com e na base e podem impactar de forma negativa o movimento.

Nas diversas discussões e divergências, temos o processo de contribuição das organizações e partidos políticos, que se demonstram de formas diferentes para o MESS. Essas contribuições propiciam a construção de sínteses que compõem a unidade das organizações na luta política mais ampla.

A convergência das forças no movimento é importante para a construção de uma ação política que tenha a capacidade de capilarizar as discussões e construir propostas para intervenção de forma unitária.

No entanto, a construção da unidade no movi-

mento não acontece de forma simples e automática; é permeada de divergências, críticas e disputas, principalmente na relação partido e MESS.

Faz-se necessário aprofundarmos nossa compreensão acerca da construção da unidade na ação política e qual seu sentido e significado, pois não podemos também, “em nome da unidade”, abrir mão das divergências e disputas, como se as mesmas não existissem (GUIMARÃES, 2014, p. 78).

As divergências entre os próprios partidos e as organizações são inevitáveis em alguns momentos. Em grande medida, levadas a extremo, podem reforçar práticas sectárias, dificultando unidade na luta. Naturalmente causam polêmicas com e na base e podem impactar de forma negativa o movimento.

Assim, os posicionamentos divergentes são importantes para a construção dos debates e precisam ser evidenciados. Isso expressa a maturidade do movimento no trabalho com a diversidade, respeitando a pluralidade, além de enriquecer o conteúdo das discussões. Contudo, é preciso maturidade política da militância para compreender que a divergência não pode comprometer a ação política da entidade (GUIMARÃES, 2014). Por isso, também é um desafio para a entidade a relação com os partidos políticos.

Essas diferenças aparecem tanto nas teses como na forma como são encaminhadas as deliberações nos fóruns do MESS.

O SPE, organização ligada ao PSTU, fazia defesa do rompimento com a UNE para a construção da CONLUTE/ANEL. Esse debate começou a ser travado no MESS no ano de 2004, quando surge a CONLUTE, com a proposta de organizar as lutas estudantis contra as medidas da contrarreforma. Sua perspectiva era romper com a UNE, pois a aproximação com o governo federal afastaria a entidade das demandas estudantis, não representando as/os estudantes (CALVACANTE, 2009).

É impossível mudar a UNE por dentro, através de seus fóruns, que são completamente antidemocráticos, despolitizados e fraudulentos. Tudo já está previamente decidido, desde o presidente (que será do PC do B) até as políticas (que serão de apoio ao governo Lula). [...] A cada três anos, temos em nosso encontro

nacional uma revisão estatutária e a próxima será no ano que vem, no XXXII ENESS. Nossa Executiva sempre reconheceu a UNE pelo seu estatuto e isso foi fundamental em momentos de luta, como na redemocratização do país ou pelo “Fora Collor!”. Desde que esta suposta “entidade representativa” está contra todas as lutas estudantis, muito afastada da base, burocratizada e sem independência para lutar, o atrelamento da nossa executiva à UNE têm desmobilizado muito os estudantes de Serviço Social (SPE, 2009).

Já a VNL pautava em sua tese,

Defendemos que a ENESSO reconheça a UNE enquanto entidade que carrega a história da luta dos estudantes brasileiros, sem negar a sua expressão na vida política do país enquanto entidade reconhecida pelos movimentos sociais, porém, exigindo e lutando pela democratização de sua direção, respeitando os fóruns deliberativos pela base. [...] Defendemos a não vinculação da ENESSO à Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes - CONLUTE justamente pela forma com que atua frente ao ME e a luta contra a reforma, onde a mesma, dirigida majoritariamente pelo PSTU, não respeitou a unidade dos movimentos para barrar essa reforma universitária, rachando a plenária nacional de 12 de setembro de 2004, e pela forte imposição das propostas partidárias contidas neste (VIVER NA LUTA, 2005).

Diante desses elementos, continuamos em concordância com Guimarães (2014), para quem é inevitável que não haja divergências estratégicas e táticas entre as organizações no interior do movimento, sendo que a perspectiva de construção da unidade deve prevalecer.

Nessa direção, caminhamos para os entraves da relação do MESS com os partidos políticos, que, de maneira geral, se manifesta na discussão sobre aparelhamento e autonomia.

Compreendemos que aparelhamento se caracteriza pela negação das decisões das/os estudantes tiradas nos fóruns estudantis para atender às deliberações do partido e por ausência de espaços democráticos de debate e tomadas de decisão.

Para Silva (2011), o aparelhamento é a utilização de qualquer mecanismo para que a sua posição se prevaleça de forma exclusiva e isso deve ser avalia-

do de forma crítica no MESS. “Essa posição, além de antidemocrática, dificulta o encaminhamento e o avanço das lutas do movimento” (SILVA, 2011, p. 73).

Compreendemos a contribuição dos partidos para o impulsionamento das organizações presentes do MESS e para o MESS, mas é necessário tecer críticas sobre as práticas de aparelhamento, problematizando os partidos e as organizações que utilizam a ENESSO para instrumentalizar suas pautas, principalmente quando estão na direção da entidade. Por isso, não é o partido e a organização em si que atrapalham o movimento, mas sua forma de intervenção.

Podemos trazer duas questões para reflexão: i) a prática de aparelhamento das organizações políticas presentes no MESS, fazendo do movimento instrumento direto de suas pautas, conforme já estamos debatendo; e ii) o aparelhamento no interior das organizações presentes no MESS pelos partidos que as impulsionam, transformando-as em aparelho direto de sua agenda de luta. Sobre esse último apontamento, consideramos que pelo fato das organizações serem formadas também por militantes independentes, o aparelhamento no interior da organização pode reforçar o aparelhamento na amplitude do movimento. Porque, se as pautas do partido já foram encaminhadas previamente no interior da organização, quando apresentadas nos espaços do movimento, já

Compreendemos que aparelhamento se caracteriza pela negação das decisões das/os estudantes tiradas nos fóruns estudantis para atender às deliberações do partido e por ausência de espaços democráticos de debate e tomadas de decisão.

se apresentam como pauta do partido, mesmo esse processo sendo desconhecido pela base (VALDO; SILVA, 2015).

Por isso, as posturas tomadas pelos partidos e pelas organizações impactam diretamente na base do movimento, tanto na relação que se estabelece no processo de aglutinação para compor o movimento como na contribuição na construção das teses e nas posições dos CA's/DA's, que reverberam em como as/os estudantes legitimam ou não os partidos e as correntes presentes no MESS, visto que a intervenção

cotidiana dessas organizações no interior do MESS acontece nas escolas de Serviço Social pelo país.

É possível deduzir, de certa forma, que práticas aparelhistas podem ser vistas como antidemocráticas e sectárias, comprometendo a organização do movimento e a própria legitimidade das organizações e da entidade perante as bases que representam. Alguns dos principais sintomas são: i) tende a afastar as/os estudantes dos fóruns do MESS, criando um sentimento de aversão à entidade; ii) perda da legitimidade da direção à base; iii) avanço de posições autonomistas que rechaçam a participação/intervenção de organizações e/ou partidos políticos no interior do movimento; iv) por consequência, retrocessos no acúmulo organizativo e na contribuição dos coletivos; e v) reforça o divisionismo que fragmenta o movimento, dificultando a construção de unidade na ação política. Em suma, essas posturas estão em desentendimento aos princípios do MESS como a garantia de espaços democráticos, autônomos, horizontais e plurais (VALDO; SILVA, 2015).

Desta forma, a discussão e crítica ao aparelhamento não pode nos direcionar ao apartidarismo, como se o pressuposto dos partidos fosse práticas antidemocráticas, sectárias e de aparelhamento. Reconhecemos que as práticas aparelhistas contribuem para a construção dessa posição por parte do seguimento estudantil (VALDO; SILVA, 2015), que acabam por pautar o distanciamento do MESS na sua relação com os partidos e reduzem o debate a pré-noções dos partidos e criam resistência a essas organizações.

É possível deduzir, de certa forma, que práticas aparelhistas podem ser vistas como antidemocráticas e sectárias, comprometendo a organização do movimento e a própria legitimidade das organizações e da entidade perante as bases que representam.

[...] devemos nos contrapor às posturas partidárias instrumentais para com o movimento; no entanto, consideramos um equívoco que, muitas vezes, o esforço para desvincular o MESS de partidos se reflita numa supervalorização da espontaneidade dos sujeitos que constroem o movimento, estendendo a resistência, também, aos próprios estudantes

que se organizam em partidos (GUIMARÃES, 2014, p. 74).

Concordamos com Silva (2011), quando argumenta que o pluralismo pode ser uma mediação entre o aparelhamento e o apartidarismo. Precisamos compreender a importância de estabelecer o diálogo no diverso, onde as/os sujeitas/os organizadas/os ou não possam explanar as diferentes posições nos espaços do MESS. Mas isso não pode significar a união de opostos, a junção de posições e/ou pautas inconciliáveis; nesses parâmetros, estaríamos caindo no sincretismo. O que estamos defendendo é a capacidade de construirmos espaços políticos em que as diversas posições possam ser postas ao debate de maneira que respeitemos as divergências políticas entre as/os sujeitas/os. Isso chamamos de pluralismo (VALDO; SILVA, 2015).

Nessa perspectiva, novamente incorporando a análise de Silva (2011), acreditamos que a autonomia também é uma mediação entre o aparelhamento e o apartidarismo. Por isso, é necessário no MESS a construção de debates plurais que possam consolidar nossas posições a partir de formulações oriundas da base do movimento, formulações procedentes de nossas reflexões, sejam nos CA's/DA's, DCE's e nos próprios fóruns da ENESSO. Nesses marcos, estaremos construindo um movimento autônomo, que não significa a inexistência de relação com os movimentos sociais, as entidades da categoria e os partidos políticos de esquerda, que são importantes aliados na luta, defesa e disputa de outro projeto de universidade e sociedade contra hegemônicos.

Finalmente, constatamos que a disputa entre as organizações políticas no MESS é majoritariamente pela direção da entidade e pelo método de organização, ou seja, as divergências não produzem um antagonismo que nos levam a dizer que exista a construção de projetos diferentes para ENESSO; não há a disputa de um projeto aliado às demandas da classe dominante e outro vinculado às demandas da classe trabalhadora. Vê-se que prevalecem, nesse sentido, os princípios defendidos pelo Serviço Social brasileiro. Tal fato advoga a importância dos partidos políticos de esquerda no interior do MESS (VALDO; SILVA, 2015).

Assim, as disputas e as divergências estão nas táticas impressas ao movimento, a forma que as organizações entendem como devem ser direcionadas as ações da Executiva. E, como discutimos, existem entraves e contribuições:

[...] embora sejam inegáveis as diferenças existentes entre os coletivos que atuam no MESS, estas podem e devem ser democraticamente debatidas numa perspectiva de buscar a superação da imensa dificuldade que os grupos políticos têm para a construção de pautas e programas que possam unificar os setores combativos do movimento. O sectarismo, que muitas vezes se faz presente nos espaços do movimento estudantil, apenas reforça a sua fragmentação e divisionismo e compromete o fortalecimento das lutas a serem encampadas. Desse modo, a realização do amplo debate em torno das propostas, concepções e práticas, sem perder a dimensão da importância de construção da unidade por parte dos grupos da esquerda, contribui para que o MESS se consolide como um espaço participativo, democrático e de afirmação da direção social da profissão (GUIMARÃES, 2014, p. 79).

Nessa direção, mesmo com questionamentos, as organizações políticas historicamente estiveram presentes no MESS, construindo e fortalecendo a entidade dentro dos marcos democráticos que a ENESSO defendeu/defende. Uma entidade horizontal e plural, que garanta a participação/contribuição de todas/os as/os estudantes organizados ou não. E que qualifique cada vez mais a ação-reflexão do movimento, haja vista suas pautas prioritárias, como os eixos Universidade e Formação Profissional.

Considerações finais

Este ensaio se propôs a debater sobre a contribuição e os entraves das organizações políticas presentes no MESS. A construção das nossas reflexões nos possibilitou indicar que a relação entre os partidos que impulsionam as organizações políticas no interior do MESS perpassam: i) disputa, que se materializa na construção de teses e de chapas, da direção da coordenação nacional, mas que em determinadas situações ocorrem práticas antidemocráticas, aparelhistas

e sectárias que reforçam a fragmentação da ENESSO; e ii) contribuição que se expressa no processo de fortalecimento da entidade – na qualificação dos debates ao apresentarem as teses e nas colocações e nas propostas apresentadas nos espaços dos encontros, na contribuição da formação política e de quadros para o movimento e das/os militantes organizadas/os nas respectivas forças políticas e na participação na gestão da Executiva contribuindo para tocar as deliberações encaminhadas nos fóruns. Essa contribuição também se expressa na qualificação da formação profissional e na defesa do projeto profissional crítico construído historicamente pela categoria. Além disso, também contribui para o fortalecimento das ações políticas da ENESSO como movimento social classista, com destaque para a luta por uma universidade pública, de qualidade, laica, presencial e socialmente referencial (VALDO; SILVA, 2015).

As discussões sobre as contribuições e entraves das forças políticas no interior do MESS são reflexos de uma conjuntura que não se limita nas particularidades do movimento. O desafio para formação política e de quadros e ação política unitária é uma carência da esquerda brasileira. Dizemos isso porque os rebatimentos, sobretudo com a chegada do PT ao

As discussões sobre as contribuições e entraves das forças políticas no interior do MESS são reflexos de uma conjuntura que não se limita nas particularidades do movimento. O desafio para formação política e de quadros e ação política unitária é uma carência da esquerda brasileira. Dizemos isso porque os rebatimentos, sobretudo com a chegada do PT ao governo federal, da ofensiva do capital às organizações coletivas da classe trabalhadora produziram um legado de fragmentação da luta de classe e rachas na esquerda.

governo federal, da ofensiva do capital às organizações coletivas da classe trabalhadora, produziram um legado de fragmentação da luta de classe e rachas na esquerda. Ao passo que, no aspecto geral, estamos com dificuldades de dar respostas reais e intervenções concretas para os ataques aos trabalhadores.

As práticas antidemocráticas, aparelhistas e sectárias estão presentes nos espaços da esquerda e nos

direcionando a um abismo da deslegitimidade e descrença perante as massas exploradas. Em contrapartida, o discurso e a ação da direita conservadora têm construído um legado que nos coloca mais desafios.

Como já mencionamos, o pluralismo e autonomia são mediações importantes para a relação entre partidos de esquerda e os movimentos sociais. Principalmente porque o pluralismo e a autonomia nos oferecem condições para debater com as diferenças e, partir das reflexões fruto do próprio movimento, ter capacidade de produzir sínteses para ação política unitária.

Nossa tarefa em uma conjuntura de fragmentação é pensar a reorganização da esquerda. Nosso trabalho, a partir das reflexões do MESS, que é parte desse processo, nos possibilitou refletir que temos a necessidade de pensar e problematizar a reorganização da esquerda na perspectiva da classe trabalhadora. Uma reorganização que possa construir discussões sobre o cenário político e econômico em que vivemos e os rebatimentos para organização e luta. Uma reorganização com princípios democráticos, plurais, autônomos, horizontais e que combata todas as formas de opressão. **US**

notas

1. “Normalmente, o termo é usado para definir aqueles que ainda não aderiram ou se incluíram em um grupo reconhecido no MESS ou partidos” (SILVA, 2011, p. 74).
2. Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.
3. Sobre Exame de Proficiência consultar em: RODRIGUES (2008).
4. Conselho Federal e Regionais de Serviço Social.
5. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento estudantil de serviço social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. **Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovadas no XXVII ENESS, Recife, julho de 2005. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/enesso/deliberacoes/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- _____. **Plano de ações da Coordenação Nacional da ENESSO**, 2006/2007. s/d. Disponível em: <enesso.xpg.uol.com.br/enesso/planodeacap.htm>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. **Universidade e Sociedade**, Brasília; ANDES, n. 54, p. 70- 81, ago. 2014.
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? In: **Estudo sobre Ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros: a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 160-181, 2006.
- _____. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1996.
- RODRIGUES, Mavi. Exame de proficiência e Projeto Profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 94, p. 22-37, jun. 1996.
- SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Movimento Estudantil de Serviço Social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007/2010)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2011.
- SHULTZ, Aline Pinheiro; TAQUETTI, Camila Lopes; MATTOS, Marilucia dos Santos. **Movimento Estudantil e formação profissional: conexões possíveis de uma trajetória de luta e contribuições**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- VALDO, João Paulo; SILVA, Sócrates Pereira. **Movimento Estudantil de Serviço Social e as Organizações Políticas: contribuições e entraves**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- VASCONCELOS, Ailton Marque de. **A trajetória política dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002**. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

referências



Este número de *Universidade & Sociedade* presta uma homenagem ao intelectual que fala a linguagem nordestina – Ariano Suassuna.

Nascido em berço privilegiado, logo abandonaria essa posição para se identificar como crítico da sociedade e do sistema econômico vigente. Filho do governador João Urbano Pessoa de Vasconcellos Suassuna e de Rita de Cássia Dantas Villar, nasceu em 16 de junho de 1927, na cidade de Nossa Senhora das Neves, mais conhecida como Paraíba, posteriormente denominada João Pessoa, na Paraíba. Graças à vida atribulada que teve na infância, fruto das consequências de disputas políticas, levando a família a deslocar-se para várias cidades, conheceu a cultura e a alma do povo nordestino, características que viriam marcar toda sua obra.

Católico convicto, advogado, filósofo e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, foi como professor, teatrólogo e romancista que se destacou e se notabilizou no país. Ocupou a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras e foi membro da Academia Paraibana de Letras e da Academia Pernambucana de Letras. Coube às universidades públicas brasileiras reconhecer sua importância cultural concedendo-lhe o título de Doutor Honoris Causa: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2000), Universidade Federal da Paraíba (2001), Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005) e Universidade Federal do Ceará (2006), além da Universidade de Passo Fundo (2005).



ARIANO



SUA ASSUNTA

Na sua formação, sentiu a influência tanto da literatura universal e nacional como da regional, como a literatura de cordel, além do teatro de mamulengos e o desafio de violeiros. Gil Vicente, Dostoievski, Molière, Euclides da Cunha, Antônio Conselheiro, José Lins do Rego, todos esses autores influenciaram seu pensamento e seu trabalho, mas foi com a marca das fontes populares que seu projeto literário se destacou, na perspectiva de pensar o brasileiro dentro do elemento ibérico sertanejo. Os espaços, as tramas, os personagens criados por ele e como eles se comportam expressam muito bem isso. Para Suassuna, a alma do Brasil é o Nordeste e o Nordeste tem sua síntese nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba.

Funda, em 1959, o Teatro Popular do Nordeste, o que o levou a participar do Conselho Federal de Cultura, como membro fundador, em 1967. Dois anos depois, foi diretor do Departamento de Extensão Cultural da UFPE e encabeçou o “Movimento Armorial”, que envolvia a área da cultura, nas suas variadas facetas, como poesia, teatro, romance, pintura, gravura, escultura, cerâmica, música, tapeçaria e cinema. O Movimento defende o compromisso do artista brasileiro com as fontes populares da cultura brasileira.

Foi um crítico do modelo econômico ocidental, entendendo que o sistema capitalista é profundamente injusto. Afirmava sempre ser contra o capitalismo, mas temia a via revolucionária, apesar de reconhecer como necessária a radicalização, para vencer a exploração e a desigualdade. Cético quanto à situação social brasileira, afirmava ser extremamente difícil vencer a injustiça secular, que acabou por criar dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.

Sobre a cultura, era um ferrenho defensor da cultura local popular na perspectiva da sua elevação e contra a uniformização da cultura, mas a favor da universalização. Expressava o desejo de ver a cultura brasileira valorizada sem preconceitos e academicismo. A respeito da morte, dizia que “toda morte é um suicídio; você só morre quando concorda e eu não concordo”, querendo com isso negar a sua condição de mortal, mas reafirmando seu desejo pela vida bem vivida de 87 anos. Ariano Suassuna faleceu vítima de um infarto do miocárdio, na cidade do Recife, no dia 23 de julho de 2014.

A crítica o considera um dos mais importantes escritores da língua portuguesa. Seu legado literário abrange obras de várias modalidades, qualificadas como múltiplas e expressas nas formas de poemas, contos, peças teatrais, mamulengos, prosa, autos populares e romances. Dentre as inúmeras obras de Suassuna, destacamos as peças teatrais *Uma Mulher Vestida de Sol* (1947); *Os Homens de Barro* (1949); *Auto de João da Cruz* (1950); *Torturas de um Coração* (1951); *O Castigo da Soberba* (1953); *O Rico Avarento* (1954); *Auto da Compadecida* (1955); *O Santo e a Porca* (1957); *O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna* (1958); e *A Pena e a Lei* (1959). Dos romances, as obras *A História de Amor de Fernando e Isaura* (1956); *O Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (1971); e *História d’O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão: Ao Sol da Onça Caetana* (1977). Na modalidade poesia, escreveu *O Pasto Incendiado* (1945-1970); *Os Homens de Barro* (1949); *Ode* (1955); *Sonetos com Mote Alheio* (1980); *Sonetos de Albano Cervonegro* (1985); e *Poemas (Antologia)* (1999).

Para Suassuna, sua melhor obra foi *A Pedra do Reino*, por expressar mais elementos e definir melhor o seu pensamento. Segundo ele, a morte do seu pai aparece nessa obra de modo inconsciente e a caricatura exagerada das duas famílias representa as famílias do pai e da mãe.

Ariano Suassuna pode não ter a unanimidade da crítica como um dos maiores literatos brasileiros, mas, sem dúvida, foi um dos mais bem-sucedidos escritores a traduzir o significado da cultura popular e disseminá-la nos meios acadêmicos. Como diria Chicó, um de seus personagens d’O *Auto da Compadecida*, “não sei, só sei que foi assim!”. **US**

ARIANO SUASSUNA

“... ”

O Rico – Mas tem uma coisa: eu não perco esse botão de jeito nenhum! E você é quem vai achar ele para mim, Mestre-Sala! Vá procurar!

Tirateima – Onde foi que o senhor perdeu o botão?

O Rico – Ah, não vi quando ele caiu, não! Você vá aí para a frente da casa, varra a rua todinha, peneira a poeira a assim acha!

Tirateima – Ah, entendi, é fácil! Eu vou pra rua, varro a terra todinha, passo na peneira e acho, não é? Ô, patrão, me diga uma coisa: o senhor ainda tem mãe viva?

O Rico – Tenho!

Tirateima – Ah, pois mande sua mãe varrer e achar seu botão, viu? Eu não vou!

O Rico – O que, atrevido?

Tirateima – Prefiro sair do emprego!

O Rico – Então saia! Está na rua!

Tirateima – Espere! E meu dinheiro? Quero fazer minhas contas!

O Rico – Suas contas? É fácil! Com quanto você chegou aqui?

Tirateima – Com nada!

O Rico – E quanto tem agora?

Tirateima – Nada!

O Rico – Pois quem de nada tira nada, é nada! Rua!

Tirateima – Ai, patrão, que Diabo está ali! É o cão, patrão!

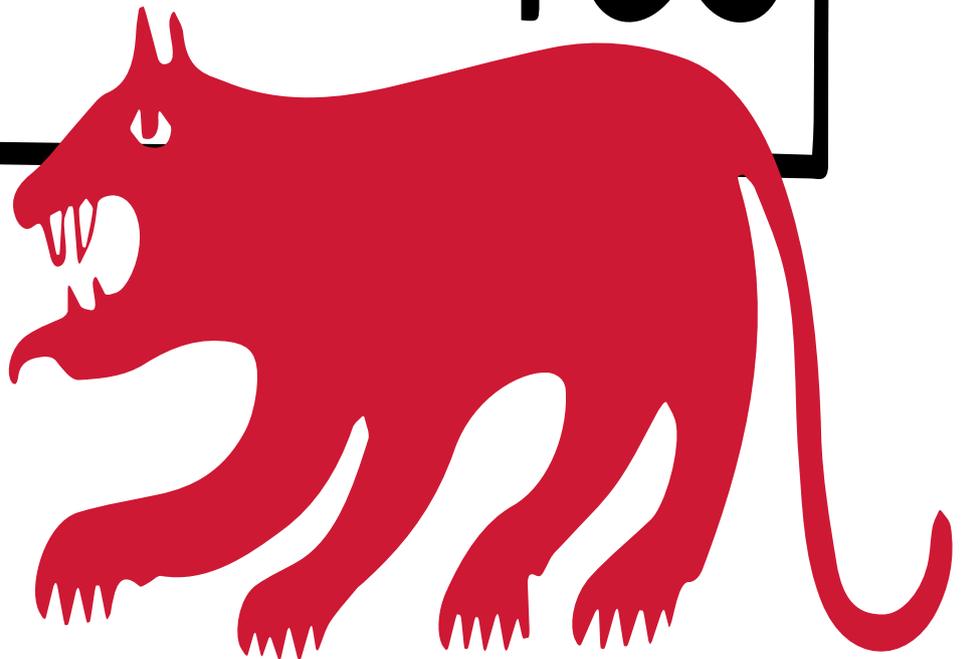
O Rico – É nada, é um bode, xô, xô, bode!

Tirateima – Patrão, corra, que é o cão!

O Rico – Agora estou sem empregado!

...”

Trecho da peça teatral “O Rico Avarento”, no qual estão expressos os elementos fundamentais da marca de Suassuna. Publicada no livro “Seleta em Prosa e Verso de Ariano Suassuna”, ed. José Olympio, 1974.



O regime da burla ou o futuro das relações de trabalho no Brasil

Entrevista com Ricardo Antunes concedida a Liliane Machado

Fotos: Roniel de Jesus Ferreira

Considerado um dos maiores pesquisadores das relações de trabalho na sociedade contemporânea, Ricardo Antunes, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (UNICAMP), recebeu a Universidade e Sociedade para uma entrevista na qual discorreu, com a lucidez que lhe é habitual, acerca do tema de sua especialidade, bem como sobre os rumos da esquerda brasileira, a crise das instituições públicas e a derrocada do Partido dos Trabalhadores (PT), dentre outros. Autor da obra **Adeus ao Trabalho?**, publicado também na Itália, Argentina e Espanha, dentre outros países, coordenador da Coleção **Mundo do Trabalho**, da Boitempo, professor convidado de curso de pós-graduação em Veneza, Itália, orientador de mais de 60 mestres e doutores, especialista da obra de Karl Marx, o currículo de Antunes é extenso e denso. Entretanto, o que sobressai no contato pessoal com o sociólogo do trabalho é, principalmente, sua vitalidade de raciocínio e a empatia que estabelece de imediato com seus interlocutores. Um dos fundadores do PT, do qual desfilou-se logo após a eleição de Lula à Presidência da República, em 2002, atualmente é filiado ao PSOL, o que não significa subserviência a nenhum ideário, visto que é peremptório ao dizer que sempre manteve e manterá independência e espírito crítico, fazendo jus à sua trajetória. Em outubro de 2015, quando nos concedeu a entrevista, nos jardins em frente ao IFCH, onde ministra suas disciplinas, e diante da possibilidade da aprovação do PLC 30/2015, que legaliza a terceirização do trabalho, Antunes é enfático ao avaliar os danos que isso causará aos trabalhadores brasileiros: “é o retorno da escravidão do trabalho no Brasil, ainda que uma escravidão pensada no universo do século XXI, é o regime da burla”.



Universidade e Sociedade – Seu nome é referência no Brasil e no exterior nas pesquisas e publicações acerca do mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas. Qual foi a trajetória que o senhor percorreu até obter esse reconhecimento?

Ricardo Antunes – Eu entrei na Fundação Getúlio Vargas aos 18 anos, em 1972, para o curso de Administração Pública. Era um curso gratuito em uma instituição muito cara. Na verdade, eu queria fazer Administração de Empresa, pois achava que tinha jeito para isso; como esse curso era muito caro, optei pelo que era gratuito. No colégio eu havia tido ótimos professores de História, que me instigaram muito a estudar essa disciplina. Dessa forma, paralelo ao curso na FGV, comecei a dar aulas de História para me sustentar. Para minha sorte, a FGV oferecia muitas disciplinas críticas, tais como Sociologia, Política e Economia. Apesar de estarmos vivenciando um período duro da Ditadura Militar, contávamos com alguns professores de esquerda, que estavam preservados, porque era uma escola das classes dominantes.

US – A Ditadura não estava tão atenta ao que acontecia na FGV?

RA – Não estava, pois ali era uma escola do capital. O discreto charme da FGV, na época, era ter intelectuais de esquerda para ensinar os jovens ricos a administrarem as empresas com alguma sensibilidade. Paralelamente a isso, em 1973 ou 1974 – não me lembro bem –, prestei Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e passei. Mas dois motivos me impossibilitaram de fazer o curso: primeiro, porque eu dava aulas em horários variados, manhã, tarde e noite nos cursinhos. Era impossível. Além do que, ao contrário da FGV, na USP a repressão era direta – fiz alguns cursos naqueles barracões da USP.

“Comecei a estudar, junto com um amigo, por iniciativa nossa, *O Capital*, de Marx. Entrei na FGV para ser um gestor do capital e este foi o livro que, de fato, fez a minha cabeça. A partir daí, já era um estudante de esquerda. Já estávamos em 1974 e, paralelo à leitura do primeiro volume do *Capital*, estava atento a toda a literatura de esquerda. Na época, só chegava material de Portugal, de uma forma quase clandestina.

US – Refere-se à pressão exercida pela ditadura?

RA – Claro, a OBAN e o BOPE faziam intervenções diretas ali. A gente entrava nas salas de aula da USP e ficava olhando para discernir os que eram estudantes e os que eram policiais disfarçados. Tinha um nível de intimidação muito grande. Logo desisti do curso. A ditadura praticou um terrorismo de Estado, que estava presente em todas as áreas. Na FGV isso não era tão intenso, embora houvesse repressão. Lembro de casos ligados a estudantes da esquerda que foram presos no interior da instituição. Os professores tinham uma condição um pouco melhor, porque não era ali que se encontrava o foco do pensamento crítico brasileiro. Aos poucos, percebi que ia ser um cientista social. Comecei a estudar, junto com um amigo, por iniciativa nossa, *O Capital*, de Marx. Entrei na FGV para ser um gestor do capital e este foi o livro que, de fato, fez a minha cabeça. A partir daí, já era um estudante de esquerda. Já estávamos em 1974 e, paralelo à leitura do primeiro volume do *Capital*, estava atento a toda a literatura de esquerda. Na época, só chegava material de Portugal, de uma forma quase clandestina. Assim nasceu a ideia de fazer um estudo de pós-graduação na área de Ciências Sociais. Entrei na UNICAMP, na época uma jovem escola de esquerda, que tinha recém criado um curso de Ciências Sociais, pegando jovens professores que tinham sido formados pela USP e outros que haviam voltado do exterior.

US – Era o departamento de Ciências Sociais?

RA – Na época era departamento de Ciências Sociais e depois se tornou departamento de Sociologia e Política. Aqui fiz meu mestrado – na época não tinha doutorado – e me tornei um aluno e admirador da UNICAMP.

US – Em que área que foi o mestrado?

RA – Em Ciências Políticas e isso é importante: o tema do meu mestrado foi o da classe operária no Brasil na época do Varguismo. Fiz um estudo sobre a consciência de classe. Em 1980 defendi a dissertação e, como não tinha doutorado na UNICAMP, fui fazer doutorado em Sociologia, na USP. Nesse momento tive uma dúvida grande: estudar na Alemanha, por um período de três a quatro anos, ou continuar estudando a classe operária.

US – O senhor continuou dando aula no período do mestrado?

RA – Sim e isso me ajudou muito a decidir. No mesmo ano em que fui estudar na UNICAMP, tornei-me professor na FGV. Era professor horista de Ciências Políticas e Sociologia. Era uma belíssima escola, gostava muito. O que eu fazia era o mesmo que me fez mudar a cabeça: dar cursos de Sociologia e Política. O trabalho e os filhos me fizeram decidir a ficar no Brasil. Fui estudar a classe operária no Brasil. Em 1986 defendi a tese e, em seguida, publiquei o livro dela resultante: **A Rebelião do Trabalho**.

US – A tese era sobre as greves do ABC de 1978 e 1979?

RA – Sim, as três greves. Foi um dos mais espetaculares círculos de greves no Brasil, que gerou o novo sindicalismo, o berço do PT, Lula, enfim, todas aquelas lutas que mudaram a história do País. Foi uma experiência muito rica. Ia sempre ao ABC, comparecia às assembleias e militava na esquerda. Na terceira greve fui dirigente da Associação dos Professores na FGV e, depois, da Associação dos Professores da UNESP, no *campus* de Araraquara. Participei do congresso de fundação da ANDES-SN em Campinas, em 1982.

US – Conte como foi o momento da fundação do ANDES-SN.

RA – Foi fundado no auditório da UNICAMP e eu já estava dando aulas aqui. Depois que saí da FGV, em 1981, fui para a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), *campus* de Araraquara, onde permaneci até 1986. Em seguida, prestei concurso público na UNICAMP, fui aprovado e vim definitivamente para a UNICAMP, onde estou até hoje. Só de UNICAMP são 29 anos.

US – Está pensando em se aposentar?

RA – Não, eu já teria direito a aposentar-me desde 2007, mas ainda tenho um número grande de orientandos, cerca de sete, que é o máximo que a CAPES permite, mas já cheguei a ter 14 orientandos.

US – O senhor tem ideia de quantos mestres e doutores já formou?

RA – Pelo menos uns sessenta e poucos; são muitos, não tenho bem certeza. Nos velhos tempos, quando tínhamos os currículos e não *lattes*, sabíamos direitinho, porque cada tese que concluíamos a orientação colocávamos lá. Agora temos que entrar na internet. Eu não sou de uma geração internética.

US – Foi a Capes que nos obrigou a fazer esse *lattes*.

RA – Na verdade, nem foi a Capes, isso é uma imposição global. Uma imposição que tem a lógica das ciências exatas, desumanas. Então, nós somos muito constrangidos a seguir o receituário dos professores das exatas. Por exemplo: os professores das exatas, frequentemente, até onde eu sei, assinam como co-autoria os trabalhos dos seus alunos. Isso é inaceitável para nós, das humanas. Colocar o meu nome em uma tese da qual sou o orientador? O autor é o jovem ou a jovem que terminou.

US – O senhor não assina artigos com os seus orientandos?

RA – Quando eu escrevo com eles. Não tenho muito o hábito de fazer isso, mas, quando faço, é porque nós escrevemos a quatro mãos e não porque eu o orientei.



US – O senhor referiu-se ao produtivismo que impera nas universidades brasileiras atualmente e que angustia a todos nós que estamos na universidade. De certa forma, acha que isso tira o charme e o amor pela profissão?

RA – Eu não sou de uma geração que pegou isso desde o início. Por exemplo: eu fui a primeira tese de mestrado da minha turma na UNICAMP; levei quatro anos, mas porque eu quis que fosse assim, porque me empenhava. Nunca quis ser o primeiro, muito menos tinha a obrigação de fazer em quatro anos. Tive colegas que levaram quinze anos para fazer sua tese. Eu acho que o constrangimento a que os jovens estão expostos hoje é terrível.

US – Quais são os piores constrangimentos na sua avaliação?

RA – Primeiro, o tempo da ciência não é o tempo da fábrica ou da produção. No meu tempo não tinha prazo e muita gente não terminava sua pesquisa, portanto, o dinheiro se perdia. Então, acho correto que você tenha responsabilidades sobre isso, visto que é uma verba pública. Mas não pode ser esse constrangimento produtivista, de você publicar em qualis A, qualis B e qualis C, porque: 1. Quem determina os critérios de avaliação? Nós sabemos que esses critérios são limitados. Muitas vezes, esses critérios são dados por valores que as instituições de pesquisa julgam importantes. Quem estuda Economia Social, por exemplo, não dispõe de revistas qualificadas, porque economia é a ciência da funcionalidade do capital, da ortodoxia e do pensamento da barbárie. Ademais, tem revistas que cobram para você publicar. É inaceitável isso. 2. Por que as revistas mais qualificadas são aquelas que são publicadas em inglês? Eu não concordo com esse critério e posso falar com muita tranquilidade, porque meus livros foram pu-

“ Nas universidades de hoje, os professores têm que mostrar produtividade para renovar o seu contrato no ano seguinte. Isso é uma lógica do mundo fabril. É inaceitável. Se você está fazendo uma pesquisa de longo fôlego, estudando grandes autores/grandes temas, como é que você pode, em um ano, ter tudo pronto?

blicados nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Índia, em inglês. Isso ocorreu porque há algum tempo só os países do Norte interessavam-se pelo tema do trabalho. Mas por que o inglês valoriza uma publicação? E a cultura italiana, será que ela não tem mais história do que a cultura inglesa ou a francesa? Eu entendo que é razoável que você tenha uma língua, que tenha uma possibilidade de universalização um pouco maior, mas isso não pode ser um critério forte pra você julgar uma revista. Você percebe isso nos *rankings* das universidades hoje.

US – É uma forma de colonização acadêmica?

RA – Certamente que é. Por que a língua inglesa e não a chinesa ou o mandarim? Por que a língua inglesa e não a italiana, a francesa ou um dos dialetos árabes? É claro que é uma forma de imposição. O tempo que nós estamos vivendo é o tempo em que as universidades são moldadas pelo ideário e pela pragmática perversa do neoliberalismo. O Banco Mundial tem atuação forte sobre isso. Os projetos em curso nas mudanças das universidades europeias, hoje, seguem esses constrangimentos e essas imposições, ou seja, a universidade não está fora dos constrangimentos do seu tempo. Quando eu fiz meu pós-doutorado, eu fui *visiting research fellow* (pesquisador visitante) na universidade de Sussex, Inglaterra, convidado na época pelo István Mészáros. A universidade de Sussex nasceu como uma universidade alternativa no contexto londrino. Era um projeto inovador, nos anos 60/70. Quando eu fiz meu pós-doutorado na Inglaterra, em 1997 e começo de 1998, a Sussex ainda tinha esse tom crítico, mas já era uma universidade que dependia que seus professores conseguissem recursos no mercado para sustentarem-na.

US – É o professor empreendedor?

RA – Isso, é o professor empreendedor que precisa vender o seu projeto. Se você tem sorte de conseguir vender alguns projetos para sindicatos e tiver o apoio, você faz alguma pesquisa voltada ao mundo do trabalho, senão, você é empurrado para pesquisar aquilo que as empresas ou as fontes de financiamento, em sintonia com o mundo atual, desejam. Nas universidades de hoje, os professores têm que mostrar produtividade para renovar o seu contrato no ano seguinte.

Isso é uma lógica do mundo fabril. É inaceitável. Se você está fazendo uma pesquisa de longo fôlego, estudando grandes autores/grandes temas, como é que você pode, em um ano, ter tudo pronto? A noção de ensino mais abrangente/totalizante foi muito adulterada por uma concepção fragmentar/parcelar e, por vezes, demasiadamente microcômica, não que o micro não seja importante. Nós vivemos em uma era de contrarrevolução em escala global. Estas eras de contrarrevolução em escala global conformam um pensamento, que não pode ser emancipador, transformador, crítico, radical.

US – Na sua opinião, nós ainda iremos vivenciar essa lógica por muito tempo?

RA – Se estivéssemos conversando em 2010/2011, quando ocorriam as rebeliões na Tunísia, no Egito e depois na França e Itália e quando explodiam os movimentos dos indignados da Espanha, da Grécia e dos Estados Unidos, eu diria que estávamos em uma era de ebulição e de mudanças. Essa era de grandes rebeliões vive agora um retrocesso, entramos em uma era de grandes contrarreboliões.

US – No Brasil e no resto do mundo?

RA – Certamente. Nesse último fim de semana, as eleições na Suíça foram ganhas pela extrema direita. A Hungria fechou o seu território e a Sérvia quer fazer o mesmo com os imigrantes que saem desesperadamente do Oriente, em busca de uma vida dotada de algum sentido. Oriente destruído por invasões do Ocidente.

US – Nós não temos perspectivas boas, no sentido de mudanças, rupturas com esse sistema perverso?

RA – Eu não diria isso. Diria: hoje o tom é cinzento. A destruição do mundo é tão visceral! Nós entramos em uma era de precarização estrutural do trabalho, em escala global. Os imigrantes são a expressão fenomênica mais visível dessa precarização estrutural do trabalho em escala global. Devastação essa que não está mais só no Sul do mundo mas também no Norte.

US – Quais são as expectativas para as universidades brasileiras diante do ataque massivo dos grupos financeiros?

RA – A tendência dominante é esta, mas ela é contraposta pelas lutas sociais do trabalho. Em 2013, nós tivemos uma convulsão social inesperada, que deixou este país de cabeça para baixo. O mundo hoje, para glosar uma expressão clássica: tudo que é sólido derrete em pouco tempo. Então, esta é a tendência, mas não existe inevitabilidade e isso é o genial na história. A história é uma construção cotidiana de indivíduos e seres que lutam, que defendem, que abraçam causas, que resignam-se mais ou que revoltam-se mais. É muito importante reconhecer que a universidade pública brasileira se mantém porque é uma sólida resistência docente de trabalhadores e, também, de estudantes. Resistência que não pode existir assim no Chile nem na Argentina, pelo terror da ditadura que foi muito mais boçal do que a nossa, em termos quantitativos.

“ Em 2013, nós tivemos uma convulsão social inesperada, que deixou este país de cabeça para baixo. O mundo hoje, para glosar uma expressão clássica: tudo que é sólido derrete em pouco tempo. Então, esta é a tendência, mas não existe inevitabilidade e isso é o genial na história.

US – Gostaria que o senhor avaliasse a trajetória do PT, que, como o senhor lembrou anteriormente, nasceu das greves do ABC e que, atualmente, dirige o país pela quarta vez seguida. O que restou do ideário inicial?

RA – O PT vitorioso em 2002, do Lula, tinha muito pouco a ver com o PT de 1989. Claro que existem muitos elementos de continuidade entre 1989 e 2012, mas também muitas dissonâncias. O PT que nasceu em 1980 possuía vínculos profundos com a classe trabalhadora. Sem dúvida, tinha um ideário difuso, pois contava com uma formação eclética, tais como sindicalistas independentes, militantes da esquerda armada, militantes católicos, militantes das lutas sociais e democratas radicais. Também incluía o que havia de melhor entre as classes trabalhadoras: os operários industriais, trabalhadores rurais, assalariados médios e o funcionalismo público. O PT tinha muita capilaridade. O PT foi sofrendo uma mutação profunda, de tal modo que o PT vitorioso de 2002 não era mais o PT de 1989 e o de 2015; hoje, é o PT

potencializado pela tragédia e pela barbárie do que já era visível em 2002. Quando o PT, por exemplo, faz a Carta aos Brasileiros e começa o governo, se mostra mais servil para os capitais do que se poderia imaginar. O *superávit* primário, a taxa média do núcleo dos bancos, durante o governo do PT, foi mais alta do que foi registrado durante o governo Fernando Henrique.

US – O que aconteceu com o ideário petista?

RA – É um processo complexo de conversão de um partido de massas em um partido da ordem. Dois ou três fatores, fundamentalmente, explicam isso:

1. O PT foi, paulatinamente, deixando de ser um partido de classe, de massa e de ação concreta para tornar-se um partido institucional. A primeira eleição, a segunda eleição, a terceira eleição e foi exatamente nessa conversão de um partido de massa para um partido institucional que ele se afundou na corrupção da direita. A corrupção que nós estamos vendo hoje, a da Petrobrás e a do mensalão, em 2005, começou muito antes, quando ele começou a migrar recursos do setor público para ganhar as eleições; e

2. A lógica que o PT recusava no início, de fazer aliança a qualquer preço. O PT, inclusive, nasceu como uma oposição ao velho PCB, que fazia conciliação de classe a qualquer preço. Muitas vezes, o PT disse: é melhor perder com autonomia do que ganhar e curvar. Pouco a pouco, este lema, verdadeiro na sua propositura, foi abandonado. O Lula e o lulismo são

“ Quem sempre dominou o PT foi o núcleo que se originou com o Lula. O Lula me disse em uma entrevista que fizemos com ele, no final dos anos 70 e começo dos anos 80, que no PT não entrava ninguém de camisa vermelha porque ele era contra. Perguntei também nessa entrevista: você já leu o Manifesto Comunista? Ele ficou bravo comigo e disse: a mais valia eu aprendi na fábrica. Isso foi entre 1979 e 1980. [...] Não é possível ser um líder, digamos, com espontaneidade operária (no que o Lula era espetacular) com um vazio político ideológico, porque em certa hora esse vazio político ideológico é preenchido com coisas que tampam o vazio.

nefastos para o PT, é importante deixar muito claro isso. O Lula, que foi o mais importante líder operário, o mais importante líder sindical da história do século XX no Brasil, tornou-se um líder nefasto no PT.

US – Por quê?

RA – Porque o lulismo exige que tudo gire em torno de seu líder. Nada é decidido no PT sem o comando do Lula. Por que a Dilma foi escolhida para suceder o Lula, em 2010, e não o Tarso Genro ou qualquer outro? Porque o Tarso Genro tem luz própria. Sem dúvida, trata-se de um fenômeno complexo, porque, como o Lula foi um dos líderes mais importantes da classe trabalhadora, um líder carismático, ao assumir a presidência do país, tornou-se o líder genial da conciliação. Ele teceu conciliações absurdas: capital financeiro, capital industrial, capital agroexportador, capital comercial, setores das classes médias e setores da classe trabalhadora; então, é o gênio da conciliação, tal qual Getúlio Vargas.

US – Qual seria o terceiro fator a que o senhor se referiu na paulatina transformação do PT?

RA – O terceiro elemento é que o PT perdeu aquela vitalidade que tinha com a classe trabalhadora e nunca teve um ideário sólido. O PT nunca foi um partido claramente de esquerda e socialista, embora tivesse, junto a vários dos seus grupos, muitos militantes socialistas e de esquerda.

US – O que seria esse ideário forte?

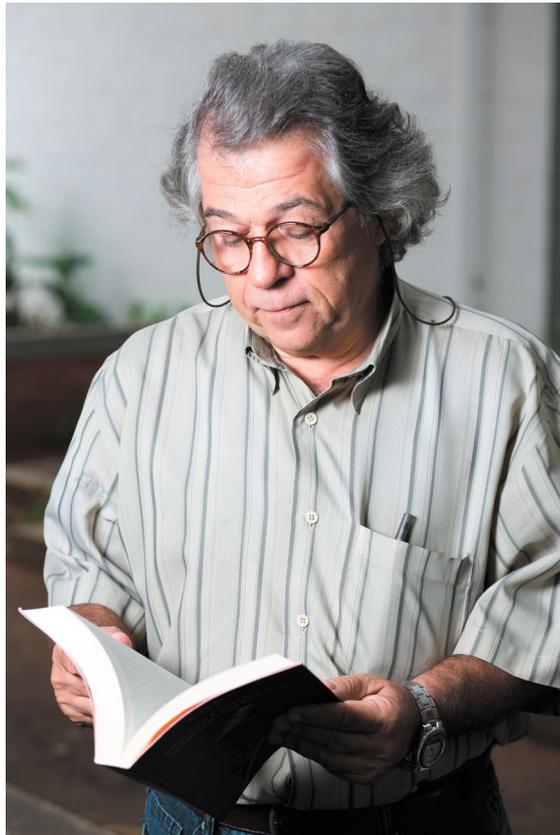
RA – Quem sempre dominou o PT foi o núcleo que se originou com o Lula. O Lula me disse em uma entrevista que fizemos com ele, no final dos anos 70 e começo dos anos 80, que no PT não entrava ninguém de camisa vermelha porque ele era contra. Perguntei também nessa entrevista: você já leu o Manifesto Comunista? Ele ficou bravo comigo e disse: a mais valia eu aprendi na fábrica. Isso foi entre 1979 e 1980. A entrevista foi publicada em **Lula- Retrato de um corpo inteiro**, pela antiga revista **Ensaio**. Não é possível ser um líder, digamos, com espontaneidade operária (no que o Lula era espetacular) com um vazio político ideológico, porque em certa hora esse vazio político ideológico é preenchido com coisas que tampam o vazio. O Lula tornou-se um pícaro.

US – Ele nunca teve consciência de classe, na sua avaliação?

RA – Ele teve consciência de classe. A consciência de classe é um processo que vai, digamos, de uma consciência contingente àquela mais ampla. Um operário que sonha ser patrão tem uma consciência de classe antioperária e o operário que chega à percepção da totalidade, que percebe a tragédia do mundo capitalista e que é preciso transformá-lo, chega ao que poderíamos chamar de uma consciência de classe universal. O Lula é encantador como figura, como pessoa, ele é capaz de conversar com Deus. O Lula concilia com deus e o diabo, ambos no minúsculo. O lulismo é um processo quase messiânico em que o líder assume o papel de dar a coesão onde supõe uma servidão voluntária por parte dos seus seguidores. É uma servidão voluntária. Evidente que agora o Lula, o PT e o lulismo estão em um processo de corrosão e se é uma corrosão terminal ou temporal, a história dirá, mas o fato é que o Lula ainda tem muito respaldo. A política que a Dilma está implementando não foi criada por ela. Quando a Dilma ganhou a eleição, quem disse que ela deveria abrir para a direita, para o PMDB, para o capital financeiro e nomear um banqueiro para ministro foi o Lula. Então, temos a tendência falsa de atribuir ao segundo governo Dilma uma guinada, o que não é verdade. Houve uma mudança no segundo governo Dilma porque a crise econômica veio de modo devastador e não veio antes. A conciliação do governo Lula foi espetacular e para quem é, como eu, um crítico da conciliação, ela é espetacularmente nefasta. Eu já escrevi isso várias vezes nos meus artigos de imprensa: que a principal conquista do PT, desde 2002 até 2015, foi ter destruído a esquerda brasileira.

US – Qual o papel da grande imprensa na crise política e econômica instaurada no país?

RA – A mídia sempre conviveu tranquilamente com a corrupção das direitas, mas a mídia não poderia aceitar a corrupção de um partido de esquerda, que diz que nasceu para ser contra a corrupção. A corrupção do PT não começou hoje, ela começou no ABC, ela começou em São Paulo, ou seja, ela começou em vários lugares na ânsia dos dirigentes do partido de entrarem no processo eleitoral corrupto



que existe no país. Se o PT tivesse a cotização dos seus associados, as suas vitórias iam ser mais lentas, mas mais longínquas, mais duradouras e mais seguras. A mídia faz uma festa com o que ocorre com o PT. Ela convive bem com a corrupção da direita, mas não com a corrupção de esquerda. Outro fato é que o judiciário, ao mesmo tempo em que devasta e pune a corrupção do PT, é leniente com a direita, afinal trata-se de um judiciário político.

US – E qual será o futuro da esquerda brasileira?

RA – Primeiro, as esquerdas partidárias – PSOL, PCB e PSTU, fundamentalmente esses três grandes partidos e outros menores, que não se confundem com o PT, não têm sido capazes de se diferenciar

“ A conciliação do governo Lula foi espetacular e para quem é, como eu, um crítico da conciliação, ela é espetacularmente nefasta. Eu já escrevi isso várias vezes nos meus artigos de imprensa: que a principal conquista do PT, desde 2002 até 2015, foi ter destruído a esquerda brasileira.

como deveriam. Para o grande público, eles não conseguem, digamos, criar uma linha divisória clara. Por que não conseguimos isso? Por um processo complexo no mundo atual. Por exemplo, os partidos de esquerda não conseguiram – e me coloco como partícipe dessa dificuldade – responder adequadamente às manifestações de 2013. Quem fez isso foi a direita.

“ A terceirização é o retorno da escravidão do trabalho no Brasil, ainda que uma escravidão pensada no universo do século XXI. Quando você cria o que eu chamei de sociedade da terceirização total, que é o PL 4330 na Câmara e que agora é PLC 30/2015 no Senado, instaura-se a lógica da burla. Quer dizer, hoje 13 milhões de trabalhadores ou trabalhadoras terceirizados vivem cotidianamente como uma burla – alguns terceirizados têm direitos, outros têm alguns direitos e muitos não têm direitos nenhum.

US – Vamos entrar na questão referente à terceirização. Qual é, na sua opinião, o reflexo da terceirização para o conjunto da classe trabalhadora no Brasil?

RA – A terceirização é o retorno da escravidão do trabalho no Brasil, ainda que uma escravidão pensada no universo do século XXI. Quando você cria o que eu chamei de sociedade da terceirização total, que é o PL 4330 na Câmara e que agora é PLC 30/2015 no Senado, instaura-se a lógica da burla. Quer dizer, hoje 13 milhões de trabalhadores ou trabalhadoras terceirizados vivem cotidianamente como uma burla – alguns terceirizados têm direitos, outros têm alguns direitos e muitos não têm direitos nenhum. Tem trabalhadores terceirizados que não têm nem férias, porque eles são arrastados de um contrato com uma firma à outra, sem nunca poderem usufruir os seus direitos de férias, décimo-terceiro, entre outros. A sociedade da terceirização total que os empresários financeiro, industrial, agroindustrial e de serviços querem nos impor é a sociedade da escravidão moderna. Todos têm uma dedicação perpétua ao trabalho, uma disponibilidade perpétua ao trabalho.



Trabalham quando sobra trabalho, recebem quando tem trabalho e não têm direitos. É isso que a terceirização quer nos impor. A terceirização toca em uma questão vital: a empresa que quer terceirizar contrata uma empresa terceirizada para fornecer trabalhadores. É a relação interempresas, é por isso que eu faço um paralelo com a escravidão. Acabou a CLT, acabou a contratação entre um empregador e um empregado. É uma empresa negociando com outra empresa. Se o PL for aprovado, a CLT vai para o lixo.

US – Como enfrentar o PLC da terceirização?

RA – A terceirização é capaz de ser um polo de unificação da classe trabalhadora. Esse conjunto, com porte heterogêneo da classe trabalhadora brasileira, que vai do celetista ao terceirizado, pode ter na luta contra a terceirização um polo de unificação importante. É por isso que o país está em convulsão contra a terceirização. A mídia breca o debate, mas as lutas sociais obrigam a grande imprensa a pautar o tema. De um lado, os empresários e seus epílogos e, do outro, a classe trabalhadora, os movimentos sindicais combativos, o juiz do trabalho de esquerda e os procuradores de trabalho de esquerda falando contra a terceirização. É evidente que isso gera um debate que a imprensa é obrigada a tratar. Não podemos esquecer que estamos em um mundo hiperideologizado e que muitos de nós somos suscetíveis aos valores dos outros. O empreendedorismo, por exemplo, é uma ideologia poderosíssima. Ela diz: não seja empregado e não seja um patrão tradicional; você pode ser o empregado e o patrão de si próprio e enriquecer.

US – Qual será o futuro dessas gerações que estão entrando hoje no mercado de trabalho?

RA – Se a lógica desse capitalismo destrutivo que nos domina hoje continuar vigendo, serão escravos modernos. Hoje, existe na Inglaterra o “contrato zero hora”. Você fica sentado em um banco com telefone esperando um dia, dois dias e nada. No terceiro dia, quando vai completar 72 horas, se o telefone finalmente tocar, você presta um serviço de uma hora e ganha apenas por isso, apesar de ter ficado disponível por 72 horas. Esse será o futuro: alguns terão pouco trabalho e muitos não terão trabalho. Nós teremos,

cada vez mais, uma sociedade segregada. As nossas cidades são segregadas, a periferia vai ser empurrada mais para a periferia, as classes médias e as classes ricas dominantes vão morar, como já moram, em bairros segregados (em guetos), a outra burguesia (os milionários) só vão andar de helicóptero. Por sorte, há lutas sociais. Dessa forma, voltamos a uma das questões anteriores que diz respeito ao futuro das esquerdas. Não dá para falar hoje, no século XXI, que os partidos são imprescindíveis como no século XIX ou XX. Não são imprescindíveis. Nada é imprescindível. Os movimentos mais importantes, hoje, são os que fazem a luta radical, os que estão tocando nas questões vitais.

US – Quais são essas questões?

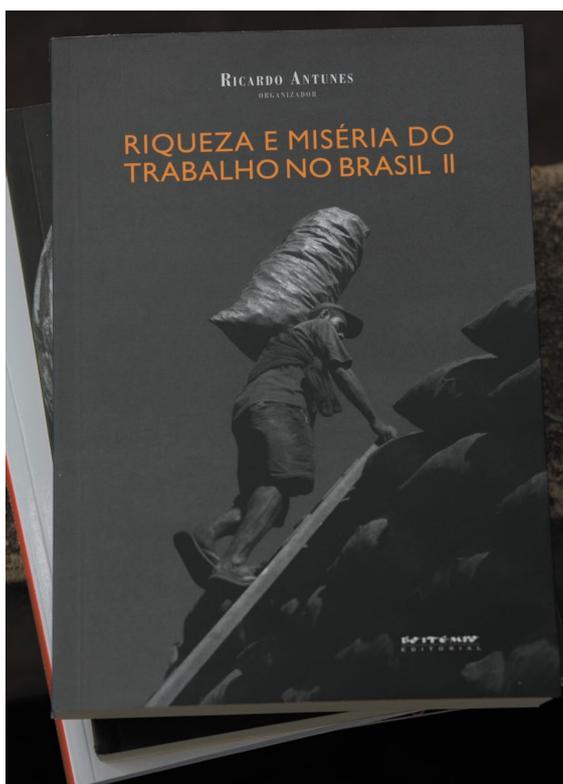
RA – Os movimentos sociais, por exemplo, têm sido muito importantes. O Movimento Sem Terra (MST), que já teve muito mais importância nos anos 80 e 90 do que hoje, não foi eliminado porque tem na sua base a luta de uma questão vital do mundo cotidiano. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) sabe que a casa, a habitação, é vital. Um indivíduo que mora na rua, cuja família mora na rua, está completamente destroçado e o MTST sabe que a cidade tem a arquitetura desenhada para os ricos. O militante de base e a militante de base do MST sabe que a terra resgata sua dignidade mínima, na medida em que ele, ou ela, vai produzir, viver e trabalhar a partir da luta pela terra. É por isso que o MST não acabou, assim como os movimentos de periferia. Aliás, o governo Lula não trouxe nenhum avanço estrutural na questão da terra. Isso é mais um traço da falência do PT no governo. Nós temos, hoje,

“O militante de base e a militante de base do MST sabe que a terra resgata sua dignidade mínima, na medida em que ele, ou ela, vai produzir, viver e trabalhar a partir da luta pela terra. É por isso que o MST não acabou, assim como os movimentos de periferia. Aliás, o governo Lula não trouxe nenhum avanço estrutural na questão da terra. Isso é mais um traço da falência do PT no governo.

um mosaico de movimentos sociais de periferia que são muito importantes. Então, a vanguarda da esquerda, hoje, são os movimentos sociais. Eles tocam em questões decisivas da vida cotidiana. O problema desses movimentos sociais é que nem sempre têm uma duração longa e um projeto societal alternativo. Os partidos, frequentemente, têm uma vida mais longa e um projeto de futuro, mas não têm vínculos com a vida cotidiana. Se você perguntar para a população quem ganha as eleições para o próximo presidente, em 2018, sabe o que a população vai dizer? É a mesma merda, porque não importa se é A, B ou C. O Lula foi a prova cabal de que o diferente é a mesma coisa. O Lula é a prova cabal de que o outro se torna o mesmo. Então, eles dizem: não tem diferença.

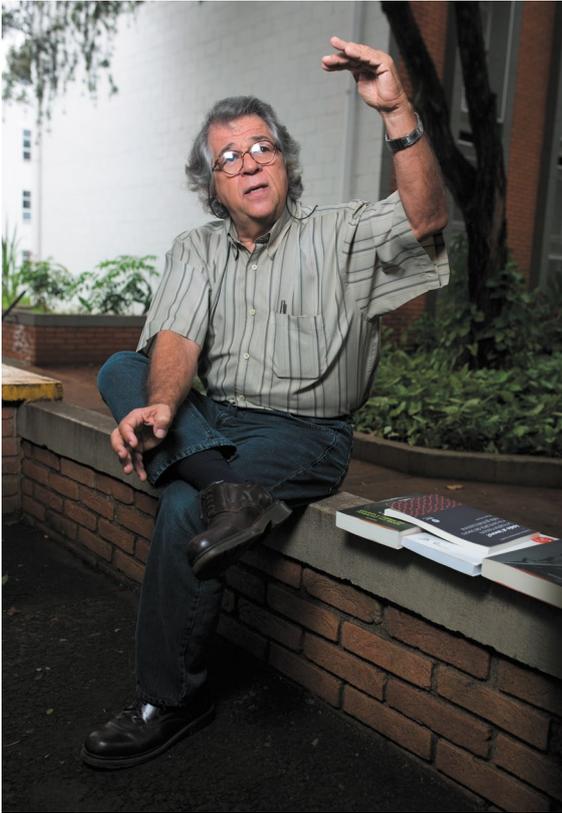
US – E qual seria sua análise sobre os sindicatos?

RA – É a mesma. Os sindicatos são distintos dos dois e iguais aos dois embates. Por exemplo, os sindicatos não podem sobreviver sem questões imediatas, tais como os salários, os direitos, ainda que, frequentemente, sejam prisioneiros de uma visão categorial, quando não corporativa. Um exemplo, quando um sindicato luta, o que é justo, para manter o emprego de um trabalhador operário, metalúrgico da indústria automobilística, ele tem que lutar por isso. Então, ele não pode trazer ao centro do seu debate, ou



ele não consegue trazer para o centro do seu debate, a produção destrutiva da indústria automobilística individualizada, mas ele deveria trazer, porque ele poderia lutar por uma indústria de transporte coletivo. Para os sindicatos, é mais difícil ter uma visão de futuro, ainda que algumas de suas lideranças possam tê-la. O que eu quero dizer com isso é que nós estamos desafiados – movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos de classe – a sairmos do nosso umbigo, deixarmos de pensar que somos o todo, para perceber que somos as partes que compõem o mundo do trabalho. Eu venho insistindo em uma tese, desde que **O Adeus ao Trabalho** ganhou uma edição especial de 20 anos de seu lançamento recentemente: temos que compreender a nova morfologia do trabalho. Nós temos que compreender que o professor universitário não é mais o mesmo hoje, que o jornalista não é o mesmo, que o metalúrgico não é mais o mesmo, que o trabalhador rural já não é mais idêntico ao de ontem e, se os sindicatos não compreenderem essa nova morfologia do trabalho, não vão conseguir representar, por exemplo, o terceirizado. É um crime o sindicato tomar medidas que beneficiem o celetista, em detrimento dos terceirizados. Então, você tem que entender como é esse novo mundo do trabalho e entender que essa nova morfologia do trabalho gera uma nova morfologia das lutas sociais, que, por outro lado, não elimina as velhas. A nova morfologia das lutas sociais gera uma nova morfologia nas formas de representação do trabalho.

“ Os sindicatos são distintos dos dois e iguais aos dois embates. Por exemplo, os sindicatos não podem sobreviver sem questões imediatas, tais como os salários, os direitos, ainda que, frequentemente, sejam prisioneiros de uma visão categorial, quando não corporativa. Então, ele não pode trazer ao centro do seu debate, ou ele não consegue trazer para o centro do seu debate, a produção destrutiva da indústria automobilística individualizada, mas ele deveria trazer, porque ele poderia lutar por uma indústria de transporte coletivo.



US – Em muitos dos seus escritos, o senhor retorna a Karl Marx defendendo a sua contemporaneidade. Depois de tudo que o senhor disse nessa entrevista, pergunto-lhe: Marx ainda continua válido para pensar todas essas novas configurações no mundo do trabalho?

RA – O Marx tem um experimento que, para mim, é espetacular, que se estetiza com todo o seu modo de ser intelectual. Ele tem um diálogo com as filhas dele e elas perguntam: Pai, qual o seu escritor predileto, qual é a sua música predileta, qual sua poesia predileta, qual sua pintura predileta? Até que em um determinado momento indagam-lhe: Pai, qual é o seu lema de vida? Ele diz: Duvidar de tudo. Então, se o Marx estivesse vivo no século XXI, não estaria repetindo o que ele escreveu no século XIX, estaria simplesmente dizendo: Olha, isto, isto e isto não existiam no século XIX; já isto, isto e isto ainda são vigentes no século XXI.

US – O que seria mais atual? A teoria da mais valia?

RA – A mais valia, certamente, com elementos novos. Por exemplo, a mais valia na época de Marx – e como era um gênio, foi capaz de perceber – não era a mais valia só extraída no plano do trabalho material e manual, porque esta é a mais visível, mas a mais va-

“ O Marx tem um experimento que, para mim, é espetacular, que se estetiza com todo o seu modo de ser intelectual. Ele tem um diálogo com as filhas dele e elas perguntam: Pai, qual o seu escritor predileto, qual é a sua música predileta, qual sua poesia predileta, qual sua pintura predileta? Até que em um determinado momento indagam-lhe: Pai, qual é o seu lema de vida? Ele diz: Duvidar de tudo. Então, se o Marx estivesse vivo no século XXI, não estaria repetindo o que ele escreveu no século XIX, estaria simplesmente dizendo: Olha, isto, isto e isto não existiam no século XIX; já isto, isto e isto ainda são vigentes no século XXI.

lia extraída no plano imaterial e intelectual. Se estou defronte ao século XXI, tenho que entender o século XXI. Não tem importância se isto foi respondido pelo Marx no século XIX ou não. O Mézaros (István Mézaros), que é um intelectual marxista especial, escreveu em um livro chamado **Para Além do Capital** que “como um marxista que sou, preciso pensar em questões que não se colocavam ao tempo do Marx”. Talvez ele seja o mais importante intelectual marxista do nosso tempo, que combina radicalidade e antidogmatismo. O fato é que muitos pontos que o Marx levanta são muito ricos, porque ele não se ateu a analisar o século XIX. Como é que o Marx operava na sua investigação, quando ele fala da mais valia, por exemplo? Ele analisa como é que funcionava a mais valia absoluta, como é que funcionava a mais valia relativa. Dessa forma, ele dá pistas geniais para o século XX e para o século XXI porque ele imaginava o futuro. Aquele princípio do Marx de duvidar de tudo o deixaria horrorizado se alguém lhe dissesse: Está tudo resolvido no século XXI pelo cara do século XIX. Isso não faz nenhum sentido. Se nós queremos ser um marxista no século XXI, temos que compreender o nosso tempo, para transformá-lo. Esse é o principal ensinamento de Marx. **US**



.....
● Passeata ao Palácio do Governo de SP



As marcas do movimento grevista em 2015



Assembleia de manutenção da greve na UNIRIO

Éis que 2015 se apresentou como palco de mais uma intensa, tensa e demorada greve no âmbito das categorias docente e técnico-administrativos das universidades públicas brasileiras. Juntos, também os valorosos estudantes que insistem em lutar para que a educação no Brasil deva continuar sendo um dever do Estado, de forma gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

“Brincadeir-ato” reivindicando creches no Rio de Janeiro





Professores da UNIRIO
debatendo o orçamento
público



Manifestante em
praça pública no Acre

Porém, para alguns integrantes da comunidade universitária, a greve foi surpresa. Para estes, a maior greve histórica liderada pelo ANDES-SN não fazia sentido porque já estão convivendo com uma tendência impregnada por um viés político que considera a educação uma mercadoria. Um produto que se compra no mercado. E compra quem tem mais condição financeira. Àqueles que não têm recursos, cabe ao Estado subvencionar com fartos recursos as universidades particulares (vide PROUNI, FIES e “bolsas” em alguns municípios).

A todo esse processo de privatização nem tão lenta e branda, aos desmandos dos governos com os cortes de recursos públicos para a educação, aos mecanismos de restrições à garantia da efetiva autonomia universitária, aos constantes e crescentes ataques a uma carreira docente digna e valorativa, às cada vez mais parcas condições do trabalho docente e salários rebaixados, vozes e ações de docentes de mais de 50 seções sindicais do ANDES-SN ligadas às universidades públicas federais e estaduais emergiram em movimentos organizados para a luta. Para estes, não havia

.....
Manifestação em frente ao *Campus* de Manaus



AUA



Amanda Borges / ADUFAC

.....
Assembleia de manutenção da greve no Acre



AUA

.....
Manifestação de denúncia reiterada ao MPF no Amazonas



.....
 "Apitação" a caminho da reitoria na Universidade Federal do Amazonas



.....
 "Enterro" simbólico do ministro da educação em Belém



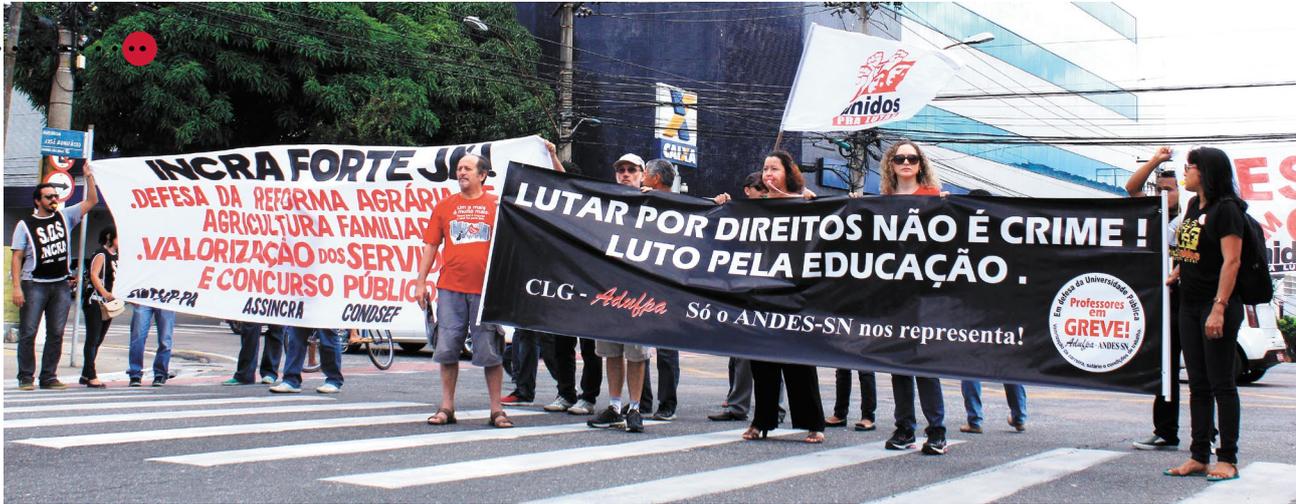
.....
 Professores brincam a "quadrilha da greve" no Pará

surpresa porque compreendiam a conjuntura política nacional/estadual e a necessidade de se contrapor ao avanço dessas políticas. E a greve tornou-se um instrumento legítimo da luta. A greve é um direito fundamental dos trabalhadores, que serão sempre a parte mais fraca numa relação com seus empregadores, seja no setor privado ou no público. Não é, sem dúvida, seu único instrumento de luta. Ela é sempre utilizada quando outras tentativas de defesa dos seus interesses fracassam em conquistar resultados em torno de demandas coletivas. Assim foi compreendida pelos integrantes do movimento grevista de 2015 frente à indisposição dos governantes de negociarem. E isto é um fato recorrente: vem desde 1980, quando ocorreu o primeiro movimento grevista sob o comando do ANDES-SN, passando por cinco outras nos anos 80 e outras 11 greves até 2015.

Para nós, trabalhadores da educação inseridos no serviço público, a greve não tem o objetivo de causar prejuízo econômico, como ocorre no setor privado, e com isso pressionar os patrões. Para nós, ela é uma “estratégia de ampliação do poder de pressão, através da mobilização coletiva, para que demandas fundamentais, salariais, de condições de trabalho e de defesa da educação pública, ganhem maior audiência e criem constrangimentos que obriguem os governos a negociarem”, como bem define o prof. Marcelo Badaró.

Priscila Duque / ADUFPA

Maniferação dos SPF na rua em Belém



ASCOM-ADUFS-BA



Ato público debaixo de chuva em Salvador

Maniferação em frente à Secretaria de Educação em Salvador



ASCOM-ADUFS-BA



• Tenda das discussões
• dos atos em Brasília



• Manifestação em
• frente ao MPOG



• Presidente do ANDES-SN fala em
• manifestação em frente ao MPOG



• Docentes e discentes dançam
• em frente ao MPOG

A greve de 2015, aqui espelhada e refletida nos vários registros fotográficos em diversas universidades, foi uma demonstração de força, coragem e determinação daqueles que lutam pela preservação de uma educação pública, gratuita e vinculada aos interesses da maioria da população brasileira. Muito provavelmente, pela conjuntura nacional e perspectiva futura, não será a última... **US**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés,

com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados por e-mail e que não forem aceitos para publicação serão apagados;

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE

Paulo Marcos Borges Rizzo
(SSIND do ANDES-SN na UFSC)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP)

2º VICE-PRESIDENTE

Epitácio Macário Moura (SINDUECE)

3ª VICE-PRESIDENTE

Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS)

SECRETÁRIA GERAL

Cláudia March Frota de Souza (ADUFF)

1º SECRETÁRIO

Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Fausto de Camargo Junior (SINDCEFET-MG)

3º SECRETÁRIO

Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)

1º TESOUREIRO

Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)

2º TESOUREIRO

Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI)

3º TESOUREIRO

Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ)

REGIONAL NORTE 1

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio José Vale da Costa (ADUA)

2ª VICE-PRESIDENTE

Vânia Graciele Lezan Kowalczyk (SESDEF-RR)

1ª SECRETÁRIA

Laurinete Rodrigues da Silva (SINDUERR)

2ª SECRETÁRIA

Moisés Silveira Lobão (ADUFAC)

1º TESOUREIRO

Marcelo Mario Vallina (ADUA)

2º TESOUREIRO

Otino José de Araújo Freitas (ADUNIR)

REGIONAL NORTE 2

1º VICE-PRESIDENTE

André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP)

2ª VICE-PRESIDENTE

Olgaíses Cabral Maués (ADUFPA)

1º SECRETÁRIO

Rigler da Costa Aragão (SINUNIFESSPA)

2ª SECRETÁRIA

Jennifer Susan Webb Santos (ADUFPA)

1ª TESOUREIRA

Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA)

2º TESOUREIRO

Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP)

REGIONAL NORDESTE 1

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Araújo Costa (SINDUECE)

2ª VICE-PRESIDENTE

Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI)

1ª SECRETÁRIA

Sirliane de Sousa Paiva (APRUMA)

2ª SECRETÁRIA

Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI)

1ª TESOUREIRA

Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE)

2º TESOUREIRO

Ariel Clodoaldo Magalhães Costa (APRUMA)

REGIONAL NORDESTE 2

1ª VICE-PRESIDENTE

Maria Regina de Avila Moreira (ADURN)

2º VICE-PRESIDENTE

Clodoaldo da Silveira Costa (ADUFPB)

1ª SECRETÁRIA

Rejane Dias da Silva (ADUFEPE)

2ª SECRETÁRIA

Daniela Maria Ferreira (ADUFEPE)

1º TESOUREIRO

Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE)

2º TESOUREIRO

Antônio Gautier Farias Falconieri (ADUERN)

REGIONAL NORDESTE 3

1º VICE-PRESIDENTE

Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS-BA)

2º VICE-PRESIDENTE

Tiago Leandro da Cruz Neto (ADUFAL)

1º SECRETÁRIO

Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)

2º SECRETÁRIO

Jailton de Jesus Costa (ADUFS)

1º TESOUREIRO

José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB)

2ª TESOUREIRA

Elza Margarida de Mendonça Peixoto (APUB)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG)

2ª VICE-PRESIDENTE

Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB)

1º SECRETÁRIO

Fábio Henrique Duarte (SESDFUT)

2ª SECRETÁRIA

Karinne Regis Duarte (ADCAC)

1ª TESOUREIRA

Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ)

2º TESOUREIRO

Paulo Henrique Costa Mattos (APUG)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Marlon Leal Rodrigues (ADUEMS)
2º VICE-PRESIDENTE
Eduardo Soares Gonçalves (ADUNEMAT SSIND)
1º SECRETÁRIO
Cláudio Freire de Souza (ADUFDOURADOS)
2º SECRETÁRIA
Maria Aparecida M. de Oliveira (ADUFDOURADOS)
1º TESOUREIRO
Rogério Benedito da Silva Añez (ADUNEMAT)
2º TESOUREIRO
Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE
Renata Rena Rodrigues (ASPUV)
1ª SECRETÁRIA
Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES)
2ª SECRETÁRIA
Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI)
1º TESOUREIRO
Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP SSIND)
2ª TESOUREIRA
Valéria Siqueira Roque (ADFMTM)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
Luis Eduardo Acosta Acosta (ADUFRJ)
2º VICE-PRESIDENTE
Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ)
1º SECRETÁRIO
Guilherme Lucio Abelha Mota (ASDUERJ)
2ª SECRETÁRIA
Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF)
1º TESOUREIRO
Wellington Augusto da Silva (ADUR-RJ)
2º TESOUREIRO
Raul Ernesto López Palácio (SESDUENF)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE
César Augusto Minto (ADUSP)
2º VICE-PRESIDENTE
Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP)
1ª SECRETÁRIA
Rosangela Sarteschi (ADUSP)
2ª SECRETÁRIA
Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos (Fac. Sumaré)
1ª TESOUREIRA
Lighia Brigitta Horodyski Matsushigue (ADUSP)
2º TESOUREIRO
Paulo Jorge Moraes Figueiredo (ADUNIMEP)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Maria Luiza Domingues (SINDUTF-PR)
2ª VICE-PRESIDENTE
Mary Sylvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR)
1º SECRETÁRIO
Leonardo Rafael Santos Leitão (SINDUFFS)
2ª SECRETÁRIA
Carmen Susana Tornquist (APRUDESC)
1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (SINDUTF-PR)
2º TESOUREIRO
Alberto Elvino Franke (UFSC SSIND)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL)
2º VICE-PRESIDENTE
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS)
1º SECRETÁRIO
Jefferson Marçal da Rocha (SESUNIPAMPA)
2º SECRETÁRIO
Daniel Luiz Nedel (SESUNIPAMPA)
1º TESOUREIRO
Paulo Juarez Rieger (APROFURG)
2º TESOUREIRO
Carlos Schmidt (UFRGS SSIND)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - 70302-914
Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I
Avenida Tefé, 121, Conj. 31 de Março - Japiim 1 - Manaus - AM - 69078-000
Tel.: (92) 3237-5189
E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II
Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos
Caixa Postal 8603 - Belém - PA - 66075-110
Tel.: (91) 3259-8631
E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I
Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - 60015-038
Tel.: (85) 3283-8751
E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II
Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - 52020-160
Tel.: (81) 3037-6637
E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III
Av. Presidente Vargas, 60, Sala 101 - Barra Center - Salvador - BA - 40140-130
Tel.: (71) 3264-2955
E-mail: andesne3andes@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE
Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - 30130-002
Tel.: (31) 3224-8446
E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO
Alameda Botafogo, 68, Quadra A, Lt. 05, Casa 03 - Centro - Goiânia - GO - 74030-020
Tel.: (62) 3213-3880
E-mail: andesrp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL
Av. Edgar Vieira (antiga Alziro Zarur), 338, Sala 03 - Cuiabá - MT - 78068-365
Tel.: (65) 3627-7304
E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - 05410-010
Tel. (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20047-900
Tel.: (21) 2510-4242
E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL
Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - 80420-080
Tel.: (41) 3324-6164
E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - 90410-002
Tel.: (51) 3061-5111
E-mail: andesrs@andes.org.br

**NÃO DÊ SEU DINHEIRO
PARA BANQUEIRO!**

**SALVE A SUA APOSENTADORIA,
NÃO SALVE O FUNPRESP!**

**DIGA NÃO
AO FUNPRESP!**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS